

Caderno de resumos



17º IRFG

Congresso Internacional sobre Integração Regional,
Fronteiras e Globalização no Continente Americano
29 de outubro a 02 de novembro de 2019
Foz do Iguaçu



17^o IRFG

Congresso Internacional sobre Integração Regional,
Fronteiras e Globalização no Continente Americano

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Biblioteca Latino-Americana

C749 Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano (17.: 2019: Foz do Iguaçu, PR).

Caderno de resumo do XVII Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano, 29 de outubro a 04 de novembro [recurso eletrônico] / [organização local] Alexis Sanches del Campo ... [et al.] ; [organização internacional] Juan Manuel Sandoval Palacio ... [et al.] ; [organização do caderno] Alejandro Schweitzer ... [et al.]. - Foz do Iguaçu, 2020.

Disponível em: <https://doity.com.br/irfg2019>

ISBN: 978-65-00-05310-4

1. Globalização - evento. 2. Geopolítica. 3. Livre comércio I. Sanches del Campo, Alexis, Org.
II. Sandoval Palacios, Juan Manuel, Org. III. Schweitzer, Alejandro, Org.

CDU: 316.42(042)
911.3:32

Comitê organizador local

Alexis Sanchez del Campo
Aura María Díaz
Bruna Dias Negrão
Cibelly Viegas
Cíntia Souza
Daniela Andrade Mantilla
Daniela Wendy Vilacez Canqui
Diego Alexander Zuñiga Gomez
Gloria Yolanda Valdiviezo Arrieta
Hilder Alberca Velasco
Hugo Alexandre Rodrigues dos Santos
Javier Ojeda Castro
Jesus Calderon
Josué Israel Bukovic Ochoa
Júlio da Silveira Moreira
Keyla Haruna Hirakawa Yoshioka
Mariana Reis Milagros Yessenia Calcina
Valeria Niño
Yeison Andrés Rojas Ramirez

Foz do Iguaçu, 24 de outubro de 2019

Comitê organizador internacional

Juan Manuel Sandoval Palacios
Alejandro Schweitzer
Myriam Zapata
Raquel Alvarez
Júlio da Silveira Moreira

Organizadores do caderno de resumos

Alejandro Schweitzer
Juan Manuel Sandoval Palacios
Júlio da Silveira Moreira
Roberto França da Silva Júnior

Capa

André Crepaldi

Ilustração da capa

Cleise Vidal

Projeto gráfico e diagramação

André Crepaldi

ISBN: 978-65-00-05310-4



Índice

Memórias, desafios e celebrações	8
Relato de experiência	13
Programação	16
Programa del Congreso/Seminario	21
Tema I	
Procesos de integracion regional frente a los cambios globales	25
Tema II	
Planes geoestrategicos y megaproyectos	132
Tema III	
Ecologias politicas desde el sur y pos-extractivismo	172

Tema IV	
Migraciones, desplazamientos forzados y despojo	225
Tema V	
Las fronteras frente a la integración regional	276
Tema VI	
Interculturalidad y subjetividades transfronterizas.....	335
 Autores	 392



Memórias, desafios e celebrações

As experiências de organização do 17º IRFG

Júlio da Silveira Moreira¹

Antecedentes

A ideia de realizar em Foz do Iguaçu uma edição do Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano tem acompanhado a história desses eventos. Desde a primeira edição, em 1997, os organizadores têm primado por realizá-lo em regiões de fronteira, como Venezuela-Colômbia, Brasil-Uruguai e México-Estados Unidos. No 15º congresso, em Ciudad Juárez (México), 2015, me coloquei à disposição para que a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) fosse a próxima sede. Ainda não seria o caso, pois o 16º foi anfitriado pelos colegas da Universidad de Antioquia, em Medellín (Colômbia) em 2017. Porém, a proposta de Foz do Iguaçu ganhou mais força, sendo aprovada para a realização do 17º congresso, em 2019.

A rede que organiza esses congressos tem bases sólidas em países como México, Colômbia, Venezuela, Argentina e Brasil, numa construção e expansão minuciosa, ano após ano. Deve ser destacado o papel nuclear do Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras (SPECHF), da Cidade do México nesse processo. O SPECHF tem se reunido semanalmente, desde 1982, com exposições e debates de pesquisas acadêmicas em curso ou concluídas. A partir daí, em diálogos com colegas de Puebla, Chiapas, Costa Rica, Colômbia e Brasil, foi traçado um plano de pesquisa

¹ Professor da UNILA. Doutor em Sociologia. Membro do Comitê Organizador Internacional e coordenador do Grupo de Pesquisa Mobilidade Humana, Fronteiras e Planos Geoestratégicos.

e ação intitulado “Planos geoestratégicos, deslocamentos e migrações forçadas na área do Projeto de Desenvolvimento e Integração Mesoamérica”.

A ideia fundacional é que o Projeto Mesoamérica, ou Plano Puebla-Panamá, forma um corredor logístico e militar para a acumulação do capital transnacional no continente americano. Esse corredor se conecta ao norte com o Projeto Fronteira Sul, que, a pretexto de regular as migrações em todo o território mexicano, reterritorializa a fronteira com os Estados Unidos, transformando todo o México em território de expansão do capital transnacional. Mais ao norte, essas rotas de integração se conectam com Cinturão das Armas (Gunbelt) no território estadunidense, a base territorial e logística do Complexo Energético-Militar que sustenta a economia industrial desse país. Ao sul do Projeto Mesoamérica, as redes de integração econômica e militar se conectam com o Plano Colômbia, chegando até a Amazônia brasileira e a Patagônia argentina através da IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). Assim, todo o território do continente americano está perpassado por uma cartografia de estruturas jurídico-político-econômicas, abrindo um guarda-chuva para projetos de pesquisa em temáticas e contextos locais, com referenciais teóricos e metodologias em comum, porém em constante construção. Para além desses territórios, também têm sido abordadas as relações dessas redes com a União Europeia e a China. Em torno desse guarda-chuva se dão os seis eixos temáticos do congresso.

Em 2013, depois do 14º congresso em Porto Alegre e Santana do Livramento/Rivera, os pesquisadores se reuniram no Parque Valle del Lunarejo, no Uruguai, para avaliar o projeto coletivo e planejar as etapas seguintes. As atas e estudos decorrentes dessa reunião geraram documentos que ainda são base para a continuidade do projeto coletivo, que passou a se chamar “Espaços globais para a expansão do capital transnacional no continente americano”. Outro passo importante foi dado com a criação do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), “Fronteiras, Regionalização e Globalização”, para o período 2016-2019, e sua renovação para o período 2019-2022. Além dos congressos bienais, também passaram a ser realizados pré-congressos nos interstícios (até o momento, foram realizados em Buenos Aires em 2016 e Río Gallegos em 2018).

Os êxitos e apoios nessa construção

O segundo semestre de 2019 foi extremamente desafiador para as universidades latino-americanas, o que afetou bastante a realização do 17º Congresso. As preparações de viagem dos participantes se deram em meio às crises universitárias no Brasil, Argentina e Colômbia, e às convulsões sociais na Venezuela e Chile. Muitos participantes, e delegações inteiras, já inscritos, tiveram de cancelar suas participações, e ainda assim a programação e mesas do congresso foram mantidas integralmente e com êxito. Vale destacar o empenho insistente das pesquisadoras da Universidad Bolivariana de Venezuela, em Táchira, que, na impossibilidade de viajar a Foz do Iguaçu, realizaram um congresso/seminário simultâneo em sua instituição.

Para facilitar os custos de hospedagem e concentrar os participantes em um local, contamos com o apoio fundamental da administração da Pousada Natureza, que ofereceu descontos de 50% em suas diárias para participantes inscritos no congresso. Todos os hóspedes tiveram o conforto e acolhimento necessários, além de estar em um espaço com amplas áreas verdes e áreas comuns de convivência, no centro da cidade.

O evento, como nas edições anteriores, não teve taxas de inscrição, e teve apoio de edital do Conselho Nacional do Pesquisa (CNPq) do Brasil, para a confecção de camisetas para a equipe de voluntários do comitê organizador local, a impressão dos cadernos de programa e dos banners de divulgação. A UNILA, através de sua Secretaria de Comunicação, apoiou com a criação da identidade visual do congresso e com o fornecimento de pastas e demais materiais de papelaria. A Divisão de Transportes da universidade apoiou com traslados para atividades de campo. Além disso, toda a disposição de espaços, incluindo salas e auditórios, foram dadas pela UNILA e pela nossa vizinha a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). O Programa Agenda Tríplice, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNILA, apoiou com a divulgação e com as despesas de diagramação deste Caderno de Resumos e do livro virtual com autores locais que participaram do evento, no prelo.

Sem a equipe de 19 estudantes da UNILA, voluntários no Comitê Organizador Local, atuando de manhã, tarde e noite, esse congresso não teria sido realizado. Seu empenho na organização das pastas, mesas de inscrições, colocação de comunicados, correrias entre um prédio e outro, distribuição e recolhimento das listas, indicação e realocação das

salas de aula, verificação dos equipamentos, atendimento e informação aos participantes, preparação da atividade de campo, muito exercício de calma, comunicação e trabalho em equipe. A experiência de organizar o congresso sem dúvida nos deixou preparados para organizar muitos outros com a mesma dimensão.

Para a realização das atividade de campo, tivemos apoios fundamentais da da Turismo Itaipu, da Receita Federal do Brasil, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, do Marco das Três Fronteiras e da empresa de transportes FozBus.

A partir do 17º congresso, consolidamos uma marca visual que já tinha sido utilizada no 16º congresso na Colômbia: a sigla IRFG, que significa “Integração Regional, Fronteiras e Globalização” e resume o extenso nome do congresso, permitindo uma maior conexão com os leitores nos materiais de divulgação. Trabalhamos com a divulgação nas redes sociais com as hashtags #17IRFG e #IRFG2019.

Os apoios culturais deram vida e cores ao congresso. A Livraria Kunda ofereceu descontos para os participantes que foram até sua loja. Os professores Vladimir Montoya, da Colômbia, e Fran Rebelatto, da UNILA, apresentaram suas produções audiovisuais numa mostra de filmes. Na quinta-feira, 31 de outubro, a Feira Agroecológica teve uma edição especial; o grupo de estudantes mexicanos na UNILA preparou uma linda oferenda de Día de Muertos no saguão de entrada do prédio central; após a conferência de encerramento do Prof. William Robinson (Universidade de California Santa Barbara), o Maracatu Alvorada Nova irrompeu uma vez mais o Auditório Martina, da UNILA, com seus tambores e sua energia.

Tivemos a parceria e apoio do Restaurante Soy Loco por Ti, uma opção gastronômica e cultural no centro de Foz do Iguaçu, que tem tudo a ver com os conceitos da UNILA e dos congressos IRFG. O restaurante ofereceu descontos e pratos especiais durante todos os dias de evento. Com apoio da FozTrans (reguladora do trânsito na cidade), foi assegurado o fechamento da rua para a realização do grande Festival de Día de Muertos, no 1º de novembro, como festa de encerramento do congresso. Somaram-se à celebração os participantes do “1º Encontro Internacional sobre poesia e artes em prisões”, que a UNILA sediou na mesma época do nosso congresso. O festival contou o apoio técnico do

produtor cultural Luciano Dutra Miguel, e as apresentações do projeto de extensão Músicas y Danzas de América Latina e do DJ Mano Zeu, além de feira de artistas locais.

Conclusões

Por fim, agradeço aos colegas do projeto coletivo, que desde o princípio confiaram na realização desse evento, e deram sua cota parte de contribuição, envolvendo seus institutos e programas locais, convidando outros colegas e orientandos, fazendo circular as convocatórias, montando e revisando o caderno de programa, empenhando-se por custear suas despesas e sendo solidários aos desafios e dificuldades de organização desde o momento que puderam pisar os pés em Foz do Iguaçu. E agradeço a cada participante e ouvinte inscrito, incluindo aqueles que vieram de longe e os docentes e estudantes e graduação e pós-graduação da UNILA, UNIOESTE e outras instituições universitárias locais. Todos foram solidários e colaborativos num esforço comum.

Recordar nossas histórias é nos reconstruir. Reencontrar a força interior que move cada pensamento, cada passo, cada ação, cada contato e parceria construída no processo, cada amizade nova, cada ano de uma longa história que nos define na profissão, no estudo e na vida. Vivam os congressos IRFG. Rumo ao 18º Congresso.



Relato de experiência

Daniela Andrade Mantilla / Diego Alexander Zuñiga Gomez¹

Ser parte del comité organizador local del 17 congreso internacional sobre integración regional, fronteras, globalización en el continente Americano, ha sido una experiencia maravillosa e inigualable. En principio, porque fue realizado con una particularidad que muchos congresos internacionales no tienen, geográficamente realizado en una triple frontera, en la ciudad de Foz de Iguaçu, una ciudad pequeña llena de maravillas y excentricidades naturales, y por supuesto una Universidad internacional donde alberga estudiantes latinoamericanos y Africanos conviviendo con gran hermandad e integración, la UNILA. Para nosotros, fue enriquecedor recibir ponentes y participantes de todas partes de América latina, y Europa, le dio un toque original al congreso donde se pudieron debatir los diferentes problemas del mundo, manteniendo una comprensión e integración multicultural bastante mágica y respetuoso, intercambiando historias de vida, experiencias académicas, con personalidades únicas, con grandes experiencia en el área de la investigación, Profesores universitarios excepcionales, estudiantes universitarios y profesionales de diferentes áreas del conocimiento. lo cual, nos hizo reflexionar

¹ Membros do Comitê Organizador Local e do Grupo de Pesquisa Mobilidade Humana, Fronteiras e Planos Geoestratégicos.

y llegar a la conclusión que el objetivo del congreso fue mucho más allá de lo que habíamos contemplado, porque hubo un intercambio social amistoso en tres diferentes tipos de idiomas, logrando comunicarnos e intercambiando sonrisas, cordialidades y emociones, lo cual nos hizo valorar la importancia que tiene la UNILA dentro de la integración, en nuestro caso como un trampolín que nos llevó a cruzar nuestras propias fronteras, acogiendo a todos los invitados. Nos sentimos muy honrados y orgullosos por haber participado en el comité organizador local de este grandioso congreso internacional, fue una gran experiencia donde pudimos aprender mucho de todos los participantes y por supuesto esperamos nuestra inmensa gratitud por la asistencia amigable de todos y todas.



Acompanhe notícias do congresso

- ⇒ www.doity.com.br/irfg2019
- ⇒ www.irfg.wordpress.com

Contato

- ⇒ mobilidadefronteira@gmail.com



Programação



29 de outubro – terça-feira
08:00 a 12:00 14:00 a 18:00 Oficinas (talleres)
Credenciamento durante todo o dia*
18:30 a 21:30 Ato inaugural do 17º Congresso IRFG Mesa redonda “Geopolítica en la era Trump y fracturas en América Latina” Juan Sandoval, Luz Dary Rivera e Myriam Zapata Apresentação Cultural Elenco Folclórico Latinoamericano

* O credenciamento acontecerá nos horários de manhã e tarde, na entrada do prédio central da UNILA; a partir de 18:00, será feito no auditório.

30 de outubro – quarta-feira					
08:00 a 10:00 Mesas de trabalho					
Tema 1 Mesa 1	Tema 2 Mesa 1	Tema 3 Mesa 1	Tema 4 Mesa 1	Tema 5 Mesa 1	Tema 6 Mesa 1
10:30 a 12:30 Mesas de trabalho					
Tema 1 Mesa 2	Tema 2 Mesa 2	Tema 3 Mesa 2	Tema 4 Mesa 2	Tema 5 Mesa 2	Tema 6 Mesa 2
14:30 a 16:30 Mesas de trabalho					
Tema 1 Mesa 3	Tema 2 Mesa 3	Tema 3 Mesa 3	Tema 4 Mesa 3	Tema 5 Mesa 3	Tema 6 Mesa 3
16:30 a 18:30 Mostra de Cine					
16:30 a 18:30 Reunião técnica Grupo de Trabalho CLACSO Fronteiras, regionalização e globalização					
19:00 a 21:30 Mesa redonda “Guerras pelo clima e pela natureza, territórios de resistência” Arlindo Rodrigues, Alejandro Schweitzer, Horacio Antunes, Barbara Jerez, Vladimir Montoya					

31 de outubro – quinta-feira					
08:00 a 10:00 Mesas de trabalho					
Tema 1 Mesa 4	Tema 2 Mesa 4	Tema 3 Mesa 4	Tema 4 Mesa 4	Tema 5 Mesa 4	Tema 6 Mesa 4
10:30 a 12:30 Mesas de trabalho					
Tema 1 Mesa 5	Tema 2 Mesa 5	Tema 3 Mesa 5	Tema 4 Mesa 5	Tema 5 Mesa 5	Tema 6 Mesa 5
14:30 a 16:20 Mesas de trabalho					
Tema 1 Mesa 6	Tema 2 Mesa 6	Tema 3 Mesa 6	Tema 4 Mesa 6	Tema 5 Mesa 6	Tema 6 Mesa 6
16:30 a 18:30 Mesas de trabalho					
Tema 1 Mesa 7	Tema 2 Mesa 10	Tema 3 Mesa 7	Tema 4 Mesa 7	Tema 5 Mesa 7	Tema 6 Mesa 7

19:00 a 21:30
Mesa redonda

“Guerras híbridas y mecanismos de violencia estatal”
Helene Roux, Lucas Kerr
Apresentação de livros
Anúncio do 57o Congresso Internacional de Americanistas
(Foz do Iguaçu, 2021)

1 de novembro – sexta-feira

08:00 a 10:00
Mesas de trabalho

Tema 1
Mesa 8

Tema 2
Mesa 11

Tema 3
Mesa 13

Tema 4
Mesa 8

Tema 5
Mesa 8

Tema 6
Mesa 8

10:30 a 12:30
Mesas de trabalho

Tema 1
Mesa 9

Tema 2
Mesa 12

Tema 3
Mesa 14

Tema 4
Mesa 9

Tema 5
Mesa 9

Tema 6
Mesa 9

15:00 a 18:00
Visitas técnicas Itaipu Binacional

19:00 a 21:30

Mesa redonda

“La crisis del capitalismo global y sus consecuencias en América Latina”

William Robinson, Marcela Orozco

Apresentação de relatorias dos eixos temáticos

Ato de encerramento do 17o Congresso IRFG

21:00 a 23:00

Festival Cultural

Dia de Muertos

2 de novembro – sábado

08:00 a 18:00

Visitas técnicas



Programa del Congresillo/Seminario



“Otras miradas en el debate internacional sobre Venezuela”

Pesquisadores da Venezuela têm participado de todas as edições dos congressos IRFG, bem como dos respectivos comitês organizadores internacionais. O país sediou os congressos de 1997, 1998, 1999, 2001, 2005 e 2009, com especial ênfase na região de fronteira com a Colômbia e, mais recentemente, participação ativa da Universidad Bolivariana de Venezuela (UBV). A crise no país se prolonga por vários anos, sendo evidente a resistência de seu povo em prosseguir sob condições de estrangulamento social e tentativas de invasão estrangeira e desestabilização político-social. Sobretudo, os venezuelanos sobrevivem em seus modos de vida cotidianos e na emigração.

Ao longo do ano de 2019, no período de organização do congresso IRFG, era difícil até mesmo um contato constante com as colegas do comitê organizador internacional, já que os cortes de energia e de acesso a internet eram quase diários. Ainda assim, uma grande delegação de pesquisadores e orientandos se inscreveram para apresentar trabalhos na perspectiva de vir a Foz do Iguaçu. Essa perspectiva foi mantida até os últimos dias, quando as colegas propuseram organizar um evento local, associado ao evento internacional, onde se apresentariam os pesquisadores que ficaram impossibilitados de viajar até o Brasil. E assim se deu, em 29/10/2019, o Congresillo/Seminario “Otras miradas en el debate internacional sobre Venezuela”, sediado pela UBV Táchira, onde, além das comunicações orais, foi lançado o “Centro de Pensamiento Raizal Nuestroamericano”. Saudamos a persistência e iniciativa das colegas venezuelanas. A seguir, o programa do evento.

Programa del Congresillo/Seminario



“Otras miradas en el debate internacional sobre Venezuela”

Actividad a llevarse a cabo en el marco del 17º Congreso Internacional sobre Integración Regional, Fronteras y Globalización en el Continente Americano, 29 octubre al 01 de noviembre, Fox de Iguazú, Brasil.

Evento a realizarse el día 29/10/2019 a partir de las 8:30 am (hora Caracas/Venezuela) en la sede de la Universidad Bolivariana de Venezuela, San Cristóbal, Táchira, Venezuela.

Programa

- Saludo por parte de Director Regional de la Universidad Bolivariana de Venezuela. Ldo. Rafael Castro;
- Presentación del evento internacional y el GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”; Dra. Raquel Álvarez de Flores (Coordinadora del GT CLACSO por Venezuela).
- Presentación del Centro de Pensamiento “Raizal Nuestroamericano”. MSC. Franklin Zambrano
- Presentación de ponencias.

- **Derechos de los Refugiados: casos a nivel mundial y refugiados en territorio venezolano**
Janeth Jacqueline Amaya Plata, Maestrante en Derecho Internacional Público Universidad Bolivariana de Venezuela, sede Táchira-Venezuela.
- **Migración y Refugio estudio de caso en la región de frontera Colombo-Venezolana**
Claudia Patricia Marín Rico, Maestrante en Derecho Internacional Público Universidad Bolivariana de Venezuela, sede Táchira-Venezuela.
- **¿Qué tan independiente somos en la zona geoestacionaria? Normativa jurídica ante la alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe (ALBA) para la disposición de la basura espacial en la zona geoestacionaria**
Quenia María Pino Suárez de Sulbarán, Maestrante en Derecho Internacional Público Universidad Bolivariana de Venezuela, sede Mérida-Venezuela.
- **Contexto en la elección de Venezuela como miembro del consejo de Derechos Humanos de la ONU**
Julirosses Pereira, Integrante del Centro de Pensamiento Raizal Nuestroamericano, miembro del Movimiento Social Binacional MOBIPAZ, Maestrante en Derecho Internacional Público Universidad Bolivariana de Venezuela, sede Mérida-Venezuela.

- Venezuela, potencia energética y de recursos estratégicos al filo del capital transnacional. Una respuesta desde el derecho a la autodeterminación y autonomía de los Pueblos
Raquel Álvarez
Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela
Luz Dary Rivera
Universidad Bolivariana de Venezuela
GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”.
Cierre del evento

Cordialmente,

Luz Dary Rivera C.

Coordinadora Regional producción y Recreación de Saberes EGRGCC



Tema I

Procesos de integracion regional frente a los cambios globales



Mesa I

CEPAL: suas teorias de integração para a América Latina e Caribe

Cristiano de Vargas Oliva
UNIPAMPA

Rio Grande do Sul / Santana do Livramento / Brasil
coliva@emater.tche.br

As Teorias de Relações Internacionais são fundamentais para compreender as ações dos Estados, dentre eles, os pertencentes a América Latina, como o Brasil. A Teoria da Interdependência através de seus autores influenciou a América Latina em todo seu contexto num período específico de tempo, como ocorreu com fenômenos similares em todo o mundo. Na esfera econômica e política tivemos a criação em 1948 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) que, no início de suas ações sugeria uma integração do bloco sul americano em prol de um projeto de desenvolvimento. Houve a primeira tentativa de coesão mútua entre política e aspectos econômicos promissores com a palavra industrialização em plena ascensão. Com o passar do tempo, essa comissão apresentou um aspecto de escola de pensamento, fator esse já questionado a partir do início dos anos 1980 por sua alteração de enfoque num cenário em que o liberalismo e a globalização entram de maneira definitiva. Estudar as Teorias de Interdependência e as origens da CEPAL é o objetivo deste trabalho para considerar seu andamento através do tempo baseado em autores com varias abordagens, liberais e marxistas e até um pequeno referencial sobre o neoliberalismo e Teoria da Dependência. Como metodologia foi utilizada uma pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa é uma referencia superficial frente ao vasto material sobre o tema, e não obstante a necessidade de maiores e constantes estudos sobre como o desenvolvimento pode ser alcançado com êxito. Conclui-se que a CEPAL perdeu influencia com o passar do tempo e perdeu sua “autoridade” como referencia nos estudos sobre o desenvolvimento sul americano e sugestões de políticas. Desigualdades e aspectos econômicos tiraram o foco da comissão que hoje é apenas mais uma ferramenta de pesquisa sobre temas econômicos do que uma escola de pensamento propriamente dita. Porém destaca-se a importância da comissão não só nas teorias integracionistas, mas no desenvolvimento do debate do alcance das mesmas.

Palavras-chave: Gestão ambiental; fronteira; parques naturais.

O processo de integração regional na União Europeia e as perspectivas para o Mercado Comum do Sul

Rosalda Fros Ubal
Rua Uruguai, Sant'Ana do Livramento / Brasil
rosaldaubal@gmail.com

A União Europeia (UE) tem sua gênese com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e com a Comunidade Econômica Europeia (CEE) composta por seis países com o objetivo de se fortalecer política e economicamente. Nos anos seguintes mais membros aderiram a UE e conseqüentemente novas competências foram implementadas, especialmente pelo Tratado de Maastricht que institui a UE, cria uma nova estrutura institucional e implanta a cidadania comunitária. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) inicia por meio das negociações entre Brasil e Argentina na década de 1980, dada a necessidade de aproximação política e comercial dos dois países. Sucessivamente, outros países da região – notadamente os Estados de economias menores – foram aderindo à ideia de formação de um bloco regional com viés político-econômico. Em 1991, com o Tratado de Assunção (TA), consolida-se a vontade de criar um organismo internacional para integração regional, a fim de enfrentar os novos desafios que se projetavam no cenário internacional da década de 1990. O processo de integração da União Europeia em mais de meio século institucionalizou os direitos de cidadania. No âmbito do Mercosul previu-se em seu Tratado constitutivo alcançar um Mercado Comum; contudo, ele não versa de forma profunda sobre o aspecto social. Assim, a integração fica estagnada em aspectos puramente comerciais e na ausência de políticas conjuntas que objetivem, primordialmente, os cidadãos dos países-membros. Nesse sentido, quais as causas da não efetivação de uma cidadania comunitária no âmbito do MERCOSUL?

Palavras-chave: Mercosul; integração regional; desenvolvimento regional, cidadania comunitária.

Fragmentación, Fragmegración y Des-fragmentación en América Latina: en la búsqueda de un Régimen de Gobernanza e Integración Regional en tiempos de Globalización

Armando Javier Garcia Gutierrez
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Santa Terezinha de Itaipú, Paraná, Brasil
armandojgarcia91@gmail.com

El sistema internacional contemporáneo y el fenómeno de la globalización han impulsado la conformación de bloques regionales de cooperación e integración en todos los continentes, una tendencia que ha marcado a las relaciones interestatales en América Latina y el Caribe desde el fin de la Guerra Fría, etapa a partir de la cual se intensifica la cooperación internacional como forma de construir regímenes internacionales que beneficien a todos los Estados en una relación ganar-ganar. Sin embargo, la teoría de las relaciones internacionales a pesar de abordar ampliamente las cuestiones relacionadas a la cooperación y hegemonía, ha establecido vínculos epistemológicos escasos con el fenómeno reciente de la integración en siglo XXI, que en el caso de América Latina y el Caribe surge revestido de una dinámica particular y característica de una región ubicada en la clásica periferia del sistema-mundo, cuya condición parece arraigarse en tiempos de una globalización que sirve a los intereses de los países centrales. Al respecto, se aborda la construcción de una teoría de la integración regional latinoamericana a partir de la centralidad política del Estado, que coloca en el centro del debate al estudio de la cooperación internacional como fase previa y progresiva hacia una integración regional, para, a partir de allí, evaluar las ventajas y riesgos que la globalización política y económica ofrece a la macro región de América Latina y el Caribe, en sus intentos de construir un regionalismo que supere los efectos de la fragmentación y que se disponga a construir las bases teóricas de una integración-integradora que contemple la presencia de diversos mecanismos subregionales en nuestra región y la posibilidad de generar mayores niveles de inserción internacional y proyección de poder.

Palabras-clave: cooperación; integración; globalización; convergencia; des-fragmentación.

Primeiros olhares a respeito da atuação de agentes acadêmicos e agentes empresariais na construção do consenso desenvolvimentista durante a Ditadura Militar (1964 a 1985) no Pará e no Maranhão

Tayanná Santos de Jesus Sbrana

Apresentaremos olhares iniciais a respeito da pesquisa de doutoramento desenvolvida no Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFGPA), que tem por objetivo analisar a atuação de agentes acadêmicos e empresariais que produziram escritos a respeito de desenvolvimento e temas correlatos no período de 1964 a 1985 (Ditadura Militar brasileira). O intuito é investigar se esta produção considerada técnica e científica possibilitou a fundamentação de um consenso em torno da “necessidade” de desenvolver, a partir de grandes projetos governamentais, espaços considerados “vazios demográficos”, como a Amazônia brasileira. Ou seja, buscamos analisar a atuação de agentes acadêmicos e empresariais na construção de um consenso desenvolvimentista nos Estados do Pará e do Maranhão. Para tanto, acionaremos conceitos como região, Estado, agentes, campo e desenvolvimento a partir de literatura especializada no campo das Ciências Humanas e analisaremos fontes escritas e audiovisuais.

Palavras-chave: Agentes acadêmicos; agentes empresariais; consenso desenvolvimentista; ditadura militar; Pará e Maranhão.



Mesa II

Economía y Género Desde Los Procesos de Integración En Un Contexto Contemporáneo. Caso De Estudio La Alianza Pacifico

Alexandra López Martínez
Corporación Unificada Nacional de Educación Superior Ibagué
Colombia

En la actualidad es importante abordar la relación entre la economía y el género en un contexto internacional, ya que por años se ha librado una lucha por la reivindicación de la equidad de género en todos los aspectos de la sociedad y que ha ganado un espacio de manera paulatina. Por consiguiente, la economía del cuidado es un tema reciente en el marco legal de las integraciones económicas de los países Latinoamericanos (Robles and Rico, 2016), por lo tanto es necesario aportar nuevos hallazgos para el debate, con el fin que desde la producción académica se pueda dar la base de la equidad de derechos en el trabajo doméstico no remunerado, ya que puede contribuir a la movilidad social de las mujeres en el mercado laboral, mercado del cual han estado segregadas a través del tiempo. Y es en el mercado laboral donde se ha presentado una falacia a partir de la liberalización económica de las mujeres porque, en realidad son las mujeres de clase media y alta las que han logrado desarrollarse profesional y laboralmente, liberalización que ha estado en detrimento de aquellas mujeres de posición socioeconómica baja que encuentran en el trabajo doméstico remunerado una opción laboral, así esto signifique dos o hasta tres jornadas laborales (la que es remunerada y las que no) y, que finalmente es un trabajo que mantiene la reproducción de la sociedad a través de los años. Es así como el objetivo de esta investigación pretende analizar las políticas públicas entorno a la relación entre economía y género en el proceso de integración internacional Alianza Pacífico, la cual está compuesta por Chile, Colombia, México y Perú; investigación a desarrollar a partir del análisis del discurso del corpus normativo posterior a que en Latinoamérica incursionaran las políticas neoliberales en la década de los años noventa del siglo XX y luego que se diera esta integración hasta el 2019.

Palabras-clave: Género; alianza pacífico; comercio; globalización.

A China como nova protagonista na integração sul-americana

Adriana dos Santos Corrêa
Camilo Pereira Carneiro
Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados/MS, Brasil
adrianasantoscorrea03@gmail.com

A partir do final do século XX a República Popular da China passou a se configurar enquanto um ator protagonista na economia mundial, e tem conquistado cada vez mais importância em outras agendas internacionais. As intensas transformações pelas quais a economia da China tem passado, sobretudo após a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), foram capazes de tirar o país asiático de uma posição isolada internacionalmente para a condição de uma economia altamente integrada; por essas razões a mesma pode ser classificada um fenômeno atípico para as relações internacionais. Considerada a segunda maior economia do planeta a partir de 2011, a China é hoje uma potência emergente com uma política externa expressiva no âmbito global. O país é um dos principais atores da Cooperação Sul-Sul e possui grandes interesses nos países fornecedores de matérias primas, que concomitantemente se configuram enquanto mercados consumidores para os produtos e para as tecnologias chinesas. Em função de suas necessidades energéticas e de gêneros agrícolas, a China possui destaque no que tange aos investimentos realizados em áreas de infraestrutura, modernização e outras áreas consideradas estratégicas de países subdesenvolvidos, como é o caso dos Estados sul-americanos. Na América do Sul da primeira década do século XXI, abalada pela derrocada dos governos progressistas, pelo enfraquecimento da integração regional e o avanço do neoliberalismo, a China passa a ter um peso econômico e estratégico cada vez maior, causando consideráveis modificações nas características integrativas desta região. Dessa maneira, o presente trabalho visa analisar os impactos da política externa da China na América do Sul e as influências e impasses do país asiático no processo de integração regional do subcontinente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, sob a ótica das Relações Internacionais e que tem como recorte temporal o início da década de 1970 e o ano de 2018.

Palavras-chave: China; América do Sul; integração regional; cooperação sul-sul.

Transformações na Geopolítica da Integração Regional frente às Guerras Híbridas e à competição inter-estatal na Multipolaridade: Desafios para o Bloco Sul-Americano

Lucas Kerr de Oliveira

Ana Karolina Morais Silva

Jéssica Maria Grassi

Laura Beatriz Duarte

Ingrid Ortega Purmann

Carla Paulino da Costa Feres

Patrícia de Freitas

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil

lucaskerroliveira@gmail.com

O sistema internacional, estruturalmente hierárquico, oligopólico e competitivo, é marcado pelas tendências de concentração de poder e riqueza, de acirramento da competição inter-estatal entre as grandes potências, e das disputas por áreas de influência e controle de recursos estratégicos. Esta tendência insere a América do Sul em um contexto geopolítico intrincado, uma vez que a região é rica em uma grande diversidade de recursos naturais estratégicos (energéticos, minerais e agro-alimentícios), e estruturada em Estados bastante assimétricos e com diferentes capacidades de controle dos próprios recursos. Assim, a Integração Regional Sul-Americana é um processo complexo e multifacetado, que envolve conflitos e processos de cooperação e integração em múltiplas áreas, analiticamente distintas, como, por exemplo, (I) no âmbito Político e Institucional, em que predomina a participação de Estados e atores Estatais ou instituições intergovernamentais e supranacionais; (II) na esfera Econômica, em que a integração envolve desde o aumento da interdependência comercial, até a standardização de políticas macroeconômicas e a integração produtiva, financeira e monetária; (III) no campo da integração sociocultural, que envolve atores estatais e não estatais, desde programas de cooperação educacional e acadêmica, até a atuação de movimentos sociais e da sociedade civil organizada; (IV) no nível geopolítico e estratégico inclui desde a integração securitária até a construção de uma política de defesa regional

comum e integrada; e por fim, (V) na área de construção de infraestrutura da integração, ou infraestrutura integrada de energia, transportes e comunicações, que aparecem como componentes fundamentais para sustentar outras formas de integração, na medida em que viabilizam a circulação de pessoas, informações, serviços e produtos. Neste contexto, a integração regional trata-se de uma importante estratégia de longo prazo para estes Estados que buscam assegurar maior soberania sobre seus recursos naturais, aumentar a capacidade de barganha (atuando em bloco) e alcançar maiores níveis de desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Além da análise destes processos enquanto fenômenos de longa duração, importa considerar a influência das constantes transformações conjunturais e crises (globais e locais) de ordem geopolítica, política, econômica e social, como as recentes crises que marcam os países da região e instituições como o Mercosul e a UNASUL.

Palavras-chave: Geopolítica; América do Sul; multipolaridade; competição internacional; guerra híbrida; crise, UNASUL; Mercosul.



Mesa III

Expansão geográfica das corporações multinacionais brasileiras e implicações sobre a integração regional sul-americana

Júlia Pessanha Siqueira

Leandro Bruno Santos
Universidade Federal Fluminense
Campos dos Goytacazes / Brasil
julia_pessanha@hotmail.com

Segundo Santos, “o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global” (SANTOS, 1988). Os circuitos produtivos e de interações tornam-se cada vez mais complexos, envolvendo diversos locais na teia de relações das corporações multinacionais, além de uma crescente especialização regional, apresentando fluxos dos mais diversos tipos, intensidades e escalas. Este trabalho analisa a inserção das principais empresas e grupos multinacionais brasileiros nos fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), buscando entender seu papel na integração regional latino-americana e sua capacidade de gestão do território, entendida como o conjunto de práticas que visam à criação e controle da organização espacial (CORRÊA, 1992). As corporações possuem grande poder de influência sobre o espaço, podendo fragmentá-lo ou integrá-lo, centralizando e concentrando capitais em escala mundial. Essas empresas desempenham um papel fundamental na reorganização do espaço, pois, além de gerir o território, controlam sua organização e dinâmica, sendo singulares para a articulação de amplas regiões e países (CORRÊA, 1991). Os procedimentos metodológicos abrangeram o levantamento bibliográfico sobre temas pertinentes à pesquisa, o levantamento, sistematização e análise de dados de fluxos de IED disponibilizados pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e dos censos de capitais do Banco Central do Brasil (BCB), bem como o levantamento de informações nas home-pages das empresas. Os resultados mostram que o Brasil, nos anos 2010, apresentou uma diminuição dos estoques de IED, por conta da crise econômica e da reorientação das estratégias das empresas para o mercado interno. Do ponto de vista espacial, os investimentos de empresas brasileiras são expressivos na Argentina, no Uruguai e no Chile, distribuídos nos ramos de frigoríficos, metalurgia e siderurgia, cimento e agregados,

bancos, entre outros. São atividades com pouca complexidade tecnológica e baixa fragmentação da produção, propiciando pouco aprofundamento dos circuitos espaciais de produção entre as economias sul-americanas.

Palavras-chave: Internacionalização do capital; empresas multinacionais; integração regional.

A Rede de Mercocidades: impactos do Planejamento Estratégico na integração regional da América do Sul

Pedro Lucas Gil Silva

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA
pedrolucgil89@gmail.com

Com a emergência da globalização no início da década de 1990 as cidades alcançaram um patamar de maior destaque na geopolítica do capitalismo. Se por um lado o novo regionalismo aparece como alternativa para os países se organizarem no sistema internacional, por outro a readequação do papel do Estado marca a necessidade de governos locais, em diferentes escalas, como a regional e a urbana, se projetarem mundialmente em busca de investimentos. Esse processo marca o estabelecimento de um novo paradigma urbanístico: o Planejamento Estratégico. Baseado em preceitos empresariais, ele presa por valores ligados à competitividade, à eficiência e à sustentabilidade. Pelo fato de esses termos não possuírem uma definição precisa no repertório discursivo que mobiliza, esse tipo de planejamento recebe muitas críticas, sobretudo por despolitizar o espaço urbano, tentando costurar consensos que não se sustentam. Isso ocorre, principalmente, pelo fato de que suas ações acabam envoltas em um imbróglio que difunde noções como “participação” e “cidadania”, ao mesmo tempo que são resultados da ação de administradores com pretensas aptidões técnicas, em detrimento de uma real colaboração da população local. Frente a isso, em 1995 surge a Rede de Mercocidades, uma iniciativa forjada a partir de um seminário realizado em março, em Assunção, sobre o papel das cidades no âmbito do Mercosul. Em novembro do mesmo ano, novamente na capital paraguaia, foi assinado o acordo que instituiu a rede. Contando inicialmente com doze participantes, a rede hoje possui 349 municípios membros, de 10 países da América do Sul. Contudo, apesar de afirmar uma aspiração para contribuir com a integração latino-americana a partir da construção de uma identidade comum e

pensar alternativas para um desenvolvimento urbano de amplitude regional, a Rede de Mercocidades nasce no bojo do Planejamento Estratégico. Esse compromisso está expresso nas publicações e documentos resultantes de sua fundação, que contam com a colaboração de urbanistas fundamentais para essa forma de administração municipal. Propomos, portanto, uma breve análise das propostas, das ações e dos resultados alcançados por essa rede até o presente momento e seus possíveis impactos frente as contradições inerentes à formação socioespacial da América Latina.

Palavras-chave: Urbanização; integração regional; mercocidades; novo regionalismo.

Posicionamiento de los países de Latinoamérica. Aproximación desde el análisis comparativo de la marca país y la marca ciudad

José Javier Orosa González

Rubén Lado Sestayo

Universidad de A Coruña

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

Campus de Elviña s/n A Coruña, España

javorosa@hotmail.com

Tradicionalmente, el Marketing ha nacido y se ha desarrollado en el sector privado de la economía. No obstante, existe un cuerpo normativo profusamente estudiado que ha trasladado los principales postulados de esta disciplina académica al sector público. Como una parte del Marketing Público, ha surgido una rama de conocimiento teórico que tiene como objeto de estudio las diferentes unidades espaciales cualquiera que sea su escala, se trata del Marketing Territorial. La literatura académica sostiene que la creación y difusión de una marca territorial debe ser una parte del proceso cronológico de desarrollo económico, social y cultural de una ciudad, estado o país. Por lo tanto, resulta inexcusable que este proceso venga precedido de la utilización de la Planificación Estratégica Territorial y del Marketing, así como, su continuidad se realizará a través de la Diplomacia Pública. En un contexto mundial de globalización e integración económica, resulta innovadora la perspectiva de realizar un análisis de posicionamiento de los países de Latinoamérica. En este orden

de cosas, la marca país y la marca ciudad se muestran como herramientas útiles que permiten a una unidad territorial construir percepciones positivas orientadas a sus distintos públicos objetivo: residentes, empresas, turistas o potenciales residentes.

Palabras-clave: Globalización; marketing territorial; marca país; marca ciudad.

Desinternacionalizando os voos no Mercosul

James Da Silva Desiderio
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil
james.desiderio@gmail.com

O presente artigo busca apresentar a dinâmica da aviação na região da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, demonstrando fatores que dificultam o transporte aéreo, devido a separação de voos entre domésticos e internacionais nesta região que obtém três aeroportos extremamente próximos, porém não utilizados, porque são de países distintos, além de outras dificuldades para o tráfego aéreo na região existentes para atendimentos de demandas aduaneiras, que não estão vinculadas a ação de utilizar aeronaves para se locomover. A integração da aviação civil nesta região não ocorre em sua plenitude devido a fatores normativos dos Estados citados. A separação em classes de voos domésticos e internacionais acarretam em custos para a aviação geral e regular, principalmente com combustíveis utilizados pelas aeronaves, além de pagamentos de taxas pela utilização de serviços nos aeroportos internacionais. A integração entre os Estados da região não ocorre devido, principalmente, suas políticas com foco na economia, deixando a integração cultural, social e política, aquém do que poderia alcançar, e desta forma impedindo a integração da aviação.

Palavras-chave: Integração regional; aviação civil; tríplice fronteira.

Las empresas transnacionales, motores de procesos de integración asimétricos. Los efectos de la expansión de la minorista Walmart Stores, Inc. en América

Carmen Otilia Bocanegra Gastelum

Miguel A. Vázquez Ruiz

Universidad de Sonora

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

Hermosillo, Sonora, México

c boca@pitic.uson.mx

Resumen En el marco del llamado nuevo regionalismo se presentan distintas modalidades de los procesos de integración económica: unos relacionados con la “competencia” que proclaman las viejas y nuevas teorías del comercio y las relaciones internacionales y otras que buscan mayor “cooperación” entre países. En la lógica de la primera modalidad, según los teóricos de la integración económica, la integración económica entre las naciones debe generar, propiciar o acrecentar el comercio al ir trascendiendo las fases de liberalización de los mercados. En este sentido es importante destacar en los procesos de integración económica internacional el papel que juegan los agentes económicos, es decir, las empresas transnacionales como sujetos creadores y propulsores de dicho fenómeno, en la búsqueda incesante de posicionarse de nuevos mercados, donde difunden su “cultura empresarial”, “tipo de consumo” y se apropian de la riqueza e ingresos de los países desde donde operan. En ese sentido, el objetivo de la ponencia es destacar el papel que desempeña la minorista del comercio transnacional Walmart Stores, Inc., en el proceso de vinculación de los mercados internos con el global, a través del ofrecimiento de bienes que pretenden homogenizar el consumo en el continente americano, al margen de la identidad económica, social y cultural de cada país. Esto por medio de sus formatos, (establecimientos), marcas propias (producción de mercancías propiedad de Walmart) y los lazos entre los proveedores de todas las naciones; lo que a su vez genera una red global entre productores, distribuidores y la cadena minorista al comercializar los bienes al consumidor final, generando un desplazamiento del mercado de comercios micro, pequeños medianos y grandes. El método de estudio es analítico descriptivo.

Palabras-clave: Integración económica; comercio minorista; transnacionales; Walmart; asimetrías.



Mesa IV

Desafios Geopolíticos de Cuba para o século XXI

Juliel de Oliveira Batista
Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados/MS, Brasil
julieloliveira@hotmail.com

O intervalo temporal desta pesquisa remete de 1959 até os dias atuais, ou seja, desde a revolução cubana. Nesta apresentação de trabalho tem como principal objetivo apresentar os desafios que a ilha cubana enfrenta frente a todo um processo de crise tanto do ponto de vista econômico, como por exemplo os contínuos embargos que Cuba sofre em relação aos países com mercado com os Estados Unidos; além de uma crise social, que vai desde o novo governo que sai das mãos dos Castro, a nova constituição cubana. Sendo assim se analisa a abertura econômica que a ilha vem realizando desde o início deste século, e como o regime vai se manter frente ao avanço neoliberal no mundo, onde a economia de mercado vigora fortemente. Na análise econômica o trabalho irá se debruçar acerca de como a ilha se mantém, frente a toda a uma conjuntura internacional, com isso, de que maneira Cuba fornece aos seus respectivos cidadãos, os bens de consumo básicos, já que inúmeras empresas não conseguem mercado no regime cubano, pois há embargos econômicos na ilha desde 1960. Do ponto de vista social, como a nação está enfrentando as mudanças no regime socialista, com o fim do governo dos Castro, e uma nova governança. No trabalho também irá os modelos de saúde e educação, que é referência no mundo, porém sofre com a escassez econômica que o país vive, por isso um balanço desses modelos, e o como estão com todo esse aspecto. Nessa atual conjuntura iremos trabalhar com os rumos do novo governo cubano, e o como tal irá se comportar nessa nova integração regional que se explana no continente americano, com uma tendência neoliberal do ponto de vista econômico, e conservador em relação ao social. Portanto essa pesquisa irá analisar as conjunturas cubanas nessa geopolítica que vêm se formando tanto na ilha, quanto nas relações que o país tem com os demais, principalmente com os da América latina.

Palavras-chave: Cuba; socialismo; embargo norte-americano; geopolítica.

A vocação sul-americana da geopolítica brasileira

Selma Lúcia de Moura Gonzales
Escola Superior de Guerra - campus Brasília
selmagonzales@gmail.com

A recente mudança de perfil ideológico na América do Sul nos últimos anos criou em muitos estudiosos da região uma certa percepção de que muitos dos organismos regionais criados durante as duas últimas décadas respondiam a demandas ideológicas, e assim, seriam desprovidos de caráter estratégico para a região. Numa outra perspectiva, o significado geopolítico do processo de construção de um bloco regional na América do Sul, ao longo das últimas décadas, supõe a existência de conjunto de fatores políticos, econômicos, sociais, fisiográficos, mas acima de tudo geopolíticos, que justificariam o caráter estratégico desses constructos regionais. Como todo constructo dessa natureza, o processo estudado parece obedecer a espaços de convergência entre diferentes agendas nacionais. Essas agendas, entretanto, justo por serem nacionais, também possuem preferências e matizes políticas diversas. A criação de projetos regionais, como a Unasul e o CDS, por exemplo, apresentaram claramente uma distinção entre diferentes agendas, especialmente as propostas levadas a cabo pela diplomacia do Brasil e da Venezuela. A convergência entre os governos desses países no que se referia à concordância sobre a necessidade da construção de uma integração regional, quando da criação desses organismos, parece ter colocado névoa sobre o substrato geopolítico de tais constructos, gerando percepções de que tais projetos responderiam apenas a inclinações ideológicas – no caso, bolivariana. A hipótese defendida neste artigo é a de que, para além dos matizes ideológicos de momento, o projeto sul-americano responde uma demanda de longo prazo aqui intitulada de “vocação geopolítica”. Ainda que o espaço terrestre tenha sido fatiado em muitas porções políticas, a natureza impõe as conectividades e a América do Sul carrega esse destino. Considerando o papel desempenhado pelo Brasil ao longo do último século na região, discutir-se-ão as narrativas brasileiras sobre “entorno estratégico”, destacando o lugar da América do Sul no projeto geopolítico nacional. Por meio de uma releitura de geopolíticos como Travassos, Meira Mattos, Terezinha de Castro e Almirante Vidigal, analisar-se-ão os modelos de liderança e cooperação propostos. Assim, se buscará discutir a construção de arranjos regionais de cooperação como parte dessa geopolítica.

Palavras-chave: América do Sul; geopolítica; entorno estratégico; Brasil.

Geopolítica Mundial, Geopolítica Brasileira, atual pivot mackinderiano na América do Sul

Silmara Cosme Cravo
USP - Universidade de São Paulo
silmaracravo@gmail.com

Preocupação com o rompimento da paz na parte do continente americano que é a América do Sul. Visitação aos conceitos de Halford John Mackinder, como foram concebidos na sua origem. Revisitação aos conceitos de Halford Mackinder, refletidos e repensados por ele no decorrer de sua vida, consoante os eventos na humanidade acontecidos após o lançamento de seu pensamento original. Análise teórica do pivot mackinderiano, de forma abstrata. Continentalismo. Continentalismo e oceanismo. Breve comparação da teoria de Mackinder com a de Alfred Thayer Mahan. Análise teórica do pivot mackinderiano projetado para o continente sulamericano e vislumbrado pelo Coronel Mário Travassos, outrora. O pivot de Mário Travassos hoje: válido ou ultrapassado. Resgate ao mundo como sistema fechado especificado por Halford Mackinder, quando da reflexão de sua teoria. Atualidade. Globalização. Modernidade. Geopolítica e modernidade. Abordagem da obra de Carlos de Meira Mattos Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira. Breve retrospectiva da geopolítica do Brasil desde Everardo Beckheuser. Os geopolíticos de formação militar. A Escola Superior de Guerra e o pensar o Brasil também sob o ponto de vista da tecnologia. A paz sulamericana. A estabilidade e a instabilidade dos países sulamericanos. Rápida análise da instabilidade no continente africano e como isso reverbera para os países da América do Sul. Fluxo migratório dos africanos oriundos dos países os mais distintos possíveis (Burkina Fasso, República do Congo, Mauritânia, Mali etc.) para o Brasil. Episódios atuais de instabilidade na paz sulamericana: a Venezuela. Exercício de reflexão para se substituir a área de instabilidade vislumbrada por Mário Travassos quando tratou do pivot na Bolívia para concluir-se qual é a área de instabilidade ameaçadora da paz sulamericana na atualidade. O que mudou desde a época de Mário Travassos até nossos dias com os efeitos da modernidade e globalização. Saturação do mundo como sistema fechado de Halford John Mackinder.

Palavras-chave: Geopolítica; mackinder; geopolítica brasileira; mário travassos; globalização; modernização; meira mattos; paz sulamericana.

O lugar da notícia nos processos regionais de Integração: os enquadramos dos Jornais de Referência do Mercosul sobre as Cúpulas de Chefes de Estado (2013-2015)

Jandré Corrêa Batista
Karla Maria Müller
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Pelotas, Brasil
jandrejb@gmail.com

Esta pesquisa investiga a construção dos enquadramentos dos jornais de Referência do Mercado Comum do Sul (Mercosul) sobre as Cúpulas do Chefes de Estado, principal plataforma política da Organização (em suas 45^a, 47^a e 48^a edições). O objetivo é compreender como as notícias produzidas por esses periódicos enquadram os processos políticos do Bloco; e, com base nessa construção e circulação de sentidos, como se inserem/participam dos movimentos de integração regional. As discussões teóricas tratam da debilidade do Estado moderno em garantir o acesso à cidadania no contexto contemporâneo e do processo de integração regional no Mercosul (cf. BALASSA, 1961; OCAMPO, 2009; JIMENEZ, 1994; CORRÊA, 2009); e da origem da Teoria do Enquadramento e de sua apropriação para o campo do Jornalismo (cf. TUCHMAN, 1978; GOFFMAN, 1974; BATESON, 1972; THOMAS; THOMAS, 1928; BERGER; LUCKMANN, 2009; SÁDABA, 2007). A proposta metodológica é orientada pela perspectiva da Hermenêutica de Profundidade (cf. THOMPSON, 2000). Adota-se, para a etapa formal/discursiva prevista por Thompson (2000), a análise das estruturas argumentativas, baseadas nas reflexões de Fiorin (2016) e Perelman e Tyteca (2005). Para a seleção do corpus, estabelecem-se critérios para identificar a composição dos jornais de referência no Mercosul, pelas diretrizes da análise estrutural de redes (FRAGOSO et al., 2012; RECUERO et al., 2015). Identificam-se seis periódicos para esta pesquisa: La Nación, Clarín (Argentina); Folha de São Paulo, O Globo (Brasil); El Observador, La República (Uruguai). Os resultados apontam para o desfavorecimento dos processos regionais de integração nessas coberturas e para a omissão dos veículos de sua função emancipatória no tratamento de questões que envolvem direitos dessas comunidades.

Palavras-chave: Jornalismo e integração regional; mercosul; jornais de referência; enquadramento.

Perspectivas de ações multilaterais na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Mercosul

Sylvio Luiz Andreozzi
Geraldo Henrique Romualdo de Miranda
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - Brasil
sylvio luigi@gmail.com

Implantado a partir do tratado de Assunção, em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), composto inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, criado inicialmente para conformar um mercado comum com livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos, assim como o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com terceiros países e a adoção de uma política comercial comum, acabou por proporcionar um ambiente de integração que deve favorecer, por princípio, a implementação de ações conjugadas dos estados parte em benefício do desenvolvimento conjunto, que ampliou o alcance da atuação do Mercosul para problemas sociais e ambientais, inclusive com a criação de fóruns de debate sobre temas transversais. Em 2015 na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida na cidade de Nova Iorque, os 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a elaboração da Agenda 2030. A priori, todos os 17 Objetivos podem ser trabalhados conjuntamente, tanto por iniciativas do ente Mercosul, quanto por ações bilaterais ou trilaterais e decorrente das características existentes na ampla possibilidade da elaboração e execução da Agenda 2030, tanto por iniciativas governamentais, nas várias esferas possíveis, quanto por entidades paraestatais ou mesmo por organizações não governamentais, pela iniciativa privada ou por iniciativas particulares de entidades, associações, instituições, comunidades ou grupos organizados. Particularmente interessante se apresenta o Objetivo 17 “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”, que em suas dezenove metas aborda assuntos relacionados a finanças, tecnologia, capacitação e questões sistêmicas relacionadas

a coerência de políticas e institucional, parcerias multissetoriais e dados, monitoramento e prestação de contas, que se enquadram como itens relacionados ao compromisso dos Estados participantes do Mercosul em harmonizar suas leis para fortalecer o processo de integração.

Palavras-chave: Objetivos do desenvolvimento sustentável; Mercosul; agenda 2030.



Mesa V

Atuação do Congresso Estadunidense frente às Negociações do NAFTA/USMCA

Cristiano Cícero Santana Da Silva
FCLAr/UNESP
Araraquara/SP - Brasil
cristiano.santana_@hotmail.com

A renegociação do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA – sigla em inglês) decorre da promessa de campanha do presidente Trump, a partir das críticas estadunidenses ao acordo concluído em 1994, que alegam ter provocado uma perda de mais de 5 milhões de postos de trabalho nos EUA e provocar déficits comerciais com o México. Apesar do posicionamento crítico do governo estadunidense em relação ao acordo e sua postura de promover uma revisão ampla do mesmo, “(...) coalizações domésticas entre congressistas e entre governadores estaduais, e grupos de interesse locais têm pressionado pela permanência do país no acordo trilateral de livre comércio que abrange uma área geográfica cuja população é de 478 milhões de habitantes.” (MATTOS, 2018). Partindo do suposto de que os Parlamentos são espaços importantes para se compreender quais são os grupos de interesse que dão suporte às políticas externas implementadas por esses governos (MILNER, 1997; LIMA e SANTOS, 2001; NEVES, 2003; SANTOS, 2006), a análise do papel do Poder Legislativo no processo de renegociação do NAFTA permite refletir sobre os impactos internos dessa negociação e como estes atores reagiram à proposta estadunidense de revisão do acordo. Tendo como objeto de análise o legislativo estadunidense frente as negociações do USMCA (United States-Mexico-Canada Agreement) esta pesquisa objetiva realizar o mapeamento da participação do Congresso Estadunidense na formulação da política externa norte-americana; o mapeamento da concepção predominante sobre o acordo de livre-comércio no Congresso Estadunidense, verificando, inclusive, se há divisões entre os partidos políticos no que concerne ao posicionamento em relação às questões centrais renegociadas; observar os interesses e os atores relevantes na construção dos posicionamentos no processo de renegociação do NAFTA; analisar da percepção do Congresso Estadunidense no momento de ratificação do NAFTA no início dos anos 1990 e atualmente, durante a sua revisão e transformação em USMCA.

Palavras-chave: NAFTA; USMCA; Estados Unidos; Congresso; Livre-comércio.

A produção da natureza no mundo transnacional: os casos da mineração no Brasil e no México

Samarone Carvalho Marinho
Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente - GEDMMA /UFMA
GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”
São Luís, Brasil
samaronemarinho@hotmail.com

No âmbito da internacionalização da economia neoliberal outros padrões de produção da natureza são estabelecidos e com eles novas relações de capital-trabalho global se impõem. Conjugadas aos regimes de trabalhos flexíveis e à precarização da mão de obra, o relativo controle por parte dos capitalistas globais da exploração de recursos naturais surge como estratégia nodal para subsumir a natureza aos grandes esquemas produtivos em que apenas alguns agentes transnacionais têm o monopólio de atuação para exploração de tais recursos. São nestes termos que países como Brasil e México exercem um papel subalternizado, cuja lógica a qual as elites econômicas nacionais estão submetidas nada mais referendam uma posição de subserviência à exploração dos recursos naturais para sustentar o processo de acumulação de capital. Os casos da mineração (seja de ferro, de ouro, de alumínio, de cobre, etc.) nesses países são exemplos notórios dessa articulação que trazem consequências substantivas (em termos socioambientais, p. ex.) ao uso dos seus territórios. A expansão da atividade mineradora em larga escala nesses países incorpora uma grande concentração de recursos públicos e ou associados à parceria público-privado, contribuindo para intensa inversão estrangeira e retroalimentando uma rede de exploração extensiva aos territórios cuja resultante final, para o capitalista global, é a subsunção da natureza ao capital.

Palavras-chave: Produção da Natureza; mundo transnacional; mineração; Brasil; México.

Os investimentos diretos chineses no Brasil neste início de século (setor industrial)

Igor de Oliveira Ramos Campos
UNESP, São Paulo, Brasil
igororcampos@gmail.com

O objetivo será apresentar panoramas da progressão dos investimentos diretos chineses (IED) no setor industrial no Brasil neste início de século, enfocando o setor industrial de bens de consumo duráveis e bens de produção. Pretendemos contextualizar os investimentos pincelando as perspectivas das necessidades que a China teve pós as reformas do Partido Comunista Chinês sob a égide de Deng Xiaoping no ano de 1978, sobretudo ao que tange os produtos primários. Com a necessidade de recursos naturais, surge a relação estrita com a América Latina, região do globo com abundantes recursos de qual os chineses necessitavam. Sendo assim, é no Brasil, com o boom das commodities, no período de 2003 a 2010, que a China observa enorme potencial de parceria bilateral de sucesso. Após às commodities e a crise subprime, Pequim visa o Brasil no setor industrial, sendo agora, mais rentável e adequado ao plano estratégico chinês no que se diz respeito à internacionalização de empresas. Portanto, o foco será mapear o epicentro dos investimentos, ou seja, os estados da Federação que mais os recebem. Nesse aspecto, a pesquisa já realizada nos permite afirmar que os estados do Sul e Sudeste foram os maiores receptores de IED chinês, no setor industrial ou agroindustrial; por isso, analisaremos a expansão dos investimentos chineses no Brasil à luz da bibliografia voltada à avaliação dos ganhos em desenvolvimento de tecnologias, ciência e geração de empregos, no intuito de demonstrar os pontos positivos ou negativos para o território econômico receptor de tais investimentos. Em síntese, a intenção é mapear sobretudo o aumento da presença de indústrias originárias da China no Brasil, a concentração regional e, a partir de bibliografias sobre o assunto, tecer considerações sobre ganhos (ou modéstia dos ganhos) destes investimentos que aumentaram desde 2010. Além das fontes secundárias, recorreremos igualmente aos dados de órgãos não governamentais e governamentais como: o Conselho Econômico Brasil-China (CEBC), Boletins da SEAIN/MP (Secretaria de Assuntos Internacionais), Banco Central do Brasil, IBGE e material nos meios de comunicação.

Palavras-chave: Investimentos externo direto; investimento industrial Chinês no Brasil; relações comerciais Brasil-China.

Venezuela, potencia energética y de recursos estratégicos al filo del capital transnacional. Una respuesta desde el derecho a la autodeterminación y autonomía de los Pueblos

Raquel Alvarez

Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela

Luz Dary Rivera

Universidad Bolivariana de Venezuela

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

San Cristobal, Tachira, Venezuela

ludarycast@gmail.com

La posición geoeconómica y geoestratégica privilegia a Venezuela como un país excepcional; sus riquezas minero-energéticas y de recursos conforman un fuerte atractivo a los intereses del gran capital, objetivo para las inversiones y ganancias de grandes corporaciones del sistema global, cuya expansión pasa por alto los costos humanos, eco-ambientales que su accionar contrae. Este modelo hegemónico, enfrenta un revés con la llegada a la presidencia de Venezuela, por vía electoral, de Hugo Chávez, quien a partir de 1998 propende por una economía redistributiva, de inclusión social y reconocimiento de los derechos sociales, económicos, políticos, culturales, entre otros, de impacto y aceptación por gran parte de la población; un modelo alternativo inscrito bajo el pensamiento de Simón Bolívar, con proyección hacia otros países de la región, al punto de la gestación y concreción de gobiernos de corte progresista y de iniciativas integracionistas bajo la visión Sur-sur, como ALBA, UNASUR, CELAC, PETROCARIBE. Ante los avances conquistados se impone la contraofensiva para hacer retroceder estos procesos con el uso de estrategias simbólicas, medidas coercitivas, sanciones económicas y otras modalidades de intervención; política deliberada, al tiempo, ha repercutido negativamente en las conquistas sociales de la población más vulnerable, con resultados como el incremento de la migración, efectos sobre la salud, la educación, el empleo y la carencia alimentaria. Bajo esta óptica, se presenta una mirada de la expansión del capital y el papel de Venezuela, país productor y exportador de petróleo, además de otros minerales estratégicos, pasando por un breve recorrido histórico del modelo de desarrollo que regía el país antes de la

llegada del presidente Chávez, avances a nivel interno y regional, con ello aterrizar en la situación que enfrenta el país ante las medidas impositivas e intervencionistas para frenar la continuidad del modelo alternativo bolivariano.

Palabras-clave: Venezuela; geoeconómico; geoestratégico; integración regional; petróleo; riqueza minero-energética.

Vacíos llenos de riquezas. La representación de las regiones periféricas en el mapa de América del Atlas de Venezuela de Agustín Codazzi de 1840

Jorge Mario Aponte Motta
GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”
Colombia
apontemotta@gmail.com

Agustín Codazzi, adelantó un trabajo geográfico pionero que lo llevó a publicar en París un Atlas de Venezuela en 1840 y a dejar muy adelantados los trabajos para la publicación de una obra equivalente sobre la Nueva Granada; sin embargo, encontró la muerte en 1859 víctima de las fiebres palúdicas en un pequeño pueblo que hoy lleva su nombre muy cercano a la actual frontera colombo venezolana en la serranía del Perijá. Ésta, no es la ocasión para exaltar nuevamente la figura y obra del geógrafo y militar de origen italiano, sino para explorar los discursos implícitos en su obra, específicamente en el mapa llamado “América. Histórica, Física y Política actual” de su Atlas de Venezuela, el cual representa todo el continente, destacando las divisiones políticas, elementos demográficos, históricos y geográficos. Particularmente interesa la forma como en dicho mapa fueron representadas algunas “regiones periféricas” como la Patagonia, la Amazonia y Alaska, resaltando su condición de “áreas vacías” o “incógnitas” y habitadas por “pueblos salvajes”. Sugiero que este tipo de inscripciones en el mapa construyen un espacio representado que esconde su particular relación con procesos de configuración de los espacios de acumulación de capital, generando un discurso que representa espacios vacíos, mientras en las prácticas de apropiación se empiezan a consolidar en dichos espacios “canteras del capitalismo”. Éstas funcionaron como enclaves extractivistas o agroexportadores que alimentaron intensamente el sistema capitalista global decimonónico y que se apoyaron en el exterminio o subyugación de los pueblos habitantes de estas regiones y

el acaparamiento o control de sus tierras, proceso que fue acompañado por la creciente consolidación de los Estados Nacionales en todo el continente. Por lo tanto la construcción representada de “espacios vacíos” sirve como una estrategia discursiva que a la larga termina justificando y al mismo tiempo encubriendo las formas de explotación de las regiones “periféricas” americanas.

Palabras-clave: Regiones periféricas, cartografía, historia, geografía, América.



Mesa VI

El proceso de integracion México - Estados Unidos más allá del NAFTA-USMCA: dinámica del territorio y el espacio geografico hacia la conformacion de una region intermedia

Miguel Angel Vázquez Ruiz

Carmen Bocanegra Gastelum

Departamento de Economía de la Universidad de Sonora

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

Hermosillo, Sonora, México

miguelangel.vazquez@unison.mx

La reconfiguración de los dominios de la economía mundial, pasa por los distintos continentes, bloques de países, regiones binacionales y regiones transfronterizas. Así, en América del Norte Estados Unidos vive un proceso de restructuración del proceso de integración económico y social, a través de la renegociación del NAFTA-USMCA (TLCAN-T-MEC), lo cual lo ha llevado buscar medidas proteccionistas y aislacionistas con sus dos socios, México y Canadá, especialmente con el primero, a quien acusa de su déficit comercial y del desempleo motivado por empresas que han salido del país aprovechando los bajos salarios de su vecino del sur. Sin embargo, la política desintegradora del actual gobierno de Estados Unidos, enfrenta fuerzas económicas y sociales, así como una gobernanza transfronteriza que por el contrario fortalece una integración profunda entre ambos países, en un gran segmento del territorio y espacio geográfico compartido con México. El problema anterior justifica un tema que es perene, y que en los procesos de integración entre países y regiones transfronterizas tiene elementos reales -aunque son informales - y también procesos marcados por la formalidad como son los que resultan de la aplicación del TLCAN y eventualmente por el T - MEC. El objetivo de la ponencia es analizar cómo en el proceso de integración entre México y Estados Unidos, existen espacios donde la dinámica de la integración es cada vez más profunda, compleja y multidimensional. Los resultados detectados, es que independientemente de la valoración actual del gobierno de Estados Unidos respecto a los saldos de su conexión con México, los hechos y las evidencias cuantitativas y cualitativas evidencian una dinámica donde entre ambos países se avanza en la configuración de una mega región intermedia, una especie de tercer país, con delimitaciones geográficas muy evidentes.

Palavras-chave: México-Estados Unidos; integración transfronteriza; región intermedia.

Los caminos de la integración en América Latina: hacia la conformación del Espacio Global para la expansión del capital transnacional del Proyecto Mesoamérica

Marcela de Lourdes Orozco Contreras
Facultad de Economía, UNAM
GT-CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”
maroc_mx@yahoo.com

En este trabajo haremos un breve repaso de las distintas fases de integración en América Latina. La primera fase corresponde al siglo XIX cuyo corte fue más político y defensivo de cara a la construcción de los Estados-nación latinoamericanos. La segunda va desde principios del siglo XX hasta la década de 1970 - década de cambios estructurales en el sistema capitalista -; tiene un carácter más económico y se impulsa en el marco de la construcción de un sistema internacional de “cooperación para el desarrollo” que facilitó el predominio de Estados Unidos en el manejo del mismo. La tercera se perfila hacia la década de 1980, durante la cual la mayoría de los países latinoamericanos comienzan a instrumentar políticas neoliberales y a reorientar y reestructurar los procesos de integración que se construyeron en la segunda mitad del siglo XX. En ésta última destacaremos la importancia de las reformas que hubo en el funcionamiento del sistema económico a nivel global para así analizar el avance de la clase capitalista transnacional y la transformación de las instituciones en las que se apoyó la integración regional impulsadas por la Comisión Económica para América Latina y El Caribe (CEPAL) para incorporarse paulatinamente a la dinámica del capitalismo global. El cambio del modelo de sustitución de importaciones al modelo neoliberal se vería reflejado en las reestructuraciones de las economías de las naciones parte de los procesos de integración y de estos procesos. De esta manera, consideraremos cómo el capital transnacional - fundamentalmente europeo y estadounidense - han tenido un apoyo importante para su expansión en la región que abarca el Proyecto Mesoamérica a través de acuerdos de asociación y tratados de libre comercio para así también determinar los giros en la integración latinoamericana. De esta forma, nos remitimos a la estrecha vinculación que se establece entre México y la entonces Nueva Granada (llamada así desde que ésta era parte de la Gran Colombia junto con Venezuela, Ecuador y Panamá) en los primeros años de la independencia de ambos en la década de 1820 para liberar a toda “hispanoamérica” del imperio español. Esto se dio en el marco de los intentos de unión, liga y confederación impulsados por Bolívar en

el Congreso Anfictiónico de Panamá convocado en 1824 para ser celebrado en julio de 1826, con base en las ideas integracionistas desarrolladas por muchos patriotas de las nacientes naciones independientes. Este gran esfuerzo fue frustrado por los intereses estadounidenses (el Ministro de ese país en México, Joel R. Poinsett, y su homólogo en Bogotá, R. C. Anderson) y por supuesto los imperios europeos, con España a la cabeza. En los procesos de integración llevados a cabo en el siglo XX, tenemos que mencionar, entre otras cosas, el nacimiento de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC) y su posterior transformación en la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), el Mercado Común Centroamericano (MCCA) y la Comunidad Andina de Naciones (CAN). En el recorrido de los cambios en los procesos de integración de los países que hoy conforman el Proyecto Mesoamérica, los gobiernos de México y Colombia han sido pieza clave. A principios de la década de 1980, junto con Venezuela, Panamá y España crearon el Grupo Contadora para buscar una salida pacífica al conflicto centroamericano frente a la actitud militarista de Estados Unidos. Este proceso daría paso en 1989 a la creación del Grupo de los Tres (G3): México, Colombia y Venezuela. Desde este grupo se mantendría una plataforma importante de cooperación hacia Centroamérica y El Caribe. El distanciamiento entre los gobiernos de Venezuela y México a partir del año 2000 fue esencial para la escisión de este grupo informal de concertación política de proyección subregional y hemisférica y para el reacomodo de las relaciones y acuerdos entre Colombia y México, que se volvieron afines a los intereses estadounidenses y europeos (UE) que a partir de la década de 1990 impulsaron tratados de libre comercio y de inversión (TLCAN, CAFTA, USA-Colombia, México-UE, CA-UE, TBIs), así como planes geoestratégicos (Plan Colombia, Plan Puebla-Panamá que se transformó en Proyecto Mesoamérica con la incorporación de Colombia y República Dominicana), para impulsar un Espacio global para la expansión del capital transnacional.

Palabras clave: Integración, América Latina; Colombia; México; G3; Proyecto Mesoamérica; espacio global; planes geoestratégicos.

Las Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) en el Espacio Global para la expansión del Capital Transnacional del “Proyecto Mesoamérica”

Juan Manuel Sandoval Palacios

Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras, DEAS-INAH

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

Ciudad de México, México

juanmanuel-san-pal@gmail.com

Como resultado de la profunda crisis estructural del capitalismo mundial que se produjo durante las décadas de 1970 y 1980, los diferentes agentes que conforman este sistema (enormes empresas monopólicas industriales, comerciales y de servicios, grandes bancos, instituciones financieras como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, gobiernos de los principales países capitalistas, y otros) impulsaron diversos mecanismos para salir de dicha crisis (Kolko, 1988), lo que produjo una reestructuración de aquél y el consiguiente surgimiento del capitalismo global o globalización capitalista. Para Robinson (2013), esta nueva fase de expansión del capital transnacional que avanza de manera intensiva pero también busca hacerlo de forma extensiva en el nivel global constituye cualitativamente un nuevo estadio en el desarrollo del capitalismo mundial, y está marcado por un número de cambios cualitativos en el sistema capitalista y por novedosas articulaciones de poder social: 1) el surgimiento de capital verdaderamente transnacional, y una nueva producción y un nuevo sistema financiero globales; 2) el surgimiento de una Clase Capitalista Transnacional (CCT); 3) el surgimiento de aparatos de un Estado Transnacional (ET); y, 4) nuevas relaciones de desigualdad, dominación y explotación en la sociedad global. La movilidad del capital le ha permitido al capital reorganizar la producción en todo el mundo de acuerdo con una serie de consideraciones que permiten maximizar las oportunidades de ganancia. La globalización de la producción significa, para Robinson, la fragmentación y descentralización de complejos procesos de producción, la dispersión en todo el mundo de los diferentes segmentos de estas cadenas, y su integración funcional en vastas cadenas de producción y distribución dentro de nuevos circuitos globalizados de acumulación. La globalización de la producción ha llevado a la emergencia de patrones regionales de acumulación al impulsarse una integración más completa de los circuitos globalizados. Robinson (2013: 173) apunta que “los patrones regionales de acumulación reflejan ciertas distinciones espaciales, complementarias a una configuración del capitalismo global cada vez más integrado”; y estos patrones

regionales obedecen a “la descentralización de la economía global; su fragmentación y el surgimiento de varias zonas de intensa acumulación global”. El autor menciona que una de tales zonas en Europa va del noroeste al sureste, por encima de las fronteras y alcanzando áreas de Europa del Este. Otra, en Norte América, es la zona fronteriza de Estados Unidos y México. Varios de estos ejes entrecruzan el Este asiático. Estos pueden no ser rivales por la hegemonía territorialmente limitada, sino sitios de acumulación intensiva en una economía global que une a capitalistas y elites transnacionales en lugares diversos en todo el mundo, precisamente lo que esperaríamos de una configuración transnacional, supranacional y descentralizada. Estas zonas de intensa acumulación pueden abarcar los espacios nacionales, o parte de ellos, de dos o más Estados, configurando espacios globales bajo el control de instancias transnacionales que forman parte del Estado Transnacional. Robinson (2013: 126) plantea que, “En la emergente configuración global del capitalismo, el Espacio Transnacional o Global suplanta a los espacios nacionales”. Esta suplantación del espacio nacional, por parte del Espacio Global, implica que el Estado nación en cuestión permite la subordinación de la soberanía de todo su espacio territorial, o de alguna parte de éste, a instancias transnacionales que ejercen su control sobre el emergente Espacio Global. Considero que los Espacios Globales emergen o se producen sobre espacios que previamente han sido claves para las fases anteriores del desarrollo del capitalismo. Por sus características históricas y geográficas, ciertas zonas del planeta son claves para la intensa acumulación global, puesto que previamente han sido zonas que se han producido mediante un desarrollo geográfico desigual, producto de la diversificación, la innovación y la competencia, principalmente durante la fase anterior del capitalismo mundial para beneficiar la acumulación capitalista y por procesos de expansión geográfica del capital, como apunta Harvey (2006). Y la frontera México-Estados Unidos, así como otras regiones del Continente Americano (el Istmo centroamericano, la Cuenca del Caribe, la Amazonía, la Cuenca de la Plata, los Andes y la Patagonia) se han desarrollado de esta forma. En estos Espacios Globales el capital transnacional coexiste con los capitales nacionales y locales que se reproducen en ciertos sectores, encadenados en muchas ocasiones a los transnacionales a los cuales abastecen de insumos, servicios, transporte, etcétera. Sin embargo, sólo los capitales nacionales y locales que se transnacionalizan mediante fusiones, alianzas estratégicas u otros mecanismos, son capaces de incorporarse a mayores cadenas o a clusters de corporaciones transnacionales. Los Espacios Globales se insertan al capitalismo global mediante diversos mecanismos, principalmente los establecidos en los tratados de libre comercio (inversiones, propiedad intelectual, etcétera). En el caso del Espacio Global para la expansión del capital transnacional de la frontera México Estados Unidos, éste comenzó a emerger desde la década de 1980 pero recibió un fuerte impulso para su desarrollo y vinculación al capitalismo global a partir de la entrada en vigor del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) en 1994. En otro trabajo he mostrado cómo se generó y se ha desarrollado el Espacio Global para la expansión del capital

transnacional en la frontera Estados Unidos-México, cuya especificidad ha sido principalmente la de una acumulación militarizada (Sandoval, 2017). En esta ponencia me propongo analizar algunos mecanismos de la forma en que se está configurando el Espacio Global para la expansión del capital transnacional en el llamado Proyecto de Desarrollo e Integración del Proyecto Mesoamérica o Proyecto Mesoamérica, que abarca la región que va del sur-sureste de México hasta Colombia e incluye a la República Dominicana en el Caribe. Uno de los principales mecanismos es lo que hemos denominado Zona(s) Específica(s) de Intensa Acumulación (ZEIA), misma(s) que es(son) parte fundamental de los espacios globales para dicha expansión y que se impulsan en diversas porciones del territorio ocupado por los mismos, en la perspectiva del desarrollo geográfico desigual. Aquí utilizo el término de Zona Específica de Intensa Acumulación (ZEIA) como una abstracción analítica, una definición operativa, y un instrumento metodológico, para configurar un nivel de análisis de una totalidad concreta que se expresa en las escalas local y regional, de un proceso global. La Zona Específica de Intensa Acumulación (ZEIA), comprende diversas localidades, microrregiones y zonas urbanas en una porción del territorio específica, dentro del Espacio Global, articuladas por medio de infraestructura de transporte (carretera, ferroviaria, fluvial, marítima y/o aérea) y energética (hidroeléctricas o termoeléctricas, parques eólicos o fotovoltaicos, refinerías, plantas petroquímicas, gasoductos, oleoductos, etcétera), donde se ha creado y desarrollado la infraestructura industrial para grandes proyectos productivos y/o extractivos, extensivos e intensivos, de corporaciones transnacionales, mismas que son apoyadas financieramente por la banca nacional e internacional y por políticas públicas de todos los niveles de gobierno, así como por acuerdos y tratados internacionales; y sus productos se valorizan en las Bolsas de Valores globales. Se trata, pues, de un complejo entramado de infraestructuras establecidas para la expansión del capital transnacional y para su intensa acumulación. Un Espacio Global comprende varias ZEIA, las cuales se superponen y se expanden sobre zonas urbanas y sobre territorios de pueblos originarios y otras comunidades, limitando procesos de acumulación locales y afectando la reproducción social de comunidades que mantienen aún el valor de uso de sus bienes naturales. Pero las comunidades responden a ello organizándose para luchar por su territorio y sus bienes comunes.

Palabras-clave: Capital transnacional; espacios globales; zonas específicas de intensa acumulación (zeia).

Los megaproyectos como condiciones para la apropiación y capitalización de la naturaleza

Alejandro Fabián Schweitzer
CONICET-CIT Santa Cruz / UNPA
GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”
Río Gallegos, Argentina
aschweitzer@uarg.unpa.edu.ar

Podríamos definir a los megaproyectos como una gran inversión de capital, fijada en un espacio relativamente acotado de un espacio global, que tiene como objetivo principal la generación de condiciones para el incremento de los niveles de explotación de la naturaleza humana y extra-humana. Estas condiciones se despliegan en espacios concretos, zonas de intensa acumulación de capital, donde estos incrementos de los niveles de explotación son realizados como porción de la base material de circuitos de acumulación globales. Desde esta separación analítica podemos diferenciar dos momentos en los megaproyectos. El primer momento, de apropiación, que permite incorporar al análisis las dinámicas de expansión del capital, concretamente, cómo operan las fronteras de expansión del capital sobre nuevos espacios. Asocian procesos de despojo territorial, desplazamientos forzados de población, apertura de “zonas de sacrificio”. En términos de ecología-política se trata de conflictos de acceso a condiciones de reproducción de la vida de los pueblos y condiciones de reproducción (realización) del capital. Se trata de una incorporación “horizontal”, del espacio. El segundo momento, de capitalización de la naturaleza, está condicionado por el primero y se centra en la generación de plus valor, de mayor acumulación del capital o, dependiendo del momento histórico, de incremento de la cantidad de excedentes materiales, de apropiación/capitalización del trabajo no pagado de la naturaleza extra humana y del trabajo asalariado. En este caso se trata de la apropiación del espacio, horizontal, y del tiempo “vertical”, donde el capital incorpora cada vez más porción del espacio de la reproducción de la vida, el trabajo no pagado por el capital. Esta diferenciación de dos momentos nos permite analizar distintas fases en la producción de nuevas configuraciones territoriales y en sus consecuencias también diferenciables, por parte de megaproyectos: habilitación y acondicionamiento (fases de apropiación), construcción y operación (fases de capitalización) y cierre, de abandono y corrimiento de la frontera del capital hacia nuevos espacios. En este trabajo se analizará el caso de la expansión de las fronteras energéticas (carbón, gas y petróleo, hidroelectricidad

y fracking) en el Sur de la Provincia de Santa Cruz, el espacio global para expansión del capital transnacional de los Andes del Sur / Patagónico.

Palabras-clave: Fronteras del capital; megaproyectos; ecología política; Patagonia.

¿Acumulación por conservación o reserva extractivista?. Conflictos en torno a la expansión de las fronteras de mercantilización de la naturaleza en Patagonia Sur

Roni M. Lomba

Brenda Ponzi

Sabrina Picone

Alejandro Schweitzer

CONICET-CIT Santa Cruz

Río Gallegos, Santa Cruz, Argentina

aschweitzer@uarg.unpa.edu.ar

CONICET-CIT Santa Cruz

Río Gallegos, Santa Cruz, Argentina

aschweitzer@uarg.unpa.edu.ar

En la Patagonia Sur se despliegan desde 2007 dinámicas de expansión de las fronteras de la mercantilización de la naturaleza, en un proceso que cada vez más avanza hacia “arriba”, en circuitos financieros y “en altura”, en la Cordillera de los Andes, por sobre las fronteras políticas. Grandes capitales transnacionales y fundaciones se apropian de tierras y fuentes de agua, vaciando espacios en los que solo a veces realizan alguna actividad de conservación, o promoviendo la creación de nuevos núcleos urbanos en grandes operaciones inmobiliarias. Áreas protegidas y estancias adquiridas por grandes capitales rodean los hielos continentales Norte y Sur, una de las mayores reservas de agua dulce del planeta

pero también espacios con reservas de minerales metalíferos e hidrocarburos todavía sin explotar, proyectos de centrales hidroeléctricas, salmonicultura y turismo internacional. La Carretera Austral de Chile y la Ruta Provincial 41 en Argentina se van constituyendo como ejes de acceso y vertebradores del despliegue de estas dinámicas en uno de los espacios menos accesibles y poblados de la cordillera andina: el Centro y Sur de la región de Aysén y el Norte de Magallanes en Chile y el Oeste de la Provincia de Santa Cruz, en Argentina. Este escenario de capitalismo de frontera es fuente de conflictos, algunos todavía latentes, por apropiación y capitalización de la naturaleza humana y no humana. Ante estos avances surgen y se consolidan resistencias de movimientos socioterritoriales a ambos lado de la cordillera, en algunos casos con creciente articulación. También avanzan las estrategias de los grandes capitales, que plantean a sus actividades como única salida en término de oferta laboral para una población en constante aumento y de oportunidad de atención a la demanda de servicios por parte de productores y proveedores locales, cooptando así a sectores políticos, cámaras empresariales y sindicatos de trabajadores. Los estados nacionales, regionales y provinciales tampoco están ausentes. Al contrario, promueven este despliegue por medio de tratados internacionales, por la desregulación de sus marcos legales y jurisdiccionales y por construcción de obras públicas. En esta ponencia se apuntará a describir el funcionamiento de esta frontera en fase de configuración como zona específica de intensa acumulación de capital, en el espacio global Andino del Sur-Patagónico.

Palabras-clave: ZEIA; mercantilización de la naturaleza; megaproyectos.



Mesa VII

Geopolítica de las fronteras del capital. De los espacios ‘cerrados’ a las aglomeraciones territoriales reticulares

David Herrera Santana

Facultad de Filosofía y Letras, UNAM

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

Ciudad Universitaria, CDMX, México

david.herrera@comunidad.unam.mx

Busco analizar, desde la perspectiva de la producción del espacio (Lefebvre, 2013), la forma en cómo se ha transitado de los espacios relativamente cerrados, concebidos como espacios nacionales con aparatos productivos y reproductivos circunscritos territorialmente por fronteras también nacionales, hacia nuevas espacialidades que destacan por su conformación reticular y compleja, que responden a la necesidad de diversos capitales de producir grandes aglomeraciones de infraestructura, territorio, mano de obra y recursos estratégicos (E.G., 2018), articulados mediante poderes infraestructurales con fuerte sentido de integración logística (Herrera, 2019), que permitan la continuación de los procesos de reproducción y acumulación ampliada, en una etapa marcada por fuertes tendencias hacia la sobreacumulación y por una intensificación en la competencia y la conflictividad intercapitalistas. Estas nuevas producciones espaciales retan a las anteriores, así como las socializaciones, proyectos políticos y formas de autoridad que les eran propias, para inaugurar otras que se corresponden con la lógica fragmentaria y reticular, así como con las nuevas jerarquías que de ellas emanan. Suscribo la idea de Mezzadra y Neilson sobre “el modo en que las fronteras regulan y estructuran las relaciones entre capital, trabajo, derecho, sujetos y poder político, incluso en casos en que éstas no se encuentran delineadas por muros u otras fortificaciones” (2017: 26). De esta forma, las nuevas fronteras ya no ‘dividen y separan’ lo ajeno y lo propio, el adentro y el afuera –como jamás hicieron de forma absoluta–, sino que se presentan como conformaciones complejas que son manifestación fehaciente de la ‘destrucción creativa’ propia de los reajustes y reestructuraciones capitalistas (Ibíd.: 24-25), que buscan integrar, en sentido reticular y jerarquizado, los factores y elementos necesarios para procurar la continuación de la reproducción sistémica a partir de producir las condiciones de posibilidad espacial/territoriales que les son necesarias. Propongo observar cómo se encuentran configurándose nuevas fronteras que no se corresponden con las anteriores conformaciones geopolíticas y que, al ser vistas en su particularidad, parecieran ser anomalías en el

sistema instituido, pero en el ámbito de la totalidad, se muestran como una profunda reestructuración en la geopolítica del capital en escala mundial. En América, los grandes proyectos infraestructurales (IIRSA, PPP...) son parte de esta dinámica.

Palabras-clave: Frontera; articulación reticular; aglomeraciones espaciales/territoriales; geopolítica del capital.

¿Proyectos de integración o espacios del capital? Analizando la integración regional a la luz del megaproyecto IIRSA

Diego Alejandro Toledo Bugarini
Universidad Católica de Córdoba
Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales
Córdoba, Argentina
toledo_bugarini@hotmail.com

El principal objetivo de este trabajo consiste en analizar los modos de intervención del Estado y el capital, y las resistencias y modos de lucha social que frente a ellos se erigen. El presente trabajo parte de constatar la manera en que la región sudamericana ha sido posicionada como un enclave crucial para la expansión capitalista global, en su fase de acumulación transnacional, a partir de la reestructuración capitalista acontecida durante las décadas de 1970 y 1980 (Robinson, 2004). Desde este prisma, el trabajo se estructura en torno a tres ejes. En el primero, se retoman los principales rasgos y emplazamientos del megaproyecto IIRSA a los fines de problematizar ciertas lógicas de la integración regional que operan como instancias configuradoras de la región en tanto “espacio global” (Robinson) para la expansión del capital, significando asimismo –por la magnitud y dimensiones de los proyectos agrupados en IIRSA- un avance de la lógica de “acumulación por desposesión” (Harvey, 2001). El análisis de estos procesos ayudaría entonces a identificar patrones regionales de acumulación, vinculados a dinámicas globales, que no hacen más que mostrarnos la continuidad y el recrudecimiento de colonialismo y explotación de la naturaleza en América Latina. En esta línea, se intentará en segunda instancia un mapeo de los principales conflictos, rurales y urbanos, vinculados con los proyectos impulsados por IIRSA en Argentina. De este

modo, se busca reflexionar acerca de en qué medida entran en conflicto estos nuevos desarrollos con las poblaciones y comunidades locales y transnacionales, y cómo son sus respuestas. Ubicamos entonces la insubordinación y resistencia en el corazón mismo de los procesos económicos y políticos. Por último, el tercer apartado, busca resaltar que en la reproducción de nuevos espacios y recursos, el Estado no se mantiene al margen como indican muchos estudiosos del neoliberalismo, sino que se involucra profundamente tanto para crear un “buen clima de inversiones” como para mediar las relaciones entre sociedad-capital y desplegar una serie de estrategias a través de las cuales se pretende conducir y modelar espacios, sujeto y resistencias.

Palabras-clave: integración regional; capitalismo transnacional; desarrollo regional; conflictos socioambientales; IIRSA.

Mega – Projetos econômicos e dinâmicas da fronteira: uma análise dos movimentos socio territoriais (Amapá- Brasil, Santa cruz e Terra do fogo – Argentina)

Roni Mayer Lomba

Alejandro Fabian Schweitzer

Jadson Luís Rebelo Porto

Universidad Nacional de la Patagonia Austral y Universidade Federal Do Amapá

O trabalho é uma pesquisa de pós doutorado realizado na Argentina desde abril de 2018. Objetiva analisar o impacto dos recentes projetos de desenvolvimento apresentados em duas regiões da fronteira sulamericana, um estado do Norte da Amazônia e o Sul da Patagônia e a concepção dos movimentos de defesa do território diretamente afetados. Embasado no materialismo dialético, na acumulação por capitalização e espoliação percorremos ambos espaços fronteiriços entrevistando envolvidos em coletivos e suas percepções. Conclui-se que historicamente a fronteira continua concebida no ideário de espaços vazios, a imposição dos interesses capitalistas nacionais e estrangeiros. No Amapá a organização social tem sido um pouco mais efetiva frente a expansão recente do agronegócio, do desmatamento, do impacto da

criação de represas para geração de energia e defesa dos povos originários, fatos que possibilitaram alguns avanços (mesmo tímidos). No sul da Argentina, a razão de escasso povoamento e urbanização mais intensa faz com o que os coletivos sejam mais frágeis, em muitos casos relacionados a defesa ambiental, conseguiu lograr raros exitos. Soma-se isso o forte papel do setor público como grande fonte empregadora e a possibilidade de geração de algum trabalho nas atividades extrativas, tem esvaziado os movimientos socioterritoriais locais. Assim también explica o nebuloso processo recente de valorización da natureza pela expansión dos Parques Nacionales a partir de investimentos estrangeiros em áreas de grandes fontes de recursos (minerales, aquíferos e outros).

Palavras-chave: Fronteira; movimientos socioterritoriales; desenvolvimento; capitalização do território.

“Compro aire y si es puro, pago mucho más”(1): la producción del Parque Nacional Los Glaciares frente al avance del capital.

Brenda Sofía Ponzi
AGENCIA - UNPA – UdeA
GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”
Bialet Massé, Argentina
brendaponzi@gmail.com

La presente exposición forma parte de los avances de la tesis doctoral en Ciencias Sociales y Humanidades (UNPA) titulada “Áreas protegidas y territorialidades en Patagonia Sur” (2). En este marco, se comprende a los Parques Nacionales como espacios producidos por agentes con proyectos de territorio y poder diferencial. El Parque Nacional Los Glaciares se localiza en la región de Patagonia Sur, al Sudoeste de la provincia de Santa Cruz, Argentina. Fue creado en 1937 por Decreto n°105.433, recategorizado en 1945 por Decreto Ley n°9.504 y delimitado nuevamente en 1971 por Ley n°19.292. Según su Plan Preliminar de Manejo (1997) sus objetivos son la preservación del ecosistema andino surpatagónico y estepario, la protección de las altas cuencas, la preservación de las bellezas escénicas, la facilitación del desarrollo turístico y la investigación, así como la promoción del conocimiento público. Principalmente, en esta ponencia se analizarán

las disputas jurisdiccionales entre la provincia de Santa Cruz y la Administración de Parques Nacionales con relación a los límites de este Área Protegida, y los proyectos de los principales agentes que tensionan el espacio protegido: permisionarios, concesionarios y propietarios. Teniendo en cuenta los objetivos del Parque y la producción territorial de los diferentes agentes, será posible discutir acerca del lugar que ocupa el Parque Nacional en un contexto de avance de las fronteras del capital y de mercantilización de la naturaleza.

Palabras-clave: Parque nacional los glaciares; límites; territorialidades; agentes.

¿Territorios para la conservación, para la vida o para la acumulación de capital? Reflexiones desde El Chaltén y Valle del río De las Vueltas (Patagonia Argentina)

Sabrina Elizabeth Picone
UNPA - CIT Santa Cruz
GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”
El Chaltén/Argentina
sabrinapicone22@gmail.com

En el contexto de globalización actual, los procesos de acumulación y reproducción del capital precisan de la incorporación de espacios periféricos al mercado mundial, que se vuelven estratégicos para las políticas de desarrollo hegemónico. La Patagonia Sur se halla fuertemente integrada a estos procesos de apropiación territorial, de manera subordinada. La localidad de El Chaltén y el valle del río De las Vueltas se ubican al suroeste de la provincia de Santa Cruz, en zona de frontera con la república de Chile. El poblamiento del área se asentó sobre la necesidad de establecer soberanía nacional en una zona disputada por ambos países cuyos límites aún no estaban constituidos. Asimismo, la cercanía con el Parque Nacional Los Glaciares-zona Viedma y sus políticas de conservación, implicó para el área un proyecto de territorio proveedor de servicios turísticos y conservación ambiental, desplazando gradualmente a actividades ganaderas

preexistentes o potenciales alternativas. De esta forma, se imponen nuevos procesos que implican la apropiación del territorio en manos del capital y su posterior mercantilización. En paralelo, la emergencia habitacional en El Chaltén y la falta de políticas de entrega de terrenos para vivienda por parte de la provincia, favorecen procesos de mercantilización de la tierra y especulación inmobiliaria. Estos procesos que se desatan tanto en el espacio urbano como en el valle en su conjunto. El objetivo de esta presentación es discutir los procesos de apropiación territorial de El Chaltén y valle del río De las Vueltas en relación a la expansión de la frontera de expansión del capital y cómo las políticas de conservación y de economía verde influyen en la mercantilización de la naturaleza y en la degradación de las condiciones de vida de la comunidad local.

Palabras-clave: Fronteras; apropiación territorial; conservación; Patagonia; Argentina.



Mesa VIII

Panamá, cabeza de puente para la producción de energía hidroeléctrica

Helene Roux

Universidad Paris

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

Paris, Francia

helenaroux@gmail.com

Con esta comunicación se seguirá con trabajos ya emprendidos en Centroamérica sobre apropiación global de los espacios locales. Esta vez se ilustrará este fenómeno con el caso de Panamá que, a partir de los años 1990, acrecentó la construcción de represas hidroeléctricas para perfilarse como campeón de la producción de energía a través del Sistema de interconexión para América central (SIEPAC). Esta política a gran escala de concesiones de los ríos se enmarcó en las políticas del llamado Plan Puebla Panamá (hoy Mesoamérica). Actualmente, la privatización de los recursos en agua pretende servir tanto los propósitos de venta de energía a los países vecinos como a la alimentación de proyectos extractivos (en particular mineros) en el territorio nacional. Mas allá de casos muy sonados como el del proyecto hidroeléctrico de Barro blanco (en el nortño departamento de Chiriquí), Panamá ha erigido la construcción de represas en un sistema que provoca despojo de tierras y expulsión de población indígena y campesina, así como los consiguientes procesos de resistencia por parte de los grupos afectados.

Palabras-clave: Megaproyectos; políticas; agua; despojos.

Complexos de hidrelétricas do Rio Madeira, a nova Utopia Amazônica: uma análise da proposta de aceleração do crescimento e os conflitos de distribuição ambiental e ecológica

Glêidson Rônei dos Santos

Programa de Pós-graduação da Integração Contemporânea da América Latina, PPGICAL

Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA

Foz do Iguaçu, Paraná

gs.roneimaster@gmail.com

O processo de desenvolvimento econômico regional da América latina e seus países passa pela necessidade da ampliação e desenvolvimento dos modelos de matriz energética, projetado para atender principalmente a crescente demanda do consumo energético, sobretudo do setor industrial, que impacta diretamente a geração de empregos. Ao final do governo FHC em 2001, o Brasil enfrentava uma grave crise no setor de energético, que teve consequência no fornecimento e distribuição da mesma, ocasionando racionamento e cortes forçados de energia elétrica, os “blackouts” ou apagões, como ficaram conhecidos, principalmente nas grandes cidades. Com o bom momento vivenciado pela indústria no novo governo, veio então a ameaça de novos blackouts ou apagões, e junto o desejo de tornar o Brasil um país autosuficiente na geração de energia, o que fez com que o então governo adotasse uma política diferenciada da praticada antes. A matriz energética hídrica consolidou-se e implementou-se após a criação do programa de aceleração do crescimento “PAC” onde estava previsto a construção de um complexo de hidrelétricas no rio Madeira, considerada como fonte limpa, renovável e de baixo custo, mas que para muitos pesquisadores e estudiosos do setor, o custo só é baixo e limpo quando não se contabiliza os impactos socioambientais que estes empreendimentos faraônicos causam aos povos estabelecidos na região, valor esse que torna se imperceptível ao se olhar para o futuro obscurecido pelas falhas ou irregularidades nos estudos de impactos ambientais em desacordo com as legislações que regulam o setor ambiental que desobedecem e burlam os licenciamentos, essas ações que hoje trazem a indubitável realidade da esquizofrênica injustiça social da que nos trazem as cenas dos conflitos de distribuição ambiental e ecológica, afetando a qualidade de vida das comunidades pobres. Este presente estudo tem como objetivo analisar como se desenvolveu este processo que suplantou as usinas no rio Madeira, e conseqüente trouxe graves impactos socioambientais para região, com o modelo de matriz energética que

embora se diga limpo e renovável, não o é em sua essência, remetendo grande parte de uma população afetada pelos faraônicos empreendimentos amazônicos a viver miseravelmente em detrimento dos impactos causados por ela.

Palavras-chave: Impactos socioambiental; Matriz energética; hidrelétricas; licenciamentos.

La expansión de China en el sector de Energía Eólica de Brasil y Argentina

Astrid Yanet Aguilera Cazalbón

Lucas kerr de Oliveira

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA

Salta-Argentina

astridcazalbon@gmail.com

La generación de energía a través de fuentes renovables está cobrando relevancia en varios países de Latinoamérica. Diversos factores impulsan a estos países a modificar su patrón de producción y consumo de estas fuentes. En primer lugar, existen factores ligados al contexto internacional que exigen cambios en la política energética. También están vinculados al poder tecnológico de algunas naciones que concentran capacidad para planificar estratégicamente la industria de generadores de energía renovable, producir tecnología y luego exportarla. Por otro lado, existen factores internos, propios de la coyuntura de cada país, asociados a la necesidad de diversificar la matriz energética y al potencial que disponen para generar energía de cada una de las otras fuentes de energías renovables. Los mercados de energía eléctrica de Brasil y Argentina están entre los más grandes y complejos de Latinoamérica, debido a sus extensos territorios, al tamaño de su población, la diversificación de fuentes y a la integración energética regional. Además, han demostrado fuerte interés por promover las fuentes renovables debido a su potencial, siendo la fuente eólica una de las más relevantes en términos de potencial para la diversificación de la matriz energética. En los últimos años, se ha modificado el marco regulatorio para atraer inversiones que fomenten la generación de energía de fuentes renovables, a través de diversas subastas. Entre los principales protagonistas de esas subastas se encuentran empresas y bancos de origen chino (tanto públicos como privados), que operan a través del financiamiento de infraestructura, Inversión Extranjera Directa y provisión de equipamientos y tecnología. Estas van adquiriendo participación en nuevos emprendimientos o en la ejecución de

proyectos ya en marcha, tanto en la generación como en otros segmentos, a través de diversas modalidades de operación. El objetivo del trabajo es analizar las características del proceso de expansión de China en el sector de energía eólica en Brasil y Argentina, y de tal modo, poder cuantificar y extraer información descriptiva sobre ese proceso. Se busca con este análisis, tener un conocimiento más acabado sobre los intereses geopolíticos de China dentro del sector energético de ambos países. En ese sentido, se busca también diagnosticar el grado de vulnerabilidad al que están expuestos los recursos para generar energía eólica, frente a la posible falta de planeamiento estratégico y de control del Estado, por parte de los países sudamericanos.

Palabras-clave: Expansión de China en Latinoamérica; Brasil y Argentina; Energía Eólica.

Relações energéticas do Brasil com o Paraguai e a Bolívia: os tratados e os impactos na fronteira

Camilo Pereira Carneiro Filho
Leandro Corrêa Barbosa
Bruno dos Santos Dias
Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados/MS, Brasil
pereiracarneiro.camilo@gmail.com
leandrocarboza2008@hotmail.com
brunodossantosdias@hotmail.com

O Brasil, principal economia da América do Sul, possui relações econômicas importantes com os Estados vizinhos, em especial aqueles da Bacia do Prata. A partir da segunda metade do século XX, tanto o Paraguai quanto a Bolívia passaram a fazer parte da zona de influência brasileira. Os dois países mediterrâneos, que até então compunham a zona de influência argentina, foram beneficiados com obras de infraestrutura de conexão promovidas pelo Brasil. A saber: a conclusão da estrada de ferro Noroeste do Brasil, ligando o porto de Santos à Corumbá, na fronteira Brasil-Bolívia (em

1952) e a inauguração da estrada de ferro entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra (em 1955), no tocante à Bolívia; e a construção da Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai (em 1965) e da BR-277 (inaugurada em 1969), que liga o porto de Paranaguá a Foz do Iguaçu, no que tange ao Paraguai. A relação histórica do Brasil com os países platinos, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, vem sendo caracterizada por uma grande quantidade de tratados que dizem respeito ao uso dos recursos comuns e ao fornecimento de energia. O Brasil tem com o Paraguai uma estratégica parceria no tocante à geração de energia hidroelétrica (Itaipu Binacional) e com a Bolívia, um acordo de fornecimento de gás natural (Gasbol) direcionado ao setor industrial. Enquanto a iniciativa hidroelétrica passou a operar gerando energia em 1984, o gasoduto começou a funcionar apenas em 1999. Ao longo dessas parcerias, o governo brasileiro vem se deparado com momentos de relativa tensão, nos quais o preço da energia adquirida pelo Brasil é questionado. Tendo em vista a relevância do tema no âmbito das Relações Internacionais, o presente trabalho buscará analisar o peso da energia fornecida por Itaipu Binacional e do Gasbol para a economia brasileira, bem como a importância destes no âmbito da geopolítica do Cone Sul. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, básica, pautada em análise bibliográfica e documental, que tem como recorte espaço-temporal a região da Bacia do Prata no período entre 1950 e 2019.

Palavras-chave: Itaipu Binacional; gasbol; Brasil; Bolívia; Paraguai.

Las regiones competitivas de energía eólica y solar en Brasil y Argentina

Astrid Yanet Aguilera Cazalbón

Roberto França da Silva Junior

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA

Salta, Argentina

astridcazalbon@gmail.com

Argentina y Brasil cuentan con un vasto territorio geográfico, donde existe una distribución espacial desigual de la población. Esta se concentra sólo en algunas regiones productivas, vinculadas por lo general a la producción agro-industrial, o cercana a puertos. En ambos países, los territorios con menor población se caracterizan por actividades como minería, cultivos agrícolas, ganadería, entre otras. La demanda por energía eléctrica de los polos urbanos, sobrepasa claramente

la demanda de energía de aquellas poblaciones aisladas, que además no cuentan con polos industriales que consuman energía a grande escala. Sin embargo, esa lógica territorial actualmente está modificándose debido al auge global que están teniendo las energías renovables, y en particular, las fuentes eólica y solar. Tanto Brasil como Argentina cuentan con un gran potencial para producir energía de estas fuentes, y ese potencial está justamente localizado en aquellas regiones no industrializadas. En Brasil, la región con mayor potencial eólico es la región noreste, asimismo, esta es la región con mayor radiación solar. En Argentina, la región patagónica y parte de la región cuyana disponen de los vientos de mejor calidad. En cuanto a la energía solar fotovoltaica, la región que cuenta con mayor potencial es el noroeste. Se buscará identificar concretamente a las regiones que tienen potencial para producir energía de esas fuentes y hacer un análisis de estas, caracterizándolas como regiones competitivas para producir energía. Ese análisis consistirá en identificar los diversos actores (empresas públicas y privadas, financistas, proveedores de tecnología, bancos, agencias, etc.) que participan de los círculos de cooperación en el espacio, sean estos locales, nacionales y/o globales. Analizar el uso corporativo del territorio en esas regiones periféricas, la logística, los discursos de competitividad, el marco regulatorio, las estrategias geopolíticas de algunos de esos actores, en particular, de aquellos que tienen dominio tecnológico y poder en el orden global. También se busca diagnosticar los recursos locales existentes para producir energía eólica y solar, y verificar el grado de vulnerabilidad al que están expuestos, frente a la falta de planeamiento estratégico y de control por parte del Estado.

Palabras-clave: Argentina y Brasil; regiones competitivas; energía eólica; círculos de cooperación espacial.



Mesa IX

La colonialidad de la naturaleza en espacios periféricos del capitalismo global desde la centralidad del sujeto

Silvia Valiente
CONICET CIT Catamarca-UNCA
GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”
Cordoba, Argentina
scvaliente@gmail.com

En esta ponencia que tiene como eje de análisis de la colonialidad de la naturaleza (Albán y Rosero, 2016) desde la centralidad del sujeto, en espacios interiores de la provincia de Catamarca (Andalgalá) en un contexto geopolítico ligado a la reprimarización y recolonización de territorios ricos en recursos naturales (Schweitzer y Valiente, 2018). En este contexto nos preguntamos ¿cómo logran los sujetos locales cuestionar -si es que lo logran hacer- las ideas forjadas en la modernidad basadas en propuestas antiesclavistas que enfatizan en el progreso, la libertad y la felicidad junto a la idea de desarrollo, cuando paradójicamente es la misma modernidad y la herencia colonial y el colonialismo interno quienes han acentuado esa condición de periferia en estos territorios? ¿Cómo transitamos desde estas preguntas y punto de partida a la experiencia concreta de los habitantes en este espacio-tiempo? ¿Cómo provocar desde un proceso investigativo la reflexión y activación de luchas que tienen que ver con urgencias de la vida cotidiana, con dar respuestas a demandas concretas como la falta de trabajo, los bajos ingresos, la pérdida de producción de actividades agropecuarias tradicionales, sólo por nombrar algunas de las problemáticas que emergieron en estudios anteriores? Aquí la lucha no es librada por sujetos racializados, ni pueblos originarios, ni campesinos, ni afrodescendientes; sino por sujetos urbanos de una ciudad pequeña que demandan respuestas a urgencias de la vida cotidiana. Desde estas motivaciones se encara un proceso investigativo centrado en el sujeto orientado a la producción de conocimientos de manera dialógica, solidaria y participativa, como lo proponen las metodologías críticas cualitativas.

Palabras-clave: Capitalismo global; espacios periféricos; colonialidad de la natura.

Conflitos na floresta: Diálogos sobre decolonialidade e conservação da natureza na Amazônia

Jodival Mauricio da Costa

Edilene Lira

Universidade Federal do Amapá

Grupo de Trabajo “Fronteras, regionalización y globalización en América” del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Macapá/Brasil

jodival.costa@gmail.com

Este trabalho analisa a colonialidade do saber e do poder na Amazônia Brasileira. Por essa colonialidade concebemos: o sistema de pensamento e de ação construído na América Latina pelos países ocidentais, que teve como principal resultado a continuidade de modos de pensar e agir de realidades ocidentais, com desconstrução e negação dos sistemas de saber e agir locais. Esses sistemas de pensamento e de ação imprimiram a padronização de um modelo de desenvolvimento que nega e impossibilita a valoração de outros modos de ver e ser no mundo amazônico. Neste sentido, este trabalho tem sustentação teórica nos conceitos de Ecologia Política, Decolonialidade, Pós-Desenvolvimento, Pluriverso e Bem viver. Dito isso, os conflitos aqui tratados se inscrevem no campo da disputa de valoração entre os saberes e modos de ser e fazer de povos amazônidas e a racionalidade instrumental do Estado e atores econômicos com ação na região. Nessa disputa de valoração, os interesses do Estado e de atores como as grandes empresas; conflitam com os modos de vida das comunidades locais: quilombolas, indígenas e cooperativas de manejadores de produtos florestais não madeireiros. Dessa forma, partimos do pressuposto de que as questões de meio ambiente envolvendo a Amazônia e os discursos de sua conservação pelo Estado e empresas estão diretamente relacionadas à construção de um discurso de valoração institucionalizado como governamentalidade pela colonialidade do saber e do poder, que desconsidera e desqualifica os modos de vida desenvolvidos na região como alternativas ao desenvolvimento e conservação da natureza. Objetivo: Analisar a manutenção do sistema de pensamento e de poder construído pela colonialidade moderna instrumental na Amazônia Brasileira e possibilidades de sua superação pela valoração dos modos de vida de povos amazônidas, embasados nas propostas de Bem Viver e de Pluriverso como estratégias de conservação da natureza e de alternativas

ao desenvolvimento. Metodologia: A pesquisa é desenvolvida principalmente: a) pela análise de políticas públicas e projetos governamentais e de atores privados que, ao serem implantados, perpetuam o padrão de desenvolvimento pensado e difundido pela modernidade instrumental. O trabalho é desenvolvido com predomínio de: análise de dados secundários e diálogo com os atores envolvidos.

Palabras-clave: Desenvolvimento; pluriverso; bem-viver; Amazônia.

Espacios periféricos del capitalismo global y la valorización de la naturaleza en su dimensión epistémica. El territorio de la megaminería en Andalgalá (Catamarca-Argentina)

Silvia Valiente

Jorgelina Berteá

Beatriz Ensabella

Centro de Investigación y Transferencia de Conicet Catamarca (CITCA-UNCA)

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

Catamarca - Argentina

scvaliente@gmail.com

Este trabajo, como su título lo anticipa, tiene por objetivo analizar los procesos de colonialización de la naturaleza asociados a la megaminería en Argentina, en general, como parte de una dinámica geopolítica extractivista que impera en la región, y en Andalgalá en particular, como espacio periférico del capitalismo global donde opera desde abril de 1997 la empresa trasnacional Minera Alumbrera Ltd. Su establecimiento fue impulsado por políticas nacionales de corte productivista exportador de materias primas, en este caso, de minerales metalíferos, en un contexto mundial de expansión geoestratégica del capital internacional. En este escenario nos detendremos en la dimensión epistémica de la valorización de la naturaleza, esto implica pensarla más allá de las fronteras de la comercialización por fuera de los

circuitos del mercado capitalista; en suma, no sólo en términos productivos o al servicio de la necesidad del capital sino una naturaleza integrada a la población sin que ésta compita con la clase capitalista transnacional por el acceso al agua, a sus paisajes, a la energía. En este sentido, queremos también mostrar como de alguna manera el desarrollo de la megaminería ha direccionado el presente y futuro de los habitantes de Andalgalá. Para ello, articulamos en este estudio diferentes tradiciones teóricas que provienen de la historia ambiental, ecología política, la geografía crítica y la perspectiva decolonial, para en conjunto, pensar otros escenarios posibles.

Palavras-chave: dinámica geopolítica; capitalismo global; espacios periféricos; megaminería; dimensión epistémica en la valorización de la naturaleza.

El extractivismo minero en espacios periféricos del capitalismo global. La articulación teoría-metodología-empiría en la investigación cualitativa

Clara Emilia Aibar

Belen Bosio

Franco Lipari

Guadalupe Iturriza

Carolina Marchetti

Ana Vargas

Escuela de Arqueología

Universidad Nacional de Catamarca

San Fernando del Valle de Catamarca-Argentina

clara_aibar@hotmail.com

La presente ponencia comunica el trabajo realizado en el marco de la Práctica de Campo en Antropología Sociocultural I donde nos aproximamos a la problemática de la colonialidad de la naturaleza en espacios periféricos del capitalismo global, puntualmente, al tema del extractivismo minero. En el marco de dicha práctica realizamos una re-lectura a las

entrevistas ya transcriptas, haciendo nuevas preguntas al documento de trabajo, aspirando a dar visibilidad a puntos de vista compartidos entre entrevistados diferentes en torno a la problemática convocante. El ejercicio realizado procura articular fragmentos de entrevistas con notas personales, teóricas y metodológicas como instancias ineludibles de la articulación teoría-metodología-empiría, ejercicio que dará cuerpo al presente escrito, donde además explicitaremos las dificultades, limitaciones, potencialidades de la labor realizada.

Palabras-clave: Extractivismo minero; entrevistas; metodologías cualitativas.



Mesa X

Minério-Dependência em Brumadinho

Tádzio Peters Coelho

Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente - GEDMMA/UFMA
GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

São Luís, Brasil

tadzioguaiabera@gmail.com

Neste estudo, abordo o debate da dependência em economias locais de base mineradora, centralizando minha análise em Brumadinho (MG). Para tanto, defino os termos do fenômeno conhecido como minério-dependência. Acerca da economia local de Brumadinho, traço o perfil da estrutura de trabalho do município, os empregos formais do setor extrativo mineral e de outros setores, a importância da arrecadação municipal proveniente da mineração e as condições da dependência pela atividade. Analiso retrospectivamente alguns dos efeitos do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, com o objetivo de considerar possíveis consequências à economia de Brumadinho, após o rompimento da Barragem I.

Palavras-chave: Mineração; Brumadinho; dependência; Vale; barragem de rejeitos.

Multiextractivismos, asimetrías de poder y desigualdades sociohídricas en la cuenca del río Aconcagua en la provincia de Los Andes, Chile

Bárbara Paz Jerez Henríquez

Universidad de Valparaíso, Escuela de Trabajo Social
Valparaíso, Chile

barbarajerezh@gmail.com

La sobreexplotación del río Aconcagua por la actividad minera, hidroeléctrica y agroexportadora de larga data en la chilena provincia de Los Andes, ha generado fuertes desigualdades sociohídricas en el acceso y uso del agua, afectando

principalmente a productores campesinos y a pobladores de las numerosas localidades que habitan la rivera del río, beneficiando a estos sectores empresariales. Esta problemática se agrava en frente a los efectos del cambio climático que profundizan la escasez hídrica del territorio. En este escenario juegan un rol central la legislación hídrica y minera nacional que posee un carácter profundamente privatizador y mercantilizador, los cuales fueron decretados durante la dictadura cívico-militar, donde se garantizan condiciones ventajosas para la extracción de agua para la minería, y el otorgamiento de derechos de agua como un recurso separado de la propiedad de la tierra a través de un mercado de aguas, cuyos derechos fueron concentrados principalmente estos tres sectores empresariales. Las comunidades locales, por su parte buscan defender sus territorios, hacer valer sus intereses y mitigar los daños socioambientales a través de un amplio repertorio de articulaciones con actores externos y territoriales, participación y presión en las mesas territoriales público-privadas que el Estado y las empresas establecen como mecanismos de gobernanza y pacificación social; y a través de la acción directa a través de protestas públicas que se activan principalmente cuando existen episodios de derrames mineros en el río. Estas dinámicas conforman un complejo entramado de relaciones socioterritoriales que reproducen históricas asimetrías de poder arraigadas en una provincia de tradición profundamente terrateniente, donde el control del agua es testimonio de dichas asimetrías, y es un factor central en el nivel de conflictividad creciente por los cada vez más frecuentes derrames mineros, la expansión de los proyectos actuales y la aparición de nuevos proyectos. Este trabajo se enfoca teóricamente desde la ecología política de agua como marco para interrogar las profundas desigualdades sociohídricas del territorio en sus dimensiones históricas, legislativas y sociopolíticas en una cuenca sobreexplotada y declarada en escasez hídrica por el propio Estado, donde las comunidades buscan existir en medio de un multiextractivismo que se abre paso en un territorio socioambientalmente agotado.

Palabras-clave: Río Aconcagua; multiextractivismo; escasez hídrica; comunidades.

Dinâmica econômica e regional na Mesorregião Norte Fluminense (2007-2017)

Glaucia de Oliveira Claudio
Julia Pessanha Siqueira
Leandro Bruno Santos
Universidade Federal Fluminense - UFF
Campos dos Goytacazes - RJ/Brasil
glaucia_lv@hotmail.com

A Mesorregião Norte Fluminense, composta de nove municípios e com 849.515 habitantes (IBGE, 2010) tem sido marcada pela reconfiguração das correlações de forças dominantes: de caráter histórico pelo papel do Estado, frente aos processos de acumulação produtiva desde o século XVIII, contribuindo para a produção açucareira até meados do século XIX; e a forte atuação de interesses externos perante a intensificação da exploração da atividade petrolífera a partir dos anos 1980, apresentando desde então 80% da produção nacional, conduzindo a redefinição das atividades desenvolvidas e agravando as questões agrária e urbana na mesorregião. Nesse contexto, entendemos que é fundamental o levantamento, a sistematização e análise de indicadores que busquem tanto trazer para o debate as questões socioeconômicas atinentes ao Norte Fluminense, quanto respaldar as ações do poder público no planejamento e na gestão do território. Com isso, buscamos analisar dinâmica econômica da mesorregião Norte Fluminense, a partir de indicadores como PIB, empregos, estabelecimentos, importações e exportações. Os dados foram obtidos através de banco de dados do RAIS/CAGED, do IBGE e do MDIC e sistematizados em softwares livres, como Inkscape, Phildigit e Philcarto. Nosso recorte temporal abrangeu os primeiros anos deste século, especialmente os anos de 2007 a 2017. Os resultados mostram que o PIB regional está fortemente concentrado em três municípios, a saber Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra, com a prevalência da indústria, graças à exploração de petróleo e às atividades de apoio relacionadas. Campos dos Goytacazes e Macaé, respectivamente, exibem o maior número de estabelecimentos e vínculos de empregos formais. A estrutura dos dois municípios mostra um predomínio de comércio e serviços e, em menor proporção, da indústria de transformação. Os estabelecimentos agropecuários apresentam alguma expressão nos municípios de Conceição de Macabu, São Fidélis, Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana. A distribuição dos empregos exhibe estrutura semelhante, em

que o emprego industrial apresenta maior expressão em Macaé. Quanto aos fluxos de comércio internacional, tanto as exportações como as importações estão concentradas, respectivamente, nos municípios de Macaé e São João da Barra, que servem de suporte logístico à exploração de petróleo, contando com importantes portos.

Palavras-chave: Dinâmica econômica; conjuntura; norte fluminense; exploração de petróleo.

Geopolítica e Integración Socioambiental en la Triple Frontera Ecuador-Perú-Colombia

John Freddy Caraballo González
Corporación Universitaria Minuto de Dios
Bogotá, Colombia
geosumapaz@gmail.com

La presente ponencia expone resultados de un proceso de investigación que tuvo como objeto analizar geopolíticamente las representaciones del espacio y las prácticas espaciales derivadas de las formas de territorialidad, los procesos de fronterización y los dispositivos de conservación de la naturaleza que acontecen en/sobre tres áreas naturales protegidas de la triple frontera Ecuador-Perú-Colombia, en la cuenca media del río Putumayo. Con base en la interpretación de las cartografías temática y mental, así como del análisis crítico a los discursos producidos por los actores de la geopolítica práctica, formal y material, se han logrado identificar las dinámicas socio-espaciales de aquellas eco-sociedades fronterizas, a la vez que justificar la pertinencia y eficacia teórico-metodológica de la Geopolítica Crítica. Uno de los logros más significativos de esta investigación ha sido la comprensión in situ del impacto geopolítico de las formas de territorialidad, los procesos de fronterización y las prácticas de conservación de la naturaleza en las áreas protegidas trifronterizas. En este sentido, se ha buscado desmontar el enfoque de análisis geopolítico que tradicionalmente ha visualizado a esta región fronteriza desde el lente del conflicto armado colombiano, las diversas expresiones de ilegalidad, las disputas limítrofes interestatales y las relaciones internacionales en su versión oficial. En la cotidianidad del triángulo fronterizo Ecuador-Perú-Colombia existe una complejidad histórica, cultural, ecológica y socio-espacial difícilmente abarcable en

herméticos esquematismos teóricos o reiterativas generalizaciones mediáticas difundidas por los amos del cuarto poder. Otro de los hallazgos clave en el estudio fue la identificación no de una territorialidad en abstracto, sino de la existencia real y concreta de territorialidades superpuestas (Agnew y Oslender, 2010) en cada una de las tres áreas protegidas. Esto lleva a cuestionar la pretensiosa hegemonía del poder estatal, representada en símbolos, instalaciones físicas y agentes/funcionarios designados por los gobiernos para “garantizar el ejercicio de la soberanía territorial”. En la vida cotidiana de las localizaciones fronterizas se superponen múltiples actores/instituciones/organizaciones con regímenes de autoridad territorial diferenciados, cada uno tratando de subsistir a pesar de o por encima de los demás.

Palavras-chave: Áreas Naturales Protegidas; geopolítica crítica; fronteras; representaciones del espacio; territorialidades superpuestas.



Mesa XI

Las Zonas Económicas Especiales, del inicio a la desaparición: el impacto en Lázaro Cárdenas, Michoacán

Edgar Castro García
Universidad Politécnica de Lázaro Cárdenas
Lázaro Cárdenas, Michoacán, México
edgar.castrogarcia@gmail.com

El 29 de septiembre de 2015, el gobierno federal bajo el mandato del presidente Enrique Peña Nieto, declararon el inicio la creación de las zonas económicas especiales en el país, proyecto tendiente a detonar la economía en regiones pobres en México a través de inversiones multimillonarias que permitieran que la región sur y sureste del territorio pudiera potencializar su desarrollo industrial preferenciando también el desarrollo integral de los municipios y el desarrollo regional. Los proyectos anunciados tendrían su cabecera en Puerto Chiapas, Chiapas; Coatzacoalcos, Veracruz; Lázaro Cárdenas- la Unión, Michoacán y Guerrero; Progreso, Yucatán; Salina Cruz, Oaxaca; Seybaplaya, Campeche; y Dos Bocas, Tabasco. Como estrategia para potencializarlos consistía en dar como atracción a las empresas nacionales y extranjeras, incentivos fiscales, aduaneros, facilidades administrativas y de infraestructura, un marco regulatorio ágil, una infraestructura de primer nivel, programas de apoyo (capital humano, financiamiento, innovación), así como estímulos y condiciones preferenciales. A la par, en la planeación del proyecto se proyectó una inversión inicial comprometida por los 2,700 millones de dólares y la Generación inicialmente de más de 9 mil empleos directos, de igual manera se generaría a mediano plazo un aproximado de 8,600 millones de dólares. Adicional a la vocación industrial y comercial del proyecto, se consideró invertir recurso de manera directa para el desarrollo urbano en los municipios antes mencionados. Sin embargo, en abril de 2019, por anuncio del actual presidente de la república, Andrés Manuel López Obrador las zonas económicas especiales se cancelan. Entre la justificación planteada se destaca información del Banco Mundial y del Banco Interamericano de Desarrollo en la cual exponen que el tener demasiadas Zonas Económicas Especiales en el país imposibilita el desarrollo regional al tener entidades federativas compitiendo entre sí así como la generación de poco ingreso al Servicio de Administración Tributaria. De igual manera, a palabras del presidente en turno, “eran supuestamente

para ayudar, pero nunca hicieron nada por ayudar. Hicieron negocios, compraron terrenos y derrocharon recursos; no se benefició en nada”.

Palabras-clave: Zona económica; Lázaro Cárdenas; Comercio Internacional.

Acumulación y despojo: de las Zonas Económicas Especiales al Plan del Istmo en la 4T

Raúl Netzahualcoyotzi Luna

Aurora Furlong y Zacula

Facultad de Economía, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP,)

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

Puebla, México

raul.netza@gmail.com

Las Zonas Económicas Especiales (ZEE) creadas por decreto en junio de 2016 en diversas regiones de México representan la apertura al capital en su fase expansionista. Con el nuevo gobierno de la 4T se ha especificado que lo más importante es el corredor transístmico de 300 km que unirá a los dos océanos-Pacífico y Atlántico- para “impulsar el desarrollo” de la región de Tehuantepec, proyecto geoestratégico desde los Tratados McLane-Ocampo y que operara en los próximos dos años como Zona Libre del Istmo (ZLI). Los gobiernos, señala Amin, determinan la producción en esos otros espacios territoriales, la preeminencia del capitalismo en esta forma incorpora las políticas económicas de acuerdo a sus necesidades y exigencias, así el mercado de productos y de capital, tienden a ser mundializados, no así el mercado de trabajo que es fragmentado. Nuestra propuesta pretende analizar a las ZEE y la ZLI como la expresión geográfica de espacios geoestratégicos para la extracción del capital, ya que representan una imposición de las necesidades y formas de acumulación de capital transnacional y la política económica del gobierno en turno.

Palabras-clave: ZEE; ZLI; acumulación; despojo; istmo de tehuantepec.

Zonas e áreas de livre comércio: uma revisão bibliográfica a partir do caso brasileiro

Paulo Cesar dos Santos Martins
Universidade Federal da Grande Dourados
paulocsantosm@hotmail.com

As Áreas de Livre Comércio existentes no Brasil são definidas pela legislação como sendo áreas com delimitação espacial na escala local, que usufruem de estímulos tributários, administrativos e cambiais com o propósito de favorecer e incentivar as atividades econômicas, industriais e comerciais. Sua implantação depende de políticas públicas via leis governamentais por parte do governo brasileiro, que viabilizem sua formação e estabeleçam suas regras de funcionamento, sem a necessidade de envolver dois ou mais países. Já a literatura apresenta as Zonas de Livre Comércio como conceito que traduz uma das dimensões das relações econômicas internacionais, sendo necessariamente expressão da articulação de dois ou mais países, mas abarcando a totalidade dos estados-membros. Por isso, a presente pesquisa buscou compreender as diferenças entre o conceito (literatura) e a definição (governamental) existente entre Zonas e Áreas de Livre Comércio, valendo-se de um levantamento teórico e bibliográfico, visando esclarecer possíveis confusões na utilização dos termos supracitados. Nesse sentido, percebeu-se que não existiu uma preocupação conceitual por parte do governo brasileiro do que viriam a ser consideradas uma Zona ou Área de Livre Comércio na literatura internacional, utilizando, para sua implantação, apenas a delimitação espacial de determinadas áreas - todas nas fronteiras - que passaram a usufruir de benefícios, incentivos fiscais e tributários facilitadores do desenvolvimento econômico; a dimensão de integração econômica com outros países fronteiriços, contudo, não era objetivo principal para instalação das ALCs. Em contrapartida, Bela Balassa (1961) conceitua Zonas de Livre Comércio como sendo a forma inicial do processo de integração econômica, que corresponde ao envolvimento de dois ou mais Estados empenhados em eliminar barreiras tarifárias visando facilitar a circulação de seus produtos e bens. Portanto, é notório que os projetos de lei elaborados no âmbito da fronteira, como aqueles que permitiram a instalação das Áreas de Livre Comércio no Brasil, possuem suas peculiaridades e um entendimento diferenciado dos conceitos de ALC ou Zona de Livre Comércio, mesmo possuindo

alguns significados, objetivos e resultados similares. Por isso a necessidade de se discutir tal tema na academia, com propósito de aproximar seus múltiplos significados e compreensões.

Palavras-chave: Áreas e zonas de livre comércio; fronteiras; integração econômica; Brasil.

Causas y/o posibles razones que dieron lugar a la desestimación de implementación de una Zona Franca en la austral Ciudad de Rio Gallegos, Provincia de Santa Cruz, Argentina (1994-2018). Incidencia Geopolítica y Geoeconómica

Pablo Daniel Canobra
Universidad Nacional de la Patagonia Austral (UNPA)
Río Gallegos, Argentina
pablocanobra@hotmail.com

Este trabajo es consecuencia de una investigación no experimental que tuvo por objetivos analizar las posibles razones por las que los distintos gobiernos argentinos han desestimado (desde 1994- 2018), la posibilidad de implementación de una Zona Franca comercial e industrial, fundamentalmente en la austral ciudad de Rio Gallegos, provincia de Santa Cruz. Además, de describir y analizar cómo afectó geoeconómicamente y comercialmente la falta de esta Zona Franca en la Argentina austral y, en particular en la provincia mencionada. Como así también, determinar cómo incidió económicamente a nuestra región la penetración de la creciente actividad industrial y comercial de la ciudad de Punta Arenas (Chile). La metodología de la presente, consistió en un estudio cualitativo con fines exploratorios- descriptivos. Para ello, se llevó a cabo un rastreo y análisis- crítico bibliográfico y entrevistas no estructuradas direccionadas a informantes claves, en relación al tema. El resultado, fue óptimo respecto a la comprensión del abordaje planteado. Se concluye en que las

diferencias políticas entre Nación y Provincia fueron vitales y determinantes para la no concreción, entre otras cuestiones de orden económico interno e internacional.

Palabras-clave: Zonas francas; geopolítica; geoeconomía; diferencias nación y provincia.

O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro como Instrumento de Planejamento Sustentável do Uso e Ocupação do Litoral no Estado do Pará

Monique Helen Cravo Soares Farias
Christian Nunes da Silva
Universidade Federal do Pará
Belém/PA/Brasil
moniquefarias.doutorado@gmail.com

O zoneamento de um território deve ser a tradução espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica da sociedade. Para que seja desempenhado de forma adequada, precisa considerar a existência de múltiplos poderes de decisão, tanto individuais quanto institucionais, que influenciam na organização do espaço, o que inclui tanto a lógica do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos quanto a diversidade das condições socioeconômicas e ambientais da região. O MacroZEE do Estado do Pará foi instituído pela lei estadual nº 6.745, de 06 de maio de 2005, com posterior detalhamento em regiões prioritárias, como a área de influência da BR-163 (cujo ZEE, na escala de 1:250.000, foi instituído pela lei estadual nº 7.243/2009) e as regiões da Calha Norte e da Zona Leste, instituído pela lei estadual nº 7.398/2010. Agora, parte-se para a construção do ZEE direcionado às áreas costeiras, o qual envolve 39 municípios, afim de que sejam ordenados seu território e uso dos recursos ambientais de base socioeconômica. O Setor 1 do Arquipélago do Marajó, é composto por 12 municípios (excluindo a microrregião de Portel), constituídos 100% de ilhas, que inclui a Microrregião do Furo de Breves e Arari. Nos outros ZEE's, esse arquipélago é tido como uma zona só, de uso sustentável. Agora, na escala menor, cada um dos municípios serão estudados e redivididos de acordo com

suas realidades: áreas de florestas, recursos hídricos. No oeste do Arquipélago está Breves, que é uma realidade; Anajás é outra realidade, pois é mais florestal o trabalho. Já em Afuá e Chaves, podemos trabalhar com pesca de mar, fauna marinha. Essa é a grande diferença do zoneamento detalhado, ele dá segurança do que se irá fazer em determinado local. O Setor 2 da Zona Costeira, a Estuarina, inclui a Região Metropolitana de Belém. Já o Setor 3 é o Nordeste, o Salgado Paraense, onde fica Salinas, Bragança, Maracanã, Marapanim, Viseu. Percebe-se que, para a Zona costeira, o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro dará maior atenção às condições de sustentabilidade do desenvolvimento destas áreas, relacionado às diretrizes gerais do que é norteado para o território nacional. Sua especificidade está em ações de suporte ao monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão costeira.

Palavras-chave: Gestão; ordenamento; política ambiental.



Mesa XII

Neoliberalismo: a nova face do colonialismo

Regiane Elvira Riquena Barbosa da Paz
Verônica Maria Bezerra Guimarães
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
regianeriquena@gmail.com

Este resumo é proveniente da pesquisa no mestrado em Fronteiras e Direitos humanos da UFGD. Neste primeiro momento, constitui-se em investigação teórico-bibliográfica que visa articular as ideias sobre globalização, neoliberalismo e colonialismo em espaços fronteiriços. Assim, o neoliberalismo atual sistema hegemônico iniciou-se em 1938 no Colóquio Walter Lippmann em Paris, a partir de então, teceu teias de influência abarcando toda a humanidade sob a insígnia da Globalização. Com um discurso de desenvolvimento universal, difundiu ideias como aldeia global, homogeneização e desfalecimento de fronteiras. Todavia, esses ideais passaram a ser desmascarados no momento em que passou a provocar a escassez, a desigualdade e bloqueios fronteiriços de livre circulação de pessoas. Essa desmistificação desencadeou um discurso contra hegemônico que vem ganhando força nas regiões subalternas. Apesar desse discurso de mudança ainda estar presente de forma local, é necessário dar luz a essas novas filosofias que contrapõem a chamada globalização perversa. A arquitetura que se fundamenta o sistema atual apresenta uma relação de verossimilhança com o período colonial sentido pelos países latinos, que passou a ser debatido a partir dos anos 90 pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, que buscou desmistificar o racionalismo europeu embutido no ideal de modernidade. Assim, a semelhança entre ambos os sistemas é detectável quando observamos a estrutura em que estes foram firmados, tais como, a colonialidade do poder, que corresponde à violência colonial apoiada na ideia de raça, substituído no neoliberalismo pela racionalidade governamental que impõe a ideologia da concorrência. A colonialidade do saber que atuou na esfera cultural do ser, eliminando seu saber anterior diante da nova ordem hegemônica, mantida pelo neoliberalismo ao impor a emergência de adaptação do indivíduo, e a colonialidade do ser que foi a transformação intersubjetiva do indivíduo colonizado, reformulado pelo sistema econômico vigente, pela subjetivação contábil e financeira do sujeito, quando este passa a se valorizar conforme o seu poder de consumo. Essas estruturas se assemelham também quando olhamos para as vítimas desses sistemas, os indivíduos subalternos à margem da sociedade. Assim, tornara-se importante a discussão acerca da Globalização e de seus efeitos, para a partir de então, produzirmos uma nova globalização humanitária e justa.

Palavras-chave: Consumo; resistência; utopia.

Os Meios da Inserção Internacional Amapaense e a Cooperação Regional

Ítalo Allan Maia Gouvêa
Universidade Federal de Uberlândia
italogouvea7@gmail.com

O objetivo do trabalho é analisar os meios da inserção internacional amapaense e o desenvolvimento da cooperação regional, levando em conta a consideração sobre o deslocamento de condição periférica para estratégica do estado do Amapá desde a última década do século XX. Nesse sentido, pretende-se demonstrar os principais avanços e obstáculos da inserção internacional do estado e da cooperação regional. Partiremos da seguinte questão orientadora: De que forma é desenvolvida a ação dos entes subnacionais e dos atores não governamentais amapaenses no âmbito da inserção internacional e da cooperação regional? Serão investigados os meios institucionais de suporte para a atuação internacional dos entes subnacionais, analisada a relação entre a alternância de governos (nacional, regional e local), a política externa brasileira e as prioridades da inserção internacional e da cooperação regional amapaense. Além disso, demonstraremos algumas formas de atuação internacional dos atores não governamentais regionais, assim como, as nuances de influência das relações sociais e fronteiriças no âmbito do desenvolvimento e da cooperação regional. Em resumo, as ações paradiplomáticas elaboradas pelos atores subnacionais amapaenses caracterizam-se através de estratégias de lógica stop and go, ou seja, dependentes dos interesses da elite dominante e de representantes políticos empreendedores. Se por um lado ocorre a movimentação do governo federal brasileiro no estabelecimento de instâncias de assessoria às unidades subnacionais atuantes no meio internacional, além da instituição de novas estratégias para melhor ordenamento territorial em áreas fronteiriças, estados e municípios amapaenses não possuem um plano de inserção internacional comum. Por outro, a articulação em casos específicos de uma governança multinível aponta para um eventual deslocamento dos interesses nacionais e prioridades dos atores subnacionais diante da atuação internacional do estado do Amapá, dialogando com suas potencialidades regionais. Nesse sentido, consideramos a inserção internacional do estado, de forma mais ampla, e a instrumentalização das ações internacionais, municipais, empresarias, acadêmicas e sociais, particularmente, como meios fundamentais para promoção do desenvolvimento e cooperação regional, fatores

dinamizadores da atividade internacional do estado. Como instrumentos metodológicos foram utilizados a investigação bibliográfica e análise de dados oficiais.

Palavras-chave: Inserção internacional; atores subnacionais; cooperação internacional; integração regional.

As relações comerciais do Brasil com o Mercosul: uma análise a partir da intensidade tecnológica dos produtos comercializados

Tainá Akemy Chiaveri Iwata

Gabriel Mendes Araujo

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e

Tecnologia (FCT)

São Paulo - Brasil

tataakemy@gmail.com

Nas últimas décadas, ocorreu um crescimento do número de blocos econômicos (NAFTA, MERCOSUL, Pacto Andino, União Europeia, ASEAN, APEC, SADC, entre outros), que buscam aprofundar as relações comerciais entre os países. Deste modo, observa-se um novo cenário no comércio internacional, pois com a economia mundial globalizada houve uma tendência comercial de formação de blocos econômico, estes são criados com a finalidade de facilitar o comércio entre os países membros. Em 1991 foi criado o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), que entrou em vigor a partir da assinatura do Tratado de Assunção, entre Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e posteriormente a Venezuela (que foi retirado do grupo em 2016), além dos países membros, o bloco possui cinco países associados Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador, e dois países observadores: México e Nova Zelândia. O MERCOSUL buscou consolidar suas políticas de comércio intrabloco, para estimular o crescimento do produto interno bruto (PIB) dos países membros. O MERCOSUL é configurado como a quinta maior economia do mundo à frente do Reino Unido, US\$ 2,62 bilhões, e da Índia, US\$ 2,61 bilhões, com um PIB de US\$ 2,78 trilhões. O bloco representou 75,1% do PIB da América do Sul em 2017 (ITAMARATY, 2016), sendo US\$ 2,78 trilhões de um total de US\$ 3,7 trilhões (BANCO MUNDIAL, 2017). O papel do

Brasil no bloco é integrador, possui uma posição de líder, em função de suas características econômicas, populacionais, geográficas. Ao que se refere ao comércio exterior em 2017, somou em US\$ 34,5 bilhões de dólares, sendo US\$22,61 bilhões de exportações e US\$11,89 bilhões de importações. Este trabalho tem como objetivo discutir o grau de intensidade tecnológica dos produtos exportados/importados pelo Brasil para os países do MERCOSUL, destacando a integração regional entre os países no que tange às relações comerciais no período de 2000 a 2017.

Palavras-chave: Relações comerciais; grau de intensidade tecnológica; integração; mercosul.

Integração regional e retomada de governos neoliberais: desafios para soberania comunicacional sul-americana

Beatriz Soares Bidarra
Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA)
Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil
beatrizbidarra@gmail.com

O artigo discute o uso geopolítico da informação pelos meios de comunicação e a maneira como a comunicação latino-americana, desde sua estruturação dependente do capital estrangeiro, se posiciona frente aos processos de integração regional. Neste contexto, a forma como os veículos de comunicação construíram discurso a respeito da Unasul – que com a retomada de governos neoliberais na América do Sul vem enfrentando vários reveses, é um aspecto interessante a ser analisado para pontuar a necessidade e possíveis caminhos de desenvolvimento de soberania comunicacional da região. A partir desse cenário, o artigo discute questões políticas e históricas que permeiam tanto a comunicação, a geopolítica e os processos de integração sul-americanos, como, a partir de breve análise midiática da cobertura que cita Unasul em El País Brasil no ano de 2018, em que seis países suspenderam a participação no bloco, traçar possíveis rumos para soberania comunicacional da região à crise atual. Importa ressaltar que a análise proposta traz ferramentas de pesquisa do enquadramento multimodal, com estudo da narrativa, imagens e tonalidades das matérias jornalísticas e também observa a cobertura a partir do agendamento midiático, verificando o que a mídia coloca na agenda pública

de debate quando esses processos integracionistas, como Unasul, são citados. É portanto, uma análise quantitativa no sentido de se ter um panorama número de quanto se falou de Unasul durante o período de análise, bem como qualitativa, pontuando de que maneira o assunto entrou em pauta e qual possivelmente a imagem que se passa sobre a integração sul-americana. A pensar no processo de globalização, ainda que ele tenha facilitado e trazido muitos avanços para a América Latina, no acesso à informação e nos fluxos comunicacionais, a dependência de capital para desenvolvimento de estrutura que permitisse esse desenvolvimento fez com que a região não criasse autonomia e infraestrutura própria de satélite, fibra ótica, provedores, que muito tem relação com segurança e defesa nacional, com proteção dos dados na rede e não apenas com democratização do acesso à informação, embora esse não seja menos importante.

Palavras-chave: Geopolítica das comunicações; Unasul; integração regional; soberania; neoliberalismo.

Modelos de integração educativa e revalidação de diplomas de ensino superior no Mercosul e na União Europeia

Danielle Sales Teixeira
UNILA
danisaleees@gmail.com

Neste trabalho será feita uma análise dos modelos de integração educativa utilizados pelo Mercosul e pela União Europeia para efetivar processo de integração regional. Os modelos de integração regional adotados por estes dois continentes visam atender as necessidades dos Estados que a eles se submetem dado os desafios que surgiram com a globalização. A educação e consequentemente a questão da revalidação de diplomas do ensino superior tornam-se então alvo de debates por conta da necessidade da verificação de que os indivíduos de outras localidades possuem a capacidade esperada para o preenchimento dos postos de trabalho e continuação de estudos, práticas incentivadas pelos blocos que preveem a livre circulação de pessoas, bens e serviços. Os processos de integração desenvolvidos na América do Sul e na Europa no que tange a revalidação de títulos universitários e modelos de integração educativa, ora assemelha-se, ora divergem, esses processos surgem no período da década de 90. No caso da União Europeia temos o processo

de Bolonha que possui como proposta a uniformização educacional nos países que estão envolvidos, tendo previsto a criação do espaço europeu de educação superior, de forma que a revalidação de diplomas e a inserção no mercado de trabalho ocorra de maneira mais competitiva, tendo essa característica arraigada nas atividades desenvolvidas pelas universidades e em sua forma, até mesmo pela condição econômica e de inserção internacional desses países. Já no caso do Mercosul temos um esforço em realizar a integração educacional quando é criado o Sistema Educacional Mercosul (SEM), e partir de então surgiram acordos visando a revalidação de títulos universitários, entretanto não há uma tentativa de uniformização das universidades, e existem diversas assimetrias em diferentes aspectos entre os países que compõem o bloco, além de que a educação tende a priorizar o desenvolvimento de soluções para os problemas locais ao invés de focar-se na competitividade, portanto pretende-se analisar de maneira comparativa como as organizações vêm lidando com o tema, considerando suas especificidades.

Palavras-chave: Revalidação de diplomas; integração educativa; mercosul; União Europeia.



Mesa XIII

Inserção internacional em cidades médias de fronteira: o caso do Município de Dourados

Aida Mohamed Ghadie
Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados/MS, Brasil
a.beirute@gmail.com

A intensificação do fenômeno da globalização de cunho neoliberal, no período do pós-Guerra Fria e final do século XX, entre outros determinantes impulsionaram as entidades subnacionais a atuarem no cenário internacional, o que descortina um novo fenômeno conhecido como paradiplomacia, tema central dessa pesquisa, que tem como problematização a importância do desenvolvimento da internacionalização das entidades subnacionais, especialmente as locais, no caso, de Dourados. O objetivo geral é analisar a inserção internacional das cidades médias localizadas nas zonas de fronteira, a partir do estudo de caso do município de Dourados. Como objetivos específicos: i) apresentar uma abordagem teórica sobre a paradiplomacia; ii) examinar o potencial socioeconômico da cidade de Dourados, à luz da paradiplomacia; iii) elencar ações externas realizadas pela mesma que evidenciem uma iniciativa de inserção no âmbito global, iv) verificar o engajamento de atores públicos, particularmente da Prefeitura Municipal de Dourados, na formulação e implementação de uma estratégia de inserção internacional. A metodologia do presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório pautada em análise bibliográfica e documental. Como marco espaço temporal foi estabelecido o período 2001 e 2016, que possibilita verificar as linhas de des(continuidade) e ruptura da internacionalização. O texto traz a contextualização teórica sobre a paradiplomacia; procura demonstrar o potencial do município, à luz da paradiplomacia, uma cidade média fronteira que se destaca como capital regional do cone Sul do estado do Mato Grosso do Sul, porta de entrada do MERCOSUL; e por fim analisa o caso de internacionalização de Dourados. O trabalho se pauta na hipótese de que a inserção internacional do município de Dourados teria se dado de forma reativa, isto é, respondendo aos fluxos internacionais de comércio, informação e pessoas, no processo conhecido por “globalização”. Observa-se que o município não possui um organismo burocrático estruturado tampouco um plano de ações para interlocução nas relações internacionais, e com isso perde oportunidades ímpares. É o que demonstra o caso de Dourados, outrora associada à

Rede Cidade Educadora e Rede Mercocidades, não apresenta registro de participação ativa dentro destes e/ou outros organismos na esfera internacional.

Palavras-chave: Dourados; faixa de fronteira; cidades médias, inserção internacional.

Fronteira Brasil-Paraguai: interações econômicas e o desafio do desenvolvimento

Nathália Alves de Oliveira
Universidade Federal da Grande Dourados
nathalia_alvesoliveira@hotmail.com

A zona de fronteira entre Brasil e Paraguai foi consolidada a partir do fim do conflito de 1864/1870 e teve suas últimas querelas resolvidas com o advento do tratado de Itaipu Binacional e a submersão de grande parte do território disputado entre os dois países. A partir do final do século XX Brasil e Paraguai passaram a aprofundar suas interações, sobretudo com o advento do MERCOSUL e de outras iniciativas de integração regional como a IIRSA e a UNASUL. A zona de fronteira entre os dois países abriga 06 pares de cidades gêmeas, cujas interações envolvem uma forte relação comercial e sociocultural. Os dois países compartilham índices elevados de desigualdade social e concentração de renda. Grande parte do contingente excluído encontra-se no setor informal da economia. No caso das cidades de fronteira, a situação é agravada pela deficiência dos sistemas de saúde e educação dos dois países e pelas escassas oportunidades de emprego e renda oferecidas aos jovens fronteiriços. Atualmente, a fronteira entre os dois países vem sendo impactada por interações provenientes do setor informal da economia, com destaque para o contrabando (com destaque para o cigarro, que representa mais de 60% do contrabando que entra no Brasil) e o descaminho. Face ao cenário, a partir de 2011, com o advento do PEF e da ENAFRON o governo brasileiro passou a enfatizar as funções tradicionais de segurança e defesa da fronteira. Dessa forma, o incentivo ao desenvolvimento regional da faixa de fronteira que vinha sendo realizado a partir de 2003 foi substituído pelo combate à criminalidade, o que repercutiu em cidades gêmeas na fronteira Brasil-Paraguai. O presente trabalho configura uma análise, a partir da ótica das Relações Internacionais, das interações transfronteiriças

e do desafio do desenvolvimento na fronteira compartilhada por Brasil e Paraguai e como recorte temporal o trabalho enfoca o período entre 2003 e 2019.

Palavras-chave: Fronteira Brasil-Paraguai; interações; desenvolvimento; mercosul.

A gestão transnacional dos recursos hídricos da Bacia do Prata como marco de integração regional

Ricardo Bruno Boff
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Florianópolis SC
ricardo.boff@univali.br

As iniciativas de integração regional, na América do Sul ou Latina, passam atualmente por uma fase de paralisia, esvaziamento ou criação de instituições sobrepostas que se enfraquecem mutuamente. Nesse cenário, é preciso repensar os objetivos e prioridades do que foi feito até aqui. No presente trabalho, busca-se avaliar como a gestão conjunta do complexo hídrico da Bacia do Prata, que envolve rios, lagos e reservas subterrâneas de cinco países - Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai – pode servir de marco para destravar o processo de integração regional no Cone Sul. Para construir o trabalho, serão identificadas as limitações da integração regional latino-americana, focando-se no subaproveitamento da Bacia do Prata, e será avaliada a potencialidade de utilizar-se da gestão conjunta dos recursos hídricos platinos como foco de um novo projeto de integração regional. A retomada da integração na Bacia do Prata, que demanda aprofundamento da relação entre Argentina e Brasil, pode ser pensada como alternativa coletiva das nações que a contemplam para posicionarem-se globalmente. Em um mundo globalizado e crescentemente multipolar, a retomada da integração segue sendo uma possibilidade diante da dificuldade da adoção de medidas estritamente nacionais.

Palavras-chave: Integração regional; Bacia do Prata; recursos hídricos.

Centro de Formación para la Integración Regional – CEFIR

Jorge Cartagena
Juliana Tomasello
CEFIR
Uruguay
jcartagena@cefir.org.uy

El CEFIR es una institución fundada en 1993, participe activo de los procesos de integración en América Latina, con un protagonismo especial en el MERCOSUR. Ha desarrollado actividades sobre: Cooperativas, Economía social, Salud, Género, Agricultura Familiar, Organizaciones Sociales; Instituciones del MERCOSUR; Integración Productiva, MERCOSUR – UNASUR, MERCOSUR – UNIÓN EUROPEA; Políticas Públicas. Integración Fronteriza, Cultura, Juventud.

II) RESULTADOS DE ACTIVIDADES RECIENTES Curso: Herramientas para el diseño de proyectos de integración y complementación productiva CEFIR / AECID 2018: realizado con participantes de industrias de calzado y de software de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay

III) APRENDIZAJES: a) Observatorio de Fronteras CEFIR – CAF - Argentina-Uruguay (2013-2014). La presencia del Observatorio permitió generar espacios alternativos de diálogo y planteo de dificultades. Se lograron restablecer agendas de trabajo entre equipos de gobiernos de las áreas de salud y cultura de Río Negro (Fray Bentos) y Gualeguaychú (Entre Ríos), zona afectada por el conflicto originado en la instalación de la pastera UPM. Se pudo dar visibilidad y difusión a las iniciativas que se construyen en el territorio de frontera y sistematizar información que se encontraba dispersa y fragmentada. b) Observatorio de Fronteras CEFIR – CAF - Brasil- Uruguay (2016-2017). El proyecto pone de manifiesto la importancia del tema Fronterizo para los distintos niveles de gobiernos, uno de los resultados más valiosos es la construcción del mapa de actores relevantes en una frontera de más de 1000 kilómetros de longitud, que resulta imprescindible para poder abordar las problemáticas. La frontera resuelve los temas propios de la vecindad, genera normas nuevas e impulsa la actualización de otras, cuenta con infinidad de necesidades, pero también de posibilidades de desarrollo en infraestructura, encadenamiento productivo, coordinación de políticas públicas, complementariedad en la prestación de servicios de salud, intercambio y trabajo conjunto en educación, movilidad de personas. El Observatorio, percibió que el éxito del trabajo en la Frontera está fundamentado en la confianza de los

actores públicos y privados. IV) PROPUESTAS VIGENTES Se propone realizar capacitaciones en sectores relevantes (Turismo, Frutihortícola, Salud, Rescate Patrimonial Histórico de la Triple Frontera.

Palabras-clave: Observatorio de fronteras CEFIR-CAF; aprendizajes.

A atuação da Anvisa e da Vigiaagro na fronteira entre Foz Do Iguaçu (Brasil) e Ciudad Del Este (PY): Ensaio para a compreensão da regulação do território

Flavia Maria Gomes

Roberto França

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil

flavianhafinoti@gmail.com

As agências de controle e regulação localizadas no município de Foz do Iguaçu-PR são regidas pelo Estado brasileiro e ao mesmo tempo por acordos internacionais conforme a adequação exigida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Organização Mundial de Aduanas (OMA), Mercado Comum do Sul (Mercosul) entre outras demandas internacionais e nacionais. As relações entre os países e pessoas se sobrepõem aos limites geográficos da região e permitem a existência de uma dinâmica fronteiriça específica migratória e aduaneira. Por estar inseridas em fronteira a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Vigilância Agropecuária (Vigiaagro) são órgãos reguladores e controladores que são tangenciados pelos acordos comerciais e legislações de cada país, por isso, do ponto de vista geográfico, esses órgãos possuem territorialidades em rede que reflete o poder do estado em controlar os fluxos. Diante disso, pretendemos analisar como o Estado impõe seu poder de controle dos fluxos e de regulação do território por meio de sua rede supranacional de fiscalização a fim de também defender a soberania alimentar. Para tal objetivo além de revisão bibliográfica, analisaremos as legislações que regem os órgãos de fiscalização, regulação e controle supramencionados, além dos acordos comerciais do bloco interamericano. A identificação das estruturas político administrativas de localização territorial seguirá a metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

o que norteará ao trabalho de campo com o intermédio de um roteiro de entrevistas. De posse dos dados preliminares realizaremos uma cartografia que ilustre as territorialidades e redes encontradas, que são provenientes da atuação dos órgãos.

Palavras-chave: Regulação do território; fronteira trinacional; Anvisa; Vigiagro.



Mesa XIV

Integración Regional, Autonomía e Identidad Cultural en América Latina. Los casos del ALBA-TCP, CELAC y UNASUR (2001-2015)

Nahuel Inti Millahueique Pezoa
CIECS, CONICET-UNC, Argentina
nahuelmilla@gmail.com

Durante los primeros quince años del nuevo milenio, se dieron una serie de fenómenos políticos y geopolíticos que han tenido impacto a nivel global. Dado el contexto mundial de crisis sistémica, lo que algunos han llamado como Crisis Civilizatoria (Márquez Covarrubias, 2009), implicaría que vivenciamos la deslegitimación ideológica del sistema capitalista mundial, cuyas repercusiones son: primero, la posibilidad de irrupción de nuevas (o viejas) ideologías que se oponen a la hegemonía del actual sistema; segundo, la formación de bloques regionales que estén dispuestos a desarrollar políticas contra-hegemónicas y otros bloques que pretendan mantener el statu quo de la política mundial; tercero, un reordenamiento geopolítico no solo a nivel regional, sino que en términos globales. En América Latina, por ejemplo, presenciamos el surgimiento de un nuevo proceso de integración expresado en tres plataformas que se diferencian y toman distancia de las que emergieron durante la segunda mitad del Siglo XX. Éstas, forman parte de un proceso que intenta romper con la hegemonía de Estados Unidos en la región latinoamericana y caribeña, a través del desarrollo de un discurso de identidad regional, antiimperialista y el Buen Vivir como eje de la política, y la construcción de plataformas con estructuras orgánicas particulares. Si bien el surgimiento de dichas plataformas se da durante la primera década del Siglo XXI, el alcance de las tensiones ideológicas y las debilidades de la hegemonía se dan hasta nuestros días, abarcando un periodo de estudio desde el 2001 con la caída de las Torres Gemelas, hasta el 2015 con las elecciones presidenciales de Argentina y el impeachment contra Dilma Rousseff. Luego de este periodo se observa un debilitamiento del proceso y una invisibilización de las plataformas, que refleja cómo dicha disputa por la hegemonía transita entre quienes pretenden mantener el statu quo y quienes pretenden romper las relaciones de dependencia; en este sentido, el lapso delimitado es interesante de analizar al observar la emergencia, construcción y desarrollo de un proceso el cual no fue indiferente para las potencias hegemónicas en decadencia.

Palavras-chave: Integración regional; contrahegemonía; crisis neoliberalismo.

MERCOSUL e direitos humanos: avanços e desafios

Leticia Diniz Nogueira
Luiza Bárbara Vieira Cidrack
UNILA
leticia_dn@live.com

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) completa 26 anos em 2018, desde que foi criado pelo Tratado de Assunção (1991), teve diferentes fases conforme os contextos políticos, econômicos e internacionais, mostrou-se ser um bloco com um grande crescimento e projeção internacional. Dentre estas fases do bloco, este estudo pretende analisar como as políticas regionais de Direitos Humanos, ou seja, aquelas desenvolvidas no âmbito do Bloco, podem ser utilizadas como ferramenta para o desenvolvimento social dos países integrantes do bloco, fazendo do Mercosul um modelo de integração que privilegie não somente o mercado comum, mas sobretudo o desenvolvimento social. A hipótese central é de que a coordenação e o aumento de políticas públicas em matéria de Direitos Humanos promovem desenvolvimento social para as “minorias” sociais, excluídas durante muito tempo do projeto de integração.

Palavras-chave: Políticas públicas; direitos humanos; Mercosul; América Latina.

¿Que tan independientes somos en la Zona Geoestacionaria? Normativa Jurídica ante la Alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe (ALBA) para la regulación de la disposición de la basura espacial en la zona geoestacionaria.

Quenia Maria Pino Suarez de Sulbaran
Universidad Bolivariana de Venezuela
Merida, Venezuela
kepivisu@gmail.com

El ser humano tiene una capacidad más que probada para producir gigantescas montañas de basura. A lo cual no ha escapado el área espacial, pues en los cincuenta años de exploración espacial, las piezas de cohetes, satélites, misiles y demás escoria de alta tecnología han convertido las proximidades de la Tierra en un vertedero atestado de chatarra. Indicando López Sánchez (2015) que la NASA estima que encima de nuestras cabezas hay unos 23.000 objetos de más de diez centímetros de longitud, medio millón de un centímetro y decenas de millones de fragmentos más pequeños. El problema es que en el “vacío” del espacio hasta el tornillo más insignificante puede convertirse en un proyectil capaz de transformar una nave en un montón de chatarra. El motivo es que allí arriba, en la órbita terrestre, los cuerpos viajan a velocidades de entre seis y 10 kilómetros por segundo, veinte veces más rápido que una bala de fusil. Es por el transcurso de las misiones espaciales y la puesta en órbita de satélites, que la zona ha ido estando cada vez más poblada por la basura espacial. Empeorando la situación drásticamente en el año 2007, cuando el Gobierno chino hizo una prueba de combate y lanzó un misil contra el satélite meteorológico Fengyun-1C, con lo que produjo decenas de miles de nuevas esquilas. Solo dos años después, un satélite americano y otro ruso chocaron por error. Ambos sucesos aumentaron en un 33% la cantidad de basura espacial. Una parte de estos restos caerá en la Tierra con el paso de los decenios y los siglos. Los fragmentos más pequeños se desintegrarán en la atmósfera, los medianos se convertirán en bolas de fuego que desaparecerán, y una parte llegará a impactar contra la superficie. Según la NASA, hasta el momento no se ha producido ningún daño material o humano, en gran medida porque es más probable que la basura caiga en los océanos o, en general, en zonas deshabitadas, que son los que cubren la mayor parte de la superficie terrestre. Sin embargo, la agencia calcula que cada año cae un objeto de entidad reseñable. Situación que ha llevado a Martín Reina (2016) a sostener que el problema no es sólo una cuestión de cantidad. Toda esta chatarra da vueltas a nuestro planeta a enormes velocidades, cercanas en algunos casos a los 30 000 kilómetros por hora. Si uno de esos fragmentos, por muy pequeño que sea, impacta contra un satélite o una nave, puede dañar su cubierta exterior o inutilizar los sistemas de comunicación. También puede perforar el traje de un astronauta que esté realizando un paseo espacial, poniendo en peligro su vida. Todo esto supone un serio riesgo para las misiones espaciales, tanto actuales como futuras. Anota el autor en referencia que una primera medida para controlar el problema de la basura espacial pasa por detener su crecimiento, sobre todo en las zonas más saturadas: toda la GEO en general, y la banda de los 800 kilómetros en la LEO. En el caso de la GEO, las principales agencias espaciales ya acordaron hace varios años que los satélites que la usen deben abandonarla una vez terminada su vida útil. Esto se consigue reservando una parte de su combustible para realizar esa maniobra final. Pero resulta que la norma no dice si el artefacto debe ir a una órbita superior o inferior a la GEO. Una órbita inferior acortaría el tiempo que tardará en reingresar en la atmósfera, pero a cambio el satélite necesitaría mucho más combustible. En la

práctica, el satélite suele enviarse a una órbita superior, conocida en el argot como “órbita cementerio”. De esta forma se consigue despejar la GEO, aunque a costa de que el satélite se convierta en basura espacial durante siglos. Los satélites de la LEO, en cambio, se conducen a un reingreso controlado en la atmósfera al final de su vida útil. El único inconveniente es que, en muchas ocasiones, para entonces el satélite ha perdido su capacidad de maniobrar y no se puede controlar a distancia. Ya existen algunas ideas para asegurar el éxito de esta maniobra postrera. Una de las más originales propone incluir un globo y la cantidad justa de gas —helio, por ejemplo— para inflarlo cuando haya terminado la vida útil del satélite. El globo incrementa la fricción con las capas superiores de la atmósfera, lo que a su vez lo hace reingresar más pronto. Se calcula que un satélite que podría tardar varias décadas en reingresar lo haría en sólo un año. Sin embargo, como lo expresa Martín Reina (2016), estas medidas preventivas también habrá que combinarlas con otras acciones de limpieza de las órbitas satelitales. La Agencia Espacial Japonesa, JAXA, propone retirar la basura espacial utilizando una gigantesca red de varios kilómetros cuadrados. La red estaría hecha de un material muy resistente, pero al mismo tiempo muy ligero. El candidato ideal serían los nanotubos de carbono, el mismo material que podría hacer realidad el sueño del ascensor espacial. Tras varias semanas de pesca, la red se dirigiría hacia la Tierra, donde la fricción con la atmósfera remataría el trabajo. Otra opción es disparar un potente láser apuntando a los fragmentos más grandes. La idea no es destruirlos (eso produciría el efecto contrario que se persigue), sino simplemente frenarlos y así reducirles la altitud, lo que aceleraría su reingreso en la atmósfera. Esta tecnología tiene la ventaja de que ya está disponible en la actualidad: países como Estados Unidos y China cuentan con armas antimisiles que se podrían utilizar para este fin mucho más beneficioso. Éstas y otras ideas que se han propuesto para acabar con la basura espacial, a juicio de Martín Reina (2016) son muy necesarias, pero por el momento superan nuestra capacidad técnica y económica. Mientras se resuelven estos aspectos del problema, es fundamental que la comunidad internacional no se quede de brazos cruzados y tome algunas decisiones importantes, sobre todo desde el punto de vista de la normativa jurídica para regular el control y disposición de dicha basura. En razón que actualmente no hay legislación internacional que controle la limpieza del espacio inmediato a la Tierra. Las principales potencias mundiales (EUA, China o Francia) y agencias espaciales como la ESA y la NASA han establecido algunas leyes nacionales y normativas internas. Pero el pacto no es vinculante, lo que hace que el cumplimiento sea desigual. Al ser cada vez mayor el número de países que cuentan con satélites propios —hoy en día hay más de 100—, sería conveniente implantar un protocolo básico de obligado cumplimiento para todos ellos. Por otro lado, tampoco hay un seguimiento unificado del tráfico espacial. Aunque las órbitas de todos los satélites aparecen en las bases de datos de objetos orbitales del mundo, los responsables de evitar colisiones entre ellos son, en última instancia, los propios operadores de los satélites, ya sean gobiernos, ejércitos o compañías privadas. Sería importante crear un

control internacional de objetos en órbita y mejorar su detección ampliando la red de radares y telescopios en todo el mundo. Tratándose por tanto de una problemática, con alcances que trascienden la esfera de lo ambiental, social, lo político, económico, cultural y jurídico. Así, en materia ambiental, el impacto de la basura espacial en la superficie terrestre está favoreciendo la contaminación, ya que cae en los océanos o, en general, en zonas deshabitadas, pues cuando estos restos, o sus consecuentes elementos tóxicos, se deslizan paulatinamente ponen en riesgo la vida tanto de los seres humanos como de cualquier ser vivo en el planeta. Desde el punto de vista social la basura espacial, es un problema que concierne a todos los habitantes del planeta, ya que si se sigue contaminando el espacio se están poniendo en peligro misiones de observación de la Tierra como las de los satélites de observación del clima y el medio ambiente, y por ende los que permite el avance de las telecomunicaciones, por cuanto produce interferencias en las señales de comunicación que se lanzan desde la superficie. Desde el punto de vista político, son pocos países tienen capacidad de controlar y eliminar la basura espacial, sólo países como Estados Unidos, Rusia, China y Europa podrían hacerlo, además, hay suspicacias de que el desarrollo de tecnologías de este tipo puedan ser usadas para eliminar misiones operacionales de potenciales enemigos. En el fondo, estas tecnologías pueden convertirse en precursores de armas espaciales “anti-satélite”. Por otra parte, económicamente, es muy caro desarrollar tecnologías para eliminar esta basura Espacial, aunado a que todavía no existe claridad sobre los beneficios que la explotación del entorno espacial tiene para nuestra sociedad. En el ámbito jurídico y legal, considera Unshelm Báez (2015) que resulta difícil legislar en un entorno que es de todos y no es de nadie. No hay soberanías definidas en el espacio exterior. Debido a todos estos problemas, no hay actualmente misiones operativas de eliminación de basura espacial ni ha habido verdaderos intentos serios para conseguirlo, pero sí que se están desarrollando muchos conceptos para conseguir “empujar” un satélite no-operativo a una región menos peligrosa y hacia su re-entrada en la tierra: Cables electrodinámicos; Velas solares; Dispositivos de aumento de la resistencia atmosférica; Satélites que se acoplen a estos objetos y los “empujen”; Satélites “pastores” que enciendan un motor y dirijan el chorro al objeto para “empujarlo”; Láseres en tierra o en el espacio (ablación del material que dé empuje) para objetos pequeños; Grandes “caza-mariposas” que atrapen pequeños objetos; entre otros. Lo hasta ahora expuesto, revela la existencia de un problema de tipo jurídico que requiere de su estudio a partir de una investigación que lleve a establecer una normativa jurídica ante la Alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe (ALBA) para la regulación de la disposición de la basura espacial en la zona geoestacionaria.

Palabras-clave: Basura espacial.

“La Integración Regional en riesgo: de UNASUR a Prosur”

Carlos Alfredo da Silva
Universidad Nacional de Rosario
GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”
Rosario, Santa Fe, Argentina
cadas2750@gmail.com

El presente ensayo, se enmarca en un análisis sobre el proceso de integración regional sudamericano, con una mirada crítico-reflexiva desde las relaciones internacionales acerca de la coyuntura por la que atraviesa la Unión de Naciones del Sur (UNASUR) frente al retiro de los miembros: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Paraguay y Perú, los cuales anunciaron la suspensión de su participación por tiempo indefinido en dicho bloque regional, creado hace una década, por líderes como Hugo Chávez, Néstor Kirchner e Inácio “Lula” da Silva, para contrarrestar la influencia de Estados Unidos en la región, cuando propulsaba el Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (ALCA). Actualmente, dichos miembros conformaron el foro Prosur, quizás con una visión más neoliberal y de libre comercio. El estudio se centra en la disciplina de las relaciones internacionales, que toma en cuenta la variable de la interdependencia con un enfoque metodológico cualitativo, partiendo de un concepto de integración regional concibiéndoselo como un “proceso multidimensional, que trasciende lo meramente económico-comercial, abarcando, entre otros aspectos, la cultura, la educación, la seguridad, el desarrollo sustentable para la región y la promoción de una mayor inserción internacional acorde a los requerimientos de la actualidad latinoamericana e internacional”. Para el análisis se tomarán en cuenta determinadas perspectivas nacionales de los países sudamericanos sobre la cuestión, como así también la creciente incidencia de la política exterior norteamericana en la región. Consideramos que el principal dilema que enfrenta UNASUR debería ser la búsqueda de un consenso regional que aglomere a los Estados miembros que la componen, permitiéndoles dirimir sus diferencias y crear políticas en conjunto. El objetivo final debería ser evitar la generación de tensiones en la subregión, la polarización de la misma y la defensa de la soberanía y autonomía. Acaso, el mayor desafío para la integración regional sea lograr que no haya ni ganadores ni perdedores.

Palabras-clave: Integración regional; UNASUR; Prosur; Estados Unidos.

A Política Externa do Governo de Nicolás Maduro para as Relações de Fronteira Terrestre da Venezuela com a Colômbia

Agamenom de Oliveira Leandro
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Foz do Iguaçu, PR, Brasil
agamenomdeoliveira@gmail.com

O presente trabalho aborda os temas de fronteira e política externa na América do Sul, mais precisamente tratando-se da política exterior da Venezuela em relação às fronteiras terrestres com a Colômbia. A justificativa para a elaboração do artigo dá-se em torno da relevância de contribuições que visem explicar outras perspectivas que comumente não são discutidas pelos autores que produzem trabalhos no que diz respeito à Venezuela, portanto entende-se que há uma certa originalidade na proposta deste texto científico. Ademais, existe a compreensão que ainda há poucos aportes que aludem ao assunto de fronteiras no continente sul-americano, desde demarcação limítrofe até outros fatores. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo fundamental analisar a política externa do governo de Nicolás Maduro no tocante às relações de fronteiras terrestres da Venezuela com a Colômbia. O artigo divide-se da seguinte forma: primeiramente, com o propósito de contextualização histórica, busca-se apresentar os instrumentos legais que delimitaram formalmente os limites geográficos terreneos entre os dois países; na segunda parte, redige-se em relação à atuação centralizadora de Maduro nas decisões em relação às fronteiras, e por último, o elemento do contrabando de combustível venezuelano em direção ao território colombiano. Assim, compreende-se que a política externa do governo de Nicolás Maduro para as relações de fronteiras terrestres da Venezuela com a Colômbia giram em torno de dois eixos elementares: primeiro, o caráter centralizador das decisões na figura do chefe do executivo, e não na Chancelaria, e segundo, o mais importante, o contrabando de gasolina para Colômbia norteia a condução das ações implementadas pelo governo bolivariano. Esses dois fatores mostram que a política exterior de Maduro para as relações de fronteiras terrestres com a Colômbia torna-se dificultosa, e as ações de cooperação e até mesmo de garantia da manutenção da livre circulação de pessoas, serviços, mercadorias são comprometidas. O trabalho caracteriza-se por ser documental e bibliográfico. Os dados obtidos através de trabalhos de outros autores e documentos buscados em órgãos oficiais de governo.

Palavras-chave: Fronteira; Venezuela; Colômbia; Maduro.



Mesa XV

Programa das nações unidas para o desenvolvimento – (des)construindo uma ilusão?

Leonardo Daniel Jorge
Tatiana dos Santos Djassi
Manolita Correia Lima
Ivor Prolo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB
Cidade de Redenção, estado de Ceará, Brasil
leonardodanieljorge@gmail.com
tatianadjasse@gmail.com
mclima@espm.br
ivorprolo@unemat.br

Considerando a ordem econômica mundial vigente, objetiva-se discutir o que é possível esperar das ações implementadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Desde a criação (1965), a existência do PNUD está relacionada à missão de reduzir a pobreza promovendo o desenvolvimento dos países periféricos, auxiliando a formulação de políticas públicas, apoiando a formação de lideranças comprometidas com a promoção do desenvolvimento, fortalecendo as instituições e a infraestrutura em mais de 170 países. Apesar de existir há mais de meio século, as ações empreendidas não têm sido capazes de reduzir as assimetrias existentes entre os países centrais e periféricos, ao contrário, com a intensificação do processo de globalização elas se acentuam. Isso decorre de uma questão estrutural, como argumenta Furtado (1961)? Ou decorre de um *modus operandi* em que o PNUD desconsidera as especificidades que singularizam cada país (Irschman, 1996 apud Niederle e Radomsky, 2016)? Pelas lentes dos pósdesenvolvimentistas (Niederle e Radomsky, 2016), ao ser criada e legitimada pelos países centrais, a dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento traduz classificações que têm justificado intervenções desenvolvimentistas nos países considerados “atrasados”. Isso tem engendrado realidades propagadas pela publicação de relatórios e diagnósticos cujos conteúdos favorecem a mundialização do capital (Chesnais, 2000). A teoria do desenvolvimento admite “a lógica da acumulação capitalista, baseada na condição do trabalho humano alienado, como pressuposto para a evolução da sociedade” (CARDOSO &

PINTO, 2014 p.12). Mas não faltam autores que asseguram “ser impossível aumentar substancialmente os padrões de vida dos pobres sem aumentar a renda (e o consumo) dos ricos” (Pereira, 2014 p.44). Frente ao contexto esboçado, ao desenvolver o texto, pretende-se argumentar a impossibilidade de reverter o estado de pobreza dos países periféricos quando se leva em conta a ordem econômica global vigente (Wallerstein, 1999). Para tanto, o texto resultará de um estudo bibliográfico (Garcia, 2016), associado a um levantamento documental (Sá-Silva, 2009).

Palavras Chave: Países centrais e periféricos; desenvolvimento; ordem econômica global; PNUD.

Globalização, crise e mercado de trabalho na America Latina: uma aproximação entre as abordagens marxista e pós-keynesiana

Manuel Felipe Martinez y Cinthia de Souza
UNICAMP
manuf.martinez9@gmail.com

O objetivo deste trabalho é analisar os impactos das crises econômicas no mercado de trabalho dos países periféricos latino-americanos diante da globalização através de um diálogo entre a abordagem marxista e a pós-keynesiana. Os entraves ao desenvolvimento das economias latino-americanas decorrentes da inserção dependente da região ao capitalismo mundial se transformaram nas ultimas décadas. O fenômeno da globalização trouxe para a dinâmica capitalista novos mecanismos que modificaram as relações entre o centro e a periferia, onde se destaca um padrão de acumulação conhecido como financeirização. A emergência de um novo Sistema Monetário Internacional hierarquizado está relacionado ao fortalecimento de assimetrias na esfera financeira, macroeconômica e produtiva. Tais assimetrias determinam a vulnerabilidade dessas economias diante dos ciclos de capital internacional, impondo uma incapacidade de condução da política econômica e um aprofundamento da reprimarização da estrutura produtiva. A dependência estrutural que se manifesta nas assimetrias da globalização adquire seu caráter mais explícito nos momentos de crise. Diferentemente das economias centrais em que o progresso técnico e as políticas anticíclicas contribuem para a reanimação da acumulação de capital e da demanda agregada, nas economias periféricas a crise impacta de maneira mais profunda

no mercado de trabalho por conta da heterogeneidade estrutural e da deficiência da demanda. A visão pós-keynesiana analisa os efeitos da crise no mercado de trabalho por meio do conflito distributivo, que é alterado em benefício do capital por conta de um menor poder de barganha dos trabalhadores, fazendo que os salários reais não acompanhem o crescimento da produtividade. Como consequência a parcela dos salários no PIB cai, impactando negativamente na distribuição funcional da renda. Na perspectiva marxista o aumento da mais-valia contribui para contrapor a queda da taxa de lucro e restabelecer as condições necessárias para a valorização do capital. A transferência de valor da periferia para o centro se acentua nos momentos de crise e tem como contrapartida a elevação da superexploração da força de trabalho. Neste trabalho se pretende encontrar pontos de convergência entre as duas abordagens a fim de compreender os efeitos da globalização no mercado de trabalho na região.

Palavras-chave: Crise; globalização; America Latina; mercado de trabalho.

Sobre a relação entre desenvolvimentismo e marxismo: uma crítica e uma proposição

Leonardo Segura Moraes
Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU)
Uberlândia
lseguram@hotmail.com

O objetivo principal do artigo é avaliar criticamente em que medida a defesa do desenvolvimentismo como estratégia de política econômica é compatível com a teoria marxista. Para tanto, o artigo apresentará uma revisão teórica sobre o conceito de desenvolvimentismo, especificando o atual debate entre os defensores no Brasil (Novo-desenvolvimentismo vs. Social-desenvolvimentismo). Em seguida, desenvolve-se a argumentação de Marx a respeito da transição para o socialismo e do limite revolucionário oriundo das instituições capitalistas, como por exemplo o Estado Moderno e democracia modernos. Conclui-se pela inadequação teórica entre desenvolvimentismo e marxismo, visto que o primeiro corresponde a um projeto político-econômico incompatível com a socialização dos meios de produção. Por fim, sugiro

como alternativa uma estratégia de desenvolvimento pautada na defesa política de práticas relacionadas ao modo-de-produção associado (peer production) em direção a produção de comuns em vez de mercadorias.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; marxismo; política econômica; modo-de-produção associado.

Acesso de fração da classe trabalhadora à universidade: em busca da exploração qualificada do capital

José Alfonso Klein

Bruna Gimenes Ferreira Arroyo Poggere
UFPR

Palotina, Paraná, Brasil
brunagimenes@hotmail.com

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de consolidação da universidade no Brasil, em especial, focado nas “táticas” dos governos de investir numa fração da classe trabalhadora para o desenvolvimento capitalista, a partir da exploração do trabalho qualificado. Os principais teóricos que analisam a temática apontam as contradições existentes entre “direito universal” à educação e sua negação na prática à maioria dos trabalhadores do país. Diga-se de passagem, que esse direito e outros considerados “universais” estão em “xeque-mate” na atual conjuntura neoliberal de governo ultraconservador. Mas o discurso que a educação é a “fonte de salvação” dos trabalhadores e do desenvolvimento está amplamente divulgado na sociedade. Essa “visão promissora” foi disseminada pelo Estado, com maior intensidade a partir da “reforma do ensino superior” na década de 1960. E no início do século XXI se acentuou com ampliação do acesso para a classe trabalhadora à universidade, priorizando o ensino privado com financiamento público. “Vende-se” a imagem de uma pseudo relação “harmônica de consenso” no tripé: trabalho, capital e Estado. Quando na verdade o antagonismo de classes escancara as contradições férreas no “cabo de guerra” da exploração capitalista em tempos neoliberais. A caminho da “democratização” da universidade no Brasil são visíveis os rastros de distinção entre as classes sociais. Para camuflar a real contradição entre capital-trabalho, na produção/reprodução de mercadorias, a classe burguesa impõe a ideologia

do “consenso” para continuar aumentando as margens de lucro e para manter-se no poder do Estado. Como ponto de partida, para compreender essa complexidade de relações recorreremos à análise da categoria trabalho, como ontologia do ser social nas perspectivas da classe trabalhadora. Finalmente, analisamos os reais interesses do capital e de seu Estado para uma fração da classe trabalhadora à universidade brasileira, tendo como estratégia central: aumentar lucros e acumulação em tempos de grande crise do capital. Como fundamentação teórico-metodológica, utilizamos categorias do materialismo-histórico para perceber com maior profundidade as raízes estratégicas e táticas neoliberais no Brasil do século XXI.

Palavras-chave: Classe trabalhadora; universidade; capital; trabalho.



Resumos não apresentados no evento

Economía y género desde los procesos de integración en un contexto contemporáneo. Caso de estudio la alianza pacífico

Alexandra López Martínez
Corporación Unificada Nacional de Educación Superior

En la actualidad es importante abordar la relación entre la economía y el género en un contexto internacional, ya que por años se ha librado una lucha por la reivindicación de la equidad de género en todos los aspectos de la sociedad y que ha ganado un espacio de manera paulatina. Por consiguiente, la economía del cuidado es un tema reciente en el marco legal de las integraciones económicas de los países Latinoamericanos (Robles and Rico, 2016), por lo tanto es necesario aportar nuevos hallazgos para el debate, con el fin que desde la producción académica se pueda dar la base de la equidad de derechos en el trabajo doméstico no remunerado, ya que puede contribuir a la movilidad social de las mujeres en el mercado laboral, mercado del cual han estado segregadas a través del tiempo. Y es en el mercado laboral donde se ha presentado una falacia a partir de la liberalización económica de las mujeres porque, en realidad son las mujeres de clase media y alta las que han logrado desarrollarse profesional y laboralmente, liberalización que ha estado en detrimento de aquellas mujeres de posición socioeconómica baja que encuentran en el trabajo doméstico remunerado una opción laboral, así esto signifique dos o hasta tres jornadas laborales (la que es remunerada y las que no) y, que finalmente es un trabajo que mantiene la reproducción de la sociedad a través de los años. Es así como el objetivo de esta investigación pretende analizar las políticas públicas entorno a la relación entre economía y género en el proceso de integración internacional Alianza Pacífico, la cual está compuesta por Chile, Colombia, México y Perú; investigación a desarrollar a partir del análisis del discurso del corpus normativo posterior a que en Latinoamérica incursionaran las políticas neoliberales en la década de los años noventa del siglo XX y luego que se diera esta integración hasta el 2019.

Palavras-chave: Género; alianza pacífico; comercio; globalización.

Trabalho dentro do eixo temático

Silmara Cosme Cravo
USP - Universidade de São Paulo

Preocupação com o rompimento da paz na parte do continente americano que é a América do Sul. Visitação aos conceitos de Halford John Mackinder, como foram concebidos na sua origem. Revisitação aos conceitos de Halford Mackinder, refletidos e repensados por ele no decorrer de sua vida, consoante os eventos na humanidade acontecidos após o lançamento de seu pensamento original. Análise teórica do pivot mackinderiano, de forma abstrata. Continentalismo. Continentalismo e oceanismo. Breve comparação da teoria de Mackinder com a de Alfred Thayer Mahan. Análise teórica do pivot mackinderiano projetado para o continente sulamericano e vislumbrado pelo Coronel Mário Travassos, outrora. O pivot de Mário Travassos hoje: válido ou ultrapassado. Resgate ao mundo como sistema fechado especificado por Halford Mackinder, quando da reflexão de sua teoria. Atualidade. Globalização. Modernidade. Geopolítica e modernidade. Abordagem da obra de Carlos de Meira Mattos Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira. Breve retrospectiva da geopolítica do Brasil desde Everardo Beckheuser. Os geopolíticos de formação militar. A Escola Superior de Guerra e o pensar o Brasil também sob o ponto de vista da tecnologia. A paz sulamericana. A estabilidade e a instabilidade dos países sulamericanos. Rápida análise da instabilidade no continente africano e como isso reverbera para os países da América do Sul. Fluxo migratório dos africanos oriundos dos países os mais distintos possíveis (Burkina Fasso, República do Congo, Mauritânia, Mali etc.) para o Brasil. Episódios atuais de instabilidade na paz sulamericana: a Venezuela. Exercício de reflexão para se substituir a área de instabilidade vislumbrada por Mário Travassos quando tratou do pivot na Bolívia para concluir-se qual é a área de instabilidade ameaçadora da paz sulamericana na atualidade. O que mudou desde a época de Mário Travassos até nossos dias com os efeitos da modernidade e globalização. Saturação do mundo como sistema fechado de Halford John Mackinder.

Palavras-chave: Geopolítica; mackinder; geopolítica brasileira; mário travassos; globalização; modernização; meira mattos; paz sulamericana.

O papel da agricultura familiar na segurança alimentar, um estudo de caso: Pinhal Grande/RS

Daniéli Uliana, Eduardo Schiavone Cardoso
UFSM

O município em estudo localiza-se na Quarta Colônia/RS, possui 5.031 habitantes e uma área de 477,39 km² (IBGE, 2010), mantêm seus traços culturais de colonização formado por propriedades com rendas proveniente da agricultura familiar. Sendo assim, torna-se importante pesquisar o papel dessas famílias na garantia da segurança alimentar local e compreender as política públicas e os órgãos que norteiam o desenvolvimento produtivo. A Política Nacional da Agricultura Familiar foi criada pela Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 e define agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural atendendo a requisitos tais como: não detenha área maior que quatro módulos fiscais, utilize mão de obra familiar em seu estabelecimento, tenha percentual mínimo de renda obtida a partir das atividades econômicas de seu estabelecimento e dirija seu estabelecimento com sua família. Conforme Nierdele et.al (2014), mais do que a produção de alimentos em quantidade, a agricultura familiar passou a ser reconhecida pela sua contribuição à segurança alimentar e nutricional, na tentativa de reverter um problema de saúde pública a partir dos novos modos de vida e consumo alimentar da população. A partir disso surgem os Programas de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, art. 3º). Portanto, garantir a segurança alimentar é promover uma revolução econômica e social. A agricultura familiar é uma das principais aliados desse processo, juntamente com diversos organismos que atuam nos municípios e as políticas públicas, importante para o desenvolvimento municipal. A segurança alimentar é responsável pelo aumento de oferta de alimentos básicos e apoio à agricultura familiar incentivando a produção para autoconsumo e novas políticas agrícolas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; segurança alimentar; Pinhal Grande.

Fronteras interiores para la integración regional: desplazados venezolanos en cartagena de indias, red de migración, ingreso ilegal y trabajo informal

Barria Angelica Maria
UNPA-UARG

La actual coyuntura que afecta a Venezuela, generó que una gran masa de población se vea forzada a emigrar. La comunidad internacional, promueve que países limítrofes abran sus fronteras “físicas”. Así, el actual gobierno colombiano es receptor de una gran masa de inmigrantes venezolanos (y colombianos atravesando la migración de retorno). En particular la ciudad turística de Cartagena de Indias, por su dinámica económica, se encuentra dentro de las seis principales ciudades de acogida, constituyendo en muchos casos una de las rutas del migrante venezolano. Para el presente trabajo considera que si bien existe una “apertura fronteriza”, pero no presenta un correlato de integración al interior de la ciudad. Se enfatizará que el proceso inicia con la constitución de redes migratorias, sistema que prefigura un tipo de trabajador precarizado que encuentra en el espacio público trabajo y residencia. Que la previsión del sistema de redes de inmigrantes se ligue al “ingreso ilegal” potencia la incorporación de trabajadores venezolanos a la “economía informal”, cuyas vertientes alimentan una incorporación a un trabajo, y condiciones habitacionales, que vulneran derechos humanos básicos, y por otro lado, incrementa la posible conducta delictiva a través de la posible incorporación en el microtráfico y la prostitución, entre otras posibilidades. Por todo ello los objetivos de este trabajo, son establecer la ligazón entre la apertura fronteriza el trabajo informal, condición de ilegalidad y red de migraciones en Cartagena de indias, y conocer las formas que asumen la “economía informal” para el migrante ilegal venezolano y sus implicancias fácticas. Este trabajo se basó en entrevistas (entre otros métodos) a migrantes venezolanos en Cartagena, si bien no se analizó la migración de retorno de los colombianos, que en la época de auge de Venezuela optaron por migrar; se entiende que muchos colombianos con doble nacionalidad, que regresan a Colombia, se incorporan a la economía informal con similares condiciones el venezolano.

Palavras-chave: Desplazados; red de migración; fronteras internas; trabajo informal; Venezuela; Cartagena.



Tema II

Planes geoestrategicos y megaproyectos



Mesa I

A implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional e a formação de um novo arranjo sócio-espacial na fronteira Brasil-Paraguai: impactos ambientais e violação de direitos

Edson dos Santos Dias

Maria José Castelano

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

edias88@yahoo.com.br

No Brasil, o capitalismo desenvolveu-se hiper-tardamente (o processo de industrialização dinamizou-se a partir da década de 1950) e, desde os seus primórdios, dependia dos capitais externos para os investimentos internos. O projeto de industrialização/modernização do Brasil, consolidado a partir do golpe militar de 1964, foi capitaneado por um grupo de militares com o apoio da burguesia agrária e industrial (aliados ao capital-imperialista) e setores da classe média, na alternância de presidentes gerais que perdurou de 1964 até 1985. O período compreendido pelos governos militares foi marcado pelo planejamento e implantação de grandes projetos. A Usina Hidrelétrica de Itaipu representa, tanto no plano simbólico como material, uma das principais obras de engenharia realizada em todo o País, durante o governo militar. Nosso objetivo é demonstrar que a implantação da U.H. de Itaipu Binacional representou umas das principais intervenções feitas pelo Estado brasileiro neste espaço de fronteira, impondo as bases para a constituição de um novo arranjo sócio-espacial na área compreendida mais diretamente pelo seu raio de ação, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio. Além disso, na atualidade, exerce grande poder de influência sobre o “seu território”, assim como é amplamente divulgada como modelo de política diplomática e ambiental que ajuda a justificar novos empreendimentos pelo País. No entanto, a submersão do conjunto de quedas d’água conhecido como “Sete Quedas” em razão da construção da represa necessária para o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Itaipu, explicita o papel secundário do meio ambiente diante das forças de mercado e do Estado para viabilizar o projeto elaborado para a indústria nacional. O processo de desapropriação, para formação do reservatório, de aproximadamente 40 mil pessoas residentes do lado brasileiro, e em torno de 20 mil no Paraguai, não ocorreu sem gerar conflitos e ficou marcada pela reação de forças sociais, reivindicações e contestações, na virada das décadas de 1970 para 1980, e evidenciou a fratura de posicionamento sobre o tema em

relação a determinados grupos envolvidos, como os desapropriados, que contaram com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, do outro lado, o Estado, representado institucionalmente pela Itaipu.

Palavras-chave: Megaprojeto; sócio-espacial; território.

(In) justiça e vulnerabilidade socioambiental: Uma análise das condições de desigualdade espaço-territorial no âmbito da implementação da Usina Termelétrica Porto do Itaqui, São Luís-MA

Delmo Mattos da Silva
Márcio Antônio Pinto de Almeida Filho
UniCEUMA/UFMA
delmomattos@hotmail.com

As articulações das categorias da justiça ambiental estruturam estratégias argumentativas capazes de evidenciar práticas discriminatórias que fundamentam desigualdades ambientais. Essas práticas evidenciam padrões ambientais distintos, consequência direta das práticas mercantilistas de ocupação do solo, impondo as regiões menos desenvolvida e grupos sociais vulneráveis o ônus maior de um risco ambiental. O objetivo do artigo consiste em evidenciar a problemática da instalação da Usina Termelétrica Porto do Itaqui, capitaneada pela empresa paulista MPX Mineração e Energia Ltda. Nesse sentido, discute-se a questão da instalação da Usina, a partir da perspectiva dos conflitos socioespaciais de natureza exploratória cujo modelo de desenvolvimento articula-se em escala global com consequências em uma escala local. A hipótese norteadora do artigo consiste na premissa de que uma distribuição desigual dos riscos ambientais acentua as condições de vulnerabilidade socioambiental demonstrando claramente um processo de racismo ambiental contra os moradores da região do Itaqui, em especial, aqueles localizados na região conhecida como Vila Madureira.

Palavras-chave: Vulnerabilidade socioambiental, racismo ambiental, justiça ambiental, conflitos ambientais.

Megaprojetos em terras de povos tradicionais e suas violações aos Direitos Humanos

Guilherme Oliveira Silva
Liana Amin Lima da Silva
Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD
Dourados-MS/ Brasil
guigoliveiras@gmail.com

O presente trabalho tem como escopo analisar quais são os conflitos gerados através de megaprojetos em territórios de povos tradicionais e quais violações de direitos os atingem, mais especificamente, nas comunidades quilombolas do Brasil. Na perspectiva brasileira, existem casos em que essa interferência do Estado (de megaprojetos hidrelétricos, de mineração, rodovias, entre outros) em territórios quilombolas vem gerado violações e conflitos socioambientais a esses povos. Os casos analisados serão: a construção do porto no lago do Maicá, em Santarém, estado do Pará; o projeto da Ferrovia Paraense (Fepasa), que atinge 23 municípios do estado do Pará; e a expansão e concessão da base de Alcântara aos Estados Unidos, estado do Maranhão. De modo geral, as populações afetadas por megaprojetos, não à toa, são povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outras comunidades tradicionais, que são subjugadas em consequência do capitalismo global. Violações como a ameaça de expulsão e deslocamento forçado são frequentes aos povos tradicionais. A noção de identidade dessas comunidades está estritamente ligada à pertença, à noção de territorialidade e vai além da ideia de propriedade. Conjuntamente, se viola direitos quando o Estado ou empresas privadas tomam decisões ou executam projetos que geram impactos em territórios de povos tradicionais sem consultá-los. Então, além de ameaças à vida, descumpre-se leis constitucionais, como o art. 216 da Constituição Federal, que versa sobre questões culturais, de identidade e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Identicamente, infringe-se a Convenção nº 169 da OIT, que é um tratado internacional ratificado pelo Brasil, que consolida o direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado dos povos tradicionais, diante de qualquer interferência administrativa e legislativa por parte do Estado ou particulares em seus territórios. Considerando os objetivos do trabalho em analisar os problemas decorrentes de megaprojetos existentes nesses territórios quilombolas e, consequentemente, as violações de direitos sofridas por

esses povos, metodologicamente, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental acerca das comunidades quilombolas atingidas, quais os megaprojetos motivadores das violações e quais leis são infringidas.

Palavras-chave: Megaprojetos; comunidades quilombolas; território; violações de direitos.

Las ruralidades en la metropolización del territorio: Paisajes y reproducción social campesina en conflicto

Gabriela C. Pastor

Laura Torres

Franco Marchionni

Emilia Agneni

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo)

CCT Mendoza CONICET - Mendoza, Argentina

gpastor@mendoza-conicet.gob.ar

Los procesos de metropolización ya no sólo expresan la expansión y conurbación de ciudades, sino que su dinámica se expande mucho más allá de sus fronteras. La metropolización como expresión de lo urbano extra-ciudad se ha convertido en un fenómeno que involucra bajo sus dinámicas e improntas a los territorios hasta ahora reconocidos como rurales. Desde esta perspectiva, esta comunicación se interroga acerca de qué modo la metropolización territorial desplegada a partir de la implantación de grandes proyectos inmobiliarios incide en la reconfiguración del paisaje y de los sistemas de reproducción social campesina que lo sostienen. Con este fin, se analizan dos estudios de caso situados en las zonas pedemontanas del oeste de Mendoza desde una perspectiva comparada. En ambos, la incrustación de grandes emprendimientos inmobiliarios sobre paisajes rurales ha inducido no solo el corrimiento, consolidación y redimensionamiento de algunas fronteras, sino la construcción de otras nuevas. Allí, las territorialidades emergentes traccionan la patrimonialización diferencial de los bienes de la naturaleza y la cultura territorial en nuevos modos de producción del paisaje. En este contexto se estudian

y comparan las estrategias de reproducción social campesina, sus modos de producción de paisaje y los impactos que en ellos generan los grandes proyectos inmobiliarios. Considerando que los territorios metropolitanos constituyen una construcción compleja en la que la equidad de las imbricaciones urbano-rurales enuncia -en gran medida- las claves para la sostenibilidad territorial, se anticipa que los sistemas de reproducción social campesina configuran el paisaje, reflejan su valor social patrimonial y redimensionan las capacidades de los territorios para sostener a las metrópolis. Las conclusiones aportan a la comprensión de la producción de paisajes que enfrenta el metabolismo territorial en contextos de avance del capital y descapitalización patrimonial.

Palabras-clave: metropolización; proyectos inmobiliarios; paisaje; reproducción social campesina.



Mesa II

Proyectos mineros en Ixtacamaxtitlán: despojo y resistencia

Aurora Furlong

Raúl Netzahualcoyotzi

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; CIEPE

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

Puebla/México

zfurauro@yahoo.com.mx

Edwin Hernández Herrera

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla

Puebla, México

El presente trabajo tiene por objetivo analizar el proyecto minero, el despojo de tierras y la resistencia social en el municipio de Ixtacamaxtitlán, Puebla, donde opera la minera canadiense Almaden Minerals, misma que no ha respetado los espacios territoriales de los pueblos originarios así como los recursos naturales, argumentado que en los 561 kilómetros cuadrados que abarca el proyecto, no existe ninguna área natural protegida, ni tampoco comunidades indígenas que puedan resultar afectadas, donde el Estado ha otorgado numerosas concesiones a empresas mineras, sobre todo a las de origen canadiense, y norteamericano, las cuales tienen una fuerte presencia en la Sierra Norte del Estado de Puebla. En el estudio se destaca el comportamiento de las empresas mineras, en cómo han afectado el ambiente natural, la economía local y la ruptura del tejido social y cultural de la zona, enfrentando la resistencia de las comunidades de los pueblos originarios; consideramos que los grandes proyectos geoestratégicos son parte de las empresas apoyadas desde el nuevo Estado transnacional (Robinson 2014). En este contexto, la globalización y la proliferación del modelo neoliberal en la mayoría de los países de América Latina y el Caribe, desdibuja los límites de las actividades económicas, así como las barreras fronterizas con el libre comercio, intensificando la privatización de los recursos naturales con nuevas formas de acumulación capitalista para fortalecer las cadenas transnacionales de producción y servicios, involucrando una expansión de la minería, la extracción energética y los megaproyectos de infraestructura, alimentando una economía global voraz y desbordando las arcas de las transnacionales.

Palabras-clave: Resistencia social; minería; despojo; Ixtacamaxtitlán; empresas transnacionales.

Ações e Representatividade no Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Tauá-Mirim

Ronyere Sarges Rêgo
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
São Luis – MA - Brasil
ronyeresir@gmail.com

Este artigo parte do trabalho de campo da minha dissertação de mestrado (em andamento) sobre as formas de mobilização e mediações dos representantes (conselheiros/as) do Conselho da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Tauá-Mirim, diante dos instrumentos de ação pública e multiposicionalidades, advindas com o discurso da gestão participativa em unidades de conservação, sobretudo pela interação entre os representantes externos e os moradores/extrativistas/usuários, como também, as mediações de conflitos causados por estas novas racionalizações do espaço. O trabalho teve como metodologia o acompanhamento as reuniões do Conselho, junto com entrevistas com seus moradores. Para entendermos tais campos de engajamentos é preciso compreender a atuação dos membros do Conselho, tendo foco principal em seus agentes, ou seja, os extrativistas da Reserva, bem como seus posicionamentos que são tomados de acordo com as demandas locais e desta forma trazendo uma reflexão das formas de militância observadas nas reuniões do Conselho. Levando em consideração os mecanismos legais que regem os Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas, podemos perceber que eles dão legalidade aos discursos dos moradores. Deste modo, o Conselho, bem articulado com a sua população local e com os órgãos externos, têm fortes chances de contribuir para a gestão socioambiental dessas áreas protegidas, promovendo o alargamento dos processos representativos, ampliando as participações sociais na vida pública e, conseqüentemente, a dimensão pública para além do domínio estatal. É percebido em suas próprias falas como os moradores/extrativistas pertencentes à RESEX Marinha de Tauá-Mirim possuem uma consciência de seus direitos legítimos, que a cada momento de crise é acionada e fortalecida. No que diz respeito ao processo de construção destes espaços de decisões, percebe-se que muito se tem ainda que caminhar na busca de uma gestão verdadeiramente participativa, onde a população tradicional possa exercer seu papel dentro do Conselho em condições de igualdade. Tem-se percebido que mecanismos legais que regem os Conselhos passam a fazer parte do discurso de alguns moradores/

extrativistas que participam das reuniões do Conselho. Contudo, é preciso reafirmar a dimensão política deste processo construtivo de novas dinâmicas democrático-participativas.

Palavras-chave: Mediações; representatividade; articulação Popular.

Resistir para existir: a luta da Comunidade do Cajueiro pela manutenção do território e contra o deslocamento compulsório na Grande Ilha do Maranhão

Ana Lourdes da Silva Ribeiro

Clara Fernanda da Silva Costa

Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente - GEDMMA /UFMA

GT CLACSO “Fronteras, regionalización y globalización en América”

analourdes_ribeiro@yahoo.com.br

clarafernanda45@gmail

O presente trabalho tem por objetivo analisar os discursos que engendram o processo de violência vivenciado por moradores da comunidade tradicional do Cajueiro. A comunidade existente há mais de cem anos, está localizada na Zona Rural de São Luís – MA. Desde 2014, seus moradores vivem um intenso conflito pela posse e uso do território com a empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., subsidiária da empresa paulista WTorre. Constituída exclusivamente com o fim de instalar um porto privado na região, iniciou uma série de ações visando a construção do Terminal Portuário de São Luís, na Praia de Parnauçu, uma das localidades da comunidade Cajueiro, fato esse que tem gerado inúmeros conflitos e dificuldades para os moradores e afetado diretamente suas vidas, os processos produtivos, a geração de trabalho e renda na comunidade, concentrada principalmente na pesca artesanal e na agricultura familiar, dedicada a reprodução social e econômica das famílias ali residentes. O Cajueiro possui parte do seu território, mais especificamente, a Praia de Parnauçu, localizada no perímetro oficial, já estabelecido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (RESEX DE TAUÁ-MIRIM). A alternativa em transformar a área em disputa em uma Resex diz respeito a luta de moradores de distintas comunidades da Zona

Rural, iniciativa coletiva em defesa do modo de vida, em uma importante área de preservação na Grande Ilha do Maranhão, que vem passando por um processo intenso de urbanização, com a consequente diminuição das áreas verdes e naturais, eliminação de manguezais, igarapés e impactos diretos ou indiretos à população local. A metodologia utilizada para o levantamento dos dados atividades de campo, com cadernos de anotações, entrevistas com moradores, entidades da base de apoio, vinculadas a movimentos sociais, pastorais e órgãos públicos de Direito.

Palavras-chave: Comunidades rurais; deslocamento compulsório; conflitos ambientais.

O lado opaco do Eldorado Pernambucano: juventudes e vulnerabilidade social no território do Complexo Portuário Industrial de Suape.

José Matheus Mariano do S Silva
Fundação Joaquim Nabuco
Recife, Pernambuco, Brasil
jmatheusmariano@gmail.com

O estado de Pernambuco, no nordeste brasileiro, recebeu na década de 1970 o Complexo Industrial Portuário de Suape, porém nesta década do século passado sua construção era incipiente. A partir do ano de 2008, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi possível erguer e iniciar as atividades produtivas do parque industrial, da Refinaria de Petróleo Abreu e Lima e do porto. O complexo se estende por duas cidades da região metropolitana do Recife, a saber: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. A cidade do Cabo no período de intensificação do processo de construção recebeu um grande fluxo de trabalhadores de vários estados do Brasil e do mundo, que estavam responsáveis pela obra do megaempreendimento, servindo como local de trabalho e moradia temporária para estes operários. Gerando um inchaço urbano combinado ao boom econômico promovido pela injeção direta de dinheiro na cidade. Após o período de rápido crescimento, o Cabo de Santo Agostinho viu o desaceleramento da economia local, o êxodo dos trabalhadores sazonais e os indicadores sociais de violência, gravidez na adolescência, desemprego, dentre outros crescerem. No ano de 2014 o Cabo apresenta o maior Índice de

Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, de acordo com estudo da Secretaria Nacional de Juventude da presidência da República. De acordo com publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública o Cabo lidera o ranking de Vulnerabilidade juvenil à violência. A partir do exposto este artigo visa identificar os impactos da instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape na vulnerabilidade social dos jovens na cidade do Cabo de Santo Agostinho-PE, a partir de uma análise dos indicadores sociais e da literatura da Sociologia da Violência.

Palavras-chave: Cabo; suape; juventude; vulnerabilidade.

Megaproyectos en Tehuacán y Sierra Negra de Puebla

Aurora Furlong y Zacula

Raúl Netzahualcoyotzi

Irasema Ramírez

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla

zfurauro@yahoo.com.mx

El objetivo central es analizar los Megaproyectos en Tehuacán y la Sierra Negra de Puebla como parte de los trabajos del Grupo de Trabajo de CLACSO, consideramos que las reformas estructurales van imponiendo nuevas dinámicas hacia la concentración acelerada del capital, mostrando un modelo económico que se ha vuelto inviable a las necesidades de la población y que va depredando la vida en el planeta. Amin subraya que la razón de la desigualdad está en el capitalismo que busca la máxima ganancia para las empresas, sin considerar la distribución equitativa de la riqueza o calidad del empleo: El discurso del progreso hacia la búsqueda de la abundancia, es una falacia desmentida por la historia como señala Touraine (1994), es a través del universalismo occidental y la dominación de occidentalismo hacia el mayor consumo y deterioro de los niveles de vida de la población mundial. Las inversiones en infraestructura determinan en qué medida entran en conflicto con las poblaciones de comunidades locales o regionales para la expansión e intensificación del capital. Los Espacios Globales, para la acumulación de capital están ubicados en las fronteras y en otras zonas geoestratégicas, así como los procesos de integración regional, los planes geoestratégicos y megaproyectos, son impulsados por organismos

transnacionales y Estados que, a su vez, se insertan en la élite de decisión global. Nuestro interés en este trabajo es conocer en qué medida impactan a las poblaciones de comunidades locales y regionales, esta vorágine de proyectos. Las privatizaciones y el despojo de agua y demás recursos naturales afectan los ambientes o ecosistemas, así como las territorialidades locales, las poblaciones intentan frenar el impacto y se manifiestan en contra.

Palavras-chave: Megaproyectos; reformas estructurales; tehuacán y sierra negra; inversión.



Mesa III

Relatos de conflitos, lutas e resistências na Estrada de Ferro Carajás (EFC): de São Luís/ MA á Açailândia/MA

Regia Cristina Alves dos Santos
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
regia.c.alves@gmail.com

Este trabalho deriva do projeto de extensão: Projeto Grande Carajás, Direitos Humanos, Cidadania e Educação Ambiental, e a partir deste projeto pensou-se um curso de Formação Política a ser desenvolvido em oito municípios do estado do Maranhão. Desenvolvido pelo Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente -GEDMMA, minha participação deu-se como bolsista entre novembro de 2014 a outubro de 2016, contou-se ainda, com a parceria da Rede Justiça nos Trilhos- MA (JnT). Ressaltamos que este curso foi um apelo das lideranças de comunidades atingidas pela empresa Vale S.A, que opera a Estrada de Ferro Carajás-EFC, principal via de escoadouro do minério de ferro produzido na Serra de Carajás-Pará até o Porto da Madeira em São Luís- MA, no total são 27, municípios atingidos pela EFC, três no Pará e 24, no Maranhão dentre eles, oito receberam o curso de formação política á saber: São Luís, Santa Rita, Itapecuru-Mirim, Arari, Igarapé do Meio, Pindaré-Mirim, Buriticupu e Açailândia. O curso, discutiu temas tais como: Empreendimentos Capitalistas, Estrutura Agraria, Mobilização e Resistência Interna; Justiça e seus Aparelhos; Questão de Gênero e luta social; Infância e juventude; Meios de Comunicação; e Estado e Políticas Públicas. Os relatos que permeiam este trabalho, são relatos extraídos de questionários aplicados aos participantes cursistas, assim como, das entrevistas informais e das atividades organizadas e desenvolvidas no decorrer do curso. Portanto diante da análise dos dados foi possível perceber tanto as nuances dos conflitos territoriais como as lutas e resistências travadas ao longo dos 33 anos de operação da EFC. A lógica de empresas como a Vale S.A, espolia o território e acentua as desigualdades sociais nestas comunidades além da poluição sonora, poluição do ar, afeta a mobilidade a produção alimentar e o modo de vida peculiar de cada comunidade atingida pela EFC, a passagem diária do trem, intercepta e fragmenta territórios, para alimentar a economia global.

Palavras-chave: Vale; estrada de ferro carajás; conflitos territoriais.

Globalização de fluxos e fragmentação do trabalho no corredor da Estrada de Ferro Carajás - Maranhão, Brasil

Sávio José Dias Rodrigues
GEDMMA/UFMA
willian_2100@hotmail.com
saviodiasbr@gmail.com

Este trabalho tem a intenção de refletir sobre as transformações no mundo do trabalho a partir das mudanças nas economias dos municípios maranhenses cortados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC). Partimos da ideia de globalização de Milton Santos e David Harvey, em que, de um lado, esta é vista sob três primas (da fábula, da perversidade e da possibilidade) e de, um outro lado, é passível se analisar esse processo sob a ótica da reestruturação econômica e a produção desigual dos espaços. O desenvolvimento geográfico desigual seria a produção das contradições, simultaneidades, hierarquias no espaço. Assim, buscamos a produção de contradições existentes no mundo do trabalho produzidas com as novas configurações das economias locais impulsionadas pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento, representado, aqui, pela EFC. Nesse sentido, buscamos em bancos de dados como Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (atual Ministério da Economia), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Pastoral da Terra (CPT) dados que subsidiam o trabalho. Também realizamos trabalhos de campos em que fizemos entrevistas com informantes ligados a instituições que trabalham com os direitos humanos na região, bem como trabalhadores e trabalhadoras. A atração de empresas e indústrias envolvidas no ciclo produtivo da siderurgia/metalurgia, as transformações do acesso a terras, as mudanças nas produções locais das economias familiares são tratados no trabalho. A mudança no trabalho aparece atrelado a essas transformações. A fragmentação de economias familiares, com a limitação de acesso a meios de produção nos lugares de implantação destes empreendimentos cria um contexto de empobrecimento e vulnerabilidade. A precarização do trabalho, bem como, a reprodução do trabalho escravo nos municípios cortados pela EFC é um sintoma da fragmentação

do trabalho. O trabalho escravo contemporâneo é o ápice da própria desumanização do sujeito no processo de produção, em que objeto/animal tem um valor maior do que o próprio homem/mulher.

Palavras-chave: Grandes projetos de desenvolvimento; fragmentação do trabalho; globalização; EFC.

Expansão logística e territórios negros no Corredor Carajás

Cíndia Brustolin

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

São Luis – MA - Brasil

cindiabrustolin@gmail.com

Neste trabalho, analiso dispositivos de poder relacionados a ampliação de estruturas logísticas de escoamento da produção mineral e de outros produtos (como a duplicação de estradas de ferro, de rodovias, linhas de energia, etc.) para o mercado exterior sobre territórios negros na região dos municípios de Itapecuru Mirim e Santa Rita, no Maranhão. A construção de um corredor para exportações na região ganhou impulso nos anos 1970-80 com a implementação de políticas desenvolvimentistas no Brasil. Muitas estruturas iniciadas nesse momento, foram ou estão em vias de duplicação. Concentro a análise: a) nos processos de legitimação dos empreendimentos, enquanto ações ligadas ao “bem público” e ao desenvolvimento; b) nas margens porosas dos processos de expansão desses empreendimentos sobre territórios negros, como a chegada das máquinas para início das obras, antes mesmo de uma reunião ou uma notificação; c) na caracterização da região, como um corredor para a exportação de mercadorias; d) na configuração dos territórios, frente à expansão das estruturas. Os projetos e a execução das obras infraestruturais sobre os territórios negros trazem questões importantes para pensar dimensões biopolíticas e necropolíticas que engendram esses processos de expansão logística. A expansão do Corredor Carajás está relacionada a dispositivos de poder que operam na concessão de licenças ambientais, na produção sistemática da inexistência dos grupos em processos administrativos ou na minimização de suas presenças, na construção das noções de “bem público” e de “desenvolvimento”. O trabalho está vinculado ao Grupo de Estudos Modernidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento (GEDMMA/UFMA) e às pesquisas “Projetos de desenvolvimento e comunidades negras no Maranhão: fronteiras territoriais, lutas sociais e afirmação de direitos (Ed. Uni. CNPq-2016)” e

“Projetos de Desenvolvimento e Comunidades Negras no Maranhão: fronteiras territoriais, lutas sociais e equacionamento de conflitos (Edi. Uni. FAPEMA- 2016)”. Iniciei os trabalhos de campo em 2016, com a análise de documentos (processos administrativos, judiciais, legislações, etc.), entrevistas semiestruturadas na região e participação em diferentes reuniões.

Palavras-chave: Expansão logística; exportações; territórios negros.

Impactos Socioambientales del Tren Maya en el Sureste de México

Leon Enrique Avila Romero

Nadine Pollvogt

Universidad Intercultural de Chiapas, UNICH

San Cristobal de Las Casas, Chiapas, Mexico

leonenriqueavila@gmail.com

En la región maya del sureste mexicano, el gobierno federal mexicano plantea la construcción del tren maya, el cual circundará la Península de Yucatán, partiendo de la ciudad chiapaneca de Palenque atravesando los estados mexicanos de Tabasco, Campeche, Yucatán y Quintana Roo. Quienes quieren impulsar esta obra manejan un discurso de generación de empleos, incentivos a la actividad turística y el anhelado desarrollo en el sureste mexicano. Sin embargo, lo que habría que evaluar son los impactos socioambientales de tal proyecto en la región en la que se asienta la mayor diversidad biológica del país. Los estados de Veracruz, Oaxaca, Chiapas, Tabasco, Yucatán, Campeche y Quintana Roo concentran más del 80% de la disponibilidad de agua superficial de buena calidad y el 90% de las selvas altas, así como una significativa superficie de selvas medianas y bajas. Tenemos aquí el punto de encuentro entre la vegetación neotropical y neartica, lo que favorece el desarrollo de muchos endemismos, que generan una de las regiones del planeta como centro de origen de plantas domesticadas de importancia económica internacional y consolidan el lugar de México en diversidad de reptiles, mamíferos y aves. Asimismo es una región donde existe una cantidad significativa de población indígena, la cual esencialmente se dedica a la agricultura y otras actividades primarias. La llegada del tren turístico de pasajeros indudablemente cambiaría su entorno al atravesar territorios comunitarios.

Palabras-clave: Tren maya; megaproyectos; territorios indígenas; impactos socioambientales; selva maya; sureste mexicano.

El Tren Maya y la implementación de un nuevo ordenamiento territorial en la Península de Yucatán, México

Eliana Acosta Márquez
Dirección de Etnología y Antropología Social
Instituto Nacional de Antropología e Historia
Ciudad de México, México
elianaacostamarquez@gmail.com

El objetivo de esta ponencia es esclarecer uno de los posibles impactos del Tren Maya vinculado con la afectación a las concepciones y relaciones que los mayas han configurado históricamente con el territorio destacando las tensiones y las contradicciones desatadas por la entrada de la lógica del mercado y del turismo. En específico, se abordarán los riesgos derivados de la implementación de un nuevo ordenamiento territorial que incluye la construcción de estaciones y la edificación de centros urbanos, proyecto que a la vez que implica la deforestación de la selva, la venta de tierras, el cambio de uso de suelo y la especulación inmobiliaria, conlleva también la penetración de una lógica mercantil que cosifica el territorio y la cultura, privatizando la tierra y la vida, violentando así las propias formas de valoración mayas. Esta lógica entra en contradicción con los propios asentamientos y viviendas de las poblaciones, así como con el modo que los mayas tienen de relacionarse con la tierra y las semillas y con las formas de trabajar y hacer comunidad.

Palabras-chave: Tren Maya; ordenamiento territorial; Península de Yucatán; mayas de Quintana Roo.



Mesa IV

Formação de regiões transfronteiriças na América do Sul: um estudo comparado em espaços trinacionais

Gisela Aquino Pires do Rio
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
gpiresdorio@gmail.com

A noção de fronteira seja talvez uma das mais exploradas na geografia e cujo debate ao longo dos anos a dotou de várias acepções. Mais recentemente, essa discussão ganhou projeção à medida do avanço do processo de globalização e de seu corolário os inúmeros fins decretados- “fim do território”, “fim da história”...- O fim das fronteiras também foi anunciado e a imagem de um “mundo sem fronteiras” encontrou grande receptividade, seja por sua associação à liberdade de circulação de mercadorias, indivíduos, informação e capitais, decorrente da globalização. No entanto, nas duas primeiras décadas do século XXI as discussões parecem apontar para processos que reforçam o papel das fronteiras nas relações internacionais, seja como limite, como recurso ou como integração negociada. Para compreender as peculiaridades do processo de formação de regiões transfronteiriças, partiu-se da hipótese de que a dinâmica territorializada de cadeias produtivas presentes nas áreas selecionadas para estudo estão impondo uma articulação transfronteiriça concreta. Esta articulação pode ser mais ou menos evidente em função do nível de especialização, complementaridade, de densidade de população e de atividades econômicas associadas a cada cadeia produtiva e ao nível de inserção globalizada em cada cadeia considerada. Com o intuito de desenvolver um estudo comparado, selecionou-se dois espaços que apresentam níveis distintos de integração. A Tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru, na porção leste e sul do estado do Acre. No sul do Brasil, a Tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, tendo como ponto central o aglomerado urbano formado pelas cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad Del Leste que polariza esta região. . De modo bastante simplificado, o método adotado neste trabalho foi a comparação, no tempo e no espaço, entre regiões diferentes, submetidas a processos semelhantes. A comparação foi empregada para permitir a identificação de padrões e regularidades no uso e ocupação das terras e no desenvolvimento de cadeias produtivas. O trabalho de campo desempenhou um papel importante na comparação entre as áreas selecionadas.

Palavras-chave: Regiões transfronteiriças; integração regional; cadeias produtivas; redes técnicas; América do Sul.

Relaciones sociales, vínculos intersectoriales y acumulación del capital en la construcción de nuevas territorialidades en espacios de frontera. Exploraciones teóricas y empíricas a partir de caso de la Triple Frontera

Guillermo de Martinelli

Universidad Nacional de Quilmes / Universidad Nacional de La Plata

La Plata, Buenos Aires, Argentina

gmartinelli@unq.edu.ar

El presente trabajo se propone explorar cómo las relaciones sociales generadas a través de los vínculos intersectoriales que despliegan los diferentes actores en el proceso productivo configuran en su dinámica determinadas posiciones de clase y cómo dichas posiciones conforman formas específicas de apropiación del territorio. En particular, este trabajo tiene el objetivo de avanzar sobre dos planos, estrictamente relacionados: un primer plano de indagaciones teóricas que pretende conceptualizar el impacto de las transformaciones socio productivas ocurridas entre la última década del siglo XX y la primera del siglo XXI en términos de los tipos de rearticulación de posiciones que se han generado y del carácter que asumen las nuevas interdependencias productivas, y un segundo plano, de indagaciones empíricas, con el fin de explorar las bases materiales sobre las que se producen determinadas apropiaciones del territorio y la conformación de identidades sociales en un espacio de fronteras complejo, como lo es la denominada “triple frontera constituida por Argentina, Brasil y Paraguay. Consideramos relevante analizar cuál es el impacto a nivel local de los procesos estructurales que caracterizan al actual modelo de desarrollo agrario en estos espacios de frontera, buscando observar su dinámica y expresión tanto en relación con la consolidación de posiciones de poder, como en términos del despliegue de sus lógicas de acumulación del capital.

Palabras-clave: Vínculos intersectoriales; acumulación del capital; triple frontera.

Corredores e redes técnicas em duas trípticas fronteiras na faixa de fronteira brasileira

Maria Célia Nunes Coelho
Gisela Aquino Pires do Rio
Luiz Wanderley Jardim
Dep. de Geografia
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
mcncoelho@gmail.com

Os rios das bacias do Prata e do Amazonas na faixa da fronteira entre países do centro e do sul da América do Sul servem às aspirações geopolíticas e geoeconômicas brasileira. As demandas mundiais por alimentos (grãos e proteína animal), os processos de inserção global via cadeias explicam, em parte, a expansão do crescimento da agropecuária na fronteira internacional na América do Sul. Os mapas da ocupação humana, da difusão de tais atividades na fronteira internacional, das redes técnicas (infraestruturais: estradas, armazenagens, logísticas, telecomunicações e energias) que as viabilizam, com destaque para os corredores de exportação que as conectam aos portos exportadores vêm se (re) desenhando desde a década de 1950. As trípticas fronteiras vêm sendo vistas como regiões potencialmente promissoras no campo da economia e da integração entre países. Os focos desse trabalho são as duas trípticas fronteiras: uma no Sul, voltada para a bacia formada pelo rio da Prata (envolvendo países como Brasil, Argentina e Paraguai) e a outra, no Norte, direcionada para a bacia do rio Amazonas (composta por Brasil, Bolívia e Peru). A pesquisa efetuada objetivou realizar análises comparadas de características, conexões e dinâmicas de cada uma das trípticas fronteiras, examinadas em situações de boom e pós-boom (crises) das commodities agropecuaristas. Para essa análise, lidamos com conceitos-chave como fronteira internacional, redes, corredores de exportação e espaços ou regiões transfronteiriças. A comparação entre as duas fronteiras mostrou como os processos de integração evoluem no tempo e de valorização de determinadas espaços e produtos. As cooperativas, beneficiando das redes técnicas, funcionam como motores da organização e do incentivo à multiplicação da produção. As mudanças que estão ocorrendo em cada uma das trípticas fronteiras estudadas estão associadas aos avanços nas redes técnicas que desempenham papel fundamental no que diz respeito ao acesso à terra,

à (re) definição e à drenagem da produção e também na possibilidade de circulação que implica a valorização desses espaços/regiões transfronteiriças estratégicas e produtos demandados.

Palavras-chave: Fronteira internacional; redes; corredores de exportação e regiões transfronteiriças.



Mesa V

Transporte público coletivo internacional: a consolidação do espaço urbano fronteiriço das Cidades-Gêmeas Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY a partir da mobilidade urbana

Tiago Machado Faria de Souza
UEMS
Campo Grande - MS, Brasi
tiago.faria@live.com

As distintas teorias urbanas ratificam o fato de a mobilidade urbana ser primordial para indução do desenvolvimento urbano. Esta pesquisa, de cunho qualitativo-observatório, tem como método, o estudo de caso da região fronteiriça de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). Os dois Estados autônomos deste arranjo urbano internacional adotam políticas públicas e econômicas distintas, implicando na concepção do espaço urbano de formas inerentes. Tem-se como objetivo central, a elaboração de um modelo de transporte público coletivo internacional de caráter urbano a partir do traçado de uma rota que integre os dois territórios e viabilize a garantia do acesso à cidade fronteiriça em sua totalidade. Traçou-se uma linha de transporte público a partir da identificação e conexão dos principais polos universitários geradores de tráfico destas cidades-gêmeas. O desenvolvimento de um protótipo pautado a partir modelo de BRT (bus rapid transit) tende a promover a fusão dos territórios e o fortalecimento das interações econômicas e sociais entre Brasil e Paraguai.

Palavras-chave: Mobilidade urbana; transporte público; direito à cidade; planejamento urbano; cidades-gêmeas.

A percepção dos empreendedores da zona de fronteira de Foz Do Iguaçu e Cidade del Leste sobre as estratégias de desenvolvimento econômico para região

Bruno Rogério Silva Cavalcante
Cibele Lessa Alves
Sambite Santos Cabi
UNIOESTE
Foz do Iguaçu - PR, Brasil
sasacaguine@hotmail.com

O presente artigo tem como objetivo analisar a percepção de empreendedores brasileiros e paraguaios que atuam na área comercial da fronteira entre Brasil e Paraguai. Justifica-se a escolha deste tema pelo motivo de identificar o que pensa este grupo social (empreendedores brasileiros e paraguaios) sobre as políticas de integração binacional, em específico: as estratégias de desenvolvimento econômico para região; acordos de integração em prol dos trabalhadores; melhorias nos fluxos de pessoas, bens e mercadorias; e participação popular nas tomadas de decisões. Sendo assim, pretende-se utilizar a metodologia de pesquisa por meio de estudos bibliográficos, tendo leitura e análise de livros, monografias, dissertações, teses, artigos e site reconhecidos em pesquisas, e pesquisa de campo para identificar a percepção dos entrevistados.

Palavras-chave: Percepção; desenvolvimento econômico; fluxos; fronteiras.

Proteção ambiental e uso de agrotóxicos: comparativo legal Brasil-Paraguay

Gustavo Biasoli Alves
Isabela Cristina Rhoden
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Toledo-Paraná-Brasil
gustavo.alves@unioeste.br

A comparação é uma metodologia bastante usada nas Ciências Sociais na medida que permite que trabalha com o estudo de fenômenos com características semelhantes que ocorram em locais ou tempos diferentes permitindo medir variáveis e desta forma, compreender melhor o fenômeno. O uso de agrotóxicos preocupa uma série de autoridades brasileiras e o país vem estabelecendo marcos regulatórios importantes desde a década de noventa, em que pese o recente e aparente afrouxamento das regras. Conhecer e mapear os agentes neste campo é condição sem a qual não para a compreensão do fenômeno e o estudo que ora apresentamos compara as legislações brasileira e paraguaia no que diz respeito ao tema. Trabalhamos com a legislação brasileira (PL 6670/2016 e “Pacote do Veneno”) e paraguaia comparando ambas no que diz respeito a tramitação e implementação, produtos liberados ou restringidos e formas de fiscalização. O Brasil apresenta uma intensa atividade regulatória feita através de normas, decretos e leis. A questão é que a regulamentação não é suficiente para a garantia de níveis mínimos ou aceitáveis de uso destes produtos. Faltam parâmetros técnicos para tanto. Não obstante isso, há facilidade em obter na rede mundial de computadores informações quanto a tramitação das regras e posicionamentos em favor ou contra as medidas, sendo possível notar que a bancada ruralista tem se notabilizado por um posicionamento favorável à flexibilização de regras de aplicação e do aumento de produtos permitidos. A legislação paraguaia é de mais difícil acompanhamento. As informações presentes nos locais pesquisados dão conta apenas do texto da norma, sendo difícil verificar a tramitação e o posicionamento dos atores, o que dificulta uma compreensão mais precisa do quadro e complexifica o entendimento do fenômeno, já que informações veiculadas pela imprensa dão conta que a toxicidade permitida no país vizinho chega a ser seiscentas vezes no Brasil. A comparação aponta, portanto, que seria desejável um acesso mais fácil a informação e que uma padronização de regras e parâmetros seria interessante também.

Palavras-chave: Proteção ambiental, agrotóxicos, Brasil, Paraguay.

O Complexo Portuário de Paranaguá e a Economia Brasileira de Granel

Issam Rabih Menem

Alyson Bergold Serafim

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil

issam_menem@hotmail.com

O Brasil se desenvolveu e se inseriu no mercado internacional como um dos maiores e principais produtores e exportadores de produtos primários do cenário atual; dentre estes produtos, destacam-se diferentes tipos de grãos, tais como soja, trigo, milho e café, carnes (bovina, suína e de aves) e minérios. Este artigo tem por objetivo evidenciar a importância estratégica e econômica do porto de Paranaguá para a economia agroexportadora brasileira, especificamente na escoação dos graneis sólidos produzidos em estados cruciais para o agronegócio brasileiro como Paraná, Mato grosso e Mato Grosso do Sul. Cerca de 85% do comércio internacional é realizado pelo mar, assim, fica em evidência a importância de deter uma estrutura portuária eficaz e capaz de lidar com as transições comerciais realizadas por sua nação. No modal marítimo, os navios são os responsáveis pelo transporte das cargas. Dentre as vantagens do transporte marítimo, pode-se destacar: baixo custo de frete, capacidade de suportar cargas de grandes volumes, transportar qualquer tipo de carga e percorrer longas distâncias. Para atingir o objetivo do trabalho, utilizou-se métodos quantitativos e qualitativos oriundos de relatórios e anuários públicos oficiais. Considerando a real dependência da eficiência portuária brasileira em escoar rapidamente a grande produção, o complexo portuário de Paranaguá desempenha um papel fundamental na escoação, tendo em vista sua localização estratégica e capacidade de operação. O Porto de Paranaguá apresenta-se como a melhor opção para a movimentação das cargas com origem ou destino ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). A localização do Estado do Paraná como a melhor “esquina” do Mercosul, integra estrategicamente a economia brasileira com as mais dinâmicas do globo. Esta pesquisa teve como consideração final a certificação do papel estratégico da estrutura portuária de Paranaguá como um dos portos mais importantes do comércio marítimo global, não só da América Latina, principalmente em movimentação de produtos a granel como soja; milho; açúcar; fertilizantes; farelos, etc.

Palavras-chave: Porto de Paranaguá; agronegócio; exportação; granel.

A presença árabe na formação do território na fronteira entre Brasil e Paraguai

Natalia Bogado Balbuena

Aline Robles Brito

Vinicius Vasconcelos Braga

Eliana Lamberti

UEMS-Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Ponta Porã-MS-Brasil

natalia_economia2014@hotmail.com

O cenário contemporâneo multicultural na fronteira de Ponta Porã-MS e Pedro Juan Caballero PY, além dos brasileiros e paraguaios, é composto também por diversos imigrantes estrangeiros como, coreanos, chineses, japoneses, libaneses, sírios, palestinos, entre outros. Ao longo dos anos, a questão cultural vem ganhando espaço no processo de desenvolvimento, tendo maior relevância e valorização das identidades culturais. A região fronteiriça é marcada por diferenças culturais, com forte presença da cultura árabe, que é formada majoritariamente por libaneses e sírios, sua atuação é destacada pela grande concentração no comércio em geral e em restaurantes. O trabalho tem por objetivo analisar o contexto contemporâneo multicultural na fronteira de Ponta Porã-MS e Pedro Juan Caballero PY, enfatizando a influência da imigração árabe na formação do território fronteiriço. Apresenta, em linhas gerais, um escopo sobre a noção de território, fronteira, cultura e identidade. Nesse sentido, ao analisar essa influência, implicou em detectar quais aspectos contribuíram para a fixação e expansão dos árabes no território fronteiriço? A metodologia utilizada para a consecução desse trabalho é de cunho qualitativo, para tanto, foi feita uma revisão de literatura, utilizando-se de uma abordagem bibliográfica, baseada em consulta em livros, textos e demais trabalhos científicos publicados sobre o tema. Finalizando, o texto aponta que as possibilidades de comércio no lado paraguaio foi o principal fator para a fixação e expansão dos árabes, contribuindo para a formação do território da fronteira e para o crescimento econômico, modificando a ideia de fronteira como fator de separação para a de um ambiente de integração.

Palavras-chave: Imigração Árabe; Identidade cultural; Ponta Porã-MS; Pedro Juan Caballero PY.



Mesa VI

Entrelaçamentos entre Comunicação e Agropecuária em estudos científicos no Portal Unbral Fronteiras

Andrea Fernanda Lyvio Vilardo

Karla Maria Müller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

deavilardo@gmail.com

A transformação da agropecuária brasileira começou na década de 1970. Até então, a produção era baixa. Com os investimentos em ciência e tecnologia, de importador de alimentos, o Brasil passou a exportar para diversos mercados. Hoje, a agropecuária é um dos pilares da economia brasileira, como é também de países vizinhos. Por isso, a necessidade de gerar informação para o setor para que os atores das cadeias produtivas superem os desafios de produção, é sempre urgente. Nesse contexto, além de desenvolver novos conhecimentos, as instituições de pesquisa agropecuária também possuem papel fundamental na comunicação das tecnologias geradas e preconizadas. Assim, um “sistema” de comunicação estruturado ganha importância para dar conta dos desafios de engajamento público e de divulgação da ciência agropecuária. Este trabalho trata de uma pesquisa exploratória e objetiva verificar as noções de “ciência” e “comunicação” abordadas na coleção de teses e dissertações do Portal Unbral Fronteiras, e a aplicação do termo “agropecuária”. A escolha do referido portal se deu por ser um repositório que reúne a produção sobre fronteiras e limites do Brasil, facilitando as revisões bibliográficas, e por considerarmos que os temas Ciência e Agropecuária, em uma pesquisa do Campo da Comunicação, devem ser analisados na perspectiva das “relações internacionais”. Pois, se considerarmos o sistema agropecuário, muitas vezes os países vizinhos podem enfrentar questões e dificuldades iguais ou semelhantes aos enfrentados pelo Brasil. Também pretende, por meio de pesquisa bibliográfica, buscar uma primeira reflexão acerca dos conceitos de engajamento e comunicação científica, sob a ótica dos estudos da comunicação organizacional, por compreendermos que a comunicação da Ciência Agropecuária ocorra principalmente enquanto processo de instituições de pesquisa e extensão. A busca pelo termo “agropecuária” no Portal Unbral Fronteiras ainda visa encontrar possíveis trabalhos relacionados à pesquisa da Comunicação nesta área. Assim, aproximando-se do campo de estudo pretendido: entrelaçamento entre comunicação e agropecuária.

Palavras-chave: Comunicação; agropecuária; Unbral Fronteiras; pesquisa exploratória.

Narrativa jornalística na mídia de fronteira: abordagens do desenvolvimento rural no contexto de Santana do Livramento/RS

Thaís Leobeth dos Santos

Karla Maria Müller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

thaisleobeth@gmail.com

A presente reflexão é um exercício de aprimoramento de ideias num percurso acadêmico que busca discutir relações entre a prática jornalística local e o desenvolvimento de um contexto específico, que é a fronteira internacional do extremo sul do Brasil com o Uruguai, com destaque para o município de Santana do Livramento e ênfase no mundo rural e suas interações com o urbano. Para tal, parte-se do Campo da Comunicação para contribuições teóricas dos estudos em Desenvolvimento Rural. Nesses espaços, os jornais impressos são objetos de interesse das comunidades, visto que traduzem a identidade cultural de matriz no modo de vida rural, historicamente construído na formação dos povos habitantes da região, e do estabelecimento dos limites estatais, cuja territorialidade influencia as zonas urbanas e também caracteriza aspecto identitário da mídia local (Leobeth, 2018). Entendemos os meios de comunicação como agentes de interação social, que produzem e reproduzem comportamentos sociais, pois “as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização” (Traquina, 2012, p. 174). Assim, na medida em que a narrativa jornalística apresenta atores sociais e dá voz ao discurso por eles assimilado, está trabalhando na tradução de um conhecimento, na contribuição para a inserção de modos de pensar, neste caso, acerca do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento rural não é um consenso entre pesquisadores, no entanto, a emergência de um novo modelo de desenvolvimento rural que nasceu no final do século XX e se amplia neste início de século XXI tem suscitado discussões, conforme explica Ploeg et al (2000). A perspectiva destes autores mostra-se atraente na medida em que agrega variados componentes tomados como elementos capazes de suscitar transformações sociais desejáveis para a contemporaneidade, onde se busca novos formatos para o mundo rural a fim de atender à demanda de reconfiguração. A análise de matérias jornalísticas locais indica diferentes abordagens no cenário de Santana do Livramento, num cenário de perspectivas distintas incidindo na realidade rural e o urbana.

Palavras-chave: Comunicação; fronteira internacional; Brasil e Uruguai; desenvolvimento rural.

Estudio del impacto de la producción de biodiesel para Argentina y Brasil: trade-off por el uso de la tierra y en la disponibilidad de su materia prima

Inés del Valle Asis

Silvana Andrea Sattler

Enrique Leopoldo Castro Gonzalez, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Córdoba

Córdoba/Argentina

castrogonzalez2003@gmail.com

silsattler@gmail.com

iasisfa@hotmail.com

Moisés Centenaro

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Ponta Porã - MS - Brasil

m.centenaro@uems.br

La aparición de los biocombustibles, como aplicación alternativa a la producción agrícola, ha llevado a la competencia por el uso del suelo entre la producción de estos combustibles, fibras, alimentos y materias primas para la cría de animales. En los últimos años, el comportamiento de la industria de biocombustibles respondió a las políticas gubernamentales y de comercio exterior de cada uno de los países analizados. En este trabajo se estudiará la producción de biodiesel y su impacto en el uso de la tierra, atendiendo a su competencia con la producción de alimentos, para Argentina y Brasil. Como la producción de Argentina es esencialmente biodiesel -usando como materia prima, principalmente, la soja-, este trabajo centra su análisis en el biodiesel producido en base a soja (aunque en Brasil se produzcan grandes cantidades de etanol). Para el estudio se analizan dos modelos microeconómicos alternativos, el primero incluye las variables estrictamente técnicas en el fenómeno de la producción, relacionando el uso de la tierra con los niveles de producción de materias primas y de biodiesel manufacturado. El segundo, incorpora los precios relativos y el papel que juega en la asignación de los recursos, siendo una extensión del modelo básico de Msangi (2010), "Biofuels and Agricultural Growth: Challenges for Developing Agricultural Economies and Opportunities for Investment". Ambos modelos incorporan una aplicación empírica sobre la base de rendimientos, uso de tierra para soja (área sembrada y cosechada), coeficientes técnicos, niveles de producción de soja para alimentos y biodiesel. Se observa que la tecnología más eficiente de conversión

aumenta la producción de energía en mayor proporción que la de menor eficiencia, al considerar una disminución en la cantidad de tierra aplicada a la producción de alimentos; por ello, se puede ahorrar más tierra y dedicarla a la producción de alimentos cuando, por efecto del avance tecnológico, se logra producir más energía. La hipótesis del trabajo es que si el progreso tecnológico favorece la producción de materias primas y la conversión de granos en energía, entonces, es factible alcanzar simultáneamente niveles crecientes de producción de alimentos y entrar en una senda de expansión en la producción de energía. La corroboración de esta hipótesis permitiría concluir que no existe competencia, al menos para el período considerado, entre energía y alimentos para los países del estudio.

Palavras-chave: Biodiesel; alimentos; uso de la tierra; trade-off.

Programa incubadora itinerante

Dardo Alberto Solari

Oscar Albeto Perez

Fundacion segunda oportunidad, Universidad de la Cuenca del Plata y Escuela de Gobierno del Chaco

Resistencia/Provincia del Chaco/Argentina

albertochaco22@gmail.com

El program incubadora itinerante es un program destinado a todoa los ciudadanos del interior de la provincia del Chaco como las de la region nea del norte argentino su funcion es la de formar y capacitar a los futuros emprendedores dandoles las herramientas tanto conceptuales como financieras para que puedan desarrollar sus empresas y mejoren la productividad tanto local como regional. Este es un program abierto que permite adaptarse a las necesidades de cada comunidad y realidad social. Dicho programa lo articulamos con los municipios como tambien con los sindicatos y demas asociaciones civiles siendo estos nuestros socios estrategicos.

Palavras-chave: FSO; programa incubadora itinetante.

Organização das associações dos pequenos produtores rurais envolvidos no cultivo de orgânicos e/ou agroecológicos na região de fronteira Brasil-Paraguai

Cíntia Fiorotti Lima

Eric Gustavo Cardin

Sandra Cristiana Kleinschmitt

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Toledo - PR, BR.

cintiafiorotti@hotmail.com

A presente exposição aborda sobre as experiências de pequenos produtores rurais na organização e manutenção de associações de produtores orgânicos e/ou agroecológicos nas cidades de Entre Rios, Pato Bragado e Toledo no Oeste do Paraná. Este tema compõe parte da primeira etapa do projeto de pesquisa, “Relações de Poder e os sujeitos consumidores de agrotóxicos”. Nesta primeira parte, buscamos identificar as organizações sociais e instituições que atuam na promoção da agricultura orgânica na faixa de fronteira do Paraná; mapear os produtores e as características produtivas; levantar as percepções de risco dos agrotóxicos. Por se tratar de um projeto coletivo, a pesquisa de campo foi desenvolvida junto a outros pesquisadores vinculados ao Laboratório de Pesquisa em Fronteira, Estado e Relações Sociais – LAFRONT. O levantamento das fontes de pesquisa deu-se com a participação as reuniões das associações, a presença em encontros com certificadoras de alimentos orgânicos, em reuniões com membros das instituições que prestam assistência aos produtores. Foi organizado um banco de dados com informações sobre a produção e localização dos produtores de orgânicos na região a faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai. Depois, selecionados alguns pequenos produtores rurais de orgânicos e/ou agroecológicos que já havíamos estabelecido contato e foram realizadas as visitas as propriedades juntamente as entrevistas com as famílias. Também ocorreram entrevistas com técnicos agrícolas e outras organizações sociais que prestam assistência a estes produtores. Um dos objetivos é problematizarmos a partir das experiências dos produtores rurais envolvidos na agricultura orgânica e ou agroecológica suas formas de organização e resistência ao

uso de agrotóxicos. Para tanto, traremos parte dos resultados desta pesquisa para compartilhar e debater parte de seus resultados e os possíveis caminhos a serem trilhados.

Palavras-chave: Associações; agricultores; orgânicos; fronteiras.



Resumo não apresentado no evento

Las zonas económicas especiales, del inicio a la desaparición: el impacto en Lázaro Cárdenas Michoacán

Edgar Castro García
Universidad Politécnica de Lázaro Cárdenas

El 29 de septiembre de 2015, el gobierno federal bajo el mandato del presidente Enrique Peña Nieto, declararon el inicio la creación de las zonas económicas especiales en el país, proyecto tendiente a detonar la economía en regiones pobres en México a través de inversiones multimillonarias que permitieran que la región sur y sureste del territorio pudiera potencializar su desarrollo industrial preferenciando también el desarrollo integral de los municipios y el desarrollo regional. Los proyectos anunciados tendrían su cabecera en Puerto Chiapas, Chiapas; Coatzacoalcos, Veracruz; Lázaro Cárdenas-La Unión, Michoacán y Guerrero; Progreso, Yucatán; Salina Cruz, Oaxaca; Seybaplaya, Campeche; y Dos Bocas, Tabasco. Como estrategia para potencializarlos consistía en dar como atracción a las empresas nacionales y extranjeras, incentivos fiscales, aduaneros, facilidades administrativas y de infraestructura, un marco regulatorio ágil, una infraestructura de primer nivel, programas de apoyo (capital humano, financiamiento, innovación), así como estímulos y condiciones preferenciales. A la par, en la planeación del proyecto se proyectó una inversión inicial comprometida por los 2,700 millones de dólares y la Generación inicialmente de más de 9 mil empleos directos, de igual manera se generaría a mediano plazo un aproximado de 8,600 millones de dólares. Adicional a la vocación industrial y comercial del proyecto, se consideró invertir recurso de manera directa para el desarrollo urbano en los municipios antes mencionados. Sin embargo, en abril de 2019, por anuncio del actual presidente de la república, Andrés Manuel López Obrador las zonas económicas especiales se cancelan. Entre la justificación planteada se destaca información del Banco Mundial y del Banco Interamericano de Desarrollo en la cual exponen que el tener demasiadas Zonas Económicas Especiales en el país imposibilita el desarrollo regional al tener entidades federativas compitiendo entre sí así como la generación de poco ingreso al Servicio de Administración Tributaria. De igual manera, a palabras del presidente en turno, “eran supuestamente para ayudar, pero nunca hicieron nada por ayudar. Hicieron negocios, compraron terrenos y derrocharon recursos; no se benefició en nada”.

Palabras-chave: Zona económica; Lázaro Cárdenas; comercio internacional.



Tema III

Ecologías políticas desde el sur y pos-extractivismo



Mesa I

La teoría de la Evolución Cultural como argumento para las autonomías jurisdiccional y deliberativa de los Proyectos Históricos

Laura Raquel Amaya Botello
Gustavo Andrés Landfried
Universidad de Buenos Aires - CONICET
Ciudad de Buenos Aires, Argentina
gustavolandfried@gmail.com

Las únicas soluciones exitosas de administración de los bienes comunes conocidas son soluciones locales, creadas en el devenir de la vida comunitaria del Mundo Aldea (Rita Segato). Ninguna de las instituciones del frente colonial-moderno, ni el sector privado ni el público, han mostrado capacidad para administrar los bienes comunes (Ostrom). Incluso en sociedades de cazadores-recolectores, las herramientas, creencias y prácticas bien adaptadas son demasiado complejas para que un individuo las pueda inventar durante su período de vida. Los seres humanos acumulan, procesan y transmiten conocimiento a través de generaciones, en un proceso de evolución cultural en el que las herramientas, creencias y prácticas surgen como propiedades emergentes del sistema social (Boyd, Richerson, Henrich, McElreath). La cultura es información distribuida en cuerpos y artefactos, que se transmite por imitación y otras formas de aprendizaje social. Los sujetos colectivos de esa pluralidad de historias son los pueblos, identificados por la auto percepción de sus miembros de compartir una historia común aun a través de situaciones de disenso interno y antagonismo éticos y políticos. La autonomía deliberativa de los pueblos es la que garantiza el proceso de evolución cultural, único medio capaz de desarrollar soluciones exitosas a los retos que enfrenta la humanidad en la actualidad: los problemas ecológicos vinculados al fracaso en la administración de los bienes comunes por parte del frente colonial-moderno. El mundo a transita de una etapa de desigualdad a una etapa de dueñidad, donde un puñado de personas tiene un control territorial de facto más amplio que los propios Estados. Es urgente entonces desarrollar las bases para una constitución alternativa del Estado. A pesar del carácter permanentemente colonial de sus relaciones con el territorio que administra, un buen Estado, lejos de ser un Estado que impone su propia ley, será un Estado restituidor de la jurisdicción propia y del fuero comunitario, garante de la deliberación interna. Lo que no es otra cosa que la devolución de la fuente de la creatividad colectiva que emerge en el

proceso de evolución cultural, único medio para alcanzar soluciones exitosas a los problemas que enfrentamos los seres humanos en nuestra cotidianidad.

Palavras-chave: Evolución cultural; autonomías; proyecto histórico; mundo aldea; colonial-modernidad.

Aspectos do cenário sociopolítico cultural de Porto Alegre para pensar os movimentos sociocomunicacionais

Marina Zoppas de Albuquerque
UNISINOS
São Leopoldo/RS/Brasil
marinazoppasalbuquerque@gmail.com

O presente artigo é um recorte da pesquisa desenvolvida no processo de doutoramento, que buscou compreender os processos comunicacionais digitais por meio dos sujeitos comunicantes que são parte e integram as ações coletivas nos espaços públicos de Porto Alegre, nos movimentos sociais Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas pelo Transporte Público. Esses se tornaram referências nos modos de fazer luta e resistência no ir e vir na cidade e nos sujeitos que os compõem. A partir das processualidades metodológicas como a pesquisa exploratória e a pesquisa teórica, nosso objeto empírico se construiu e nos possibilitou chegar a noção de movimentos sociocomunicacionais. Na perspectiva teórica nos aproximamos a partir de autores Harvey (2013), Maricato et al. (2013), Chauí (2008) e Alfonsin (2010), Santos (2008, 2016), Maria da Glória Gohn (2010, 2012, 2014), Lima (2013), entre outros. Para pensar os espaços públicos e as ações coletivas, autores como Hannah Arendt (1999), Araújo (2008) e Foucault (1979, 1995, 2008) foram convocados. Constatamos a repressão e a criminalização dos movimentos sociais e, por isso, a cultura da violência fez parte da problematização, nos amparamos em Sérgio Adorno (2002), Costa (2005), Santos (2008), Giddens (1991) e Braga (2013). A construção das dimensões sociopolíticas e culturais do contexto da pesquisa nos possibilitou refletir sobre o momento sociopolítico em que vivemos, principalmente mirando para Porto Alegre, pois são desses contextos que se originam os movimentos sociocomunicacionais pesquisados. A cidade tem um contexto de um grande número

de movimentos sociais, organizações não governamentais e agrupamentos sociopolíticos e culturais diversos. Tornou-se referência de participação popular com a implantação do Orçamento Participativo (OP). Possibilitou a realização do Fórum Social Mundial (FSM) e suas várias edições, no qual movimentos sociais locais, globais e transnacionais apontavam para outros mundos possíveis através da luta antiglobalização, com suas articulações, redes de redes, com ações cotidianas. E foi nessa cidade que o sentimento de indignação se manifestou publicamente contra as políticas de governo adotadas, pautadas pelo direito à cidade, entre os anos de 2012 e 2013, através de diversas ações coletivas convocadas pelos movimentos sociais investigados.

Palavras-chave: movimentos sociais; pesquisa teórica; contexto sociopolítico; cultura.

As Relações Sociais e os Vínculos Territoriais na Comunidade Quilombola Barranco de São Benedito, a Festa de São Benedito

Luis Felipe Silva Dos Santos
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus, Amazonas, Brasil
luisfelipe_silva@hotmail.com.br

As manifestações culturais constituem parte importante para povos originários e comunidades tradicionais se diferenciarem uns dos outros, são festejos que tem suas origens em um evento sagrado, social, econômico ou mesmo político do passado e que constantemente passam por proAs manifestações culturais constituem parte importante para povos originários e comunidades tradicionais se diferenciarem uns dos outros, são festejos que tem suas origens em um evento sagrado, social, econômico ou mesmo político do passado e que constantemente passam por processos de recriações e atualizações. A Festa de São Benedito constitui parte integrante no processo de afirmação e construção da identidade da comunidade Barranco de São Benedito, localizada no bairro Praça 14 de Janeiro, Zona Sul de Manaus, recebeu no ano de 2014 a certificação de Comunidade Remanescente de Quilombolas do Brasil e o reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Amazonas, título recebido em 2015, pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

(Aleam). Neste sentido o objetivo da pesquisa foi analisar a festa, as relações sociais e os vínculos territoriais que a festa traz para a comunidade. Apesar das transformações ocasionadas pela modernidade, pela pressão das empresas e das grandes construtoras da cidade de Manaus, os costumes e ações propiciam, na comunidade, a demarcação material e simbólica do território, além de que são 129 anos de pura identidade cultural, de resistência, de ligação do presente com o passado, de expressão negra, de orgulho, de respeito e formas de agradecimentos às benções que São Benedito concede a comunidade. Para o desenvolvimento desta pesquisa, partir-se-á das técnicas de modalidades e metodologias de pesquisa científica de cunho qualitativo embasado na pesquisa bibliográfica e descritiva, além da etapa exploratória com o trabalho de campo e posteriormente a análise e tratamento do material empírico, documental e coleta in loco, na Comunidade do Barranco de São Benedito em Manaus. Estas etapas fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, tendo em vista a importância de cercar o tema em estudo e análise., os costumes e ações propiciam, na comunidade, a demarcação material e simbólica do território, além de que são 129 anos de pura identidade cultural, de resistência, de ligação do presente com o passado, de expressão negra, de orgulho, de respeito e formas de agradecimentos às benções que São Benedito concede a comunidade. Para o desenvolvimento desta pesquisa, partir-se-á das técnicas de modalidades e metodologias de pesquisa científica de cunho qualitativo embasado na pesquisa bibliográfica e descritiva, além da etapa exploratória com o trabalho de campo e posteriormente a análise e tratamento do material empírico, documental e coleta in loco, na Comunidade do Barranco de São Benedito em Manaus. Estas etapas fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, tendo em vista a importância de cercar o tema em estudo e análise.

Palavras-chave: Identidade; territorialidades; quilombolas; festas.

A Organização Espacial do Município de Carlos Barbosa/RS Pelo Viés Cultural

Ligian Cristiano Gomes
Eduardo Schiavone Cardoso
Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Santa Maria-RS/Brasil
ligiangomes53@gmail.com

O estudo da Geografia Cultural apresenta-se como uma das formas de interpretar e analisar a organização espacial. Neste sentido, a cultura tornou-se um conceito chave para a ciência geográfica, explicando as diversas relações que o homem estabelece com o meio em que vive. Assim, por meio das relações sociais de determinados grupos, ocorre a materialização de suas singularidades e peculiaridades no espaço. Neste sentido, parte-se do pressuposto referente à importância da colonização europeia para o desenvolvimento socioespacial do território brasileiro, principalmente do estado do Rio Grande do Sul e no que se refere a área de estudo, o município de Carlos Barbosa/RS. Desse modo é importante salientar que neste município é visível na paisagem, ainda na atualidade, a preservação de diversos códigos culturais dos grupos étnicos italianos e alemães, responsáveis pela formação do espaço, especialmente representados pela arquitetura, religiosidade e gastronomia. Neste sentido, tem-se como objetivo geral compreender a organização espacial do município de Carlos Barbosa/RS por meio da colonização italiana e alemã. Como objetivos específicos buscou-se: a) analisar a origem e desenvolvimento territorial no município de Carlos Barbosa, visando entender o caminho trilhado pelos grupos étnicos até a atualidade; b) identificar os códigos culturais das etnias presentes na paisagem do recorte espacial e; c) averiguar a importância que os grupos étnicos estabeleceram para o processo de organização/reorganização espacial da unidade territorial em estudo. Metodologicamente, a pesquisa se estruturou-se em etapas. Na primeira etapa da pesquisa, realizou-se um amplo levantamento bibliográfico. Posteriormente, efetuou-se um levantamento em fontes secundárias, tais como IBGE, FEE, além das secretarias do município. Por fim, a terceira e última etapa vinculou-se a análise e interpretação dos dados/materiais coletados. Assim, estudar e entender a cultura, não só contribui para os aspectos sociais de uma determinada região e suas manifestações no espaço, bem como, se torna possível compreender as transformações espaciais que encontram-se atreladas a cultura.

Palavras-chave: Organização espacial; cultura; códigos culturais; Carlos Barbosa/RS.

Prácticas de gobernanza y trueque comunitario

Myriam Alba Zapata Jiménez
Universidad de La Salle
Bogotá, Colombia
myzapta@unisalle.edu.co

La Fundación Laudes infantis se convirtió en una alternativa personal y comunitaria para la construcción de una cultura de gobernanza, entendiéndola cómo el desarrollo de capacidades personales y autoreconocimiento para el crecimiento personal y el desarrollo comunitario. De manera que sólo se entiende la solución de problemas estructurales como las violencias, el desempleo, la nutrición alimentaria, o el acceso a la educación mediante el desarrollo de estrategias colectivas que coadyuvan a ello. La ponencia tiene como objetivo documentar el estudio de caso, haciendo énfasis en los trueques femeninos llevados a cabo en la Fundación en el Barrio Bella Flor, ubicado en Ciudad Bolívar en Bogotá, Colombia.

Palabras-clave: Trueque; gobernanza; mujeres líderes; comunidad.



Mesa II

Gênero, desafios a integração no MERCOSUL

Stephany Dayana Pereira Mencato
UNILA
fannymencato@gmail.com

O trabalho se propõe a refletir acerca de algumas das múltiplas problemáticas práticas que surgem ao processo de integração do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) quando pensado por uma perspectiva de gênero. A metodologia é a revisão bibliográfica especialmente de legislações internacionais, tratados de Direitos Humanos e da teoria feminista decolonial de Rita Segato. O objetivo é compreender possíveis desafios apresentados ao MERCOSUL, os avanços e limites do bloco econômico quando este apresenta como fim uma integração profunda entre os países que o compõem. Os resultados esperados são a possibilidade de avanço teórico, cooperando com o desenvolvimento de caminhos possíveis para o fortalecimento do bloco.

Palavras-chave: Gênero; integração; mercosul.

Corpos ancestrais: a descolonização do corpo feminino através da atuação das parteiras tradicionais em San Isidro Buensuceso, México.

Eduarda Matoso Silva
Letícia Espadim Martins
Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
leticia.espadim@outlook.com

O corpo representa nossa primeira relação com o mundo exterior. É através dele que recebemos, interpretamos e expressamos corporalmente respostas ao meio social. O corpo sente em sua “pele, carne e osso” os impactos do espaço-

tempo em que vivemos, de modo que é ele o principal espaço de disputa e colonização. Em conversa com Norbert Elias compreendemos que o corpo é “todo o aparelho que modela o indivíduo, o modo de operação das exigências e proibições sociais que lhe moldam a constituição social e, acima de tudo, os tipos de medos que desempenham um papel em sua vida.” (ELIAS, 1994, p.17). Entretanto, devemos sublinhar que os corpos não são todos colonizados da mesma maneira. Para compreender a especificidade da colonização dos corpos femininos retornamos à época de conquista/colonização do continente americano: Lugones (2014) afirma que o conceito de gênero e de relação com a terra da modernidade foram impostos na sociedade já pré-estabelecida nas terras do “novo mundo”, de tal maneira que deu-se um novo sentido para a exploração e colonização dos povos americanos, especificamente das mulheres. Seus corpos foram submetidos não apenas a racialização, como também a dominação sexual (“conquista”). A sexualidade, bem como o trabalho para a classe operária, lhes foi expropriada (MacKinnon, 1982) e mercantilizada, estigmatizada e controlada a fim de servir como instrumento para suportar as estruturas patriarcais e capitalistas de poder. A colonização reflete-se à proporções micro, em forma de violência diária aos corpos feminizados; violências manifestadas em diversas formas. Desde uma perspectiva de gênero veremos neste trabalho a descolonização dos corpos femininos de San Isidro Buensuceso, comunidade de raízes étnicas nahua no município de San Pablo del Monte, México, por meio da atuação de parteiras tradicionais. O trabalho desenvolvido tem como principal ferramenta metodológica a observação participante. Nossa presença na comunidade se fez de extrema importância para adentrar à realidade social deste povoado compreendendo, como mencionado por Elias, às exigências e as proibições que moldam o corpo feminino nahua. Todavia, decidimos ir mais além das proibições e embarcamos junto às parteiras tradicionais nas águas que gestionam o renascer da cosmovisão indígena de “corpo”. Ou como preferimos chamar, o parto de/dos corpos ancestrais.

Palavras-chave: Corpos; parteiras tradicionais; Ancestralidade.

¿Algunos en mi lugar? Contemos la historia: Resistencia y lucha de las Mujeres Afrocolombianas de la ciudad de santa Marta

Luis Guillermo Vergara Arango
Universidad del Magdalena, Santa Marta, Colombia
luisguillermo.aifer@gmail.com

En Santa Marta, capital del departamento del Magdalena, se ha venido adelantando un proyecto para las mujeres afrodescendientes que habitan en uno de los barrios más vulnerables de la ciudad. El objetivo principal es visibilizar las problemáticas, los desafíos y las experiencias en que se encuentran las mujeres que actualmente son víctimas del conflicto del país, la violencia sexual y el rechazo. Actualmente 100 mujeres se han capacitado en temas de género, Derechos Humanos y paz por eso han tomado la iniciativa por la defensa del territorio y la reivindicación de los Derechos de la población “Negra” en Colombia; hoy por hoy son un ejemplo para la justicia y la verdad de un país que actualmente atraviesa acuerdos para el fin del conflicto y es donde nacen preguntas para debatir y entender una realidad que se materializa en la manera de como nos relacionamos y entendemos lo que tenemos a nuestro alrededor ¿Hay igualdad? ¿Hay equidad? ¿Qué entendemos por paz? La metodología fundamentada en este proyecto fue a través de la IAP (Investigación, acción participativa).

Palabras-clave: Resistencia; mujeres; derechos humanos.

Mulheres camponesas e fronteira: trajetórias e resistências ao capital na Amazônia Maranhense

Vanda Maria Leite Pantoja
Francisca Regilma de Santana Santos
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Imperatriz, Maranhão, Brasil
vanpantoja@gmail.com

O processo de anexação da Amazônia Brasileira ao capital globalizado se deu a partir da década de 1950 com implantação nesse amplo espaço de uma série de projetos que visavam desenvolver a região. O estado foi e é fomentador desse processo e os grupos sociais que habitavam/habitam os espaços invadidos pelo capital têm travado uma longa trajetória de denúncia e resistências aos empreendimentos não apenas na Amazônia Brasileira, mas numa perspectiva global. A partir da noção de fronteira (MARTINS, 2009) e de resistências cotidianas (SCOTT, 2013) analisamos as trajetórias de

vida e de resistências aos projetos de desenvolvimento de cunho capitalista das mulheres camponesas na Amazônia Maranhense, em particular as camponesas do Sudoeste Maranhense situadas nos povoados da Estrada do Arroz (Rodovia Pe. Josimo – MA 386). que necessitam viver próximas a uma indústria de celulose presente nessa região desde 2013. Algumas questões orientam nosso olhar quanto à relação entre essas mulheres camponesas e a empresa capitalista: em contexto de reestruturação produtiva quais as estratégias utilizadas pelas mesmas para continuar as atividades ligadas à trajetória camponesa? Se aliar aos empreendimentos pode significar resistência? Essas resistências têm se organizado a partir de coletivos ou de ações individuais “isoladas”? Para realização da pesquisa nos inspiramos no método etnográfico com uso de metodologias como história oral, memórias, entrevistas, observações de campo, técnicas que nos permitem entender essas mulheres enquanto sujeitos em sua totalidade. Além disso, lançamos mão de levantamento de material bibliográfico sobre o tema dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia Brasileira, em particular no Maranhão. Nossa inserção em campo tem demonstrado que as resistências dessas mulheres se dão a partir de múltiplas facetas, desde aquelas que não reconhecem a legitimidade da indústria de celulose na região, até aquelas que contraem alguma “parceria” com a empresa tendo como fundamento a necessidade de continuar existindo enquanto camponesas.

Palavras-chave: Amazônia maranhense; fronteira; mulheres camponesas; resistência.

“Mulheres, água e energia não são mercadoria”: apontamentos decoloniais na construção do debate sobre gênero realizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens no Paraná

Mariana Rocha Malheiros
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Foz do Iguaçu/PR, Brasil
mariana.malheiros.62678@gmail.com

O presente trabalho apresenta a perspectiva do debate e formação de gênero dentro do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB no estado do Paraná/Brasil, bem como essa perspectiva se reflete na construção do movimento, sua

organização e métodos de educação popular das e dos militantes numa perspectiva decolonial de gênero, seja pelo conteúdo ou forma de educação popular. Dentro das análises do movimento, entende-se que as mulheres são o grupo da população que mais sofre com as barragens no Brasil, inclusive recebendo indenizações inferiores aos homens pelos impactos sofridos em suas vidas. O MAB também aponta que o método utilizado pelas empresas para percepção da indenização não contempla as mulheres porque elas não são consideradas como atingidas por barragens já que não detêm o título de propriedade das terras atingidas. Ainda, o MAB aponta a própria contradição do modelo energético no Brasil como um fator que dificulta a vida das mulheres a partir da ausência de energia e água, situação precária vivenciada por milhares de famílias, e que torna o trabalho das mulheres ainda mais difícil e pesado porque, muitas vezes, mulheres precisam se deslocar para muito longe em busca de água e gastam mais energia humana para compensar a falta de energia elétrica na realização do trabalho doméstico. Nesse cenário específico, vivenciado pelas mulheres, é necessário realizar uma leitura de gênero capaz de fortalecer as e os militantes para o seu enfrentamento. Por isso, apresenta-se a concepção de gênero em perspectiva decolonial como marco teórico, a leitura de gênero realizada pelo MAB e as atividades que estão sendo desenvolvidas no Paraná para a promoção desse debate, e, por fim, a partir de entrevistas com homens e mulheres militantes do movimento, coloca-se a perspectiva da construção desse debate no seu dia-a-dia, sua relevância para a organização do movimento, a necessidade de seu aprofundamento, horizontes trazidos e se existe a concepção de gênero em perspectiva decolonial nas suas práticas.

Palavras-chave: Decolonidades; gênero; educação popular; MAB.



Mesa III

Relações Étnicas, na Luta e Resistência de Mulheres Negras Quilombolas de Santa Rosa Dos Pretos Itapecuru-Mirim MA

Mateus Tainor Batista Everton
Universidade Federal do Maranhão - UFMA / IFMA Instituto Federal do Maranhão
São Luís - MA, Brasil
mateuspaly@hotmail.com

Sabe-se que o conhecimento acerca de identidade étnica é um entendimento dinâmico e que se efetua como identidades coletivas, pensando nisso este estudo busca apresentar no 17º Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano, respaldado no GT 03 Movimientos Sociales y Experiencias de Organización, sob o quisto e) Etnicidades, Sociabilidades emergentes y em red, a Experiencia de Luta e Resistência da Mulher Negra Quilombola, comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, município de Itapecuru-Mirim MA, o trabalho abordara a discussão acerca dos marcadores sociais de etnia, gênero e raça e sua interseccionalidade. Entendemos que o assunto está inserido na história educacional brasileira ao ponto em que observamos a luta das mulheres negras principalmente quando estas enfrentam os desafios do preconceito e da discriminação racial. Neste contexto, objetivamos analisar os relatos de experiências de lideranças, da Comunidade Tradicional supracitada, as quais com seus exemplos de luta agregam valores não só para si, mas para toda a Comunidade e suas famílias, tornando-se protagonistas de um processo que exige quebra de paradigmas, principalmente quando se trata de relações étnicas, de gênero, sexualidade. É importante ressaltar que a pesquisa é de natureza etnográfica e a técnica utilizada para a coleta de dados é a de observação participante. Destaca-se que os instrumentais utilizados serão as entrevistas não estruturadas e as conversas informais. Ressalte-se que o aporte teórico citado nesta pesquisa está relacionado ao trabalho de Alcione Ferreira da Silva, Magno da Nóbrega Lisboa, Phifippe Poutignat, Joceluze Streiff-Fenart e Fredrik Barrt.

Palavras-chave: Relações étnicas; gênero; mulher quilombola; luta; permanência.

Encantaria e outras territorialidades no território Quilombola Santa Rosa Dos Pretos

Jefferson Yuri da Silva Lima
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
yuri.azevdo@gmail.com

Narrativas em que os encantados estão relacionados a ambientes como matas, lagoas, árvores e igarapés são frequentes entre os moradores do território quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru Mirim, no estado do Maranhão. Outros espaços como os locais escolhidos para fazer roça e cavar poços também compõem essas relações. Esses ambientes são conhecidos como lugares de encantaria; morada dos encantados ou locais de passagem entre o nosso mundo e o das entidades espirituais. São espaços considerados sagrados e tratados com respeito, o que se produz numa relação ética de cuidado e zelo. Na literatura antropológica sobre as religiões afro-brasileiras, o termo encantado vem sendo utilizado para nomear seres de um conjunto diverso de entidades espirituais. Estes são descritos como pessoas que se encantaram e passaram para um outro plano da existência sem conhecer a experiência da morte ou como seres espirituais que vivem em espaços da natureza, habitando e protegendo determinados territórios. Os lugares de encantaria são entendidos como ambientes que possuem “donos” e onde há a presença de encantados cujas histórias estão intimamente relacionadas a esses espaços. Desde a década de 1950, uma série de infraestruturas logísticas - como a rodovia BR-135 e a Estrada de Ferro Carajás - cortaram e interditaram territórios negros no estado do Maranhão; deixando um legado de violência e injustiça sociais e ambientais em prol de uma política desenvolvimentista, geradora de riquezas “nacionais” escoadas para as mãos de poucos. Nesse contexto, em que os quilombolas são atingidos por grandes projetos de desenvolvimento, proponho pensar como a produção de desastres sobre os ambientes também apresenta transformações nas relações entre pessoas, encantados e território. Dimensões diversas são alteradas na relação entre comunidades quilombolas e empreendimentos capitalistas. Uma proposição cosmopolítica presente nos saberes e práticas das religiões afro-brasileiras, como o Tambor de Mina no quilombo Santa Rosa dos Pretos, sugere leituras na composição de outros mundos possíveis, sobre o que se compreende por natureza e o reconhecimento de diferentes territorialidades que se insurgem contra a externalidade de concepções hegemônicas sobre o território.

Palavras-chave: Encantaria, Santa Rosa dos Pretos; tambor de mina; territorialidades.

A economia local como forma de (re) existência concreta frente a Estrada de Ferro Carajás: uma experiencia em Vila Diamante - Igarapé do Meio – Maranhão

Larissa Cristina Bontempo Coelho
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Maria Ecy Lopes de Castro
Régia Cristina Alves dos Santos
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
São Luís, Ma, Brasil
larissa.economiaufma@hotmail.com
mariaecy@yahoo.com.br
regia.c.alves@hotmail.com

O trabalho é resultado de experiência coletiva do grupo de Estudo desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), em um projeto de extensão denominado: Programa grande Carajás: Direitos humanos, Cidadania e Educação ambiental em parceria com a Rede Justiça nos Trilhos (JnT) que durante sua execução, por suas características, foi denominado formação política, desenvolvido de maneira itinerante, em finais de semana, a cada dois meses, em oito municípios do Maranhão, atravessados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), a saber: São Luís, Santa Rita, Itapecuru - Mirim, Arari, Igarapé do Meio, Terra Indígenas Pindaré - Mirim, Buriticupu, Açailândia. O público alvo deste curso é formado por sujeitos envolvidos, de alguma maneira, na luta e resistência em suas comunidades. A formação política trata de diversas temáticas, entre elas temos, por exemplo “Empreendimentos Capitalistas” que foi o tema do encontro realizado na comunidade de Vila Diamante, município de Igarapé do Meio. Nesta temática foram debatidos os principais empreendimentos nas comunidades entre eles, a EFC, que trouxe consigo outros empreendimentos em seu entorno. O Assentamento Vila Diamante é uma dessas comunidades atingidas pela EFC no estado do Maranhão que, ao longo percurso em território maranhense, cruza 24 municípios e culmina no Porto do Itaqui, que serve de escoadouro das riquezas produzidas no Pará e Maranhão. A EFC, ao articular-se com o citado porto, liga a produção à economia externa, com ínfimos benefícios às comunidades causando disputa no território e conflitos internos. Além disso, tem ainda a

poluição sonora, do ar, do solo e das águas, gera desintegração das comunidades e cooptações de camponeses, indígenas e quilombolas e algumas de suas lideranças (CASTRO, 2018, p.22; SANTOS, 2016, p.31). Com o conflito, surgem forças de resistências e lutas. Neste contexto, Vila Diamante busca sua autonomia através de iniciativas coletivas de organização econômica, cultural e territorial. Neste sentido, o objetivo do trabalho é demonstrar a relevância da economia local como forma de resistir para (re) existir. Para sua realização foi feito o acompanhamento direto do encontro, a observação participante, exames dos relatórios produzidos e revisão bibliográfica. Palavras-chave Economia, resistência, Formação Política.

Palavras-chave: Economia; resistência; formação política.

Formação política e conflitos ambientais nos territórios do Corredor Carajás no Maranhão

Maria Ecy Lopes de Castro
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
São Luís, MA, Brasil
mariaecy@yahoo.com.br

O trabalho apresenta resultados de pesquisa sobre o curso de formação política junto a agentes sociais de comunidades tradicionais afetados pelas ações vinculadas ao Programa Grande Carajás (PGC) no Maranhão, nos Municípios de São Luís, Santa Rita, Pindaré-Mirim, Itapecuru Mirim, Igarapé do Meio, Buriticupu, Açailândia, Arari, todos atravessados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), o conhecido corredor Carajás. E o curso foi oferecido através do projeto de extensão “Programa Grande Carajás, Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental” de 2014 a 2017. É fruto das discussões no Seminário Internacional Carajás 30 anos ocorrido em São Luís – MA, no ano de 2014 e da percepção de haver uma demanda na área de influência do PGC por acesso a direitos sociais, territoriais e políticas públicas garantidas constitucionalmente. Decorre de uma preocupação geral do Grupo de Estudo: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) em estudar projetos de desenvolvimento e modernização econômica e suas consequências sociais

e ambientais e da missão da Rede Justiça nos Trilhos (JnT) de fortalecer estes agentes sociais. O curso opera de forma a instrumentalizar e potencializar esses grupos sociais na condução de seus destinos e socializar informações sobre o acesso a direitos sociais, políticas públicas e territoriais. O objetivo do trabalho é analisar as oficinas realizadas e saber se na visão dos agentes sociais/cursistas e da coordenação o projeto de extensão cumpriu o objetivo proposto de contribuir com os sujeitos sociais, participantes do curso, na atuação em direitos humanos e territoriais frente aos efeitos derrames (GUDYNAS, 2017) do Programa Grande Carajás no Maranhão, O método utilizado foi, revisão bibliográfica, entrevistas com a coordenação do projeto e cursistas, leituras sobre conflitos ambientais (ACSERALD, 2004), extrativismo mineral (GUDYNAS, 2017) e Programa Grande Carajás no Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR; CARDOSO, 2017) e observação participante. Esta pesquisa resultou em minha monografia de graduação em Ciências Sociais.

Palavras-chave: Resistência; formação política; conflitos ambientais.

Resistência, Existência e Autonomia na Educação: O Curso de Formação Política e espaços de construção da Educação Popular

Clara Fernanda da Silva Costa
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
clarafernanda45@gmail.com

O Projeto de extensão Programa Grande Carajás, Cidadania, Direitos humanos e Educação Ambiental tem como desígnio a identificação e reflexão de práticas e organizações, acesso a políticas públicas e direitos sociais, se aprofundando em discussões acerca dos direitos humanos, educação ambiental, território e cidadania. A partir dos debates e trocas de informações tecidas e construídas no Seminário Internacional Carajás 30 Anos, realizado pelo Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) em 2013, surge a Formação Política, organizada em formato de Curso que inclina-se aos agentes sociais atingidos pelo Programa Grande Carajás (PGC), especificamente as comunidades existentes e resistentes ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC) no estado do Maranhão. O Curso de Formação Política se destina a crianças, jovens e adultos das comunidades que resistem às violações de

grandes empreendimentos, grupos econômicos e do próprio Estado que não oferece garantia de direitos, trazendo assim, consequências sociais, culturais, econômicas e ambientais. As comunidades participantes do Curso itinerante da Formação Política são localizadas no município de São Luís, Santa Rita, Itapecuru Mirim, Arari, Anajatuba, Igarapé do Meio e Santa Inês. Desde 2014 os agentes participantes do Curso se organizam em encontros que demandam o deslocamento dos cursistas de dois em dois meses para a comunidade que sediará o curso durante um final de semana. Cada encontro acontece em uma comunidade diferente, seguindo uma metodologia de rotatividade dos locais de encontro. A organização pedagógica de currículo e metodologia da Formação política está em constante aperfeiçoamento. Baseada em estudos e modelos vigentes de educação popular que nos referenciam nesse modelo de educação com princípio de democratização, focamos em uma aprendizagem e formação a partir dos conhecimentos e necessidades dos agentes participantes (cursistas da Formação Política). Não podemos dar como alcançados todos os objetivos propostos, por se tratar de relações sociais de uma comunidade, assim como não se pode tangenciar e colocar a comunidade figurada em poucas pessoas, mas tentar fazer com que esses agentes possam transmitir a comunidade aquilo que aprenderam durante a formação política: munir a comunidade com o conhecimento de seus direitos e insurgência frente as violações dos mesmos.

Palavras-chave: Formação política; educação popular; metodologia.



Mesa IV

Um caso de resistência indígena: conflitos no processo de demarcação da Terra Indígena Krikati no sudoeste maranhense

Leandro Araújo da Silva
Vanda Pantoja
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Imperatriz - MA, Brasil
learaujo.araujo36@gmail.com

Nesta pesquisa analisamos os conflitos e resistências no processo de demarcação da Terra Indígena Krikati, situada na região de sertão a sudoeste do estado do Maranhão, Nordeste do Brasil. O povo indígena Krikati pertence ao grupo denominado Timbira, da família linguística Jê. Os povos Timbiras habitam atualmente áreas localizadas nos cerrados maranhenses, norte do Tocantins e Hylea Amazônica no Pará (CTI, 2012). O povo Krikati teve sua Terra demarcada no ano de 1997 e homologada em 2004, porém até o momento não foi totalmente desocupada pelos moradores não indígenas. Nesse sentido, trata-se de uma questão atual, pois os Krikati ainda lutam pela total desocupação de sua Terra. A Terra Indígena em foco situa-se nos municípios de Montes Altos, Sítio Novo, Lajeado Novo e Amarante, Microrregião geográfica de Imperatriz. A área de contatos entre indígenas e não indígenas constitui uma situação que nos permite pensar em termos de relações interétnicas, ao mesmo tempo em que demarca fronteiras físicas e culturais é também uma área de encontro do “outro”. A situação de contato interétnico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1981), também se caracteriza como uma situação de conflito, trata-se de uma área de confrontos e de resistência de um segmento social em relação ao outro. Por meio de análise bibliográfica, de documentos, como também entrevistas, discutimos as implicações conflituosas do choque de interesses, de ambos os lados, indígenas e não indígenas no contexto de demarcação da Terra Indígena Krikati. A investigação realizada permite-nos apontar que a demarcação e a retirada de moradores foram momentos de intensos conflitos entre os agentes envolvidos, chegando mesmo a momentos de confrontos físicos, que evidenciam as situações de resistências de ambos os lados. Os indígenas em relação às propostas de demarcação, consideradas por estes inadequadas, os quais pressionavam os órgãos oficiais (União e FUNAI) pela demarcação, regularização e desocupação da Terra. Os não indígenas se utilizando de estratégias que vão desde o enfrentamento físico a questões de ordem judicial: num primeiro momento de modo a interferir na definição do tamanho da Terra, posteriormente resistindo à

realização do levantamento e, quando da Terra já demarcada, resistindo à desocupação.

Palavras-chave: Demarcação de Terra; Índios Krikati; conflito; Maranhão.

Território Transfronteiriço Guarani: Mobilidade e Resistência

Clovis Antonio Brighenti

Osmarina de Oliveira

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil

clovisbrighenti@hotmail.com

A presente proposta de comunicação oral busca analisar as dinâmicas da territorialidade do povo Guarani no Cone Sul da América a partir dos conflitos que emergem nas fronteiras, tanto geográficas, como culturais e territoriais. Analisaremos esses conflitos com os mecanismos de resistência na perspectiva da história do povo Guarani seus processos de lutas históricas e contemporâneos no campo político, jurídico e educacional. As fronteiras nacionais, criadas e recriadas pelas Coroas espanhola e portuguesa e refeitas pelos Estados Nacionais, são, em grande medida, responsáveis por conduções históricas diferentes dos Guarani presentes nos referidos Estados. Segundo Melià, os Guarani “estão agora separados e divididos por fronteiras nacionais arbitrárias. É uma grande injustiça histórica. Como o Muro de Berlim dividia o povo alemão, levando-o para duas histórias diferentes, as fronteiras pretendem fazer o mesmo com o povo Guarani”. Na medida que os Guarani se mobilizam em torno da conquista dos direitos avançam também as informações errôneas e preconceituosas de que são estrangeiros. Tendo figurado como protagonista em diferentes contextos e conflitos, como a aliança Guaranítico-jesuíta e a consequente guerra travada pelos impérios ibéricos, a Guerra da Tríplice Aliança, a criação do reservatório de Itaipu etc., este povo viu seu território ser transformado em mercadoria. Na contemporaneidade, os Guarani têm construído diferentes mecanismos de enfrentamento às adversidades, como a ressignificação de sua cosmologia e reorganização sociocultural para assumir uma nova postura diante das adversidades, além da reinterpretação e ressignificação das relações com a terra e o território. Nos contínuos processos de construção e transformação de suas concepções territoriais surge um novo elemento, a retomada de terras enquanto instrumento de resistência. Durante suas

mobilidades territoriais, encontram por seus caminhos o substrato da modernidade capitalista, com a divisão do espaço em áreas de produção, devastadas pelo agronegócio, e áreas de proteção ambiental. Ao mesmo tempo que questionam as fronteiras geográficas, reafirmam as fronteiras étnicas, culturais e territoriais.

Palavras-chave: Povo Guarani; território; fronteiras; conflitos; resistências.

Afroparaguaios: História e Memória Cultural na comunidade Kamba Cuá

Kelly Aparecida Costa
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil
kellyac119@gmail.com

O trabalho traz reflexões da historiografia paraguaia e os afrodescendentes do historiador Ignacio Telesca, relacionando com os conceitos vinculados a memória coletiva e sua forma científica, à história, do historiador Jacques Le Goff. No Paraguai encontramos três comunidades organizadas de afrodescendentes: Kamba Kokué, Emboscada e Kamba Cuá. A análise do trabalho se aplica na comunidade afroparaguaia Kamba Cuá, com a criação em 2015 do dia 23 de setembro como dia da cultura afroparaguaia. Data essa escolhida em homenagem à José Gervásio Artigas, considerado pela comunidade como o libertador dos negros. O grupo historicamente invisibilizado, luta contra os prejuízos de sua identidade racial por meio da dança e da música, sendo dois emblemas culturais. Ignacio Telesca, menciona em sua obra que essa comunidade já está mantendo práticas de resistência para mudar sua situação no Paraguai, além de iniciativas locais, articulam com organizações de outros países latino-americanos como é o caso da parceria com a Mundo Afro do Uruguai. A pesquisa teve por objetivo relacionar a história com a memória cultural, apresentando a historiografia paraguaia, a comunidade, suas formas de manifestações e memória no legado cultural existente e parcerias que promovam cooperação e intercâmbio para recuperação e difusão da memória histórica. O momento é propício para pesquisas relacionadas com afrodescendentes, visto que a Organização das Nações Unidas declarou o “Decênio Internacional de Afrodescendentes” com o tema “Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento” de 2015-2024, como um convite aos países para tomarem medidas em prol da reestruturação de direitos e dignidade dos afrodescendentes. Conforme a análise desenvolvida, a

trajetória da população negra é marcada pela oralidade e por poucos registros escritos, a memória coletiva é fundamental para a continuidade das coletividades, assim como a implantação de documentos e monumentos que marcam e reforçam essa memória em comunidades afroparaguaias. Tendo por finalidade manter a comunidade viva e transmitindo sua cultura como legado para as novas gerações.

Palavras-chave: Afroparaguaios; comunidade; história; memória cultural.

Territórios negros: narrativas de liberdade no pós-emancipação

Carla Cristina Barros Pinheiro
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
carlacbp97@gmail.com

Neste trabalho apresentamos narrativas dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, território quilombola de Itapecuru Mirim – MA, no período de pós-abolição e os processos que marcam o início da perda territorial sessenta anos depois. Em 1898, o Barão de Santa Rosa, Joaquim Raimundo Nunes Belfort deixou em testamento à América e aos seus escravizados, que haviam trabalhado nas suas lavouras, um quinhão de terras para viverem e trabalharem. Essas terras não poderiam ser vendidas, dadas ou alienadas, e esta narrativa é muito presente na memória dos anciãos. Até metade do século XX, a partir de diversas estratégias os quilombolas de Santa Rosa reproduziram seus modos de vidas no território, cuidando e protegendo o mesmo. Posterior a esse período começou a existir divisão, venda, apropriação por fazendeiros, empresas e estado (como a chegada de projetos desenvolvimentistas) marcando a quebra desse espaço que era vivenciado e ressignificado no pós-abolição. Discutimos, a partir das narrativas dos quilombolas, até o período de 1950 como um território de relativa autonomia entra em um novo momento que é apresentado através da memória de lideranças, um Itapecuru pós-abolição negro, que é rasgado, pelo Estado, por fazendeiros, pela Estrada de Ferro Carajás E.F.C e por Linhões de energias. Problematisamos as compreensões, como nos indicam Cunha e Gomes (2007), acerca da liberdade ao ser “inventada e experimentada por aqueles que não a conheciam” e as cidadanias em estado contingente que marcam novas perdas e acirramentos de conflitos no território no seio dos processos de construção da nação e de luta pela regularização do território, entendendo atores que deveriam ser facilitadores desses processos

e acabam atrasando, dificultando e impediendo as titulações de terras de comunidades negras rurais que ascendem no século XX.

Palavras-chave: Narrativas; quilombo; resistências.

“Ila de los últimos Charrúas”, historia de resistencia a través de la lucha y la invisibilidad

Néstor José Bohdan Perdigón
Instituto uruguayo de Investigaciones documentales de los Charrúas, INDOCHA
Bella Unión, Uruguay
nbohdan@hotmail.com

Se demostrará la supervivencia de los Charrúas a través de 172 años de invisibilidad, camuflados en territorio de guaraníes misioneros. Además se romperán los paradigmas de que los charrúas son solo uruguayos y que están extintos desde el siglo XIX.

Palabra Clave: Charrúas, genocidio, etnocidio, supervivencia.

Rompiendo paradigmas los charrúas no son solo uruguayos: ejemplos que

tanto en brasil como en argentina convivieron los componentes de la macro etnia charrúa. no fueron extinguidos, sí masacrados, pero aún están en el siglo xxi:

Rompiendo Paradigmas

El proceso de exterminio que comienza en 11 de abril de 1831 no logra sus objetivos. Salsipuedes: el engaño para el genocidio y etnocidio – el cacique polidoro. como no se suma el cacique polidoro por desconfiar del general fructuoso rivera. Comienzo de la gran masacre que dura oficialmente hasta 1834. El estado uruguayo declara extintos a los charrúas. La versión oficial que nunca fue real. Yacaré – cururú: batalla contra bernabé rivera – donde polidoro comienza a llamarse sepé polidoro y la guerra civil uruguaya y la revolución farroupilha polidoro/sepé se pierde en el lejano norte misionero polidoro/sepé regresa a uruguay (tacuarembó) ¿los últimos charrúas? descendencia de polidoro/sepé en el siglo xxi: en Uruguay en Brasil.

Palabras-clave: Charrúas; genocidio; etnocidio; supervivencia.



Mesa V

Ecosocialismo e Buen Vivir: crítica ao produtivismo capitalista

Lisete Barbosa
Universidade da Integração Latino Americana
Foz do Iguaçu, Parana - Brasil
lisetefoz@gmail.com

O artigo explora dois conceitos Buen Vivir e o ecosocialismo. A análise crítica, pontua o debate sobre o tema da crise ecológica e social provocada pelo modo de produção capitalista. A discussão inicial tem como base os marcos da corrente de pensamento ecosocialista, apresentando sua crítica mais importante que é o produtivismo, no qual apesar de se apropriar das teorias marxistas a considera limitante nas questões do ecossistema, limites planetários e qualidade de vida. Em seguida direcionar a análise conceitual do Buen Vivir, que está sendo amplamente debatido e se coloca como alternativa frente ao modelo de produção extrativista. A construção da pesquisa se dá a partir da revisão bibliográfica e conceitual dos temas na forma de análise crítica. Para o devido levantamento dos dados biblio-gráficos utilizou-se com êxito a “ecologia dos saberes” a qual é “uma epistemologia desestabilizadora na medida em que se empenha numa crítica radical da política do possível, sem ceder a uma política do impossível” (SANTOS,2007). É considerada uma abordagem de multi-instrumentos considerada eficiente para possibilitar a in-corporação de outros saberes, que são marginalizados pela ciência tradicional. O conceito é amplo além de ser uma categoria ancestral dos povos andinos, têm significados particulares para cada povo, mas possui um aspecto contemporâneo importante, nesse sentido nos ajuda a levantar questões sobre o modelo de civilização atual capitalista e o que seria o Bem Viver, tendo como foco a crítica produtivista do capitalismo. E nesse aspecto de crítica ao modelo industrial capitalista o qual se assemelha com outros enfoques e teorias críticas como Ecosocialismo, que pretendemos construir essa abordagem. Tendo como problema central a seguinte questão: quais as potencialidades e possibilidades de diálogo das políticas do Buen Vivir e a corrente de pensamento Ecosocialista, como forma de superação ao modelo capitalista produtivista extrativista? O enfoque para o objetivo geral, é fazer uma análise sobre o potencial revolucionário do Buen Vivir e as correntes de pensamento e ações ecológicas do Ecosocialismo.

Palavras-chave: Ecosocialismo; buen vivir; produtivismo; capitalismo.

Territórios em disputa: fronteira e diplomacia no império (Brasil, 1840-1850)

Alan Dutra Cardoso
PPGH-UFF/ INCT-Proprietas
alandutra@proprietas.com.br

A comunicação analisou quais elementos caracterizaram a política imperial para as fronteiras em um contexto de consolidação do Estado brasileiro. A partir da documentação produzida em meados do oitocentos, desnudamos o projeto para os limites do Norte do Império e percebemos que ele esteve diretamente associado a uma política de defesa do território e da soberania nacional. Este, assente em iniciativas de caráter defensivo - especialmente expostos na construção de variadas Missões diplomáticas -, teve como objetivo garantir a permanência do grande território amazônico como propriedade do Estado brasileiro. Balizados na História e no Direito, a diplomacia conduzida pelos dirigentes imperiais reuniu elementos que se conformaram em um projeto para as fronteiras nascida na Corte, com clara base jurídica - o princípio do uti possidetis, ou seja, a defesa de que “quem possui deve continuar a possuir” - e forte determinação política - o assegurar dos territórios e da soberania pelo Império do Brasil. Nas negociações diplomáticas e nos debates no interior do Governo e no Parlamento, tais princípios catalisaram discussões sobre a forma pela qual deveriam ser sustentadas as diretrizes para essa região do Império, especialmente pelo Vale do Amazonas e a antiga Comarca do Rio Negro - que em 1850 foi elevada à condição de Província - serem enxergadas por muitos dirigentes como “os mais dilatados sertões”. A História, como elemento determinante, apareceu nas discussões sobre a validade de tratados pretéritos - cujo centro era, especialmente, a grande fronteira Amazônica -, sobre o histórico da ocupação do território luso “herdado” pelo Império brasileiro, como também no embate sobre as fontes consideradas válidas ou não para sustentar os argumentos dos países em litígio. Desta forma, nossa principal tarefa foi resgatar a historicidade de ocupação e posse dessa grande zona de fronteira, para assim compreendê-la como parte constituinte do processo de afirmação do Estado brasileiro em meados do século XIX.

Palavras-chave: Fronteira; história; diplomacia; direito; estado.

Conflitos de uso dos bens naturais na configuração territorial da Amazônia brasileira

Ana Regina Ferreira da Silva
Aldomar Arnaldo Rückert
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
areginageo@gmail.com

Este trabalho objetiva tratar sobre processos de uso do território que ocorrem de forma conflituosa em decorrência das distintas concepções de usos dos bens naturais. São concepções pautadas entre a visão que os têm como meio de troca para o abastecimento do mercado global, e, a dos que os defendem como meio de uso, para garantir sua reprodução socioeconômica e cultural. Tais características fazem parte de uma realidade historicamente vivida na região amazônica brasileira, há séculos tratada como fonte de recursos aptos à exportação, a exemplo dos processos decorrentes da atividade exercida pela indústria da mineração. Entre outros, o município amazônico de Oriximiná, no estado do Pará (PA) integra a história de expansão da mineração industrial na região, em decorrência do mineral que possui em abundância nas adjacências do rio Trombetas, a bauxita. Para viabilizar o empreendimento minerador, várias logísticas infraestrutural, industrial e urbana foram implementadas, envolvendo a participação institucional e contraditória do Estado e de seus órgãos representativos, o que originou processos de desestruturação e de reestruturação socioespaciais e ambientais, afetando a dinâmica de vida particular e secular de populações ribeirinhas. Portanto, há na região e, particularmente no município paraense de Oriximiná, uma realidade de vulnerabilidade e de insegurança que afeta, em grande medida, comunidades ribeirinhas indígenas, quilombolas e extrativistas em relação ao acesso, ao uso e ao controle dos bens naturais existentes em seus territórios de vivência cotidiana, sobretudo no que tange a questões ambientais, conflitos territoriais, extração mineral, entre outras. Porém, a essas ofensivas do grande capital, coexistem amplos e crescentes processos de resistências promovidos por expressivas organizações sociais da população local/regional. São atores sociais que resistem diante da força do capital, confrontando a dinâmica mundial das políticas neoliberais e neoextrativistas. Esses grupos de atores sociais diretamente afetados desenvolvem ações coletivas tanto pela força de seus hábitos e modos

particulares de vida, como também, estimulados pela necessidade de representação social organizativa, enquanto grupo não hegemônico no uso do território, buscando garantir seus direitos territoriais.

Palavras-chave: Território; ribeirinhos; mineradora; conflitos.

Control y disputas territoriales limítrofes. La violencia por los topes entre dos comunidades de Chiautempan, Tlaxcala, México

Leticia Espadim Martins
Javier Rodríguez Sánchez
Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
leticia.espadim@outlook.com
rosanjav@hotmail.com

Los acontecimientos de violencia que son recurrentes en algunas comunidades rurales de México, expresan una alta conflictividad local, que puede ser el resultado del fortalecimiento de la exacerbación, la inseguridad, el miedo y los ambientes sociopolíticos de incertidumbre, a consecuencia de la debilidad o ausencia del Estado que puede llevar a la fragmentación y destrucción del tejido social, aunado al arraigo de los liderazgos faccionales existentes. El conflicto como una violencia pública, es inherente al tiempo, el espacio territorial y las circunstancias sociopolíticas, a veces sucede sobre los límites internos o se abre a más de una comunidad. Este trabajo aborda cómo el nuevo milenio inició con disputas intercomunitarias en las faldas del volcán La malinche, Tlaxcala. En el año 2004 vecinos del poblado de Texcacoac “pusieron topes” al renovarse el acceso carretero a Tlalcuapan, el conflicto fue conminado por los choferes de la ruta Tlalcuapan-Santa Ana de las empresas USU, Colectivas y Verdes. Algunos operarios incitaron a otros habitantes y con trascabos, tractores y vehículos, por delante con su presidente Concepción Cahuantzi Ayapantécatl en turba y armados con palas, palos y machetes, por la noche del 12 de noviembre fueron a liarse para quitar los topes. Lo territorial y espacial

señala cierto orden pero también atestigua vecindades en interacción y conflicto recurrente. Nuevamente el martes 27 de julio de 201 “enfrenta a dos pueblos la muerte de un ciclista”, la lucha intercomunitaria sucedió cuando “cierran los pobladores de Texcacoac vía a Tlalcuapan” por la colocación de topes de concreto, vados y vibradores metálicos.

Palabras-clave: comunidades rurales; violencia; vecindades.



Mesa VI

A classe trabalhadora no Paraguai: o campesinato e a atuação da OXFAM

Michele Vanessa Werner
Pamella Regina da Cruz Canton
UNIOESTE
Foz do Iguaçu/PR, Brasil
miches_werner@hotmail.com
pamella_canton@hotmail.com

A agricultura no Paraguai tem se mostrado um dos fortes mecanismos para o desenvolvimento do país. Por ser um ramo que representa um alto teor lucrativo, o olhar de investidores internacionais tem recaído nos últimos 50 anos sobre a região leste do país, local onde há a maior concentração de terras férteis. No que diz respeito ao setor agropecuário, é o que mais sofre interferência do mercado externo, isso porque depende dos câmbios e níveis de preços estabelecidos internacionalmente. É oportuno lembrar que, a desorganização política do Paraguai tem representado aos pequenos agricultores uma série de problemas e desigualdades. A classe campestre que contempla os pequenos agricultores que ainda possuem alguma propriedade de terra, e também aqueles que se encontram em extremo desamparo, formam juntos um grande movimento pela terra que vem acontecendo nos países da América Latina, principalmente no Paraguai. A idealizada reforma agrária é algo que impulsiona diversas famílias a comporem o movimento campestre e simboliza um projeto de ruptura com os moldes capitalistas instituídos no Paraguai. Isso tem acarretado, nos últimos anos, diversos conflitos entre proprietários de terras, autoridades, e policiais. O debate em torno do capitalismo e do campesinato é algo complexo. Há a intenção de um lado em defender a propriedade privada e um debate hegemônico, e por outro, defender uma nova visão política e territorial em prol da maior parte da população que se encontra em situação de pobreza. Neste contexto, a confederação internacional Oxfam atualmente se apresenta como um importante instrumento de auxílio ao movimento campestre. Sua contribuição em relatórios e pesquisas são voltadas para “fortalecer as organizações campestres, regular a agroindústria e a política fiscal, reduzir a pobreza, desigualdade e fortalecer os povos indígenas” (OXFAM, 2019). Com efeito, a Oxfam tem contribuído ao campesinato no processo de denúncias de irregularidades, e consequentemente auxiliando a participação destes atores nas decisões políticas do país. Sob tal enfoque, é dada a

importância da organização em atuação conjunta na luta justa pela terra e redução das desigualdades entre classes no Paraguai.

Palavras-chave: Campesinato; Oxfam; Paraguai.

Geopolítica y hegemonía de la paz en Colombia. Saberes locales que desafían el enfoque territorial de la paz

Alejandro Pimienta Betancur
Universidad de Antioquia,
Medellín, Colombia
alejandro.pimienta@udea.edu.co

A partir de análisis de lo ocurrido en los 3 años de implementación de los Acuerdos de Paz en Colombia, se problematiza el discurso y la forma en que se viene materializando el denominado “enfoque territorial, de género y diferencial”, el cual ha sido catalogado por entidades como la ONU un ejemplo a replicar, con referencia al caso del PDET de Urabá -Programa de Desarrollo con Enfoque Territorial- Este Programa es analizado geopolíticamente, tanto desde su intención develada en los textos como desde las prácticas que se vienen implementando, para deconstruir la noción de territorio que le subyace, lo cual permitirá evidenciar cómo se reproduce la lógica hegemónica y centralista de otros procesos de intervención. Una vez realizada la crítica al “enfoque territorial” hegemónico, se muestra la forma en que los diversos saberes locales desafían ese enfoque hegemónico y construyen una paz desde lo local y desde los saberes apreciados.

Palavras-chave: geopolítica; territorio; paz.

Resistencia epistémica en la lucha por los derechos territoriales en Antioquia, Colombia

Vladimir Montoya Arango
Universidad de Antioquia/Instituto de Estudios Regionales
Medellín /Colombia
vladimir.montoya@udea.edu.co

El actual modelo extractivista en Antioquia, Colombia, ha puesto de presente la contradicción entre el modelo de desarrollo basado en el crecimiento económico inconsulto y las aspiraciones de los pobladores locales que se aferran a sus lenguas, memorias, saberes, espiritualidades y tradiciones orales, para defender con ellas las condiciones de posibilidad de sus espacios sociales. Estos movimientos sociales se caracterizan por la diversidad de sus orígenes y composición, ya que no únicamente resultan de culturas indígenas, afrodescendientes o campesinas, sino que demuestran la vivacidad de la interacción de los conocimientos y saberes ancestrales con subjetividades emergentes en los procesos de resistencia y lucha contra el extractivismo. En este trabajo exploraré como el actual movimiento social contra el despojo territorial en Antioquia, configura un proceso de resistencia epistémica frente a la matriz teleológica del discurso del desarrollo apelando a una diversidad de conocimientos situados que disputan la hegemonía y el carácter universalista del conocimiento científico. Sin duda, estamos ante saberes que resisten y ante ontologías que recrean y redireccionan las políticas del conocimiento, imaginando nuevas geografías.

Palavras-chave: Justicia epistémica; conocimiento situado; neoextractivismo; antioquia; colombia.



Mesa VII

A bacia platina e a geopolítica da água: conflitos, cooperação e processos de integração pela via hídrica

Marianna de Oliveira Rodrigues
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS
Porto Alegre/RS/Brasil
marianna.oliveira08@gmail.com

Este artigo tem como objetivo a análise do papel da Geopolítica da Água no estabelecimento das relações entre os Estados situados no eixo geográfico da Bacia Platina, uma das maiores e mais importantes bacias hidrográficas do continente em termos de volume, extensão, renovação e potencial energético. A partir deste estudo, utilizando-se da metodologia de análise documental e revisão bibliográfica, intenciona-se a construção de um estudo comparado entre os países que compõem a Bacia Platina - Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai - de modo a compreender como cada um destes atores do Sistema Internacional tem conduzido suas políticas de segurança, cooperação e integração no âmbito dos recursos hídricos. Para isso, busca-se realizar um panorama de todo o histórico da região vinculado às contendas e litígios que se originaram a partir das questões relativas ao uso e domínio dos recursos hídricos da Bacia Platina, colocando-os como catalisadores em potencial para grandes conflitos regionais em um futuro próximo, assim como, analisa-se também os movimentos e influências das grandes potências neste eixo regional, a fim de identificar padrões de atuação e interesses geopolíticos atrelados aos processos de integração e cooperação pela via hídrica. De modo a cumprir aquilo que se propõe, o artigo estará seccionado da seguinte maneira: primeiramente, tomando como marco temporal o início dos processos de independência na América do Sul, construir-se-á um panorama dos conflitos engendrados pelos Estados que tiveram correlação direta ou indireta com o domínio dos recursos hídricos, assim como seus desdobramentos para as relações entre os Estados desta dinâmica regional. Logo, serão analisados dados que demonstram as oscilações na frequência dos conflitos hídricos, de modo a averiguar as tendências de intensificação de conflitos deste tipo, e por fim, serão analisados os possíveis cenários e desdobramentos oriundos de tais oscilações, e de que forma os mesmos afetam o estabelecimento de redes de integração e cooperação nos eixos político, econômico e infraestrutural entre os Estados Platinos.

Palavras-chave: Geopolítica da água, Bacia Platina, América do Sul, segurança regional.

Para uma governança integrada dos aquíferos transfronteiriços na América do Sul: equacionando segurança, direitos humanos e territorialidade

Beatriz Mendes Garcia Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil
biamendes1894@gmail.com

O presente trabalho visa abordar o panorama relacionado à governança dos aquíferos transfronteiriços sul-americanos, através da perspectiva de segurança ambiental e hídrica. Pretende-se, da mesma forma, abordar a importância da democratização do acesso universal às fontes de água potável como forma de efetivar uma governança eficaz dos recursos hídricos. Para tal, abordaremos o debate corrente nos fóruns internacionais relacionados ao status da água como um direito humano, assim como a consequência dos resultados desses debates para as resoluções voltadas para a gestão dos aquíferos transfronteiriços. Dessa forma, compreendendo que essa triangulação de fatores contribui para a definição do panorama dessa temática, assim como o aprofundamento da mesma, considera-se que a projeção dos desafios trazidos por um possível cenário de escassez a nível global, bem como suas consequências geopolíticas, situam a América do Sul como a região de importância central na implementação de uma governança integrada e efetiva desse recurso hídrico estratégico, posto que é a região detentora dos dois maiores sistemas aquíferos do mundo. A metodologia se concentrará em uma pesquisa de aporte bibliográfico e documental, voltada principalmente para a fundamentação do conceito de segurança ambiental e hídrica, assim como as bases conceituais referentes à governança e sua relação com a garantia dos direitos humanos. Com isso, serão analisados os tratados e resoluções estabelecidos nos organismos internacionais voltados para gestão compartilhada dos recursos hídricos, assim como a análise de dados, orientadas para as definições técnicas dos aquíferos, como as condições de sua formação, volume e capacidade de reposição. Por fim, considerando que o debate das águas superficiais e subterrâneas compreende atualmente em uma questão política latente, uma vez que a questão hídrica ocupa cada vez mais uma posição de protagonismo na agenda global. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é demonstrar através de diferentes perspectivas, que a questão da água perpassa por questões ambientais, securitárias, econômicas, sociais, culturais e geopolíticas.

Palavras-chave: América do Sul; aquíferos; recursos hídricos; governança; segurança.

Efeitos Colaterais do Desenvolvimento: o descaso com a ilha de São Luís

Vinícius Melo Gonçalves
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
viniciusmelogon@gmail.com

O presente trabalho aborda temáticas referentes à mineração, aos territórios, à água e às desigualdades ambientais promovidos pelos grandes empreendimentos industriais de transformação mineral alocados na ilha do Maranhão. Tendo como suporte o projeto de pesquisa, que fiz parte enquanto bolsista do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), intitulado: Mineração, territórios e desigualdades ambientais no Brasil: diversidade sociocultural e luta por direitos; o trabalho visa fazer uma análise a respeito de entrevistas realizada com moradores da zona rural II de São Luís sobre medidas desenvolvimentistas adotada pelos governos maranhenses desde a década de 1960 até a atualidade em relação a utilização da água subterrânea da ilha. Para realização do trabalho foi utilizado a metodologia de ida ao campo e interlocução com os moradores das comunidades da zona rural II de São Luís, principalmente as comunidades do: Taim, na figura do Alberto Cantanhêde; Cajueiro, na figura de Dona Lucilene; e Camboa dos Frades, por um morador que não quis se identificar; para podermos abordar, com propriedade, questões que envolvem mais especificamente a utilização da água da ilha do Maranhão por empreendimentos vinculados às práticas de mineração ou à transformação de matéria prima mineral. A água podendo ser marítima, fluvial ou dos lençóis freáticos, o estudo demonstra que grande parte dela já está bastante prejudicada pelos demais empreendimentos no local, e constato que estamos à beira de um colapso hídrico na região metropolitana devido ao superbombeamento por parte das indústrias localizadas na zona rural II de São Luís e pela poluição oriundas de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos de petróleo (HPAs), causando assim inúmeras doenças. Vale ressaltar também a questão da água de lastro transportada pelos cargueiros que atracam nos portos da ilha que acabam por contaminar biologicamente o ecossistema local, gerando um desequilíbrio na cadeia alimentar e nos modos econômicos das populações locais.

Palavras-chave: Água; mineração; desenvolvimento; São Luís.

Ueitlakuauak: Una comunidad Nahuatl de Tlaxcala en defensa por el agua

Tonatiuh Vladimir Romano Ramírez
Universidad Autónoma del Estado de Tlaxcala
Chiautempan, Tlaxcala, México
de_ciertozul@hotmail.com

La comunidad nahua de Ueitlakuauak o “encino grande” mejor conocido por el nombre occidental como pertenece al estado de Tlaxcala y se encuentra ubicada en las “faldas del volcán” La Malinche; el cual fue declarado como reserva natural desde 1960, por lo cual las actividades agroforestales fueron prohibidas y de esta forma el modo de producción y subsistencia de las comunidades y pueblos cercanos a ésta tuvieron que cambiar. Por la ubicación de la comunidad presenta uno de los últimos reductos nahuas de Tlaxcala pues el proceso de mestizaje ocurrido en México desde hace 500 años ha cambiado las raíces organizativas, ideológicas y socioculturales de los pueblos indígenas de México, de esta forma, en la comunidad de Ueitlakuauak aún se preservan elementos que le dan esta identidad étnica. Por la restricción del uso de los recursos del volcán La Malinche, el crecimiento demográfico y el avance de la urbanización de las localidades colindantes se ha generado un problema en el abasto de agua, pues a pesar de que el volcán cuenta con diversos manantiales, éstos no se han podido utilizar o han sido utilizados para otros fines y todo ello con permiso de intuiciones del gobierno y entidades de ecología federales. Por lo anterior es que se han reactivado algunas formas sociales de organización indígena y con matices prehispánicos como las asambleas y el gobierno semi-autónomo como una forma de resistencia ante el conflicto del agua y el bosque. Actualmente se ha clausurado la presidencia de comunidad la cual es la gestión política del Estado y la organización de la comunidad se ha mantenido a través de formas alternativas que plantean nuevas “miradas” para la resistencia y la continuidad de este reducto nahua, el cual, también ha sufrido el impacto en su estructura social debido a inminente modernización y el cambio indo-mestizo (Nutini: 1981) generado por estos procesos del neoliberalismo.

Nutini, H. y Barry, I. Los pueblos de habla náhuatl de la región Tlaxcala y Puebla. Dirección General de Publicaciones del Consejo Nacional Para la Cultura y las Artes, 1981.

Palabras-clave: Comunidad; nahuas; identidad; indígena; resistencia; neoliberalismo.

Conflitos territoriais e a legislação urbanística no município de São Luís do Maranhão – Brasil

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
São Luís - Maranhão - Brasil
horacioantunes@uol.com.br

Desde 2015, a Prefeitura Municipal de São Luís, capital do estado do Maranhão, vem tentando alterar seus principais instrumentos de legislação urbanística, através de revisão da lei que define o Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. O município de São Luís, através de seu Complexo Portuário, é uma das principais portas de entrada e de saída do grande capital na Amazônia brasileira e, portanto, tem se constituído em uma zona de interesse do grande comércio internacional, o que provoca conflitos territoriais com comunidades locais. A proposta de revisão da legislação apresentada pela Prefeitura tem como características fundamentais: 1) o aumento geral dos gabaritos dos edifícios, que passaria, em algumas áreas, do máximo atual de 15 andares para até 31 andares, atendendo a uma demanda apresentada por grandes empreendedores da construção civil; 2) a ampliação das áreas destinadas a zonas portuárias e industriais e o significativa aumento dos usos industriais permitidos no município, atendendo diretamente aos interesses vinculados à expansão industrial e portuária locais e à ampliação da produção mineral e do agronegócio na Amazônia oriental brasileira, desconfigurando cerca de 40% da zona rural do município e aumentando os riscos de deslocamentos compulsórios. Na formulação e defesa desses projetos, os planejadores da Prefeitura articulam-se a um conjunto de agentes empresariais, principalmente através da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e do Sindicato da Construção Civil do Estado do Maranhão (Sinduscon), que representam localmente interesses do grande capital internacional. A tentativa de revisão da legislação enfrenta forte resistência de movimentos sociais rurais e urbano e de setores acadêmicos. O trabalho visa examinar a atuação dos vários agentes sociais nos confrontos políticos e nos processos decisórios nas principais arenas dos embates que são o Conselho da Cidade e as audiências públicas convocadas pelo mesmo, verificando como se articulam e se manifestam na defesa de suas respectivas perspectivas a respeito do planejamento urbanístico. Para tanto, além do acompanhamento direto e registro

etnográfico de reuniões e audiências públicas, lançará mão do exame de atas, registros oficiais e jornalísticos, documentos apresentados pelas partes.

Palavras-chave: Conflitos territoriais; legislação urbanística; expansão capitalista; São Luís do Maranhão.



Resumos não apresentados no evento

Mega-projetos econômicos e dinâmicas da fronteira: uma análise dos movimentos socioterritoriais (Amapá – Brasil, Santa Cruz e Terra do Fogo – Argentina)

Roni Mayer Lomba
Alejandro Fabian Schweitzer
Jadson Luís Rebelo Porto
CONICET/UNPA/UNIFAP

O trabalho é uma pesquisa de pós doutorado realizado na Argentina desde abril de 2018. Objetiva analisar o impacto dos recentes projetos de desenvolvimento apresentados em duas regiões da fronteira sulamericana, um estado do Norte da Amazônia e o Sul da Patagônia e a concepção dos movimentos de defesa do território diretamente afetados. Embasado no materialismo dialético, na acumulação por capitalização e espoliação percorremos ambos espaços fronteiriços entrevistando envolvidos em coletivos e suas percepções. Conclui-se que historicamente a fronteira continua concebida no ideário de espaços vazios, a imposição dos interesses capitalistas nacionais e estrangeiros. No Amapá a organização social tem sido um pouco mais efetiva frente a expansão recente do agronegócio, do desmatamento, do impacto da criação de represas para geração de energia e defesa dos povos originários, fatos que possibilitaram alguns avanços (mesmo tímidos). No sul da Argentina, a razão de escasso povoamento e urbanização mais intensa faz com o que os coletivos sejam mais frágeis, em muitos casos relacionados a defesa ambiental, conseguiu lograr raros exitos. Soma-se isso o forte papel do setor público como grande fonte empregadora e a possibilidade de geração de algum trabalho nas atividades extrativas, tem esvaziado os movimentos socioterritoriais locais. Assim também explica o nebuloso processo recente de valorização da natureza pela expansão dos Parques Nacionais a partir de investimentos estrangeiros em áreas de grandes fontes de recursos (minerais, aquíferos e outros).

Palavras-Chave: Fronteira; movimentos socioterritoriais; desenvolvimento; capitalização do território.

A corrente Indigenista-Pachamamista no Buen Vivir

Isaías Albertin de Moraes
Leandro Pereira Moraes
UNESP

O presente artigo tem como objetivo investigar a corrente Indigenista-Pachamamista presente nos preceitos teóricos do Buen Vivir. O artigo utilizou-se da metodologia descritiva-qualitativa e como procedimento técnico uma abordagem sistemática por meio da avaliação crítica dos dados bibliográficos e documentais sobre a temática. Além de pesquisa de campo na Bolívia, país onde o Pachamamismo é muito bem estruturado e representado. O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira parte do texto, apresentou-se o conceito de Buen Vivir. Na segunda parte da pesquisa, aprofundou-se no campo semântico do conceito de Pachamamismo, evidenciando sua densidade histórica, estrutura social. Os resultados apontam que a corrente Indigenista-Pachamamista do Buen Vivir tem uma estrutura filosófica e antropológica bem estruturada. No entanto, o Pachamamismo carece de uma política econômica própria e original.

Palavras-Chave: Buen vivir; pachamamismo; desenvolvimento econômico; filosofia andina; história da América Latina.

Multiextractivismos, asimetrías de poder y desigualdades sociohídricas en la cuenca del río Aconcagua en la provincia de Los Andes, Chile

Bárbara Jerez
Universidad de Valparaíso, Escuela de Trabajo Social

La sobreexplotación del río Aconcagua por la actividad minera, hidroeléctrica y agroexportadora de larga data en la chilena provincia de Los Andes, ha generado fuertes desigualdades sociohídricas en el acceso y uso del agua, afectando principalmente a productores campesinos y a pobladores de las numerosas localidades que habitan la rivera del río, beneficiando a estos sectores empresariales. Esta problemática se agrava en frente a los efectos del cambio climático que

profundizan la escasez hídrica del territorio. En este escenario juegan un rol central la legislación hídrica y minera nacional que posee un carácter profundamente privatizador y mercantilizador, los cuales fueron decretados durante la dictadura cívico-militar, donde se garantizan condiciones ventajosas para la extracción de agua para la minería, y el otorgamiento de derechos de agua como un recurso separado de la propiedad de la tierra a través de un mercado de aguas, cuyos derechos fueron concentrados principalmente estos tres sectores empresariales. Las comunidades locales, por su parte buscan defender sus territorios, hacer valer sus intereses y mitigar los daños socioambientales a través de un amplio repertorio de articulaciones con actores externos y territoriales, participación y presión en las mesas territoriales público-privadas que el Estado y las empresas establecen como mecanismos de gobernanza y pacificación social; y a través de la acción directa a través de protestas públicas que se activan principalmente cuando existen episodios de derrames mineros en el río. Estas dinámicas conforman un complejo entramado de relaciones socioterritoriales que reproducen históricas asimetrías de poder arraigadas en una provincia de tradición profundamente terrateniente, donde el control del agua es testimonio de dichas asimetrías, y es un factor central en el nivel de conflictividad creciente por los cada vez más frecuentes derrames mineros, la expansión de los proyectos actuales y la aparición de nuevos proyectos. Este trabajo se enfoca teóricamente desde la ecología política de agua como marco para interrogar las profundas desigualdades sociohídricas del territorio en sus dimensiones históricas, legislativas y sociopolíticas en una cuenca sobreexplotada y declarada en escasez hídrica por el propio Estado, donde las comunidades buscan existir en medio de un multiextractivismo que se abre paso en un territorio socioambientalmente agotado.

Palavras-Chave: Rio Aconcagua multiextractivismo; escasez hídrica; comunidades.

Apropiación de la naturaleza y capitalismo de frontera en la patagonia sur

Roni Lomba
Sabrina Picone
Brenda Ponzi
Alejandro Schweitzer
CONICET-CIT Santa Cruz, Argentina

En la Patagonia Sur se despliegan desde la década de 1990 nuevas dinámicas de fronteras de la mercantilización de la naturaleza, en un proceso que cada vez más avanza hacia “arriba”, en los circuitos de acumulación y “en altura”, en la Cordillera de los Andes, por sobre las fronteras políticas. Grandes capitales transnacionales y fundaciones se apropian de tierras y fuentes de agua, con fines de conservación, promoviendo la creación de nuevos núcleos urbanos en grandes operaciones inmobiliarias o constituyendo reservas extractivas. Áreas protegidas y grandes propiedades rodean los hielos continentales Norte y Sur, una de las mayores reservas de agua dulce del planeta y el litoral pacífico, pero también espacios con reservas de minerales metalíferos y recursos energéticos, algunos todavía sin explotar, así como forestales, salmonicultura y turismo internacional. Este escenario de capitalismo de frontera se encuentra en fase de apropiación de la naturaleza, como paso previo a su capitalización. Los estados promueven este despliegue por medio de tratados internacionales, reconversión de marcos regulatorios, legales y jurisdiccionales y construcción de obras públicas. En el caso de los tratados binacionales se destacan los de medio ambiente (1991), el de complementación minera (1997) y el Tratado de Maipú de Integración y Cooperación (2009), que apuntan a mayores niveles de integración física. Las rutas 7, 9 y 257 en Chile y las rutas provincial 41 y nacionales 40 en Santa Cruz y 3 en Tierra del Fuego, así como las que llevan a los pasos internacionales y puertos, se van constituyendo como ejes de acceso y vertebradores del despliegue de estas dinámicas en los espacios menos accesibles y poblados del tramo sur de la cordillera andina chilena-argentina. En esta ponencia se apuntará a describir el funcionamiento de esta frontera a partir del análisis de proyectos de infraestructura de transporte en marcha, las iniciativas de explotación del trabajo de la naturaleza en operación y proyectadas y el avance de los procesos inmobiliarios, de acumulación por conservación y constitución de reservas extractivas así como los conflictos socio-ecológicos en marcha algunos de ellos todavía latentes.

Palabras-chave: ecología política; fronteras; naturaleza.

El observatorio plurinacional de Salares altoandinos: Una experiencia colaborativa pluriversa para la defensa de los salares y el Buen Vivir

Bárbara Jerez
Universidad de Valparaíso, Escuela de Trabajo Social

El observatorio Plurinacional de salares nace en una respuesta al ampliamente difundido “triángulo del litio” como una territorialidad extractivista que produce un imaginario global ecocapitalista sobre los territorios andinos del Cono Sur, espacios que están en la mira de las mineras de litio para explotar los salares de esta región transfronteriza compartida entre el Norte de Argentina y Chile con el sur boliviano. El observatorio es el resultado del cruce de experiencias de trabajo territorial de académicos/as de universidades, comunidades indígenas, profesionales independientes y ONG's de Argentina, Bolivia, Chile y Estados Unidos comprometidos con la defensa de la cuenca de los salares como territorios que albergan la vida de numerosos pueblos indígenas y de ecosistemas únicos a nivel mundial, y que constituyen fuentes hídricas vitales para la vida en una de las regiones más desérticas del mundo como es la Puna y el Desierto de Atacama. Se trata de un espacio colaborativo, solidario y horizontal de articulación a través de un diálogo de saberes que promueve la difusión y visibilización en espacios académicos, comunitarios, y en los medios de comunicación respecto a los graves daños que la minería de litio y otras actividades sobre la cuenca de los salares altoandinos. A partir de ello, el observatorio cuestiona el extractivismo que desde un discurso “verde” promueven globalmente los organismos internacionales, los gobiernos de la región y la industria de autos eléctricos, cuya explotación del litio como principal mineral para su fabricación genera un marcado racismo ambiental y graves impactos socioecológicos en territorios indígenas y campesinos, transgrediendo derechos humanos, sacrificando economías locales altoandinas, que de por sí constituyen un potencial de sustentabilidad y buen vivir. Desde ahí el observatorio es un espacio de colaboración que promueve la protección de los salares y de los demás ecosistemas altoandinos, el resguardo de los derechos indígenas y formas de vida de las comunidades que los habitan. Y finalmente, busca estimular un debate público que promueva alternativas integrales que sean territorialmente sustentables al largo plazo, para enfrentar la crisis socioambiental global y los efectos del cambio climático desde la justicia ambiental, el buen vivir y los derechos humanos.

Palavras-chave: salares; minería de litio; devastación socioambiental; colaboración multiactores.

Resistencia epistémica en la lucha por los derechos territoriales en Antioquia, Colombia

Vladimir Montoya Arango
Universidad de Antioquia/Instituto de Estudios Regionales

El actual modelo extractivista en Antioquia, Colombia, ha puesto de presente la contradicción entre el modelo de desarrollo basado en el crecimiento económico inconsulto y las aspiraciones de los pobladores locales que se aferran a sus lenguas, memorias, saberes, espiritualidades y tradiciones orales, para defender con ellas las condiciones de posibilidad de sus espacios sociales. Estos movimientos sociales se caracterizan por la diversidad de sus orígenes y composición, ya que no únicamente resultan de culturas indígenas, afrodescendientes o campesinas, sino que demuestran la vivacidad de la interacción de los conocimientos y saberes ancestrales con subjetividades emergentes en los procesos de resistencia y lucha contra el extractivismo. En este trabajo exploraré como el actual movimiento social contra el despojo territorial en Antioquia, configura un proceso de resistencia epistémica frente a la matriz teleológica del discurso del desarrollo apelando a una diversidad de conocimientos situados que disputan la hegemonía y el carácter universalista del conocimiento científico. Sin duda, estamos ante saberes que resisten y ante ontologías que recrean y redireccionan las políticas del conocimiento, imaginando nuevas geografías.

Palabras-clave: Justicia epistémica; conocimiento situado; neoextractivismo; antioquia; Colombia.

Movimentos sociais, conflitos ambientais e gênero na área rural de Macapá-AP

Ana Cristina de Paula Maués Soares
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Este trabalho é objeto de uma pesquisa no mundo da Política, usando referenciais da área das Ciências Sociais com ênfase conceitual da Sociologia, da Política e da Antropologia. O estudo examina as ações coletivas de mulheres de áreas rurais em relação aos recursos ambientais. O espaço objeto da pesquisa foi o distrito do Coração, localizado na capital do estado fronteiriço, o Amapá. A importância do trabalho está na intenção de contribuir para a análise sociológica e política desse fenômeno na área rural de Macapá-AP, tendo em vista que este espaço se destaca por apresentar pouca produção científica do conhecimento. O referencial teórico metodológico do presente estudo se apoiou em leituras sobre uma literatura em duas vertentes: uma que subsidiou o mapeamento econômico-político-social e ambiental do

coração, espaço da pesquisa empírica; a outra vertente bibliográfica deve apontar para as dimensões da movimentos sociais e gênero, aprimorando as categorias de análise, utilizando autores com: Scott (1992), Gohn (2006), Avelar (2006), Touraine (2007), dentre outros; além de pesquisa de campo no Coração em que foram aplicados formulários em 15 mulheres utilizada a técnica entrevistadas gravadas e observação direta. Os resultados apresentam uma breve caracterização do locus da observação; o perfil dos sujeitos da pesquisa, procurando desvendar quem são as mulheres que pertencentes aos espaços territoriais remanescentes de quilombo; e a motivação políticas quanto sua participação política. Conclui-se que a participação política das mulheres nos movimentos sociais, são múltiplas, não existindo uma motivação única; quanto às ações coletivas ou individual em relação à conservação aos recursos ambientais, em nenhuma das organizações estudadas, ela emergiu como motivação principal, mas se percebeu-se que o modo vida que envolve o cotidiano dos moradores do Coração, reflete práticas relacionadas ao meio ambiente natural.

Palavras-chave: Movimentos sociais; problemas ambientais; gênero.



Tema IV

Migraciones, desplazamientos forzados y despojo



Mesa I

Pespectivas teóricas para o estudo das migrações

Max André de Araújo Ferreira
Eric Gustavo Cardin
UNIOESTE

A maneira como é difundido o tema migração desperta uma angústia por grande parcela da sociedade na contemporaneidade. São inúmeros os comentários atribuídos para aqueles que deixam suas origens e partem para novos lugares em busca de uma vida mais confortável. O tema se faz presente nos noticiários, tomando o imaginário de parte dessa sociedade que não percebe a importância de discutir as abordagens inseridas nesse contexto e se deixam levar por comentários xenofóbicos. O tema em questão, também se faz presente em várias agendas que convergem no sentido de discutir essa demanda emergente. É preciso compreender que a migração é um ato condicionado ao ser humano desde o seu surgimento, o homem pode migrar sozinho, em pequenos grupos, ou até mesmo em comunidades. Em grande medida, tais características são definidas por uma busca de melhores condições de vida. O que se percebe até o momento, é que muitos autores, de várias áreas do conhecimento discutem o tema migração, sendo diversas as teorias que possuem pouca interação entre si, causando um conhecimento distorcido da realidade. É preciso compreender que existe uma grande demanda por informações e definições, uma vez que, são essas discussões que geram políticas públicas para a população no futuro. O que se percebe é que o termo ganha novos contextos, novos sentidos, aumentando ainda mais a lacuna teórica sobre o tema migração. Neste contexto, a pesquisa apresentada tem como objetivo categorizar as diversas possibilidades de mobilidade humana. Para tanto, desenvolvemos a análise por meio de uma revisão da literatura. Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se quanto aos fins, ao meio e aos métodos, respectivamente em histórico, teórico e dedutivo. As revisões bibliográfica e documental foram realizadas em livros, portais eletrônicos governamentais e não governamentais e sinalizaram para a existência de complexas perspectivas teóricas que estão inseridas em grandes blocos, todos com dinâmicas e características distintas.

Palavras-chave: Teoria social; migrações; fronteiras.

Movimentos Populacionais e Migrações – Um Projeto em Desenvolvimento

Lucilene Cury
Marina de Campos Pinheiro da Silveira
Maria Medeiros Palazzo Rolim
Universidade de São Paulo

No contexto da globalização contemporânea, o projeto “Movimentos Migratórios” vem estudando, anualmente, desde 2015, os fluxos humanos que se deslocam pela América Latina, pela América e Europa. O trabalho de pesquisa começou com estudantes de graduação interessados na Iniciação Científica, da área de comunicação e hoje, na sua quinta fase, congrega além desses estudantes, alunos de pós-graduação de diversas linhas de pesquisa, de modo interdisciplinar - professores e pesquisadores da Comunicação; do Direito e da Economia, que juntos, criaram o Grupo de Pesquisa CNPq – MEMI – Movimentos Econômicos & Migratórios – na Escola de Comunicações e Artes da USP. A 1ª fase do projeto, tratou do caso dos haitianos em São Paulo, imigrantes e refugiados que vieram para cá principalmente após o forte terremoto que abalou o país em 2011. Na segunda etapa, estudou os fluxos internacionais que abalaram a União Europeia, mais especificamente do povo sírio em sua caminhada rumo à Alemanha. De 2017 a 2018, o trabalho esteve voltado para a mobilidade urbana no Brasil pós-agravamento da crise político econômica na Venezuela. Neste ano de 2019, o interesse da pesquisa recaiu sobre a questão dos movimentos populacionais da América Central a caminho dos EUA, com a passagem conturbada e violenta em território mexicano, palco esse de catástrofes humanitárias. Importa visualizar esse cenário e analisar seus efeitos imediatos nas sociedades latino-americanas, a fim de apresentá-los às comunidades interessadas e, se possível, às autoridades responsáveis pelas políticas públicas internacionais, ainda que em nível de observações sociais e humanas. Ademais, o projeto intitulado “Culturas Imigrantes”, que se dedica a dialogar com a cultura dos haitianos em São Paulo, está sendo realizado desde março e, a partir do segundo semestre um novo estudo entrará em cena - “Intercâmbios Estudantis: uma experiência de brasileiros na Europa”- que busca analisar a hospitalidade/hostilidade, dentre outros pontos de interesse na relação entre os povos.

Palavras-chave: Movimentos populacionais; migrações; américa latina; cultura; acolhimento.

La migración internacional en México bajo el contexto del capitalismo en su fase globalizadora

Norma Fernanda Rivera Guerra
Universidad Interserrana del Estado de Puebla

El fenómeno de la migración internacional, se ha caracterizado en México por un creciente flujo de personas que salen cada año del país en busca de mejores oportunidades de vida y también como un país de tránsito donde los países principalmente Centroamericanos buscan las alternativas para poder llegar a Estados Unidos, sin embargo las condiciones a las que se enfrentan la población migrante han ido intensificándose aún más en las últimas décadas, favoreciendo con ello al gran capital en sus procesos productivos, ya que obtiene fuerza de trabajo en mayores condiciones de vulnerabilidad. Esto debería ser un tema prioritario de atender en la agenda del Estado mexicano, ya que ésta ha representado la vulnerabilidad de millones de trabajadores, los cuales ante la incapacidad de la política económica del gobierno, han recurrido como única alternativa al trabajo fuera del país, además de la violencia exacerbada con la que se acompaña el proceso migratorio y las condiciones actuales de militarización en la frontera Norte de México, todo esto van en contra de los derechos humanos de la población y también son un reflejo del funcionamiento del sistema capitalista en su conjunto.

Palabras-clave: Migración internacional; derechos humanos; capitalismo global; militarización.

Migración guatemalteca y sus efectos en el crecimiento económico de Chiapas: evidencia sobre convergencia regional (2009-2014)

Emmanuel Arrazola Ovando
Universidad del Mar, Campus Huatulco

Un tema estudiado, pero aún en un debate inconcluso en la literatura económica, es el relacionado con el impacto de la

migración internacional en la dinámica económica del país receptor. El objetivo de esta investigación es relacionar el efecto de la migración internacional con el crecimiento económico, lo novedoso del enfoque, es que, buscar dimensionar efectos en dos direcciones los posibles en las comunidades de origen en Guatemala y los lugares de destino en Chiapas. El método utilizado es el estudiado por Baumol (1986) y Barro y Sala-i-Martin (1992) sobre convergencia en diferentes países industrializados, si existe convergencia regional nuestro parámetro estimado será de menos uno (-1), la convergencia sería perfecta; por el contrario, si nuestro valor estimado fuera de cero, no existiría convergencia. La fuente de información es la proporcionada por el Banco Central de Guatemala (BCG), Instituto de Estadística de Guatemala (INEG), Censos Económicos (CE), Censos de Población y Vivienda (INEGI), Encuesta de migración en la Frontera Sur de México (Emif - Guamex). Las variables de control son las tasas de crecimiento de la migración en la región (los provenientes de Guatemala vía terrestre hacia México que duran más de un día en la zona) y el PIB per cápita.

Palabras-clave: crecimiento económico; convergencia; migración; mercado de trabajo.

A integração econômica das mulheres imigrantes no Brasil

Elenice Carine Holand
UERGS

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de integração econômica dos fluxos migratórios a partir do recorte de gênero sob a perspectiva dos direitos sociais. Para tanto procede-se à pesquisa explicativa, metodologia bibliográfica investigativa, de delineamento documental em 3 bases de dados: Relação Anual de Informações sociais (RAIS), os registros da Coordenação Geral de Imigração/Conselho Nacional de Imigração (CGI/CNIg) e o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que perpassará a análise dialética. O estudo, portanto, justifica-se da necessidade de refletir e preencher a lacuna sobre migração feminina e mercado de trabalho na contemporaneidade, em dado contexto histórico com vistas aos direitos sociais.

Palavras-chave: direitos sociais; gênero; imigração; integração econômica.



Mesa II

Cadeia Global de Cuidados: uma análise teórica para pensar a dinâmica de migração feminina na fronteira de Foz do Iguaçu/BR e Ciudad del Este/PY

Manoela Marli Jaqueira
Puc-Rio/Cesufoz/Fafig

Os processos de migrações sempre estiveram presentes em diversos períodos da história, se deslocando por sua própria vontade ou involuntariamente, no entanto, atualmente estes têm se tornado o assunto de importantes debates, devido às consequências geradas pelo aumento da mobilidade migratória, impactos na dinâmica econômica, social e cultural dos países que recebem os migrantes, e a importância que o processo de migração tem tomado nas agendas dos Estados. A presente proposta de trabalho tem como objetivo fazer uma análise introdutória das teorias da cadeia global de cuidados (ANDERSEN, 2011; HOCHSCHILD, 2000; SASSEN, 2003) a categoria de trabalho para cuidado está em construção social a partir das práticas cotidianas, e surge como uma categoria de análise complexa voltada a atividade que atua nas necessidades de cuidados e bem estar e podem ser remunerados ou não, com contrato ou sem contrato de trabalhos realizados no âmbito doméstico ou não, em um país ou em vários países (transnacionalidade) dependendo da dinâmica regional (TORRALBO, 2016). Desta forma com ênfase no fenômeno da feminização das migrações, dinâmica em que coloca as mulheres migrantes, no presente caso, na área de cuidados, em uma categoria de maior vulnerabilidade, pois estas estão sujeitas a dinâmica interna (diretrizes e normas) de cada país, que a partir de uma ética-política, traçam diretrizes e políticas públicas que muitas vezes se afastam da retórica universalista dos direitos humanos e evidencia, o lugar de maior vulnerabilidade que estas mulheres migrantes ocupam. A justificativa apresenta-se a partir da constatação a partir da análise de dados da Casa do Migrante, instituição localizada em Foz do Iguaçu/BR, cidade que faz fronteira com Ciudad del Este/PY, onde identificou-se que dos migrantes e refugiados que buscam auxílio nesta instituição, a maioria é composta por migrantes paraguaios. Desta forma, procura-se realizar um debate teórico acerca da cadeia global de cuidados e o processo que leva a estas trabalhadoras ocuparem um lugar de maior vulnerabilidade no processo migratório, a fim de que em futuras pesquisas, possa se realizar o estudo da condição social e jurídica destas mulheres paraguaias que migram para Foz do Iguaçu para trabalhar no setor de cuidados.

Palavras-chave: Migração; cadeia global de cuidados; feminização da migração.

Imigração Haitiana no Brasil: uma análise interdisciplinar sobre as relações de trabalho e inserção social no contexto da Globalização

Pedro Henrique Rodrigues Rauber
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Este trabalho tem como objetivo compreender o fenômeno migratório dos haitianos para o Brasil a partir de 2011 e suas relações com o trabalho em zonas de fronteira no contexto da Globalização neoliberal excludente, tendo como ponto de articulação o que determina o artigo 5º da Constituição brasileira de 1988, que visa garantir a prevalência dos direitos humanos “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança”. Embora já houvesse incipientes fluxos migratórios de haitianos no Brasil antes desse período em busca, principalmente de qualificação educacional. É a partir dos efeitos gerados pelo abalo sísmico de 2010 que vitimou milhares de haitianos e os expôs à situação de extrema vulnerabilidade que o fluxo migratório aumentou e passou a provocar efeitos que precisam ser estudados e compreendidos de forma mais ampla e profunda. Entendendo que o Direito pode servir como um poderoso instrumento emancipatório e contra-hegemônico à “jaula de aço” da lógica binária da política neoliberal, pretendemos avaliar com entrevistas semiestruturadas não apenas a eficácia jurídica da legislação social que trata sobre a política migratória em sintonia com os tratados e convenções internacionais referentes aos Direitos Humanos e analisar se a política migratória brasileira que se apresenta supostamente acolhedora e inclusiva é suficiente e eficiente para assegurar acolhimento e inclusão aos haitianos que vivem em Dourados – MS. Buscaremos também analisar a política migratória brasileira tendo como parâmetro os tratados e convenções internacionais na garantia, ou não, de acesso ao exercício dos direitos fundamentais. Ademais, realizarei inicialmente visitas aos locais de encontro e convívio social de haitianos que vivem em Dourados para compreender de que forma e em que condições estão os imigrantes inseridos no mercado de trabalho, levando em consideração o viés empresarial que vem sendo introduzido de forma contínua na legislação trabalhista no cenário atual. Espero que os dados da pesquisa possibilitem construir diálogos interdisciplinares envolvendo as relações internacionais, direitos humanos e fronteiras entre a inclusão/exclusão social.

Palavras-chave: Imigração haitiana; globalização; refugiados; inserção social.

Imigração, fronteiras e as relações dos Estados Unidos com a América Central: um olhar sobre os recentes fluxos migratórios no século XXI

Renata Peixoto de Oliveira

Stephany Escobar

Universidade da Integração Latino Americana (UNILA)

As imigrações são ponto fundamental para se entender a dinâmica da política doméstica dos países do norte, suas políticas fronteiriças e as relações estabelecidas com países vizinhos ou cercanos. Na atualidade, o fenômeno migratório também está no cerne da grave crise humanitária que tomou proporções mundiais, nos últimos anos. Neste trabalho, o objetivo central é tratar esta problemática, inicialmente, destacando sua relevância para os estudos na área de Relações Internacionais, para, em seguida, nos atermos ao peso desta questão para a política dos Estados Unidos da América ao longo de diferentes administrações. Em especial, estaremos atentas ao fenômeno migratório oriundo da América Central, tomando antes o cuidado de tecer seus condicionantes e antecedentes responsáveis pelo elevado e crescente número de imigrantes ilegais que percorrem toda a região até alcançar o solo americano. Recentemente polêmicas em torno das caravanas de migrantes, o Temporary Protect Status (TPS) concedido pelo governo dos EUA e até mesmo as discussões em torno da construção de um muro que separe o México dos EUA, deram a tônica do debate em nosso hemisfério. Tomando-se estas questões em consideração, as reflexões aqui propostas pretendem avançar no sentido de compreender as diferenças entre distintas agendas de governo por parte dos EUA e como isto vem impactando as relações dos Estados Unidos com os países da América Central.

Palavras-chave: Imigração ilegal; estados unidos; américa central; fronteiras; caravanas.

Voces de derechos de los pueblos originarios migrantes: experiencias de la Consulta Pública en la Sierra Norte de Puebla

Edilma de Jesus Desidério
Universidad Intercultural del Estado de Puebla

Los procesos migratorios procedentes de pueblos originarios en las últimas décadas a menudo son impulsados por razones de despojo y falta de oportunidades de empleo en el campo. Pero también, por el empuje de la catástrofe que dejó el TLCAN en los territorios rurales, las bajas en las políticas de fomento al campo, el exterminio de la comunidad agraria y la cultura campesina. El cambio de uso de suelo y el despojo para beneficio de la industria de minería en territorios de pueblos originarios son factores de impulso a procesos migratorios internos e internacionales con efectos inmediatos de aumento de la pobreza y determinantes para la desaparición de voces de resistencia y reclamo de derechos. En la sierra norte de Puebla, las poblaciones migrantes, además de la invisibilidad en las estadísticas migratorias, cuando se trata de migrantes hablantes de lengua originaria, no les han considerado en las políticas migratorias y mucho menos en las políticas laborales; un hecho que se refleja en la ausencia de cifras sobre estos trabajadores. Tal es el caso de las desapariciones de jornaleros migrantes que se destinan a los campos de las fronteras e igualmente los que ingresan a Estados Unidos que tan poco habría información sobre las condiciones y situaciones adversas que enfrentan por ser migrante indígena. El actual momento político pone en la agenda gubernamental el tema que vincula Migración indígena, jornaleros agrícolas y población indígena en contextos urbanos y transfronterizos, a través de un mecanismo de consulta libre, previa e informada que busque articular propuestas de reforma constitucional y legal sobre los derechos de estos pueblos indígenas. Esta reflexión tiene como objetivo traer a la mesa la experiencia de la iniciativa realizada con la presencia de actores sociales en distintas escalas gubernamental y no gubernamental, analizando el caso en la sierra norte de Puebla. Los marcos teóricos y metodológicos se fundamentan en el razonamiento crítico transductivo para alcanzar el entendimiento sobre las implicaciones de esta forma de gubernamentalidad e intencionalidad como proyecto.

Palabras-clave: Migración; pueblos originarios; jornaleros agrícolas; derechos humanos; consulta pública; Puebla.



Mesa III

Identidade e direitos: a migração em situação de vulnerabilidade e o acesso a serviços fundamentais

Paola Bernardon Bello
Maria Elena Pires Santos
Unioeste

Hoje, de cada 100 pessoas em todo o mundo, ao menos três vivem em países diferentes daqueles de nascimento, segundo a Organização Internacional para as Migrações. A maioria dessas pessoas migra em busca de melhores condições de trabalho e renda, e grande parte deixa o país de origem em situação de vulnerabilidades em diferentes esferas. Nessa busca por sobrevivência e por dignidade, os acessos a serviços de direitos básicos, como educação, saúde e trabalho, acabam negligenciados. Pesquisas recentes de diferentes fontes apontam para a dificuldade enfrentada por venezuelanos e venezuelanas que chegaram ao Brasil a partir de 2015 e que moram em Roraima. Além da discriminação e da insegurança, é apontada a ineficiência nas mensagens e informações disseminadas, inclusive por órgãos oficiais, sobre os direitos que migrantes possuem no novo país. A falta de assertividade na disseminação de informações sobre direitos, serviços e meios de acessá-los pode acontecer por duas vias. A primeira é por parte de profissionais que trabalham no atendimento direto a esse contingente sem conhecer as leis e convenções vigentes no Brasil com respeito a migrantes e refugiados. A segunda é a falta de informação por parte das pessoas migrantes, tanto pela barreira linguística no novo país, quanto pela falta de conhecimento sobre os direitos que possuem. Nesse sentido, esta comunicação busca refletir sobre os conceitos de identidade e de que forma diferentes olhares podem ser um limitador no acesso a esses direitos básicos. Em um primeiro momento, reflete sobre essa identidade e esses olhares da população local – tanto a sociedade que convive diretamente com venezuelanos e venezuelanas quanto profissionais que trabalham em serviços relacionados a esses direitos básicos. Em um segundo momento, reflete também sobre de migrantes frente à própria situação em novo território e de que forma essa concepção pode ser um limitador de acesso a direitos.

Palavras-chave: Migração; identidade; direitos.

Circuito imigrante: uma experiência sobre fronteiras e fluxos migratórios internacionais

Marco Aurélio Machado de Oliveira
Caroline Mendes Leandro Farias
UFMS, Brasil

Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil, localizada na fronteira com a Bolívia, é uma cidade com um longo histórico de migrações internacionais. Isso pode ser exemplificado a partir de dados relativos a ano de 1910, quando a cidade contava com mais de 20 nacionalidades, e população de 6 mil habitantes. Mesmo tendo experimentado diversos fluxos de migrantes internacionais, em 2018, Corumbá se deparou com um surpreendente fluxo de haitianos, que adentraram o Brasil através daquela fronteira, advindos, principalmente, do Chile. Esse processo trouxe diversas novidades para seus administradores e população em geral. Com esse intenso fluxo, chegando próximo de mil/mês, as vulnerabilidades administrativas do município ficaram aparentes. Uma das possibilidades para mitigar os efeitos trazidos pelas esferas políticas e administrativas foi aplicada por parcela da população que abriu portas de residências e hotéis abrigando haitianos que estavam em condições indignas pelas ruas da cidade. Na ocasião, o Circuito Imigrante, coletivo que é formado por diversos segmentos sociais e administrativos que atuam com o migrante internacional em Corumbá, trabalhou em duas frentes. Na primeira, buscando politizar os problemas administrativos, compôs o Comitê Municipal de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida (COMAIRA), onde criou metodologias de captura de informações e mapeamento de rotas e lugares de abrigo. Na segunda, passou a desenvolver capacitações de funcionários de órgãos, notadamente das esferas municipais, para melhor atender esses migrantes. Objetivo: Este trabalho tem como objetivo realizar uma leitura crítica a respeito da atuação do Circuito Imigrante, explanando as práticas e seus resultados evidenciados no ano de 2018, a partir do fluxo migratório de haitianos na cidade de Corumbá – MS. Metodologia: Este é um estudo de caso, baseado nas vivências dos autores nos mencionados episódios, onde trabalharemos com fontes documentais nos acervos disponíveis, bem como através de capturas de entrevistas com personagens centrais. Resultados: Como resultado da pesquisa, diante da conectividade dos diversos atores que integram o Circuito Imigrante, e de sua interdisciplinaridade, que seus alcances foram alargados a partir da experiência de 2018, tanto no sentido funcional, quanto no desenvolvimento de metodologias para melhor aferir a realidade migratória em fronteira.

Palavras-chave: Imigrante; corumbá; acolhimento; coletivo.

Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração forçada e a política de inclusão nas universidades brasileiras

Alisson Vinicius Silva Ferreira
Mariá Boeira Lodetti
Lucienne Martins Borges
UNILA/UFSC

A imigração forçada ocorre quando o sujeito se vê diante de condições de existência ameaçadas. De forma geral, ela acontece mediante crises humanitárias, guerras, desastres ambientais, perseguições políticas, religiosas, de gênero, etc. O sujeito se vê obrigado a abandonar sua casa, sua cidade e mesmo seu país de forma pouco ou nada planejada e com pouca ou nenhuma possibilidade de retorno. Outra característica central neste tipo de imigração é a exposição à violência do desraizamento e a força traumática de quem teve que romper bruscamente seu projeto de vida em prol da própria sobrevivência e da dignidade humana. Carreiras são interrompidas, projetos de vida e sonhos passam a ser incertos e o desamparo passa a ser uma constante. Entre as principais possibilidades de integração social e de reconfiguração do projeto de vida do imigrante encontram-se o mundo do trabalho e o acesso à educação. Segundo a nova lei da imigração, o estado brasileiro deve promover o reconhecimento acadêmico e o exercício profissional nos termos da lei e garantir o direito à educação pública. Diante do exposto, este estudo teve como objetivo analisar os impactos psicológicos da imigração forçada em sujeitos oriundos de três países afetados por crises ambientais, políticas, humanitárias e econômicas - Haiti, Venezuela e Síria - e cujos projetos de vida acadêmica passaram a ser vislumbrados assim que chegaram ao Brasil. Assim, foram realizadas entrevistas com cinco imigrantes forçados que adentraram na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e com cinco refugiados sírios que procuravam reiniciar seus estudos ou estavam em busca de validar seus diplomas na cidade de Florianópolis. Na coleta de dados da pesquisa, utilizou-se formulário sociodemográfico intercultural para obter um perfil dos participantes e entrevista semi-estruturada, as quais foram analisadas via técnica de análise de conteúdo. Por fim, este estudo apresenta ainda um levantamento sobre as universidades brasileiras que criaram políticas de inclusão/ações afirmativas para imigrantes forçados.

Palavras chave: Refúgio; crise humanitária; universidade; ações afirmativas.

Relações entre resiliência e refúgio: uma revisão sistemática

Letícia Müller Haas

Rodrigo Trapp

Nina de Freitas

Xavier Reckziegel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Consideram-se refugiados pessoas que necessitam ou desejam deixar o país de origem devido a um fundamentado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou opiniões políticas. A categoria de refugiado emerge quando seu país de origem ameaça violar os direitos de seus habitantes, ou de fato viola ou, ainda, mostra-se incapaz de proteger tais direitos. Pesquisas com refugiados têm enfatizado o processo de resiliência, conceito que varia entre pesquisadores de diferentes continentes e embasamentos teóricos, mas que pode ser definido como um fenômeno de resistência ao estresse ou como processo de adaptação positiva frente ao trauma, tragédia ou estresse significativo. O estudo deste construto é particularmente relevante para a população de refugiados, haja vista que a situação de refúgio ocorre em resposta a possíveis fontes de adversidade, como a violação de direitos, perseguição e conflitos armados. Além disso, a análise da relação entre o conceito de resiliência e refúgio pode trazer uma perspectiva mais integrativa e contextual, onde desfechos positivos e de crescimento pessoal são possíveis, desvinculando a figura do refugiado como a de um sujeito apenas em situação de risco. O objetivo do estudo é relatar os resultados de uma revisão sistemática da literatura acerca da relação entre resiliência e a população de refugiados e de que forma o processo de resiliência influencia os desfechos de migração forçada. Também se buscará verificar quais metodologias e instrumentos foram utilizados pelos pesquisadores para a avaliação da resiliência em refugiados. Serão considerados para esta revisão apenas artigos em português, inglês e espanhol, encontrados nas bases de dados Scielo, BVSsalud, PsycINFO e PubMed, no período de 2008 a 2019. Os descritores utilizados serão: “Resiliência Psicológica”, “Refúgio” e “Refugiados”, bem como os termos equivalentes em inglês e espanhol. Espera-se que os resultados obtidos sejam úteis para compreensão do conceito de resiliência e do processo de refúgio, colaborando assim para o avanço da área e promovendo possíveis intervenções à população de refugiados.

Palavras-chave: Resiliência; refúgio; refugiados; migração.



Mesa IV

O campo de poder do comércio formiga fronteiriço na fronteira Venezuela/Brasil

Max André de Araújo Ferreira
Elói Martins Senhoras
UNIOESTE

A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma análise do campo de poder do comércio formiga fronteiriço na fronteira Venezuela/Brasil. Tal estudo torna-se necessário uma vez que nessas cidades acontece o fenômeno do comércio formiga fronteiriço. A ideia desenvolvida aqui é aprofundar os estudos nos contentores e difusores do comércio formiga fronteiriço. Partimos do ponto de que será necessário fazer um estudo nos atores contentores do comércio formiga fronteiriço da Venezuela e do Brasil conforme sua competência. Neste sentido a sua natureza delimita a ação diante do espaço geográfico, sendo determinada como contentores de fiscalização e segurança. Em seguida é oportuno fazer uma análise dos stakeholders com a atuação dos sistemas de fixos e fluxos que se materializará por um campo de forças antagônicas de difusores e contentores no mesmo espaço geográfico. Essa ideia é abordada com elementos microfijos (contentores) e macrofijos (difusores) sendo esses responsáveis pela dinâmica naquele espaço geográfico fronteiriço. Outra ideia abordada será um estudo do sistema de comércio na cidade de Boa Vista, Capital de Roraima. De acordo com a dinâmica imposta pelos macrofijos o sistema comercial se modifica, atraindo investimentos econômicos para a população dessa cidade, transformando com isso a economia e a dinâmica de mercado locais. O texto terá como objeto de estudo a participação dos contentores e os difusores do comércio formiga nos microcentros comerciais na cidade de Boa Vista. Especialmente nas feiras livres da capital, sendo esses os principais microcentros que revendem os produtos de necessidade básica oriundos da Venezuela. Finalizaremos a pesquisa com o comércio formiga fronteiriço através dos aplicativos de celulares e nas redes sociais. Nesses meios são encontrados grupos que negociam diversos produtos de necessidade básica. Organizados com serviço de disque entrega, sendo que esses difusores escoam suas mercadorias utilizando-se da modalidade de comércio formiga fronteiriço aparentemente legal. Para tanto, desenvolvemos a análise por meio de uma revisão da literatura. Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se quanto aos fins, ao meio e aos métodos, respectivamente em histórico, teórico e dedutivo. As revisões bibliográfica e documental foram realizadas em livros,

portais eletrônicos governamentais e não governamentais e sinalizaram para a existência de complexas perspectivas teóricas que estão inseridas em grandes blocos, todos com dinâmicas e características distintas.

Palavras-chave: Comércio formiga fronteira; contentores; difusores.

Presos y exiliados políticos: principales manifestaciones de violación a los derechos humanos por el gobierno de José Daniel Ortega Saavedra, ante descontento planteado por algunos ciudadanos de Nicaragua, Abril 2018

Guisselle Alvarado Martínez
Alex Dávila Romero
Universidad Nacional de Costa Rica

El 18 de abril de 2018, en las calles nicaragüenses, se presentó una manifestación pública por algunos ciudadanos descontentos, principalmente estudiantes y pensionados, con las actuaciones del presidente José Daniel Ortega Saavedra, líder del partido Frente Sandinista de Liberación Nacional, cuya estadía en la casa presidencial se ha prolongado por dos periodos completos (1979 y 1990) y desde el año 2007 hasta la fecha, para un total de 24 años en el gobierno, con miras a una continuidad dictatorial, generando una rebelión cívica, que culmina en una crisis política y social nacional, dejando durante 13 meses, más de 320 muertos. Inicialmente, la insatisfacción se produce en pequeños grupos aislados, al llegar a las calles a comunicar su situación particular, al considerar un atropello contra sus derechos fundamentales como ciudadanos, a los que posteriormente se les incorporan los padres de familia y, luego, la población civil, realizando una ola de protestas, la que recibió amenazas por parte del gobierno e, incluso, respuesta armada. Dentro de las diversas situaciones vividas por los pobladores, se encuentra bloqueos en las principales calles del país, generando el no paso de las mercancías que viajan por ambas fronteras, saqueos a comercios, incendios a casas y establecimientos, incluso, al Mercado de Artesanías de Masaya y establecimientos de la ciudad colonial de Granada, considerados patrimonio nacional, con resultados negativos, dando como resultado pérdidas millonarias, para el segundo país más pobre del

continente americano. Ante la posibilidad de comunicación nacional e internacionales, abogados, periodistas, estudiantes y civiles, fueron detenidos, por lo que más de un centenar de personas son encarceladas por el gobierno, por alentar negativamente a la población, argumentando que la incitan a una conspiración, para darle golpe de Estado al presidente Ortega, con respaldo del gobierno estadounidense. Dentro de estos presos políticos se encuentra la periodista nicaragüense-costarricense Lucía Pineda Ubau, desde el 21 de diciembre de 2018 y Miguel Mora Barberena, director del canal televisivo 100% Noticias. Esta situación obligó a otros comunicadores y civiles, a huir de su propio país y a solicitar asilo político en otros países, viéndose obligados a salir del país, por tierra, a Costa Rica y El Salvador; por aire a Estados Unidos, tal es el caso del periodista Carlos Fernando Chamorro, ganador del prestigioso premio María Moors Cabot y del premio a la Libertad de Expresión en Iberoamérica, quien se instaló en nuestro país en enero del 2019, luego de que las instalaciones de los medios que dirigía fueron ocupadas por la policía nicaragüense. La salida de estas personas y otros ciudadanos, que buscan ofrecer una mejor información a la ciudadanía, expresando los acontecimientos que en ese país se suscitan, se realiza en condiciones abruptas, inadecuadas, repentinas e ilegales, situación que repercute en las relaciones diplomáticas con los países vecinos, incluso, con el gobierno estadounidense y las manifestaciones de repudio del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas.

Palabras-clave: Presos políticos; exiliados; derechos humanos; libertad de expresión.

“Aunque sol@s y tristes, tendremos una mejor vida”: Migraciones y vulnerabilidades a la infección por el VIH en el corredor mesoamericano

John Harold Estrada Montoya
Ivonne Maritza Callejas-Basto
Universidad Nacional de Colombia

Desde el inicio de la pandemia de VIH/SIDA, se la ha asociado con las migraciones y aunque éstas por sí mismas no determinan el riesgo para la transmisión, los contextos socio-económicos neoliberales imperantes en los países de origen, la precariedad de recursos monetarios, culturales y jurídico-legales, la falta de trabajo remunerado, el monolingüismo hispano-

hablante, así como la violencia física y de género experimentada por l@s migrantes y los tipos de interacciones sociales que ocurren en los lugares en donde se dan las migraciones, en este caso en los países del corredor mesoamericano hacia los Estados Unidos, se configuran como determinantes de mayor vulnerabilidad ante la infección. El sexo de supervivencia puede constituir el principal recurso para negociar el tránsito hacia y en el lugar de destino, lo cual junto con el consumo de alcohol y de drogas, el aumento de parejas sexuales, un ambiente más abierto hacia prácticas sexuales diversas en los sitios de destino y bajo conocimiento de medidas de prevención, favorece las prácticas sexuales desprotegidas y el riesgo de infección y transmisión del VIH. La configuración de la violencia sexual sobre l@s migrantes es compleja, toda vez que prevalece un marco patriarcal que normaliza la violación a los derechos sexuales y reproductivos, particularmente de las mujeres (cis/transgénero) y de los hombres que tienen sexo con hombres. El VIH se redimensiona por la migración, ya que agudiza la vulnerabilidad social de quienes se van al llegar al lugar de destino y de sus parejas que esperan en las comunidades de origen. Divers@s autor@s reconocen que la migración genera beneficios económicos para las personas y los países, representando las remesas desde U.S.A. hacia los países de origen hasta el 20% del P.I.B. (ej: Guatemala). Estos “beneficios económicos” contrastan con la soledad, aislamiento, marginación y violación de derechos humanos y civiles que experimentan la mayoría de migrantes, especialmente l@s indocumentad@s. La migración es mucho más que un fenómeno con impacto económico por lo que proponemos fortalecer políticas de derecho a la migración, libre circulación y asilo, así como campañas educativas permanentes (generales y específicas) con información suficiente y apropiada culturalmente a las características de l@s migrantes y sus familias.

Palavras-chave: Infección por el VIH; migraciones; derechos sociales; mesoamérica; neoliberalismo; fronteras.

A integração social dos migrantes vulneráveis por meio dos arranjos institucionais advindos dos objetivos para o desenvolvimento sustentável: o caso Sul-Mato-Grossense

Francielle Vascotto Folle
César Augusto Silva da Silva
Universidade Federal da Grande Dourados

Os grandes fluxos migratórios e a crise humanitária migratória, tem colocado nas pautas de discussão dos Estados a necessidade promoverem a integração social de migrantes vulneráveis, e a existência da construção de um espaço supralocal de articulação socioproductiva e das estratégias de desenvolvimento dos Estados signatários para a realização da integração através do cumprimento dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial os ODS1, 8, 10 e 16 que são : acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos, reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles e promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, respectivamente. Nesse sentido, para a realização desses objetivos se faz necessário observar a mutação do sistema de globalização, analisando os aspectos regionais que possibilitam a efetividade, neste caso, analisando os aspectos sul-mato-grossenses por meio de documentos legais e obras bibliográficas que apresentam a realidade do Estado do Mato Grosso do Sul para demonstrar a possibilidade da promoção da integração local dos migrantes vulneráveis, em especial estudando os migrantes paraguaios e venezuelanos. Com a análise dos textos de Hannah Arendt, demonstrando que através da integração social dos migrantes vulneráveis é possível estabelecer estratégias de desenvolvimento humano e social e econômico que leva em consideração a realidade e situação migratória que os envolvem que são complexas e na maioria das vezes lhe causam desconforto, porque deslocar-se de sua terra natal consiste em deixar para trás toda uma vida, incluindo amigos e familiares, a profissão, ritos culturais e a língua mãe, o que causa um abalo emocional ao refugiado que dispõe de proteção internacional especial e a necessidade de apoio administrativo que deve ser prestado pelo Estado que os recebem. O presente resumo, consiste em uma pesquisa interdisciplinar, sob a ótica das Relações Internacionais e do Direito, com a abordagem hipotético-dedutiva através da análise bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Migrantes vulneráveis; integração local; ODS; globalização.

A Diáspora Venezuela para o Brasil: a experiência do Projeto Acolhida de Dourados - MS

João Lucas Zanoni da Silva
César Augusto Silva da Silva
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

A Venezuela tem vivenciado uma severa crise humanitária que se agrava diariamente e, devido isso, os nacionais venezuelanos tem se deslocado forçadamente para outros Estados do continente americano em busca de melhores condições de sobrevivência. A partir de 2015 o ingresso e permanência desses indivíduos no território brasileiro começou a ter expressividade, notadamente pela fronteira seca existente entre os municípios de Pacaraima (BR) e de Santa Helena do Uiarén (VE). No final de 2016, com a piora dessa crise o número de venezuelanos que começaram a permanecer nos municípios de Pacaraima e de Boa Vista aumentou, impactando a prestação dos serviços públicos de saúde e educação ineficientes e deficitários de tais localidades. Embora a autoridade governamental roraimense tenha decretado, em dezembro de 2017, um estado de emergência social, a União passou a intervir na situação somente a partir de 2018, após a publicação das Medidas Provisórias nº 820/18, 823/18 e do Decreto nº 9.286/18 e do início da Operação Acolhida Humanitária, coordenada e pelo Exército Brasileiro em conjunto com organizações internacionais, nacionais, órgãos federais e com a sociedade civil. Além do fornecimento de abrigos, alimentação, atendimento médico, imunização e regularização migratória, a partir de abril de 2018, tal operação, sob a égide da Casa Civil da Presidência da República, deu início ao processo de interiorização voluntária dos nacionais venezuelanos para outros estados federativos, totalizando até o início de março de 2019 5.250 indivíduos interiorizados, dentre os quais 227 foram interiorizados no município de Dourados – MS. Neste sentido, este estudo objetiva analisar e descrever a implementação do processo de interiorização dos nacionais venezuelanos para os distintos estados federativos brasileiros, com destaque para o estudo de caso daqueles interiorizados em Dourados – MS. Para tanto, utiliza-se o método dedutivo, em uma abordagem qualitativa e quantitativa em uma pesquisa de referencial bibliográfico e documental. Por fim, assevera-se a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas migratórias nos três níveis federativos com a participação dos próprios migrantes, além da capacitação dos atores locais governamentais e da abertura de espaço para o diálogo entre os governantes e os representantes da sociedade civil organizada.

Palavras-chave: Migrantes venezuelanos; operação acolhida; interiorização; projeto acolhida.



Mesa V

Proposta de atuação no combate a exploração sexual e tráfico de drogas que leva a drogadição e tráfico de pessoas: uma necessidade na atenção primária de saúde

José Alexsandro de Araújo Nascimento

Mirian Caroline Pereira

Sara Caldart Lupatini

Universidade da Integração Latino Americana (UNILA)

O objetivo foi descrever uma proposta de assistência na rede básica de saúde contra exploração sexual, tráfico de drogas e de pessoas, a ser executada pelos residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da UNILA. MÉTODOS: A contextualização da proposta foi realizada através de um embasamento teórico, buscando articular-se com as Políticas de Saúde, especialmente por alinhar-se com as diretrizes e normas propostas pelo Ministério da Saúde através da Política Nacional de Atenção Básica. RESULTADOS: A proposta de assistência na rede básica de saúde contra exploração sexual, tráfico de drogas e de pessoas articula-se com as Políticas de Saúde especialmente por alinhar-se com as diretrizes e normas propostas pelo Ministério da Saúde através da “Política Nacional de Atenção Básica”, que tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica. A qualificação da Saúde da Família depende diretamente da formação de recursos humanos preparados para o efetivo desempenho dessa estratégia de atenção à saúde, sendo os Programas de Residência Multiprofissional um dos caminhos mais transformadores para uma adequada prática profissional. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O foco das propostas é voltado para prevenção e proteção, com ações pertinentes a possíveis problemas locais e que, elas possam ser continuadas pelos profissionais que atuam na rede, para que não se perca o vínculo com as pessoas participantes. Sabe-se que o profissional residente tem papel de instrumentalizar o serviço através da educação permanente em saúde, através de estratégias pedagógicas e metodologias ativas, sendo estas articuladas ao cenário de aprendizagem caracterizado por uma região de saúde de tríplice fronteira, no qual, esse profissional precisa ter conhecimentos, habilidades e atitudes, para atuar na perspectiva do cuidado integral à saúde nos diferentes ciclos de vida familiar. Assim sendo, espera-se que propostas consigam colaborar no combate à exploração sexual e tráfico de drogas que leva a drogadição e tráfico de pessoas na região da tríplice fronteira.

Criminalização da Migração: Uma análise da vulnerabilidade dos migrantes e o tráfico de pessoas

Thaís Gimenes

Manoela Marli Jaqueira

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

A presente pesquisa tem por objetivo estudar o Tráfico de Pessoas a partir da mobilidade humana (migração), tendo em vista a vulnerabilidade desta categoria. A definição estrita de Tráfico de Pessoas segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no Protocolo de Palermo (2003) é “recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração”. Nota-se, que este crime tem seu foco essencialmente voltado para a vulnerabilidade apresentada pela situação de invisibilidade destes grupos de pessoas que necessitam migrar em busca de melhores condições de vida. Os traficantes se alimentam da incerteza e do desespero dos refugiados e migrantes. Essas pessoas que passam por necessidade e estão sem apoio, mesmo que por pouco tempo, são vistas como alvos fáceis destes criminosos, que tiram vantagens da miséria alheia para obtenção de lucro. O tráfico de pessoas tem vários fins, tais quais exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos, servidão, prostituição e entre outras formas de exploração. As crianças e mulheres, especialmente de regiões mais pobres do Brasil, ou vindas de outros países em situação de crise, casos muito comuns em todo o mundo, por serem vistos como os mais frágeis e mais expostos, perante essas situações, são os mais visados pelos traficantes. Essas pessoas extremamente vulneráveis, além de todas as dificuldades que passam nessa situação, não conseguem se desvencilhar dessa situação por vários fatores, dentre eles, o desconhecimento da lei, da língua falada, falta de documentos ou lugares que assegurem seus direitos. Dentro dessa perspectiva, várias organizações mundiais estão trabalhando em soluções a curto e longo prazo para inibir essa situação, tema que também será abordado nesta produção científica. A presente pesquisa será desenvolvida a partir do método dedutivo, com revisão bibliográfica e análise de documentos.

Palavras-chave: Migração; tráfico de pessoas; vulnerabilidade.

Fronteira Brasil-Bolívia: Dumping social e tráfico de pessoas no século XXI

Vanessa Vieira Kunitaki
UFGD

Prática cada vez mais utilizada na cadeia produtiva de grandes empresas que buscam o enfraquecimento da concorrência e a expansão de mercados, o dumping social abrange situações nas quais há uma competição desleal baseada no barateamento do custo com mão de obra, que se utiliza de meios como o não pagamento de horas extras, o pagamento de salários “por fora”, a contratação de trabalhadores sem qualquer vínculo de emprego, o não recolhimento de obrigações fiscais e previdenciárias, mitigações de direitos laborais, além dos baixos salários. Das consequências dessa realidade de supressão de direitos sociais e violação de direitos humanos surge o que diversos autores e o próprio governo brasileiro denominam como escravidão contemporânea. Situações em que seres humanos são reduzidos a condições análogas às de escravos. No contexto sul-americano, um exemplo a ser destacado é o tráfico de bolivianos para a metrópole brasileira de São Paulo com a finalidade de alimentar essa massa de mão de obra barata. Trata-se de um contingente originário, sobretudo, da região de El Alto (nos Andes), cujo perfil sociocultural, histórico e econômico, ainda enraizado no sistema de reciprocidade comunal, é atrativo principalmente para a indústria têxtil instalada em São Paulo. Esse setor produtivo e suas oficinas terceirizadas têm sido foco de resgates de trabalhadores imigrantes, aprisionados pela dívida e pela retenção de documentos. Os impactos do tráfico de pessoas também repercutem na fronteira Brasil-Bolívia, tendo maior visibilidade nas cidades gêmeas. Nesse sentido, o presente trabalho traz uma análise da situação da comunidade boliviana vítima e algoz do sistema de aliciamento em questão. A pesquisa tem como recorte espacial as cidades fronteiriças de Corumbá (BR) Ladário (BR), Puerto Quijarro (BO) e Puerto Suárez (BO). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sob a ótica do Direito e das Relações Internacionais, pautada em análise bibliográfica e enriquecida com cartografia temática.

Palavras-chave: Fronteira; dumping social; Brasil; Bolívia; tráfico de pessoas.

Hacia una política pública regional: trata de menores migrantes

Stephanie Guadalupe Cabello Cano
Universidad Nacional Autónoma de México

La migración es uno de los fenómenos más complejos y heterogéneos en el mundo y trae consigo grandes repercusiones; al salir del lugar de origen, las personas migrantes se convierten en una población vulnerable, sus derechos humanos se ven violentados y en muchos casos son víctimas de trata. La Organización Internacional del Trabajo (OIT) considera que, en 2016, 40.3 millones de personas estuvieron sometidas a trata de personas. En México es común encontrar menores migrantes no acompañados víctimas de este delito. Desde la visión del gobierno las políticas públicas son una herramienta que permite resolver problemas públicos, incluso en una esfera internacional. En ese sentido, la gobernanza permite hacer un análisis desde el actuar de los gobiernos y los actores involucrados en el proceso para proponer una política encaminada a salvaguardar los derechos humanos de las personas y evitar la trata de menores en México.

Palabras-clave: Trata de personas; migrantes; gobernanza; políticas públicas.



Mesa VI

Separação forçada - a família no contexto do refúgio

Julia Toniolo

Rodrigo Trapp

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

De acordo com a convenção de 1951 relativa ao estatuto do Refugiado, entende-se como refugiado aquele que é forçado a sair do seu país de origem em razão de perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais. Em razão das crises humanitárias, diversas famílias são separadas durante o processo de refúgio. A preocupação com os familiares que ficaram no país de origem pode influenciar diretamente na integração dos indivíduos no país de acolhimento. O objetivo do presente estudo é investigar de que forma os refugiados lidam com a separação de suas famílias e quais as maiores preocupações e planos futuros em relação a essa questão. Este estudo faz parte de um projeto maior intitulado “O Processo de Integração de Refugiados Solicitantes de Refúgio Residentes em Porto Alegre”, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS. As informações foram obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas e de um questionário sociodemográfico, ambos respondidos por participantes com status de refugiados ou solicitantes de refúgio de diversos países que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A análise dos dados foi feita a partir do conteúdo das entrevistas e dos questionários respondidos. As principais questões trazidas pelos entrevistados relacionam-se à preocupação constante com as condições de vida e a segurança dos familiares que permaneceram em seu país de origem. Muitos refugiados e imigrantes referiram a necessidade de enviar parte do dinheiro recebido no Brasil para o sustento da família, além de uma dificuldade em garantir estabilidade como documentação, emprego e moradia, sem os quais não conseguem trazer a família para morar no Brasil. Além disso, enquanto possuírem o status de solicitantes de refúgio, não podem deixar o Brasil, sob pena de paralisação do processo. Isso faz com que, muitas vezes, passem meses ou anos sem conseguir ver a família. Destaca-se a importância de ouvir os relatos e vivências de refugiados e imigrantes no Brasil, para que sejam aprimoradas as políticas públicas voltadas à assistência e à reintegração dos refugiados e suas famílias, visando à facilitação do processo de adaptação no contexto brasileiro.

Palavras-chave: refúgio; família; separação.

Documentação e refúgio: a burocracia na chegada ao Brasil

Nina Reckziegel

Julia TonioloClarissa Trentini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS

A chegada dos refugiados ao Brasil é acompanhada por diversos entraves burocráticos e institucionais, principalmente no que se refere à emissão da documentação necessária para o processo de integração dessa população no Brasil. As documentações legais disponíveis para refugiados são o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), um número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) e um documento de viagem, ressaltando-se que o protocolo de solicitação do RNE já permite a obtenção da carteira e do número de CPF. O objetivo do estudo é investigar como o processo de integração dos refugiados é afetado pelos obstáculos inerentes ao processo de regularização de sua situação, em função de limitações idiomáticas e desconhecimento dos protocolos procedimentais, mapeando os efeitos dessas dificuldades para o exercício da cidadania dessa população. Este estudo faz parte de um projeto maior, intitulado “O Processo de Integração de Refugiados e Solicitantes de Refúgio Residentes em Porto Alegre”. As informações foram obtidas por meio de questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas respondidas por participantes voluntários, com status de refugiado ou solicitante de refúgio, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A análise dos dados foi feita a partir da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam diversas dificuldades referentes à solicitação da documentação. Os entrevistados destacam as limitações de direitos civis do status de refugiado, o prazo indefinido para a avaliação da solicitação de refúgio, o alto custo para a solicitação de visto temporário e longos processos de requerimento de protocolos para que sejam providenciados documentos essenciais para a obtenção de um emprego formal no Brasil. Entretanto, dar entrada na solicitação de refúgio na Polícia Federal é considerado um processo simples. Porto Alegre foi citada como uma das cidades do Brasil onde o processo de solicitação de refúgio funciona de forma mais rápida. Estudos que se propõem a construir um conhecimento acerca dessas vivências e de como os entraves procedimentais de regularização burocrática afetam essa população poderão servir para dar voz às pessoas nessa situação, buscando fazer com que suas necessidades específicas sejam conhecidas e acatadas pelo Poder Público.

Palavras-chave: refúgio; direitos; documentação.

Migração Forçada na América do Sul: A abordagem crítica aos Direitos Humanos e a condicionante para ser Refugiado

Bruna de Figueiredo Ferreira
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Tendo em vista que diásporas aconteceram e seguem acontecendo, a pesquisa, o ensino e a extensão ganham abrangência em diversas disciplinas e espaços de conhecimento, como as áreas do Direito, Relações Internacionais, Ciência Política, Sociologia, História e outras das Humanidades. Porém, enquanto muitos estudos abordam as Leis de Refúgio pelo mundo, e com isso publicações referentes à temática crescem e ganham as mídias, algumas lacunas no campo analítico são identificadas. Com intuito de obter melhor compreensão das situações causais que originam as migrações na América do Sul, sob a perspectiva de diversas áreas de conhecimento a pesquisa abordará a relação entre as Migrações forçadas na América do Sul e a crítica aos Direitos Humanos, partindo do entendimento que a população sulamericana necessita de segurança (humana) e que esta está condicionada ao respeito aos Direitos Humanos (crítico/local/realista e não ao universalista). Assim, será vislumbrando o processo de globalização e as condicionantes que elevaram as migrações nesta região, bem como a necessidade de uma olhar crítico e descolonial sobre as características regionais e as abordagens citadas, afim de relacionar os motivos que questionam o status de reconhecimento de refúgio na América do Sul. Sendo assim, o artigo trará as discussões referentes as normativas internacionais e regionais de reconhecimento da condição de refúgio e as situações migratórias que perpassam por estas avaliações. Ainda que, a necessária contextualização do espaço regional para compreensão das mesmas. A pesquisa será abordada da seguinte maneira: 1) Contextualizar as migrações na América do Sul a partir do XXI; 2) Abordar os Direitos Humanos Universais e apresentar a Abordagem Crítica; 3) Conceituar Segurança Humana e sua relação com as migrações forçadas; 4) Compreender as normativas internacionais e regionais de reconhecimento ao status de refugiado. Assim, a relação entre Migração forçada e refúgio será considerada e por fim, as considerações finais de que novas discussões são necessárias a partir das realidades regionais e de, uma desconstrução crítica tendo como base a descolonialidade.

Palavras-chave: Refúgio; migração forçada; direitos humanos; segurança humana.

Revisão sobre as ações de proteção a refugiados nos últimos cinco anos pelo ACNUR Brasil

Thais Da Silva Alpires
Cláudia Araújo de Lima
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

O ACNUR tem desempenhado há 68 anos um trabalho dedicado a proteger homens, mulheres e crianças refugiadas e busca soluções duradouras que possam reconstruir a vida desses indivíduos em um ambiente normal. Atualmente esse organismo internacional ajudou mais de 50 milhões de pessoas a encontrar um país para assentar, entretanto, nem sempre o refugiado encontra paz no país em que se assenta, e acaba tendo que se deslocar outra vez. O ACNUR tem um escritório no Brasil, e promove a migração de alguns refugiados para o país, assim como, ajuda os a se inserir no país. Existe uma grande parcela de refugiados que migram para o Brasil por haver uma expectativa de país acolhedor. O que se espera dessa pesquisa é a analisar a efetividade do organismo no Brasil visto que o país saiu do Pacto da migração nesse ano de 2019, além da questão de Segurança Nacional ter ganhado mais notoriedade do que o acolhimento de migrantes e refugiados. O objetivo desta pesquisa é realizar o recorte temporal dos últimos cinco anos do desenvolvimento Institucional do ACNUR acerca dos avanços e limitações em sua política de ação de proteção a refugiados, pois, é importante frisar que segundo o relatório anual de tendências Globais, divulgado em junho de 2018 pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) existe 68,5 milhões de indivíduos deslocados por algum conflito ou perseguição, e quem uma parcela expressiva de pessoas em situações de vulnerabilidade extremas percorrem milhas até chegar ao Brasil, podem sofrer resistências para entrar e/ou permanecer no país. Para isso, busca se apresentar uma linha cronológica das ações desenvolvidas e seus resultados na vida do refugiado, para averiguar a sua efetividade na proteção de refugiados e no auxílio para obter a concessão do refúgio no país.

Palavras-chave: Acnur; desenvolvimento institucional; Brasil.

Despojo, arrasamiento y daño colectivo en comunidades campesinas: El Caso de El Alto Ariari – Colombia

Wilson Herney Mellizo Rojas
Universidad de La Salle (Bogotá, Colômbia)

En Colombia la guerra se ensañó con las comunidades campesinas. El municipio de El Dorado Meta, fue una de estas comunidades que posteriormente fue reconocida por el Estado colombiano como Sujeto de Reparación Colectiva. Efectivamente, fueron graves las violaciones a los derechos humanos y al derecho internacional humanitario que vivieron en medio del conflicto armado y que ocasionaron enormes daños (individuales y) colectivos a los pobladores y el territorio. El arrasamiento, el despojo y el vaciamiento de pueblos y veredas fue la constante. En medio del conflicto se encuentra la disputa por la tierra y el territorio. En el año 2013 se inició el proceso de reparación colectiva -aún en medio de la confrontación- que incluía cinco medidas: de restitución, satisfacción, indemnización, rehabilitación y garantías de no repetición. La ponencia señala en primer lugar, las causas y repertorio de violencia que, en medio de la confrontación, pusieron en marcha los actores armados (guerrillas, paramilitares y agentes del estado) en la región; posteriormente se analizan los impactos y daños colectivos que la guerra dejó; posteriormente se identifican y analizan la relación entre los alcances de la política de reparación y las estrategias de resistencia de las comunidades. Se finaliza con algunos desafíos de procesos de reparación en contextos de transición política.

Palavras-chave: Conflicto armado colombiano; despojo; desplazamiento; reparación colectiva; comunidades campesinas.



Mesa VII

Mobilidade Acadêmica Internacional: qual é o conteúdo da bagagem que o estudante internacional leva para casa?

Manolita Correia Lima

Ivor Prolo

María Esperanza Cuevas Bolanos

Ana Paula Rabelo e Silva

Solange Rodrigues Bonomo Assumpção

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Da década de 1990 em diante, as experiências decorrentes de uma temporada de estudo fora do país de origem têm sido valorizadas não apenas pelos jovens (LIMA; RIEGEL, 2010), mas também por suas famílias (ALMEIDA, 2004), universidades (PROLO et al., 2019), agências nacionais e multilaterais (públicas e privadas) (LIMA; CONTEL, 2011) e empregadores (BRASSIER-RODRIGUES, 2015). Se o acesso à educação superior já representa um enorme desafio para os jovens originários do hemisfério sul, imagine a participação em um programa de Mobilidade Acadêmica Internacional - MAI (TERRIER, 2009)! Mas, nos últimos anos, o Brasil investiu em programas de inclusão que valem a pena serem conhecidos e discutidos, tanto pelas conquistas que eles têm permitido, quanto pelas possibilidades de serem aperfeiçoados. Nessa trilha, investiu igualmente na criação de duas universidades em que a MAI integra a sua missão: Unila e a Unilab. O que há de singular no programa de MAI destas duas universidades? A preocupação central reside em promover a integração pela educação e cultura, trata-se de uma internacionalização generosa, inclusiva (ROSEVICS, 2015), em oposição a uma internacionalização hegemônica com forte ênfase em resultados comerciais. Até que ponto essa visão está refletida na narrativa dos egressos dos cursos de graduação oferecidos pela Unila e Unilab? Tendo em vista os objetivos expressos na questão orientadora do texto, julga-se adequado trabalhar-se com narrativas registradas por escrito por estudantes internacionais egressos dos cursos de graduação oferecidos por estas duas Instituições (NUNES et al., 2017), tendo por base a seguinte questão reflexiva: “ao concluir o curso superior realizado na UNILA ou UNILAB, regressando para o seu país de origem, o que levou em sua “bagagem”?”. A sistematização do material reunido será realizada por meio de análise de conteúdo (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). As categorias de análise derivarão da combinação entre a consulta a literatura e os resultados da leitura flutuante das narrativas, para em seguida investir

em um exercício interpretativo iluminado pelas lentes teóricas selecionadas. Mesmo no ambiente acadêmico não faltam críticas à criação de universidades que nascem internacionais e inclusivas. Os resultados desta investigação contribuem para desqualificar pontos de vistas que derivam mais do preconceito do que do conceito.

Palavras-chave: Educação superior; integração pela educação; mobilidade acadêmica internacional – MAI.

Relações Haiti-Republica Dominicana: Migração no período ditatorial do Trujillo (1931-1964)

Lucas Nogueira

Fernanda Morais

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

O presente trabalho propõe a apresentar as relações migratórias entre os países Haiti e a República Dominicana, no período do comando do ditador dominicano Rafael Trujillo no período de 1931 até 1961. No início da década de 30, as relações econômicas foram influenciadas em favor do comércio e lucratividade entre os seus presidentes. Corrupção e suborno foram a força motriz que geriu as relações comerciais entre os dois países. Os migrantes haitianos, que eram chamados de *braceiros*, atravessaram a fronteira pelo Norte da ilha dominicana para trabalhar em plantações de cana de açúcar, durante a intervenção norte-americana. Ao longo da crise de 29, que alcançou o Caribe, a economia dominicana começou a declinar e os empregos começaram a diminuir e os haitianos foram acusados de estar contribuindo para a crise no país. No ano de 1937, um episódio marcou a República Dominicana chamado de “Massacre da Salsa”, em que os haitianos foram apontados em uma série de roubos dentro do país e incentivou ao ditador Rafael Trujillo, a cometer um genocídio que foi caracterizado como violência urbana e não militar, pois não utilizavam armamento bélico para a execução. Foi nomeado o nome de Salsa do massacre, pois os soldados para fazer diferenciação dos povos era pedido para pronunciar a palavra, a língua crioula e o francês possuíam dificuldade em pronunciar em espanhol a palavra, era uma das ferramentas para detectar os haitianos. Estima-se que aproximadamente 15 mil haitianos foram mortos nesse massacre. Após esse acontecimento o ditador pagou uma compensação financeira ao Haiti pelo massacre, mas

se defendeu justificando que foi um evento contra a imigração ilegal no país, transformando assim o genocídio em legitimação nacionalista. Em contexto geral, após o massacre, as intenções do governo era o fortalecimento nacionalista das fronteiras e a eliminação de haitianos em províncias fronteiriças e não no resto do país.

Palavras-chave: Migração; ditadura; genocídio.

As construções sociais sobre os estudantes africanos na série “Travessias da Cor”, do jornal Diário do Nordeste

Aline Baima Rebouças
Universidade Federal do Ceará

Este artigo tem o objetivo de analisar as representações sociais sobre os imigrantes africanos na série de reportagens “Travessias da Cor”, do jornal o Diário do Nordeste, de autoria do repórter Melquíades Júnior. Para entendermos alguns elementos dessas representações dos estudantes africanos pelo jornal, analisamos o conteúdo de sete matérias que compõem a reportagem. O referencial teórico abrange perspectivas relacionadas às migrações, comunicação e diáspora. Conclusões: as reportagens dão voz aos africanos, abordando a questão das relações do Ceará com esses imigrantes sob diferentes ângulos (questões de gênero, objetificação do corpo da mulher negra, as situações de racismo sofridas e a negação da negritude da população cearense, a questão das desigualdades e precarizações no campo do trabalho, a questão do superencarceramento da população negra, do extermínio da juventude negra). Na construção das narrativas sobre as realidades dos imigrantes africanos no Ceará, o repórter traz à tona as reflexões sobre a realidade vivenciada pela população negra do Ceará, confrontando as questões levantadas pelos entrevistados, em sua maioria, os próprios imigrantes, com o contexto político, econômico e social. A análise abre a perspectiva para se pensar as diferentes vozes e discursos produzidos num mesmo veículo e apontam alguns elementos que podem ser analisados em uma pesquisa mais aprofundada, na qual seriam incluídas, também, entrevistas com o repórter e editor responsável pela série.

Palavras-chave: Migrações; africanos; diáspora; representações sociais.



Mesa VIII

Características sociopolíticas de las políticas migratorias en los países del Cono Sur

Alexey Chekmarev
MGIMO-Universidad de Moscú, Rusia

Desde os tempos do período colonial, os países latino-americanos têm sido tradicionalmente receptores de fluxos migratórios, que em muitos aspectos determinaram o código genético dos futuros estados nacionais da região. No entanto, hoje, quando todos os países formaram suas próprias estruturas sociais, os processos de migração estão se tornando um problema significativo para os governos, cuja tarefa é equilibrar os interesses de seus cidadãos e os direitos dos migrantes. Ao mesmo tempo, os processos de migração no presente momento envolvem uma série de problemas, que incluem migração ilegal, influxo de mão-de-obra não qualificada, crescimento de barreiras estatais, discriminação de migrantes por nacionalidade, sexo, educação, religião, fuga de cérebros, ativação de sindicatos e xenofobia. racismo e aumento do crime. A solução desses problemas está além da estrutura de uma questão puramente de imigração e é de natureza nacional. Para os países do Cone Sul, a questão da migração também está na agenda, pois a porcentagem média de migrantes da população total do país, segundo dados da ONU para 2017, é de 2,5% para essa região. Na comparação com 2005, há tendência de aumento desse indicador (em 2005 - 2,3%). A peculiaridade da situação de migração nesta sub-região é que seus países pertencem principalmente a uma associação de integração - MERCOSUL, dentro da qual é proclamada a regra das “quatro liberdades” adotada da União Européia, incluindo a “liberdade de circulação de pessoas”. Assim, por um lado, os governos nacionais devem controlar o movimento dos migrantes e a legalidade de suas atividades no país, por outro lado, permanecer fiel aos princípios da associação de integração de que são membros e não impedir a implementação das “quatro liberdades”. Neste artigo, o autor visa estudar a experiência dos países do Cone Sul na política de migração, identificando os pontos fortes e fracos das abordagens dos governos nacionais da sub-região para resolver a questão migratória nas regiões fronteiriças e comparar o MERCOSUL com outras grandes associações de integração (UE e UEE) migração.

Palavras-chave: Migración; América Latina; integración; globalización; cono sur.

Práticas Musicais e Deslocamento: a experiência musical de/com senegaleses e ganeses em contextos de migração no sul do Brasil

Kelvin Venturin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O contingente de imigrantes oriundos da África Ocidental, sobretudo senegaleses, começou a tomar corpo no extremo sul do Brasil por volta de 2010 e se intensificar entre 2013 e 2015 devido a uma série de fatores geopolíticos. Falar de pessoas em situação de deslocamento é também pensar nos objetos, práticas e sons que carregam consigo. Nesse sentido a prática musical em suas múltiplas derivações é um meio particularmente importante no exercício de um pertencimento, de trocas, manutenção de conexões com seu país natal além de potencializar perspectivas para o futuro e, dessa forma, assume um papel significativo dentro do fenômeno migratório. Minha pesquisa em etnomusicologia trata dos fazeres musicais de imigrantes senegaleses e ganeses no Rio Grande do Sul e o que eles podem nos dizer sobre a imigração africana para o sul do país em termos de construções identitárias, relações interculturais e violência simbólica. Busca compreender esse campo de dentro das práticas musicais como apontam, por exemplo, os estudos etnomusicológicos de Titon (2008, p.30), Seeger (2008, p.239) e Turino (2008, p.1). Minha etnografia tem me levado a acompanhar um grupo de aproximadamente 12 imigrantes senegaleses e ganeses vivendo nas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo e Porto Alegre e por meio dessa experiência venho refletindo sobre como esses sujeitos experienciam musicalmente a mobilidade e reconstituem suas vidas e práticas musicais frente os desafios e preconceitos impostos pelos contextos da migração no extremo sul do país, região que se orgulha de sua imigração europeia do final do século XIX tida como modelo ideal de sociedade. Durante essa experiência etnográfica tenho me perguntado como e porque esses sujeitos, senegaleses, ganeses e também brasileiros, se aproximam para fazer música e as potencialidades desses fazeres musicais. O campo tem então me sugerido algumas pistas sobre as estratégias de como esses sujeitos criam conexões musicais locais alinhados com suas conexões em seus lugares de origem e seus conterrâneos nas diásporas africanas, a relevância desse engajamento sociomusical como potencializador de trocas interculturais, identificação e cooperação entre os migrantes e também revelador de tensões, conflitos e assimetrias.

Palavras-chave: Música; migração; relações interculturais; violência simbólica.

Terremoto Clandestino: Narrativas identitárias de refugiados num grupo musical

Júlia de Freitas Motta
Universidade Federal Fluminense (UFF)

O grupo musical Terremoto Clandestino, criado no final de 2018, no Rio de Janeiro, é formado por pessoas em situação de refúgio de diferentes países africanos, como a República Democrática do Congo, a Angola, a Gâmbia, além de imigrantes com vistos humanitários como os haitianos e outros imigrantes provindos da Argentina, Itália e França, além de brasileiros. No artigo, narro como o Terremoto Clandestino surgiu como um entre-lugar, em que esses clandestinos questionam a condição do refugiado no Brasil. A metodologia utilizada na pesquisa de campo foi de observação participante e entrevistas. Nos últimos oito meses, foi possível acompanhar não apenas os ensaios, como apresentações do bloco, participar dos grupos de Whatsapp, escrever atas das reuniões, assim como integrar a equipe de comunicação colaborando na divulgação das atividades. O artigo é composto de três partes. Na primeira, a abordagem é a história da criação do grupo e os objetivos do Terremoto Clandestino. Na segunda, a parte mais etnográfica, busco narrar os ensaios e as apresentações, assim como a forma de organização do bloco e destaco alguns sujeitos que desenvolvem papéis importantes na dinâmica do bloco. Na última parte, debruço sobre a música autoral do Terremoto Clandestino e como ela vem se tornando uma ferramenta política na busca por representatividade. Com duração de aproximadamente 10 minutos, a música IntegraSom é cantada em vários idiomas, reforçando uma marca identitária do bloco: sua interculturalidade. A letra fala sobre o lugar do estrangeiro, daquele que perde sua terra, mas não suas raízes e denuncia problemáticas de gênero, raça e xenofobia. Estar em condição de refúgio não é uma escolha, é uma condição imposta. Na fundamentação teórica, abordo a questão do ser estrangeiro apontada por Julia Kristeva, assim como o conceito de identidade proposto por Hall e de fronteira e ‘mestizagem’ de Gloria Anzaldúa, além de fazer uma reflexão sobre raça em Grada Kilomba. Ao narrar trajetórias e projetos de pessoas em condição de refúgio, pretendo chamar atenção para a questão e contribuir para diminuir preconceitos.

Palavras-chave: refugiados; identidade; cultura; ‘mestizagem’.



Mesa IX

Dejando Estados Unidos: Deportación y familia

Yuliet Bedoya Rangel
Universidad Autónoma de Nuevo León

A través de la distancia el migrante que llega a Estados Unidos construye relaciones con su país de origen, estas relaciones están orientadas a mantener vínculos con aquellos familiares y amigos que se quedaron en México. Estas prácticas se dan de diferentes formas dependiendo el proyecto migratorio que se quiera vivir o que le ha tocado vivir al inmigrante en Estados Unidos. Nina Glick-Schiller define el concepto de transnacionalismo como “los procesos por los cuales los inmigrantes construyen campos sociales que vinculan su país de origen con su país de destino” (Glick-Schiller, Basch, & Blanc-Szanton, 1992, pág. 1). El transnacionalismo explica entonces la permanencia de los vínculos sociales que se mantienen activos y resignifican a través de las fronteras. Esta ponencia tiene como objetivo conocer como se transforman y se mantienen los vínculos y relaciones sociales con los familiares que se quedan en Estados Unidos, partiendo del hecho de que una deportación puede llegar a separar las familias y afectar los vínculos sociales que el migrante había construido. Desde el programa “Humanizando la deportación” liderado por la Universidad de California Davis se ha trabajado desde mayo del 2017 un archivo público de narrativas digitales de procesos de deportación que cuentan los migrantes que vivieron en Estados Unidos y que fueron deportados en algún momento de su vida. Para efectos de esta investigación las narrativas digitales se codificarán y procesarán en el Software Nvivo 11, programa que permite tener claridad en la construcción de las categorías generales y particulares de cada historia de deportación.

Palabras-clave: Migración internacional; deportación; migrante; familia.

Migraciones y experiencias políticas: nuevas configuraciones de las luchas migrantes en Argentina

María Gabriela Rho
CIECS (CONICET_UNC), Argentina

En el año 2016, en Argentina, comenzaron a impulsarse una serie de medidas regresivas en materia de política migratoria y a circular discursos oficiales abiertamente xenófobos que vinculan a la migración con la delincuencia y el narcotráfico. El punto de quiebre se produce en el año 2017, mediante el Decreto de Necesidad y Urgencia 70/2017, que modifica aspectos sustanciales de la Ley de Migraciones N° 25. 871. Esta serie de políticas no solo recortan derechos a los migrantes, como el acceso a la salud o la justicia, sino que, entre otras cosas, incrementan y facilitan las expulsiones, rechazos y revocaciones de la residencia. En este contexto, organizaciones de y para migrantes se organizaron para resistir e impugnar las medidas impulsadas por el gobierno y para luchar y defender sus derechos. Lo novedoso de este ciclo de movilizaciones es que no solo participaron organizaciones para migrantes consolidadas y de larga trayectoria, sino que además, se generaron nuevos espacios de articulación de migrantes, como ser la Campaña Migrar no es Delito y se crearon nuevas organizaciones de migrantes, como el Bloque de Trabajadores Migrantes. El siguiente trabajo, se propone realizar un estudio exploratorio de la configuración y características que asumen las “luchas migrantes” en Argentina a partir del año 2016. De este modo, en primer lugar, en el marco de los debates que abre la perspectiva de la autonomía de las migraciones, se definirá teóricamente qué entendemos por “luchas migrantes” y se delimitará cuáles nos proponemos estudiar. En segundo lugar, se presentan algunas hipótesis de trabajo que buscan avanzar en la caracterización de las visiones, demandas, prácticas y estrategias impulsadas por estas nuevas organizaciones y espacios de articulación de migrantes. A los fines de estos objetivos, se utilizará una metodología de carácter cualitativo en el análisis de comunicados, declaraciones y pronunciamientos de la Campaña Migrar no es Delito y del Bloque de Trabajadores Migrantes.

Palavras-chave: luchas migrantes; experiencias políticas; Argentina; política migratoria.

Régimen de frontera y migraciones: la figura del “Falso Turista” como dispositivo de control de las migraciones internacionales en Argentina

Angélica Paola Alvites Baiadera
Universidad Nacional de Villa María, Anisacate/Argentina

El siguiente artículo es un avance de investigación sobre la relación entre las políticas de control migratorio y los procesos de subjetivación en torno a la categoría de Falso Turista (FT), a partir de los años de 1980 hasta la actualidad en Argentina. Particularmente, esta ponencia presentará el análisis obtenido, a partir de la interpretación de un corpus documental, de la constitución y desarrollo de dicha categoría. El FT, como dispositivo de control, se estableció en el primer gobierno democrático después de la última dictadura cívico-militar en Argentina, en el año 1985 (Res. 1089), en virtud de distinguir y separar, según el funcionario de frontera, quienes eran turistas de aquellos que no lo eran. Este dispositivo de control sigue vigente hasta la actualidad con modificaciones (en el año 1995 y 2014 res. 1804 y disp. 4362 respectivamente). La principal conclusión a la que arriba el artículo es que el FT, más allá de sus modificaciones, se desarrolló como parte de la gestión diferencial de la circulación de personas, un control orientado y una vigilancia selectiva para separar sujetos “deseables” de los “indeseables”, con base en su potencial comportamiento en destino.

Palabras-clave: Falso turista; políticas de control migratorio; Argentina.

Prácticas y experiencias racializadas de control: el aeropuerto como zona de frontera para haitianos hacia y en la Argentina

Carina Inés Trabalón
UNVM-CONICET, Argentina

Durante las últimas décadas, el desarrollo del capitalismo global ha exhibido de manera cada vez más evidente la conformación de un sistema diferencial y jerárquico a través del cual las desigualdades sociales son reforzadas en tanto son reproducidas como desigualdades de acceso a la movilidad. Así, en tiempos de globalización, los Estados intentan conciliar los beneficios económicos y políticos que trae aparejada la movilidad global con la prerrogativa que poseen para controlar sus fronteras (Sassen, 2006; Balibar, 2005). Desde una metodología cualitativa, que incluyó la realización de observación participante en diferentes espacios y 30 entrevistas en profundidad a haitianos y haitianas residentes en Argentina, el presente trabajo se propone reconstruir sus experiencias de cruce de frontera, en distintos aeropuertos, desde mediados del 2000 al presente. En el marco de la actual coyuntura nacional y las reconfiguraciones que se observan en las últimas dos décadas en el mapa político y migratorio regional, las experiencias de cruce de frontera revelan cómo la construcción simultánea del haitiano como posible “víctima” y “falso turista” supuso la puesta en marcha de prácticas fronterizas que permitieron reforzar el vínculo entre migración y seguridad mediante la identificación de la pertenencia nacional y criterios raciales de control. Asimismo, se muestra cómo estas prácticas estatales, en diferentes casos, implicaron una reconfiguración de las estrategias de cruce a partir del uso estratégico que comienza a adquirir la categoría de “turista”, destacando así también el papel que desempeñan los propios movimientos migratorios en la constitución de las fronteras.

Palabras-clave: Control fronterizo en aeropuertos; migración haitiana; racialización; estado.

Sanación al dolor desde cantos ancestrales de mujeres negras víctimas de violencia sexual

Alba Lucía Cruz Castillo
Universidad de la Salle

La ponencia se propone como objetivo, visibilizar la forma como el cuidado se activa para ofrecer acompañamiento al dolor desde las experiencias de la Asociación de Mujeres Afro por la Paz, quienes desarrollan estrategias de agenciamiento político que contribuyen a dar sentido a sus vivencias colectivas y asegurar el valor de su memoria y la construcción de paz conforme a sus prácticas ancestrales como víctimas-sobrevivientes. De esta manera se reconoce la importancia de una plataforma política y de resistencia a la guerra mientras se transmiten elementos claves para el cuidado, como son: solidaridad, confianza y empatía, con la finalidad de movilizar nuevas ciudadanías en favor de la defensa de la vida y los derechos humanos. La ponencia es el resultado de un proceso de investigación con enfoque narrativo como método, y que comprende experiencias humanas en claves simbólicas cuya narración crea un marco de referencia donde se valora reflexivamente la práctica terapéutica del cuidado para reparar y acompañar el dolor vivido por las mujeres durante la guerra.

Palabras-chave: Cuidado; ancestralidad.



Resumo não apresentado no evento

Perfil das migrações latino-americanas contemporâneas para o Brasil: novos fluxos e agendas

Roberto Rodolfo Georg Uebel
Escola Superior de Propaganda e Marketing

Este estudo é resultado de pesquisa doutoral no campo dos Estudos Estratégicos Internacionais e tem como objetivo atualizar e debater o perfil das migrações latino-americanas contemporâneas para o Brasil, com enfoque especial durante os governos de Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018). A pesquisa utiliza como instrumentos metodológicos a cartografia temática, a análise dos dados estatísticos oficiais, a revisão crítica de literatura e análise dos discursos institucionais e presidenciais sobre migrações no Brasil. Nesse contexto, a primeira parte do estudo traz uma atualização sobre as estatísticas migratórias no país, incluindo os mapas temáticos de rotas e intensidades dos fluxos originários da América Latina – aqui entendida como todos os países-membros da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – com destino para o Brasil. Já a segunda parte centraliza a discussão em cinco fluxos migratórios específicos, que compõem, segundo as nossas conclusões, o novo perfil imigratório do Brasil, quais sejam: mercosulinos, bolivianos, haitianos, cubanos e venezuelanos. Por fim, a terceira parte do estudo incorpora os três conceitos-propostos para o entendimento das novas migrações, ou das novas dinâmicas migratórias, para o Brasil: a) as migrações de perspectiva, que agregam diferentes categorias, classificações e terminologias migratórias, e que apontarão, já nos resultados do trabalho, que latino-americanos migraram para o Brasil em virtude das perspectivas positivas de acolhimento, inserção na sociedade, mercado de trabalho e atenção humanitária, inclusive nas searas do asilo político e do refúgio; b) a hiperdinamização das migrações, que explicará o caráter hiperdinâmico dos fluxos de latino-americanos para e no Brasil, sobretudo na ciclicidade chegada, estabilização, saída, onde identificamos inclusive um padrão de emigrações forçadas e remigrações para destinos terceiros como Chile, Argentina, Canadá, Estados Unidos e países da União Europeia; e por fim c) a política externa migratória brasileira, que identificará os eixos de inserção estratégica do Estado brasileiro (e os seus governos supramencionados) nos países da América Latina, como fator de atração dos potenciais imigrantes, a partir de políticas, práticas, agendas e redes que se complementam neste novo perfil das migrações latino-americanas contemporâneas para o Brasil. Deste modo, a presente pesquisa espera lançar

novas bases de discussão sobre o fluxo migratório mais intenso registrado no continente americano nas últimas duas décadas, que traz consigo questões correlatas, tais como fronteiras, segurança e defesa, tráfico internacional de pessoas e integração regional.

Palavras-chave: Migrações; Latino-Americanos; Brasil; perfil.



Tema V

Las fronteras frente a la integración regional



Mesa I

Relações internacionais e integração regional: a atuação da agência brasileira de cooperação em regiões de fronteiras

Geraldo Henrique Romualdo de Miranda
Sylvio Luiz Andreozzi
Universidade Federal de Uberlândia

Na perspectiva do Estado moderno, as fronteiras são concebidas como uma delimitação política do território que permeia questões tais como: soberania, segurança nacional e integridade territorial. Dessa maneira, a complexidade e diversidade de temas relacionados a regiões fronteiriças se mostra latente quando se busca intensificar a integração regional, principalmente entre países com fronteiras terrestres. Assim sendo, buscou-se a compreensão do papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na promoção de cooperação sul-sul e multilateral em zonas de fronteira. Orientados por este objetivo, analisa-se o papel da ABC em favor do desenvolvimento econômico e social em regiões limítrofes entre o Brasil e a Bolívia. Neste sentido, a pesquisa se limita a avaliar os impactos do “Programa Amazonía Sin Fuego” (PASF) na realidade da população rural fronteiriça brasileiro-boliviana. De tal modo, entende-se que a integração regional por meio da cooperação tornou-se para o Brasil uma forma de intensificar os processos de porosidade das fronteiras, sendo um novo mecanismo utilizado pelos formuladores de política externa brasileira para intensificar a influência brasileira na América do Sul.

Palavras-chave: Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Brasil; Bolívia; fronteiras; integração regional.

Integração urbana-regional e cooperação internacional na fronteira Brasil-Uruguai

André Vieira Freitas
Universidade de Brasília

Brasil e Uruguai apresentam, historicamente, fortes laços. Ao longo do limite internacional entre os dois países, constituem-se distintas dinâmicas territoriais influenciada pelas características dessas duas formações socioespaciais, mas que mantêm relações mútuas por sua realidade de espaços fronteiriços, que são forjados também pelo contato. Essa zona de fronteira, de modo geral, apresenta-se como porosa, embora haja uma diferença entre os níveis de intercâmbio internamente. Como elucidativas dessa porosidade, existe nessa fronteira uma importante rede de cidades que apresentam articulações expressivas. Considerando essas relações, a título de cooperação na região, os dois países firmaram, em 2002, um acordo para garantir uma série de direitos relativos residência, estudo e trabalho às suas populações fronteiriças. Posteriormente, em 2008, por meio de um ajuste complementar ao acordo, a cooperação se estendeu para a prestação de serviços de saúde entre os dois países e, em 2013, para os serviços de assistência de emergência e a defesa civil. Como alcance geográfico, o acordo define as localidades fronteiriças vinculadas, que incluem uma série de cidades dos dois países. Diante da relevância de encarar as fronteiras não apenas como barreiras, mas como regiões de integração e desenvolvimento, o trabalho tem como escopo principal esse acordo e, tendo em vista o seu alcance territorial e a natureza da matéria tratada, o objetivo é discutir a dimensão urbana na cooperação fronteira entre Brasil e Uruguai. Para tanto, utiliza-se de uma revisão bibliográfica teórico-conceitual, com um olhar sobre os núcleos urbanos com articulações fronteiriças a partir da discussão sobre fronteira, normas e território usado. Utiliza-se também de uma revisão bibliográfica empírico-documental, com o olhar sobre esse acordo e a evolução da cooperação fronteira a partir dele, bem como a sua incorporação às respectivas legislações, além de uma análise de dados e representação cartográfica, no sentido de destacar as características dos recortes territoriais ao longo do limite internacional entre os dois países e as suas interações internacionais, com destaque para os núcleos urbanos listados no acordo. Em que pese uma sinalização para a ampliação da integração regional, nota-se que essa cooperação esboça um estreitamento das relações bilaterais entre Brasil e Uruguai, no que tange à fronteira, o que se relaciona à dinâmica dos usos do território, que dialogam com a instituição de normas, já que afiguram no aparato legal e se materializam em objetos e ações.

Palavras-chave: Fronteira; Brasil; Uruguai; Localidades; Fronteiriças; Vinculadas.

Geograficidad subjetiva de la segregación residencial en el área metropolitana de Ciudad Juárez, México – El Paso, EUA

Adrián Botello Mares
Universidad Autónoma de Ciudad Juárez

El proceso histórico de la configuración de las ciudades de la frontera de México con los Estados Unidos de América (EUA) tiene matices muy distintos hacia ambos lados, debido a las asimetrías socioeconómicas y políticas, sin embargo, también tienen elementos comunes, primordialmente históricos y culturales, entrelazados fuertemente con las dinámicas sociales y económicas del día con día. Desde la perspectiva de la problemática urbana, se manifiestan fenómenos de diferenciación en ambos lados, como una fragmentación social del espacio por situaciones socioeconómicas o étnicas que, no obstante, las circunstancias se particularizan hacia cada lado de la línea fronteriza. Este trabajo se delimita al área metropolitana binacional de Ciudad Juárez, Chihuahua, México con la ciudad de El Paso, Texas, en EUA. El fenómeno de estudio es la segregación residencial, definida como aquella dispersión de asentamientos de grupos humanos con características similares dentro de una ciudad, que difieren de otros grupos localizados en la misma, a partir de dichas características (Botello, 2014). La geograficidad, como concepto clave para el estudio de la segregación residencial, es la experiencia espacial en la aprehensión subjetiva del mundo objetivo, estableciendo un vínculo con el lugar o el espacio experimentado (Dardel, en Lindón, 2007). Desde este punto de vista, la segregación residencial tiene una implicación en una construcción específica del espacio vivido, tanto en una dimensión objetiva, como en una subjetiva de una realidad geográfica. La ponencia se centra en la geograficidad subjetiva de la segregación residencial, partiendo de la internalización del espacio experimentado por los habitantes en un espacio común. Esta internalización, implica la aprehensión o interpretación de la segregación residencial como acontecimiento objetivo, en cuanto expresa significado, es decir, como el espacio vinculado a la existencia de cada individuo, a sus experiencias particulares, a su relación particular con el entorno y a la percepción que tiene del mismo. Es, por lo tanto, la expresión subjetiva de la segregación residencial en un espacio geográfico determinado.

Palabras-clave: Geograficidad; segregación residencial; Ciudad Juárez; El Paso.

Políticas de integración en áreas de frontera: el Plan Estratégico de Desarrollo para la triple Frontera de Argentina, Brasil y Uruguay

Mariano Pauluk
Universidad Nacional de Quilmes

En términos específicamente económicos, productivos y comerciales las políticas que actualmente se piensan sobre la frontera, estarían indicando una dirección opuesta que limita las posibilidades de mejorar productividad y competitividad a nivel micro y meso económicos de los sectores que caracterizan el perfil de esta región pero, a la vez, tampoco habilita las condiciones para una alteración del motor de desarrollo regional y el impulso de industrias más dinámicas que mejoren la estructura productiva, los salarios, el flujo de renta local, la distribución del ingreso y el desarrollo de la región más allá de fronteras. En este aspecto es inevitable detenerse porque, paradójicamente, las regiones fronterizas más relegadas, abandonadas y postergadas por sus gobiernos federales son las más pobres y desiguales en el sentido que no acceden a las mismas políticas de desarrollo que tienen otras regiones sólo por el hecho de pertenecer a la faja de seguridad de frontera. Entonces, nos preguntamos -para concluir- si existe alguna relación entre las condiciones de vida, el nivel de pobreza, la cantidad y calidad del empleo, el nivel de ingresos y su distribución con el nivel de seguridad de las regiones de frontera. Es decir, quizás una peor calidad de vida podría construir un escenario favorable al contrabando y la ilegalidad. Si esto fuera así, las políticas de seguridad de frontera vigentes, que tienen por fin prevenir y detener el delito, quizás podrían estar promoviendo lo contrario por partir de un concepto de frontera que no coincide con las transformaciones globales. Por lo anterior, consideramos que es necesario lograr que la formulación de políticas altere el concepto de frontera sobre el cual parte para argumentar las medidas que se desarrollan en las fajas de frontera. Debemos promover políticas de integración que permitan potenciar y aprovechar las capacidades de toda la región y para esto debemos construir una visión transfronteriza para que las políticas que cada país lleve adelante tengan en cuenta el área de frontera más allá de los límites electorales. Actualmente es muy difícil sostener el mismo concepto de frontera que existía cuando los tres países se encontraban enfrentados por la delimitación de los espacios nacionales. Hoy en día, un nuevo escenario geopolítico junto con el avance de las tecnologías de la información y la comunicación, su impacto en

la educación, la sociedad, la cultura, la política, la producción y el comercio ponen en escena un nuevo debate sobre el territorio, la frontera y la identidad que va más allá de los -nuestros- límites.

Palavras-chave: Desarrollo; fronteras; plan estratégico; regiones.

Integración regional: la gestión de residuos sólidos en los países del Mercosur

Ian Bochar Tasistro

Jackson Jose Sales Miranda Junior

Luciana Mello Ribeiro

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Foz do Iguacu, Brasil

Ante la multiplicación de los problemas ambientales derivados del aumento de las interacciones globales combinado con el uso no moderado de los recursos naturales, es necesario discutir medidas que minimicen el impacto de la actividad humana sobre el medio ambiente. En este contexto, la investigación busca identificar las políticas públicas adoptadas por los países del Mercosur, en sus cuatro miembros efectivos actuales en 2019: Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, acerca da gestão de resíduos sólidos, em nível nacional y de cooperación. Se cree que la adopción de políticas comunes con el propósito de conciliar la protección del medio ambiente y el desarrollo sostenible a través de la articulación entre las dimensiones política, económica, social y ambiental constituye el mejor camino para la consolidación de un concepto de “cooperación ambiental” en el Mercosur, y, por consiguiente, para la realización de acciones concretas en favor de la preservación del medio ambiente. Para ello, se analizará y comparará las normativas internas de cada país miembro, así como las normas adoptadas en común en el ámbito regional para identificar la ocurrencia de cooperación y sus impactos en la política, en la economía y, principalmente, en la sociedad. La gestión conjunta de los residuos sólidos es un tema prominente del regionalismo, especialmente por hacer referencia a la administración de regiones fronterizas con urbanidad contigua. Siendo así, se procedió primero a una revisión bibliográfica sobre las políticas públicas para la gestión

de los residuos sólidos en los países del Mercosur. Después, se realizará un análisis cualitativo de las normas nacionales y de las normas del bloque en ese tema, a fin de verificar el estatus de las iniciativas regionales de cooperación o armonización ambiental. Además de análisis documental Como resultados, se espera reflexionar acerca de la efectividad de las acciones de los órganos oficiales en contraste con la demanda de la sociedad expresada en las reivindicaciones de asociaciones civiles comunitarias y ONG, especialmente en las regiones fronterizas y proponer medidas de integración acerca de la temática ambiental, específicamente para la gestión de residuos en el bloque.

Palavras-chave: Residuos sólidos; integración; mercosur; legislación.



Mesa II

Reflexões sobre as cidades gêmeas de Sant’Ana do Livramento/Brasil-Rivera/Uruguai: entre a fronteira e a integração

Maurício Lima Collaziol
Gravataí / Brasil

A fronteira entre o Brasil e o Uruguai representa tanto a delimitação de porções territoriais distintas quanto a integração sui generis vivenciada pelas cidades gêmeas de Sant’Ana do Livramento e Rivera. A fronteira seca permite que se cruze de um país para o outro a pé, sem quaisquer interferências geográficas, como um rio. Os conceitos tradicionais de território, limites, fronteiras sofreram consideráveis ressignificações devido à globalização, às novas tecnologias da informação e às dinâmicas sociais de migrações. As cidades-espelho de Livramento-Rivera apresentam profunda e complexa interdependência, ou seja, as relações políticas, econômicas, comerciais e sociais ganham novos contornos no sentido de serem duas cidades que, na prática, convertem-se em um território contíguo. Se a concepção ratzeliana advoga o território como um espaço destinado a suprir as necessidades do Estado-Nação, por que não considerar - em um contexto de pós-modernidade e globalização assimétrica - a porção territorial pertencente a um país como um espaço destinado à integração regional e à solução de problemáticas locais compartilhadas? Nesse sentido, as cidades gêmeas podem indicar um caminho a ser trilhado rumo à integração efetiva e palpável, visto que experienciam os intercâmbios fluidos de fronteiras flexíveis. Geralmente distantes dos grandes centros de poder político e econômico, as cidades-espelho necessitam encontrar soluções conjuntas para dilemas partilhados, o que - não raras vezes - cria situações de impasse jurídico quando observado pelos órgãos nacionais responsáveis pela temática abordada por lideranças locais nas cidades-gêmeas. Percebe-se, também, uma certa acomodação de vontades das lideranças locais, as quais esperam que o governo federal e o “gobierno nacional” tomem iniciativas para o desenvolvimento da fronteira Brasil-Uruguai, quando - na verdade - os centros de decisão política não vivenciam cotidianamente o entrosamento da fronteira e sua consequente interdependência. Assim, aguardar por soluções exógenas de desenvolvimento que retirem a “Fronteira da Paz” de um estado de torpeza econômica é uma constante no tecido sociopolítico de Sant’Ana do Livramento-Rivera. Contudo, não seria imperioso buscar soluções para os problemas de desenvolvimento e prosperidade regional em iniciativas locais como a Ferradura dos Vinhedos? Podem os sujeitos político-sociais dessas cidades gêmeas se utilizarem de fatores locais como alavanca para o desenvolvimento econômico?

Palavras-chave: Cidades gêmeas; fronteira brasil-uruguai; desenvolvimento regional; ferradura dos vinhedos.

Gestão democrática das Cidades Gêmeas de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY): o direito à cidade

Felipe Pereira Matoso

Willian Rocha de Matos

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

A democracia urbana parte como elemento básico e constitutivo do conceito de cidade justa construída na esfera do Direito por meio de uma elaboração teórica da ordem jurídica e de políticas básicas da cidade, posicionando-se não em uma condição passiva, mas ativa no fortalecimento de direitos e instituições (MELLO, 2017). A democracia urbana reside também nas demandas populares por transparência, inclusão e articulação com a comunidade nas decisões públicas no exercício da gestão administrativa da urbe, provocando de fato um processo de deliberação inclusiva. As áreas urbanas em zonas de fronteira comumente são partes do território nacional carentes de infraestrutura de transportes e comunicações, devido a sua função de separação entre sistemas jurídicos distintos possui uma característica de isolamento em relação aos principais centros do interior dos países aos quais pertencem (MACHADO, 2005). No caso do Arco Central da Faixa de Fronteira do Brasil esta situação é materializada em cidades gêmeas como Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). Nessas localidades, o direito e a gestão democrática da cidade encontram obstáculos em relação à legislação, sobretudo àquelas relacionadas à política urbana, caso do Estatuto da Cidade. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar se os planos diretores das cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero contemplam medidas eficazes que possibilitem a adequação do ordenamento territorial com uma participação democrática da população local. Pretende aferir ainda se os planos diretores das referidas cidades são elaborados de maneira integrada e se possuem diretrizes compatíveis e semelhantes. Tendo em vista a escassa literatura em língua portuguesa e espanhola sobre a realidade da zona de fronteira entre Paraguai e Brasil, em especial as cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, o presente artigo traz uma contribuição sobre o tema a partir da ótica do Direito e das Relações Internacionais, tratando-se de uma pesquisa qualitativa, básica, de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica e documental, enriquecida com cartografia temática elaborada pelos autores, tendo como recorte temporal o período entre a década de 1930 e o ano de 2018.

Palavras-chave: Democracia urbana; Ponta Porã (BR); Pedro Juan Caballero (PY); fronteira Brasil-Paraguai.

Impacto da legislação urbana em Cidades Gêmeas na fronteira Brasil-Paraguai: um estudo de caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

Robson de Araújo Filho
Camilo Pereira Carneiro Filho
Tito Carlos Machado de Oliveira
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

No Brasil, a legislação urbana impactou o planejamento e a organização das cidades. Um marco nessa temática foi a lei 6766, de 1979, que estabeleceu restrições e requisitos mínimos para a construção de loteamentos urbanos, porém observa-se que muitos de seus artigos seguem sendo descumpridos. Já a Constituição Federal de 1988, com um capítulo dedicado à política urbana, deu grande impulso ao tema, e trouxe também a necessidade de implantação do Plano Diretor para municípios com mais de 20 mil habitantes e fez dele o principal instrumento para o desenvolvimento das cidades. Em 2001 o Estatuto da Cidade (2001) insere na legislação diversos instrumentos que vinham sido aplicados exitosamente em municípios brasileiros para controle do desenvolvimento urbano. Por outro lado, no Paraguai, a despeito do crescimento da urbanização, a legislação concernente à gestão deste espaço é muito recente e apresenta deficiências, sem coordenação nacional como se ensaiou fazer no Brasil. Em ambos os lados, há ainda falhas no tocante à falta de participação popular e a cooperação descentralizada. Já o âmbito das cidades gêmeas de fronteira existe, ainda, o problema da falta de interação e de planejamento integrado, capaz de levar efetivamente em conta a malha urbana dos dois lados do limite internacional, bem como uma série de entraves legais a que isso ocorra. O presente trabalho visa analisar os impactos da legislação urbana em cidades de fronteira e tem como enfoque as cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero no período entre 1979 e 2019. Tendo em vista que o tema possui escassa bibliografia em língua portuguesa, visa-se contemplar uma lacuna acadêmica, por meio de uma ótica multidisciplinar, que agrega teorias e autores de áreas como o

Direito, as Relações Internacionais, e a Arquitetura e Urbanismo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, básica, de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Pedro Juan Caballero; Ponta Porã; legislação urbana; fronteira Brasil-Paraguai; cidades gêmeas.

Integração das Cidades Gêmeas São Borja e Santo Tomé na Área da Educação

Itamara Martins de Souza
Carmen Regina Dorneles Nogueira
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

Nas regiões de fronteira, especialmente nas cidades gêmeas, ocorrem interações entre as populações vizinhas. Apesar de a interação da população das cidades gêmeas São Borja e Santo Tomé já ser uma realidade, na área da educação as trocas são em menores escalas. Está vigente um acordo entre Brasil e Argentina para tratamento diferenciado dos residentes em cidades gêmeas, que traz, também, possibilidades de cooperação na área de educação, contudo, este acordo carece de regulamentação para sua operacionalização. A recente implantação de um Comitê de Integração Fronteiriça dos municípios, traz uma nova perspectiva para a efetiva integração regional e colaboração em temas de interesse comum. Integra este Comitê a Comissão de Educação, Cultura e Universidades, que demonstra expectativas de cooperação. Este artigo teve como objetivo apresentar os marcos legais, as intenções da Comissão de Educação, Cultura e Universidades e as experiências de interações na área da educação nas cidades gêmeas São Borja e Santo Tomé. Foi realizada pesquisa exploratória, por meio de levantamento bibliográfico e documental. A partir deste estudo, constatou-se que existe a formalização de um acordo bilateral, que permite, além de outros direitos, a cooperação na área da educação. Contudo para que o Acordo se concretize, é necessário a regulamentação de sua implementação em ambos os países. Observou-se também que as experiências de interação na área da educação são incipientes. Cabe a novos estudos a análise do progresso dos trabalhos da Comissão de Educação, Cultura e Universidades neste sentido.

Palavras-chave: Fronteira; Cidades Gêmeas; Integração Regional; Educação.

Cidadania Social, Impasse Limites e Condicionantes na Fronteira de Foz do Iguaçu

Maria Geusina da Silva
Vera Maria Ribeiro Nogueira
Juliana Domingues

Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA)

O texto apresentado trata sobre a fruição do direito à saúde para os não nacionais que residem na faixa de fronteira Arco Sul. Deriva de uma proposta de pesquisa que tem como foco apreender como se processa a ação dos sujeitos políticos públicos locais em relação a cooperação transfronteiriça, considerada como um dos elementos decisivos para garantir a cidadania social em relação à proteção integral a saúde e a assistência social da população residente na área da fronteira. Esta cooperação se concretiza na inclusão dos cidadãos transfronteiriços que demandam ações e serviços em municípios que não o de sua residência. Esta inclusão, prevista nos acordos assinados pelos países integrantes do MERCOSUL e internalizados na ordem jurídica dos Estados parte, não vem sendo obtida nas fronteiras do bloco, com reduzidas experiências que respeitam os pactos estabelecidos nos acordos internacionais. Desta afirmativa decorre a indagação inicial que motivou este estudo - se existe a garantia de acesso no plano legal/jurídico, porque tal não ocorre? Não se desconhece que a cooperação transfronteiriça sofre o impacto de vários fatores, tais como as distinções entre os países quanto à forma orgânica do aparato estatal subnacional, os níveis de complexidade diferenciados dos sistemas de proteção social e saúde, a relação do nível local com o nacional e o protagonismo dos gestores e profissionais. Entretanto, resultados de estudos anteriores apontam a relevância incontestável dos sujeitos políticos do nível local para o êxito ou fracasso das políticas públicas para inclusão dos não nacionais. Paradoxalmente há um completo desconhecimento sobre a ação destes agentes públicos nos aspectos éticos, políticos, profissionais e também sobre quais as mediações, as ações realizadas e os determinantes éticos e políticos que os orientam no sentido de realizar ou não ações encaminhando a cooperação entre os sistemas de saúde e assistência social.

Palavras-chave: Cidadania Social; Saúde; Assistência Social; Cooperação Transfronteiriça.



Mesa III

Los actores beneficiados de la maquila en la frontera latinoamericana: El “Programa de la Industria Manufacturera, Maquiladora y de Servicios de Exportación” (IMMEX) y la dependencia mexicana

Miguel Ángel Ayala Mondragón

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Las zonas francas se crean para acrecentar la capacidad productiva de una región. Se pretende, de dicha forma, contribuir con su desarrollo y por ende mejorar las condiciones de vida del área, o al menos eso es lo que los Estados declaran; en muchas ocasiones estas zonas de gracia desarrollan todo un marco que tiene las condiciones precisas (huecos de ley, falta de especificidad en las exigencias para los actores, poco escrutinio en el desarrollo del marco común, etc.) para beneficiar a los actores externos más que a los internos. Tal es el caso de las maquilas en Latinoamérica, prácticamente muchas economías de la región dependen de la inversión de capitales extranjeros para conseguir los elementos de producción y llevar a cabo su producción. La cercanía geográfica con los Estados Unidos vuelve a México el escenario perfecto para dicho proceso. Por el interés del mercado norteamericano en comerciar con México como por el interés que tienen potencias que pretenden insertar productos a Norteamérica a través de México. La política externa mexicana también suma, mediante el desarrollo de planes y reformas que vuelven más cómodo el camino para la inversión de grandes potencias. Esto, ya sea por una predilección por los mercados norteamericanos o por pocas/nulas relaciones con otros Estados. Tal es el caso del “Programa de la Industria Manufacturera, Maquiladora y de Servicios de Exportación” (IMMEX) del 2006: brinda dádivas fiscales a empresas que maquilan temporalmente productos dentro del territorio mexicano y que tienen como fin la exportación. Esto se concibe como una ventaja competitiva para el país. Sin embargo, México llevó a cabo reformas en aras de atraer la inversión de capitales extranjeros. La reforma fiscal del 2013 disminuyó considerablemente las ventajas competitivas del país. Se diseñaron nuevos mecanismos, tales como el diferimiento de impuestos, fianzas por importación, o la exigencia de certificaciones económicas con el pretexto de crear una cultura de la legalidad dentro de las operaciones comerciales, sin embargo, tales acciones benefician más a los capitales de inversión

que a las empresas encargadas de la manufactura. El propósito de este texto es intentar develar el propósito real de esta clase de planes y reformas y las implicaciones concretas que tienen para los diversos actores involucrados.

Palavras-chave: Maquila; frontera; México; IMMEX.

Dinâmica produtiva e a Lei de Maquila: Um estudo na fronteira entre o Departamento de Amambay - PY e o Estado de Mato Grosso do Sul - BR

Vivian Letícia Agüero Godoy

Eliaana Lamberti

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Em 2000, o Paraguai passa a aderir o regime maquilador como alternativa de diversificação em suas exportações, considerando que, o mesmo é o quarto na exportação de soja, e quinto na exportação de carne bovina em âmbito mundial. Entretanto, devido à instabilidade nos preços das commodities, em junção com as projeções econômicas dos países consumidores, o Paraguai optou por diversificar a sua produção sob o regime maquilador, regulamentada pela lei 1064/97 (MCS, 2015). Posteriormente a implantação do regime maquilador, o Paraguai aprovou aproximadamente 175 projetos de maquiladoras nos últimos doze anos, sendo o Brasil, um de seus principais investidores (MIC, 2018). O aumento do fluxo de intercâmbio internacional entre as empresas brasileiras em solo paraguaio, causaram certos impactos nas regiões fronteiriças brasileiras, por inúmeros fatores, sendo algumas delas: a exportação de vagas de trabalho, assim como investimentos potenciais que poderiam ser direcionados nas Zonas Francas de Manaus ou nas Zonas de Processamento para Exportação em Mato Grosso do Sul, assim como o Norte brasileiro, que sentirá os efeitos econômicos devido ao desvio na logística de escoamento de produção, que passa pelas rotas vantajosas do Paraguai. Assim sendo, este artigo explora bibliograficamente o fenômeno maquilador no Departamento del Amambay – PY e o Estado de Mato Grosso do Sul – BR, e sua relação com a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS) destacando a implementação do “Programa Fomentar Fronteiras” como alternativa de integração.

Maquila Paraguuaia: porque ainda cometemos os mesmos erros de integração produtiva na América Latina?

Vivian Costa Brito
Ivo Marcos Theis
Gilberto Friedenreich dos Santos
Furb, Brasil

Não bastassem os mais de 50 anos de experiência de integração produtiva e comercial do México e dos países centro-americanos com os Estados Unidos e Canadá – sobretudo do México através do NAFTA, no qual resultaram em severas críticas aos limites de ganhos sociais e econômicos do modelo de Indústria Maquiladora de Exportação (IME), nos anos 2000, o Paraguai retoma esse modelo de integração em meio como forma de inserção nos processos de globalização. A crítica recai também na manutenção da lógica imperialista (subimperialista) dos países centrais sobre os países periféricos a partir desse modelo e dos efeitos socioespaciais negativos para as regiões de fronteira no México. A retomada desse modelo de integração produtiva como uma estratégia de alavancar o desenvolvimento de forças produtivas no Paraguai abre uma nova discussão sobre os limites e alcances de tais ações. Esse modelo de integração produtiva é baseado em relações multilaterais entre países, sobretudo, os países vizinhos Argentina, Brasil e Uruguai, em razão de acordos firmados no Mercosul. Uma análise sobre as IME's brasileiras do setor Têxtil e de Confecções implantadas no Paraguai no período de 2001 a 2017, evidenciam tais limitações supracitadas. Em razão especialmente de baixa integração produtiva nacional das IME's com os setores agrícola, industrial, comercial e de serviços do Paraguai; de ganhos sociais que não refletem na redução das condições de desigualdade social interna, intrarregional (Mercosul) e com os demais países da América Latina, em razão sobretudo de uma atuação subimperialista dos países de maior porte territorial e econômico, a exemplo do Brasil. A fronteira entre países é marcada em tais processos de integração produtiva via IME como elemento estratégico. No caso do Paraguai, na fronteira com o Brasil entre as localidades de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, passam a ocorrer alterações socioespaciais e em suas dinâmicas econômicas que carecem de estudo para melhor compreensão. Com finalidade de atingir tal feito, foi realizado um estudo setorial das ações de integração produtiva já consolidadas nos segmentos econômicos têxtil e de confecção entre o Paraguai e o Brasil através de IME e seus efeitos

socioespaciais para a Região Metropolitana de Ciudad del Este, abarcando as municipalidades de Ciudad del Este, Hernandarias, Minga Guazú e Presidente Franco.

Paravras-chave: Maquila; integração produtiva; integração regional; indústria têxtil.

Relações de trabalho nas dinâmicas sociais de fronteira

Fernando Cesar Mendes Barbosa
UNILA

O presente artigo discute as relações de trabalho nas dinâmicas sociais da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, com as cidades de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. As regiões de Fronteira têm sido caracterizadas não apenas como espaços físicos, capazes de delimitar e limitar espaços nacionais, mas como espaços nos quais diferentes interesses e objetivos de natureza econômica, cultural e humana dialogam e, ao dialogarem, extrapolam as fronteiras físicas dos Estados, transformando-as em espaços marcados por multipolaridades (MACHADO e SILVA, 2012). Mostra que a realidade de fronteira é extremamente complexa e desafia as normas estatais que pretendem regular as relações sociais, sobretudo as relações de trabalho, ao que requer uma nova maneira de compreensão dessa realidade, na qual práticas sociais assumem contornos diferenciados de práticas observadas em outras regiões do país. Evidencia que, nessa região, há constante flexibilização e atualização das relações de trabalho, que desafiam as normas nacionais que tutelam o trabalho a ressignificarem essas relações também enquanto direito social. Aponta para a necessidade de compreender as relações de trabalho na fronteira, como elementos representativos e constitutivos da própria vida dos trabalhadores dessa região. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise de dados de pesquisas já realizadas, verifica-se que há uma constante movimentação de trabalhadores transfronteiriços que cruzam os limites da fronteira para exercer atividades de trabalho, em ambos os lados dessa fronteira (CARDIN, 2011; RABOSSO, 2011; ALBUQUERQUE, 2010; SLOMP, 2014). Conclui que o trabalho versus emprego, na fronteira, tem relações ambíguas com a identidade nacional – no sentido tanto de pertencimento civil quanto do direito ao trabalho. O papel que o trabalho tem ocupado na vida do homem não permite mais que sua existência seja pensada sem a realização de uma atividade que lhe complete e seja capaz de inseri-lo nas dinâmicas sociais de um modelo econômico orientado pelo capitalismo (Giddens, 2005). Conclui ainda que o trabalho

é elemento fundamental, mas não exclusivo, de inserção do homem nas relações socioeconômicas pelas quais está marcado.

Palavras-chave: Trabalho; fronteira; emprego; dinâmicas sociais.

Brasiguaios e a geopolítica dos conflitos fundiários no Paraguai

Lucas Gonçalves de Oliveira Ferreira
Universidade da Integração Latino Americana (UNILA)

O artigo aborda os conflitos fundiários na fronteira leste do Paraguai após os intensos fluxos migratórios da década de 70, com foco na análise geopolítica do conflitos e sua relação com a ocupação brasiguaia de grandes áreas de terras produtivas paraguaias. Analisam-se a questão através de três grandes eixos, sendo inicialmente abordado a questão da propriedade de terra no Paraguai e o processo de estrangeirização das terras cultiváveis. Em um segundo momento a discussão se presta a analisar os fluxos migratórios de brasileiros para o Paraguai nos anos 50 e 60 e em especial depois dos anos 70, com objetivo de compreender essas dinâmicas migratórias, bem como discutir o fenômeno do surgimento dos brasiguaios e sua influência nas questões fundiária paraguaia. Por fim, analisa-se os conflitos pela terra paraguaias, especialmente situações conflituosas envolvendo brasiguaios com fator preponderante na dinâmica desses conflitos, bem como suas repercussões nos aspectos espaço-territoriais e da estrutura de poder da região, fatores esses centrais a análise geopolítica da questão. Em última instância, o presente artigo objetiva constatar a existência e os efeitos das relações existentes entre brasiguaios, o processo de estrangeirização da terra e os conflitos fundiários ocorridos a partir de 2008, e como tal temática perpassa por muito mais fatores do que apenas o conflito envolvendo a terra e se mostra muito mais complexa que simplesmente uma questão local no momento em que envolve populações e interesses que transcendem as já tênues fronteiras nacionais paraguaias.

Palavras-chave: Conflito fundiário, Paraguai; land grabbing; brasiguaios.



Mesa IV

Saneamento em bacias hidrográficas transfronteiriças

Maurício Pinto da Silva
Esmeralda Canhada de Goz Faria
Marina Aires da Silva
Guilherme Sinott Silveira
Universidade Federal de Pelotas

Os temas relacionados ao meio ambiente especialmente a gestão das águas tornam-se cada vez mais centrais para cientistas de diversas áreas e para segmentos da sociedade, comprometidos com a sustentabilidade da vida no planeta. Tal conduta provoca impactos ambientais imprevisíveis, que na maioria das vezes extrapolam as fronteiras entre os Estados nacionais. Nesse contexto, os desafios a gestão e o planejamento do saneamento em bacias hidrográficas transfronteiriças ganha importância. O saneamento pode ser compreendido como o serviço que abrange as ações relacionadas ao abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana (resíduos) e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Sua dimensão tem implicações diretas com outros fatores como a questão cultural, ambiental, sanitária, estritamente ligadas à saúde pública, dos direitos humanos, e à sadia qualidade de vida. De acordo com levantamento da UNESCO, há no mundo 263 bacias hidrográficas com corpos d'água transfronteiriças inseridas em 145 países. “Trinta e três Estados encontram-se totalmente inseridos em bacias hidrográficas transfronteiriças ou possuem mais de 90% de seu território contido em áreas de drenagem de rios compartilhados com outros países”. Na América do Sul, há 37 bacias hidrográficas com recursos hídricos contínuos ou contíguos, e todos os 13 países da região compartilham algum corpo hídrico. No plano internacional três marcos são referenciais e tratam da temática do saneamento. O primeiro refere-se aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, firmado em setembro de 2000, prevendo, entre outras metas a redução em 50%, até 2015. O segundo é a Resolução A/RES/64/292, da Assembleia Geral da ONU, de 2010, apoiada por 122 nações. Por fim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Dentre os dezessete ODS destaca-se o 6 - água potável e saneamento - que tem por objetivo assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos. O estudo tem por objetivo suscitar o debate sobre os desafios a gestão do saneamento em bacias hidrográficas transfronteiriças tendo como objeto de análise a transnacionalidade da Bacia Hidrográfica Mirim - São Gonçalo, localizada na fronteira Brasil-Uruguaí.

Palavras-chave: Saneamento; meio ambiente; bacia hidrográfica; transfronteiriço.

Regulação e hidropolítica na fronteira Brasil-Paraguai

Aline Robles Brito

Fabício José Missio

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

As relações entre Brasil e Paraguai são dotadas de particularidades históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas que resultaram em situações de cooperação e conflito no decorrer dos anos. A proximidade geográfica impõe interdependência e vulnerabilidade e exigem interações cotidianas desses países, como é o caso do uso compartilhado dos recursos hídricos transfronteiriços. Todavia, ressalta-se que, em mundo globalizado, ao mesmo tempo em que a gestão dos recursos naturais está sujeita a soberania nacional, os países também buscam maior inserção no sistema internacional. Diante disso, a questão da hidropolítica torna-se cada vez mais atual e importante, pois em termos conceituais, a hidropolítica pode ser entendida como a “capacidade de instituições geopolíticas manejarem os recursos hídricos compartilhados de forma politicamente sustentável, isto é, sem tensões ou conflitos entre as entidades políticas” (GWP, 2015, p. 20). Portanto, o principal objetivo deste artigo é traçar um panorama acerca do gerenciamento político das águas transfronteiriças no Brasil e no Paraguai. Argumenta-se ser de suma importância compreender as normativas legais e tratativas jurídicas estabelecidas, ou seja, o posicionamento político que cada país assume em torno da gestão hídrica em seu território e, especialmente, em suas áreas de fronteira. Para cumprir com os objetivos, o escopo metodológico deste estudo classifica-se em descritivo e exploratório, fundamentado em bases bibliográficas (livros, teses, dissertações e artigos) de diversas áreas do conhecimento (Ciência Política, Geografia Humana, Relações Internacionais, entre outras) e documentais (leis, acordos e tratados internacionais, políticas e/ou ações direcionadas para às águas fronteiriças). A principal conclusão é de que existem fragilidades nas relações entre os países, que quando somadas à interdependência hidrológica e a importância dos recursos hídricos na atual conjuntura ambiental, tornam o futuro do panorama hidropolítico vulnerável e instável, especialmente nessa fronteira internacional.

Palavras-chave: Recursos hídricos transfronteiriços; gestão hídrica partilhada; hidropolítica.

Mapeamento e análise da paisagem da bacia hidrográfica Águas do Papagaio – Campo Mourão – PR

Taila Lorena de Souza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

O projeto aqui apresentado demonstra a utilização de programas de projeções cartográficas para descrever e conhecer o recorte geográfico da Bacia Águas dos Papagaios, recurso do qual pode ser aplicado e utilizado para a descrição e entendimento de diversas bacias em diferentes localidades. Ao trabalhar com análise da paisagem de uma bacia hidrográfica é possível compreender e visualizar sua importância em meio a sociedade, uma vez que a mesma é utilizada em diferentes vertentes ao ser inserida no cotidiano de grandes cidades assim como no meio rural. Entender analisar e observar uma paisagem natural faz com que sua utilização tome uma forma mais consciente uma vez que entendendo seu funcionamento e seus problemas a sociedade pode conciliar sua utilização de forma da qual não altere sua dinâmica causando um menor impacto ambiental. Sendo assim a partir de um banco de dados cartográficos é realizada a representação da paisagem da bacia gerando produtos cartográficos dos quais podem vir a colaborar tanto com a preservação do recorte quanto para seu melhor planejamento. O trabalho aqui apresentado foi realizado a partir da análise de uma carta Topográfica disponibilizada pelo ITCG, sendo a base para a elaboração de mapas temáticos de Hipsometria, Declividade e Hierarquia dos canais, elaborados a partir do programa Qgis, representações estas que possibilitam a visualização da bacia e sua análise, apresentam também um levantamento da vegetação próxima à bacia e suas principais formas de utilização em cunho antrópico. O levantamento de informações de recursos ambientais vem se tornando cada vez mais utilizado e ganha maior espaço devido sua importância em reconhecer e se informar sobre paisagens naturais trazendo informações e auxiliando em um melhor aproveitamento e planejamento do espaço geográfico, sendo assim justifica-se a importância do trabalho aqui apresentado possibilitando a sua metodologia ser aplicada à diferentes recortes geográficos buscando o mesmo objetivo de um maior conhecimento sobre a área e a dinâmica de uma bacia hidrográfica.

Palavras-chave: Bacia hidrográfica; análise; planejamento.

Aspectos da transformação da paisagem e estratégias de conservação do bioma pampa Brasil - Uruguai

Alice Poche Gabriel

Franciele da Silva

Eliane Maria Foletto

Universidade Federal de Santa Maria

Pode-se afirmar que a cultura humana do bioma Pampa foi a quem manteve suas paisagens conservadas até os dias atuais e consequentemente reproduzindo os costumes do território do Pampa sul-americano. Porém, nas últimas décadas com o avanço das fronteiras agrícolas e com o incentivo de políticas públicas voltadas para o neoextrativismo, o bioma Pampa com toda sua riqueza cultural e paisagística tem sido comprometida, envolvendo também o descaso com a efetividade das áreas protegidas. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo discutir os principais aspectos da transformação da paisagem no bioma Pampa Brasil e Uruguai gerados pelo neoextrativismo e pensar em algumas estratégias de conservação e integração desse território, levando em consideração a instituição de Áreas Protegidas afim de valorizar as paisagens geobioculturais do bioma Pampa. Para a realização do presente trabalho, foi realizada revisão de literatura especializada e trabalhos de campo entre os anos de 2016 e 2018, observando os aspectos das paisagens geobioculturais e os impactos socioambientais do bioma Pampa. Ainda foi discutido a importância do papel das Áreas Protegidas considerando que são instrumentos legais, que podem possibilitar e restringir algumas atividades em suas zonas de amortecimento. A crescente pressão que o bioma Pampa tem sofrido em relação ao neoextrativismo demanda de estratégias que considerem a presença humana, principalmente com relação a cultura do gaúcho com a paisagem do Pampa. Visando a minimização dos impactos socioambientais as áreas protegidas com suas zonas de amortecimento são fundamentais, pois são áreas de interferência que podem afetar diretamente no bloqueio de atividade antrópicas, como a monocultura da soja, acácia negra, pinus, eucaliptos e mais recentemente o conflito socioambiental causado pela mineração. Além disto, a integração entre a cultura local e o desenvolvimento endógeno baseado em costumes tradicionais podem ser impulsionados e garantir a permanência das comunidades tradicionais. O bioma Pampa não demanda apenas do gado para se fazer paisagem, mas sim de uma presença social, cultural para se fazer ambiental, histórica e por final econômica.

Palavras-chave: Bioma pampa; neoextrativismo; paisagem; conservação.

Parques naturais em áreas de fronteira: um estudo sobre o Parque Nacional do Iguaçu - PNI

Luiza dos Santos Camejo
Willian Silva Rivaroli
Carolina Castro Kubaski
Maurício Pinto da Silva
Universidade Federal de Pelotas

A concepção de fronteira está nitidamente associada às disputas, controle pelo Estado, perda da liberdade de ir e vir e também às guerras. Em decorrência das áreas fronteiriças serem muito valiosas por seus inúmeros recursos naturais, a conservação da biodiversidade se tornou um marco para a implantação de parques naturais em áreas contíguas ou próximas de fronteiras entre países. Há também, outras razões fortíssimas que justificam para a implementação desses parques, tais como a ampliação da proteção de ecossistemas naturais ecológicos e o aumento da área efetiva de abrigo às populações animais. Na América do Sul, a Argentina é o primeiro país a criar efetivamente os parques naturais, por meio de medidas rápidas, econômicas e em lugares remotos, assim garantindo soberania sobre um vasto território, transformando as zonas de tensão em zonas neutras e polos turísticos. Estas iniciativas contribuem significativamente para a economia nacional, pois os parques naturais desempenham um papel estratégico na definição de limites e a partir de razões geopolíticas e preservacionistas impulsiona diversas atividades socioeconômicas. Em alguns países, a implantação desses parques tem múltiplas soluções, dentre elas: o litígio na definição de limites e também aos conflitos armados, transformando-se em símbolos de paz e cooperação entre os países e assim uma união com oportunidades conjuntas. Esses símbolos têm por finalidade promover a reconciliação entre os países, que por muitas vezes guerrilharam em prol dessas áreas. Os parques são de fundamental importância para a proteção da diversidade biológica e os variados recursos naturais e culturais associados a essas áreas fronteiriças. O Brasil tem uma linha de fronteira de aproximadamente 15.719km, limitando-se com dez (10) países da América do Sul. Assim, o presente trabalho tem o objetivo apresentar e debater a temática dos parques naturais em áreas de fronteira, de forma específica as características do Parque Nacional do Iguaçu – PNI, localizado na fronteira entre Brasil e Argentina. Destaca-se que o interesse pela temática fronteira/parques naturais

surgem dos estudos e visitas in loco realizadas pelo projeto de pesquisa “Gestão Ambiental Transfronteiriça: desafios ao Mercosul” do curso de Gestão Ambiental do Centro de Integração do Mercosul da Universidade Federal de Pelotas.

Palavras-chave: Gestão ambiental; fronteira; parques naturais.



Mesa V

O desamparo infanto-juvenil em espaço de fronteira: as possibilidades de atuação social do Mercosul no caso “Brasil - Paraguai - Argentina”

Michele Vanessa Werner
UNIOESTE, Brasil

Quando observamos uma sociedade, notamos que os seus cidadãos possuem várias diferenças entre si, sejam elas sociais, econômicas, ou culturais. Consideremos neste estudo, as particularidades de uma população que reside em espaço de fronteira, onde esses aspectos vão além daqueles destacados nos territórios não-fronteiriços. Neste contexto de diferenças, surgem as desigualdades. É partindo desta concepção que é analisado o caso da tríplice fronteira entre Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu. A população desta região além de conviver com uma grande diversidade cultural, é afetada pela violência e o contrabando, ficando a mercê dos problemas que acontecem neste território. Sob tal enfoque, volta-se a preocupação para as crianças e adolescentes em situação de abandono. Diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) realizam trabalhos de acolhimento na tríplice fronteira, principalmente na cidade de Foz do Iguaçu, como é o caso da Aldeias Infantis SOS. É oportuno lembrar que, neste contexto, um dos propósitos do Mercosul é promover uma zona de paz entre seus países, através da integração social com segurança e defesa. É claramente visto que, um dos principais problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes em situação de abandono na fronteira é a questão do trabalho infantil. O Mercosul adotou planos de abolição das atividades ilegais exercidas por crianças, e também afirma que: “o trabalho dos menores não deverá realizar-se em um ambiente insalubre, perigoso ou imoral, que possa afetar o pleno desenvolvimento de suas faculdades físicas, mentais e morais” (MERCOSUL, 2016). A propósito destas afirmações, a atuação conjunta do Mercosul com as organizações locais que já trabalham com esta questão poderiam desenvolver melhores resultados no processo de redução de violência e desamparo infantil neste lugar. Desta forma, acredita-se que o desamparo infanto-juvenil na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina deve-se ser visto de forma particular, por apresentar peculiaridades distintas das demais regiões dos países. Busca-se com isso, ampliar o debate sobre o tema e chamar atenção da comunidade acadêmica sobre o assunto.

Palavras-chave: Trabalho infantil; fronteira; Mercosul.

O Processo de Espoliação da Cidade de Foz do Iguaçu na Geração das Desigualdades Socioespaciais e Vulnerabilidade das Juventudes

Adrielle Saldanha Cive

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

O crescimento urbano de Foz do Iguaçu entorno da Usina Binacional de Itaipu na qual, a ausência de infraestrutura capaz de dar suporte ao boom demográfico ocasionado por este feito, ocasionou um bolsão de miséria em bairros periféricos da cidade. Este estudo visa compreender de que maneira a reestruturação da cidade de Foz do Iguaçu nas décadas seguintes à construção de Itaipu, acentuou a segregação socioespacial. Essa segregação socioespacial vem gerando novas lógicas de estruturação da cidade, condicionando as maneiras de ser, pensar e agir das juventudes do município. Para alcançar esse objetivo, era necessário traçar uma análise demográfica do município antes da construção da Usina, compreendendo sua segregação socioespacial, bem como identificar as juventudes do município, compreendendo o processo de espoliação e reestruturação da cidade que condiciona os jovens a condições de vulnerabilidade e exclusão social. Para tanto, foi utilizado como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, documentos eletrônicos e impressos, bem como revistas e demais materiais necessários para a realização desta investigação. A coleta de dados realizada, principalmente em organismos governamentais, permitiu um olhar cruzado da geografia com a sociologia do problema analisado neste artigo. A partir da análise de dados foi possível trazer maior conhecimento sobre o assunto e proporcionar um levantamento prático da situação em que se encontram os jovens de Foz do Iguaçu, bem como apontar possíveis soluções para os problemas levantados. Enfim, por meio de todo o estudo realizado, foi possível perceber que a lógica da espoliação urbana presente em Foz do Iguaçu desde o período de construção de Itaipu, contribuiu para a segregação socioespacial da população iguaçuense e consequentemente para a vulnerabilidade e exclusão social de suas juventudes. Frente a essa problemática, o município possui desafios importantes que impeçam que esses jovens reproduzam a lógica da transmissão da pobreza de uma geração para outra.

Palavras-chave: Segregação e desigualdades socioespaciais; espoliação e reestruturação da cidade; fragmentação urbana; foz do iguaçu; juventude.

A saúde como direito fundamental e mecanismo de integração na fronteira Brasil- Paraguai

Tamyris Cristiny Souza Rocha

Tomaz Espósito Neto

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

A saúde na fronteira Brasil-Paraguai além de ser considerada um direito fundamental que consta no artigo 25, inciso I da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelecida em 1948, no âmbito das Nações Unidas, é também um mecanismo de integração regional de grande importância para desenvolvimento de zonas de fronteira do Mercosul. O presente trabalho tem como objetivo apresentar como a saúde e a fronteira se estabelecem como pauta do processo de integração, a formatação do acesso à saúde no Brasil e no Paraguai, e a relação existente entre a proximidade geográfica e a transfronteirização dos serviços de saúde. A pesquisa aborda as diferenças nas disposições legais e constitucionais do Brasil e do Paraguai quanto ao direito à saúde, como são formados os sistemas de saúde de ambos os países e ainda a realidade política atual e sua interferência direta na criação e desenvolvimento das políticas de cooperação em saúde entre os países estudados e sua interferência direta na criação e desenvolvimento das políticas de cooperação em saúde entre os países estudados. Apresenta algumas assimetrias existentes no acesso ao direito à saúde que acabam por justificar a demanda de atendimento de paraguaios no sistema de saúde brasileiro e a dificuldade da implantação de políticas que contemplem garantam a efetiva harmonização do acesso à saúde no Mercosul. Para tanto o artigo está organizado em três partes principais, sendo que na primeira será abordada a inclusão do tema saúde na pauta da integração regional, o tópico destaca o potencial da saúde como vetor de desenvolvimento social e econômico e sua importância nas regiões de fronteira, especialmente naquelas em que há grande interação entre os cidadãos fronteiriços. O segundo tópico visa realizar uma análise comparativa entre as regulamentações constitucionais e legais do direito à saúde no Brasil e no Paraguai. Já a terceira parte apresenta a estrutura dos sistemas de saúde dos países estudados, e a realidade política que envolve o tema. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, sob a ótica do Direito e das Relações Internacionais, pautada em análise bibliográfica e documental, cujo intervalo temporal corresponde ao período entre 2005 e 2015.

Palavras-chave: Acesso à saúde; integração; desenvolvimento; fronteira; Mercosul.

O direito à saúde ao estrangeiro no Arco Central da faixa de fronteira do Brasil

Tiago de Lima Marinho

Isadora Golim

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

A partir do advento de documentos como a Carta da ONU (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o homem passou a ser percebido como titular de direitos fundamentais. Assim, o Direito passou a ser associado à dignidade humana e ao valor do ser humano, que deveria ter um mínimo existencial garantido. Durante a segunda metade do século XX houve um crescente aumento no intercâmbio econômico e social entre os Estados, aprofundando suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas. Consequência desse novo cenário, as políticas implementadas dentro de um país passaram a repercutir e gerar impactos nos demais Estados com quem aquele estabelecia relações político-econômicas, mantendo, assim, uma relação de interdependência. Nesse contexto, a implementação do Sistema Único de Saúde no Brasil configura um exemplo da interdependência decorrente das novas relações internacionais e, ao mesmo tempo, constitui uma situação ímpar para os municípios localizados em faixa de fronteira. Estes municípios recebem um fluxo de cidadãos residentes nos países e que buscam acesso à saúde de melhor qualidade e gratuito. Este contingente de pessoas pode (ou não) interferir na gestão da saúde pública dos respectivos municípios brasileiros. A referida situação chegou a levar o governo brasileiro a criar uma iniciativa para dirimir o problema - o SIS Fronteiras. Face ao exposto, o presente trabalho busca analisar a realidade da saúde na fronteira e verificar se os custos do atendimento aos não residentes em municípios do Arco Central da faixa de fronteira do Brasil representam um peso significativo para o país. Busca também aferir a necessidade da manutenção ou aperfeiçoamento de serviços de saúde destinados a estrangeiros e brasileiros não-residentes como forma de observância e atendimento ao fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, dentro da ótica das Relações Internacionais e do Direito.

Palavras-chave: Interdependência; direito à saúde; transfronteirização.

A institucionalização da Rede de Atenção em Saúde Mental das cidades gêmeas de Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY): (des)integração?

Juliana Domingues
Maria Geusina da Silva
Vera Maria Nogueira

Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA)

A atenção em saúde mental na América Latina vem se redesenhando a partir dos anos 1990, quando a maioria dos países desse continente assina a Declaração de Caracas. Os países signatários, entre esses, Brasil e Paraguai, se propõem a executar drásticas mudanças na atenção em saúde mental, constituindo leis e políticas que possibilitem a implementação de uma rede comunitária de serviços de assistência em saúde mental, em substituição ao modelo hospitalocêntrico, com vistas a garantir a proteção dos direitos humanos, a progressiva reinserção comunitária, familiar e social, ficando expressamente proibidas as internações com características asilares. Nesse contexto, sob a vigilância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, os países vêm institucionalizando as suas Leis e Políticas de Saúde Mental, considerando o processo singular de desenvolvimento político, econômico e social de cada um deles. Brasil e Paraguai, além da proximidade territorial, historicamente realizam ações de integração regional, intensificadas na década de 1960, com a construção da Ponte da Amizade, ligando o Brasil ao Paraguai, interligando as cidades gêmeas de Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY), ampliando a mobilidade no fluxo inter/trans fronteira e impulsionando o desenvolvimento do turismo de compras, atualmente considerado o maior centro de comércio popular da América Latina. Outro marco relevante para a integração da região, foi a construção de uma das maiores usinas geradoras de energia, a Hidrelétrica de Itaipu, realizada a partir de uma parceria estabelecida entre o governo brasileiro e paraguaio. A integração também se estende ao campo das políticas públicas, e, no caso da atenção em saúde mental, Brasil e Paraguai firmam dois Acordos de Cooperação Técnica, nos anos de 2009 e 2013 para compartilhar boas práticas. Especificamente nas cidades-gêmeas de Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY), caracterizada por ser palco de múltiplos problemas de ordem social, esse território é considerado altamente favorável para o desenvolvimento de sofrimento psíquico. Nesse cenário, esse estudo

tem o objetivo de apresentar, no contexto transfronteiriço, como a Política de Saúde Mental se institucionalizou nessas cidades gêmeas e se ocorre ou não integração entre os serviços de saúde mental dessa região.

Palavras-chave: Cidades gêmeas; Foz do Iguaçu; Ciudad del Este; saúde mental; integração.



Mesa VI

Visões de defesa nacional na formação da condição fronteiriça dos ex-territórios federais amazônicos: da ocupação a vivificação espacial

Eliane Superti
Jadson Porto Rebelo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

A instalação de entes federativos no Brasil sob o formato de Territórios Federais (TF) teve por justificativa a defesa nacional. Os discursos oficiais da época apontavam a necessidade de defender o território e adotar medidas para povoar, sanear e educar estes espaços. À medida que a fronteira amazônica foi sendo modelada pelos Territórios Federais, novas dinâmicas foram executadas, exigindo ajustes normativos, infra estruturais, políticos e geopolíticos capazes de garantir a mobilização e o dinamismo no espaço. O conceito de defesa nacional para essa região vai também assumindo conteúdos e transformando sua semântica. Este artigo visa analisar as mudanças conceituais de defesa nacional, destinadas às regiões de fronteira na Amazônia, elaboradas por Medeiros (1946), Temer (1975) e a Política Nacional de Defesa (2005). Buscamos compreender como a incorporação das diretrizes de vivificação da fronteira se relaciona e aprofunda a densidade das redes econômicas, sociais e políticas criadas e articuladas; a maior intensidade de uso, produção e reformatação do território, deixando de considera-lo apenas como periférico, mas assumindo-o também como estratégico.

Palavras-chave: Palavras-Ch Territórios federais; defesa nacional; fronteira Amazônica.

O controle fronteiriço diante da transnacionalização da segurança

Flávia Carolina de Resende Fagundes
Faculdade da Serra Gaúcha

Um dos fenômenos mais instigantes no século XXI em relação aos estudos fronteiriços são os processos de securitização e fechamento destas, o que também levanta questionamentos em relação ao conceito de segurança e a separação

entre questões internas e externas Atualmente, separações epistemológicas, como a diferenciação entre segurança pública e segurança internacional, parecem fazer pouco sentido para além do debate acadêmico, tendo em vista a natureza desterritorializada das novas ameaças que se estabelecem, por meio de redes que não respeitam as fronteiras internacionais. Diante desta acepção, o pensador francês Didier Bigo chama a atenção para o fato de que no mundo globalizado os problemas de segurança internos passam a ser questões concernentes às Forças Armadas, assim como as questões externas passam a integrar as preocupações para as forças policiais, criando assim um continuum securitário, onde a separação entre o externo e interno se torna pouco clara. Considerando, tal quadro este artigo tem como intuito entender o controle fronteiriço, uma vez que os limites de atribuição e jurisdição entre as Forças Armadas e as forças de segurança interna se tornam pouco claros, questão ainda mais acentuada, na zona fronteiriça levando a situações de sobreposição, desarticulação e competição entre as instituições de segurança e defesa. Observando, a trajetória do controle fronteiriço brasileiro nos anos 2000, podemos perceber que a fronteira surge como um tema destaque na agenda política, aparecendo como um tema primordialmente de segurança pública, mas com o crescente envolvimento das Forças Armadas na segurança fronteiriça. Dentro desta lógica, foram criados planos para a repressão dos delitos transfronteiriços, prevendo operações interagência, com a participação das Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e as polícias estaduais. Nesse sentido, neste trabalho buscamos, através do processo decisório, compreender a ausência de criação de canais conjuntos de decisão e compartilhamento de informações entre as instituições de segurança e defesa e quais os impactos de tal desarticulação na gestão securitária das fronteiras.

Palavras-chave: Segurança; defesa; fronteiras.

Importância do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) como projeto estratégico da Defesa do Exército Brasileiro na Defesa da fronteira terrestre do Brasil

Silvana do Valle Leone
Elisa Pinheiro de Freitas
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

O presente trabalho busca a importância da implementação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) como projeto estratégico da Defesa conduzido pelo Exército Brasileiro para o fortalecimento da presença estatal na região fronteira. O objetivo geral do trabalho é apresentar a importância do SISFRON dentro do Plano Estratégico de fronteiras e como um dos principais Projetos estratégicos do Exército Brasileiro dentro da Estratégia Nacional de Defesa. O objetivo específico é identificar os principais benefícios da implementação do SISFRON para Segurança e Defesa Nacional e para a Sociedade Brasileira. A metodologia utilizada é qualitativa, descritiva e explicativa. A pesquisa é bibliográfica e documental e tem como propósito trazer informações sobre o SISFRON, através de pesquisa acadêmicas de trabalhos desenvolvidos em instituições de ensino Superior que desenvolvem linhas de pesquisas especificamente dedicadas aos assuntos de Defesa Nacional e das Escolas de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas e legislações pertinentes ao tema, entre elas, a Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. O artigo visa apresentar os resultados tangíveis alcançados com o uso da tecnologia SISFRON, que é um projeto piloto com sistema de sensores, decisores e atuadores numa extensão de 650 quilômetros na fronteira sul de Mato Grosso do Sul e com a missão de proteger 17 mil quilômetros de fronteiras de 10 países vizinhos. Conclui-se que é importante que a sociedade tenha uma visão global sobre a finalidade do SISFRON, ferramenta que visa dotar o Brasil de meios tecnológicos para uma efetiva presença do estado na Faixa de Fronteira; além de impulsionar a sociedade civil discutir juntamente com os militares assuntos relacionados a Defesa Nacional e conhecer a missão das Forças Armadas na garantia da Soberania, do patrimônio nacional e integridade territorial.

Palavras-chave: Defesa; segurança; fronteira; sisfron.

Defesa e segurança na faixa de fronteira do Brasil: Impactos nas Cidades Gêmeas de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã

Adriel Seródio de Oliveira
Gustavo de Souza Preussler
Universidade Federal da Grande Dourados

O presente trabalho, com enfoque nas cidades gêmeas de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, busca analisar os impactos das políticas públicas voltadas à defesa e à segurança das fronteiras sob a ótica das Relações Internacionais e do Direito. Adota-se como marco temporal os anos de 2003 até a 2019; e utiliza-se como metodologia a pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, pautada em análises bibliográficas e documentais. Infere-se portanto que, em razão da perceptível desigualdade material nacional o até então Governo Lula passou a priorizar políticas regionais com o intuito de combater os abismos sociais originários de dívidas históricas. Com o escopo de fortalecer e viabilizar as capacidades dos núcleos internos de populações vulneráveis, por intermédio do empoderamento dos seus agentes locais, bem como pela valorização de suas peculiaridades e singularidades de organização e de produção social, aprumou-se para o desenvolvimento de mecanismo que tinham por finalidade a promoção da economia, da infra-estrutura urbana, social e política. Ademais, incentivou-se a melhoria da conjuntura da cidadania por intermédio de estímulos aos agentes e às características de produção e de organização social, estes todos em âmbitos locais. A faixa de fronteira do Brasil foi uma das regiões favorecidas pelas novas políticas públicas que ocorreram sobretudo entre 2003 e 2011. Entretanto, a partir de 2011 o governo brasileiro passou a dar um enfoque para a faixa de fronteira pautado nas tradicionais funções de defesa e segurança. Naquele ano foram implementadas a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) e o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), com o intuito de prevenir e reprimir a ação de criminosos na divisa do Brasil com países sul-americanos. O enfoque na segurança foi acompanhado do encerramento de projetos desenvolvimentistas para a faixa de fronteira, e as ações passaram a focar o controle de pessoas e a política da guerra às drogas que acabou por transformar o trabalhador fronteiriço em um potencial criminoso em uma fronteira já criminalizada e mais enfaticamente controlada. Isto gerou consequências em conglomerados urbanos no limite internacional, e impactou o cotidiano das cidades gêmeas retromencionadas.

Palavras-chave: ENAFRON; PEF; Pedro Juan Caballero; Ponta Porã; Cidades gêmeas.

Militarização da fronteira: aspectos históricos e objetivos do Departamento de Operações de Fronteiras (DOF) em Mato Grosso do Sul

Juliana de Oliveira Teixeira
Gustavo de Souza Preussler
Universidade Federal da Grande Dourados

O presente trabalho visa proporcionar uma visão dos aspectos históricos relativos à militarização das fronteiras em Mato Grosso do Sul no período compreendido entre o ano de 1987 até os dias atuais. Busca-se analisar os aspectos históricos da criação do órgão responsável pelo patrulhamento itinerante e combate ao crime nas fronteiras do estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia. Criado em 28 de maio de 1987 por meio da Resolução 119/87, o chamado Grupo de Operações de Fronteira – GOF era composto por um efetivo de 16 (dezesesseis) policiais, sendo 08 (oito) Policiais Militares e 08 (oito) Policiais Civis, todos hierarquicamente submetidos a Secretaria de Segurança Pública, e tinham como principal missão a realização do patrulhamento na cidade de Dourados e região com foco em combate ao narcotráfico, furto e roubo de veículos e cargas em propriedades rurais, golpe do seguro e outros crimes com alta taxa de incidência na região naquele período. Inicialmente a sede do recém-criado Grupo de Operações da Fronteira situava-se na Capital, Campo Grande, contudo a distância entre a sede administrativa e o núcleo de atuação tornava o cumprimento da sua missão prejudicado, assim em 1989, a sede foi removida para Dourados, com o propósito de atuar principalmente no patrulhamento ostensivo na região fronteira do estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Em razão do êxito no cumprimento da missão, em 1994 uma ONG chamada Sociedade dos Amigos da Liberdade, Vigilância e Esperança – Salve, construiu um prédio e o cedeu em regime de comodato ao Estado para que ali fosse estabelecida a sede do Departamento. Em janeiro de 1996 com a reorganização da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, em razão do Decreto Estadual n. 8.431, houve alteração da nomenclatura de Grupo de Operações de Fronteira (GOF) para Departamento de Operações de Fronteira – DOF. Posteriormente, em 21 de maio de 1999 com a publicação da Resolução n. 228 houve a alteração do campo de atuação do DOF, acrescentando dentre as suas funções o patrulhamento ostensivo na região da fronteira com a Bolívia.

Palavras-chave: Militarização; crimes; fronteira.



Mesa VII

La iniciativa Mérida, como instrumento de poder militar de los Estados Unidos en la frontera

Génesis Saraí Hernández Escobar

Roberto França

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Durante la visita de George W. Bush al presidente mexicano Felipe Calderón Hinojosa en la ciudad de Mérida, Yucatán, el 13 de marzo de 2007, se sentaron las bases para crear un marco de cooperación en materia de seguridad entre ambos países con el objetivo de luchar contra el narcotráfico y el crimen organizado. El acuerdo surgió bajo el nombre de Iniciativa Mérida y consistía en asistencia mediante la transferencia de equipo militar e informático, así como la creación de programas de capacitación e intercambio de información para fortalecer las capacidades operativas de las fuerzas de seguridad en México. Los gobiernos de México y Estados Unidos aclararon que no se prevé la presencia de militares norteamericanos en México. Es importante mencionar que la Iniciativa Mérida opera bajo responsabilidad de la Oficina de Coordinación de Defensa del Comando Norte en México, cuenta con personal en territorio mexicano y el gobierno norteamericano lleva la pauta hacia donde deben orientarse los recursos brindados, por lo que la idea de que el acuerdo no contemplaba la presencia norteamericana en México es relativa y cuestionable. Delante de eso, el objetivo del trabajo es argumentar que la Iniciativa Mérida manifiesta la visión de Estados Unidos sobre el problema del narcotráfico en México, además de la clara intervención en la toma de decisiones en materia de seguridad nacional lo que ha provocado que el narcotráfico y el crimen organizado sea atendida por parte del gobierno mexicano de manera errada, fuera del propio contexto mexicano. La metodología por aplicar implica la revisión bibliográfica, el análisis documental y el análisis del discurso.

Palavras-chave: Iniciativa mérida; narcotráfico; militarización.

Territorio, terrorismo y seguridad internacional: el caso de la triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay

Ingrid Lorena Ortega Purmann

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

El presente trabajo busca realizar un análisis teórico y reflexivo sobre los tres principales debates que componen a la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: el concepto de Territorio, las problemáticas que surgen hacia la definición de Terrorismo y la Seguridad Internacional. Estos conceptos están arraigados al “perfil” de la Triple Frontera mencionada a partir de tres momentos: I) Los atentados a la AMIA en Argentina; II) Los atentados a la DAIA en Argentina; y III) Los atentados del 2001 ocurridos en Estados Unidos. A partir de este tercer momento se oficializa la “Guerra contra el Terrorismo”, un discurso estratégico que va a colocar a la zona de la Triple Frontera como una región que alberga y financia el terrorismo internacional. Para ello, el marco temporal de análisis se sitúa entre el primer atentado en Argentina, en 1992, hasta el 2017, un tiempo después de que Brasil aprobara la ley anti-terrorista. La denominada “Guerra contra el Terrorismo” será entonces, parte de un proceso de securitización internacional del Terrorismo y la cuestión de una lucha anti-terrorista en la zona de la Triple Frontera está relacionada, en la teoría, a diversos factores que de alguna manera “afectan” a la región mencionada, tales como: narcotráfico, tráfico de armas y el crimen organizado. Delante de eso, la cuestión central de este trabajo es determinar cómo se da el proceso de securitización internacional del terrorismo, y de qué manera no logra concretizarse en el espacio local de Puerto Iguazú. La metodología empleada incluye, además de la revisión bibliográfica, análisis documental y análisis del discurso.

Palavras-chave: Terrorismo; territorio; frontera; seguridad internacional.

A cooperação na tríplice fronteira em face às novas ameaças

Bruna Azevedo
Daphne Castilhos Prigol
Gabriela Sitta Cappellaro
Leticia Marcarini Costa
Roberta Dalan

Centro Universitário da Serra Gaúcha – FSG

O presente artigo tem o intuito de compreender a cooperação Brasil-Argentina-Paraguai no combate ao narcotráfico e ao tráfico humano na região da chamada Tríplice Fronteira, levando em consideração o fato de que esta é uma região transfronteiriça em que são nítidos os padrões de interdependência de seus problemas de segurança. Será evidenciado durante a construção deste artigo, o conceito de fronteira, o processo e os atores da transfronteirização, os principais aspectos da Tríplice Fronteira, assim como a importância do papel da região transfronteiriça dentro dos blocos regionais da América do Sul, frente ao combate às chamadas “novas ameaças”. Ao analisar o período posterior à guerra fria até os dias de hoje, percebe-se que os Estados têm buscado uma cooperação mais efetiva, tanto por pressões internas, como externas, i.e., a pressão estadunidense para que a Tríplice Fronteira se una ao “grande irmão do norte” na guerra ao terror. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o processo de cooperação da Tríplice Fronteira e como esta se posiciona para enfrentar as novas ameaças. O presente artigo terá como base pesquisas qualitativas, com extensa bibliografia acadêmica, pesquisa documental e análise dos fatos históricos. Além da pesquisa histórica, apresentar-se-á uma projeção de cenário para os próximos anos e potenciais comportamentos dos países em relação às ameaças à segurança internacional, os padrões de interdependência de seus problemas de segurança e como a colaboração mútua pode melhorar as condições de segurança na região, tendo em vista que se trata de ameaças transnacionais. Assim sendo, a análise do tema será dividida em contextualização, onde serão abordados os fatos históricos que levam os países à uma cooperação, o processo de transfronteirização, assim como os aspectos da Tríplice Fronteira. Após a abordagem inicial, o trabalho versa sobre as ameaças transnacionais - narcotráfico e tráfico humano - finalizando com a projeção de cenário.

Palavras-chave: cooperação; tríplice fronteira; segurança internacional; tráfico humano; narcotráfico.

Controle Integrado na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru

Ana Leopoldina da Silva

Silvia Maria Tossi

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, Brasil

analeopoldinadasilva@gmail.com

O processo de integração das fronteiras tende-se como uma particularidade resultante do fenômeno da globalização, tal qual vivenciado pós-modernidade, foi indutor de uma série de mudanças na sociedade, atingindo todos os setores, sem precedentes. Tais integrações físicas entre os Estados engendraram formas distintas de atuação, em especial atribuídas pelo fato das fronteiras serem permeáveis. Dessa forma, infere-se que inclusive a permeabilização nas fronteiras é uma das facetas resultantes do fenômeno da globalização, que deve ser estudada com a profundidade necessária, pois, essa faceta ao mesmo tempo que pode desencadear a integração cultural, social e econômica, também, pode ser uma facilitadora para as mazelas acarretadas pela globalização. Nessa perspectiva, o presente estudo compor-se-à pela análise sobre as cidades parte da Tríplice Fronteira Brasil (Tabatinga), Colômbia (Letícia) e Peru (Santa Rosa) voltados ao controle integrado e suas vicissitudes. Como objetivo central se propôs ao levantamento de informações para mapear tipos de situações que atuam e interatuam com base no controle e segurança, identificando as ações dos Estados envolvidos, a partir de atos internacionais, bem como, acordos e parcerias voltadas à segurança. A fronteira referida justifica-se pela idiosincrasias, também pela relevância dos controles internos exercidos de forma bilateral entre os Estados integrados geograficamente, tal como, pela região amazônica ser considerada estratégica para o território brasileiro. Assim, com base nas informações obtidas sobre as ações voltadas à segurança, esse estudo fazer-se-à por meio do levantamento de informações sobre os principais problemas existentes nas áreas da fronteira considerando que os Estados envolvidos, entabulam acordos, ações e possíveis estratégias visando a minimização ou resolução de problemas de segurança pertinentes à zona fronteira. Dessa maneira, orientado ao objetivo do estudo, a metodologia adotada se caracteriza como pesquisa descritiva na obtenção de dados a serem analisados sobre tratados e acordos referentes à fronteira. Já o conceitual teórico consistirá de uma minuciosa revisão bibliográfica pertinente ao tema.

Palavras-chave: Tríplice fronteira; controle integrado; idiosincrasias.

O Novo Governo Brasileiro e a Minustah

Cristiano de Vargas Oliva
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Uma nova onda de governos de direita atinge o mundo e essa corrente veio para a América do Sul e o novo participante desse fenômeno é o Brasil. As pesquisas sobre os efeitos nas Relações Internacionais dos Estados diante desses novos acontecimentos são de extrema importância para compreender o contexto das sociedades que atualmente são regidas por mudanças. Essas mudanças tem sido muito rápidas e suas características mais difíceis de serem entendidas por diversos fatores, como a própria dinâmica dos fatos. Para participar e colaborar com esse entendimento, o presente trabalho traz uma pesquisa sobre as relações do novo governo eleito para o Brasil no período de 2019/2022, com o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, e a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, a MINUSTAH. Esta operação de ajuda humanitária ao país caribenho iniciou em 2004 e durou até 2017 e teve sempre em seu comando generais brasileiros e, no mínimo cinco deles, entre comandantes e chefes, terão cargos estratégicos no novo governo. Qual a influência que esse fenômeno irá desenvolver é a questão da presente pesquisa, como justificativa está os estudos iniciais sobre cenários envolvendo o novo governo brasileiro. A hipótese apresentada é que essa influência será visível no novo governo, não podendo ainda ser mensuradas suas consequências, tanto internas quanto para a política e atuação no cenário internacional. Para tanto foi elaborado um referencial sobre a MINUSTAH e sua relação com o novo governo de Jair Bolsonaro através do método de pesquisa bibliográfica. Essa metodologia é importante visto a riqueza de material sobre a MINUSTAH, no entanto a falta de referências sobre as novas tendências reforçam a necessidade de mais estudos nesse novo prisma político a instalar-se na América do Sul. Conclui-se que haverá influências e que deverão ser tratadas com cautela se for observado seu prisma histórico.

Palavras-chave: Minustah; Jair Bolsonaro; Brasil.



Mesa III

Usuários e traficantes de drogas: uma análise dos processos judiciais por delitos de drogas na zona de fronteira do Brasil com o Uruguai

Alexandre dos Santos Cunha
Olívia Alves Gomes Pessoa
IPEA, Brasília DF, Brasil

Em 2006, o Brasil aprovou uma nova Lei de Drogas (Lei federal n. 11.343/06), em substituição à anterior Lei de Tóxicos (Lei federal n. 6.368/76). A nova legislação instituiu uma política nacional sobre drogas, baseada em preceitos de prevenção social, além de avançar significativamente na distinção do tratamento penal reservado a usuários e traficantes. Segundo BARBOSA (2017), o objetivo seria deslocar a regulação estatal do uso de drogas da esfera penal à saúde pública. Segundo o artigo 28 da nova lei, “quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar” não está sujeito a penas de prisão, mas apenas de advertência, prestação de serviços comunitários ou de caráter educativo. Já o artigo 33 estabelece que o ato de “importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar” encontra-se sujeito à pena de reclusão, por cinco a quinze anos, além de multa, de 500 a 1.500 dias-multa. Ser tipificado como usuário ou traficante, portanto, acarreta uma diferença brutal no tratamento penal. Entretanto, a distinção legal entre as duas categorias é bastante imprecisa. Algumas ações, tais como as de guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo substâncias entorpecentes são comuns aos dois tipos penais. A diferença estaria apenas na destinação que o agente poderia dar à droga. Nos termos do artigo 28, parágrafo 2º, “para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”. Logo, a distinção baseia-se em um conjunto de condições subjetivas e discricionárias, potencialmente arbitrárias, totalmente dependentes da convicção do juiz, do Ministério Público e do testemunho dos policiais responsáveis pela apreensão e senhores de seu contexto. Além disso, ao invocar a necessidade de analisar fatores tais como o local em que ocorreu a apreensão, as circunstâncias sociais, pessoais e os antecedentes do agente, a Lei de Drogas abre caminho para que estigmas de gênero, cor, comportamento, classe ou origem social possam impactar sobre a decisão judicial. Por essas e outras razões, uma série de autores, tais

como BOITEUX (2006), defendem que a nova Lei de Drogas é um retrocesso travestido de avanço. Para esses autores, os danos potencialmente resultantes da interpretação arbitrária e discricionária do artigo 28 justificariam a manutenção da Lei de Tóxicos, já que na situação anterior os eventuais usuários encontravam-se submetidos ao rito sumaríssimo do juizado especial criminal, em virtude do qual muito provavelmente já não seriam presos. Ao reforçar o abismo entre usuários e traficantes de drogas sem fixar critérios objetivos, o peso da nova legislação acabaria por recair especialmente sobre os pequenos traficantes, ou usuários que traficam para manter o próprio consumo, que constituem o cerne dos cidadãos normalmente selecionados pelo sistema de justiça criminal para cumprirem pena por delitos de drogas. Ainda segundo essa mesma autora, a submissão desses pequenos traficantes a longas penas de prisão em regime fechado ainda teria o dom de afastá-los definitivamente do convívio familiar, aproximando-os de facções criminosas e submetendo-os a novos estigmas, humilhações e violências. Em virtude desse risco, muitos países fixam cláusulas de barreira, ou quantidades mínimas de drogas em posse do agente necessárias para caracterizar o crime de tráfico de drogas, com o objetivo de diminuir o grau de subjetividade e discricionariedade do juízo (CARVALHO, 2010). De fato, desde a entrada em vigor da nova legislação, a quantidade de cidadãos presos, processados e condenados por tráfico de drogas vem crescendo muito acima da taxa geral de encarceramento. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (INFOPEN, 2014), em 2005 a população prisional brasileira era de 361 mil pessoas, das quais 15%, ou 54 mil, encontravam-se reclusas por delitos de drogas. Em 2014, para uma população prisional de 607 mil pessoas, os reclusos por delitos de drogas eram 28%, ou 170 mil. O número de “traficantes de drogas” recolhidos ao sistema penitenciário brasileiro em 2014 era idêntico ao número total de presos que se encontravam detidos no ano de 1997. Esse crescimento exponencial no número de “traficantes de drogas” cumprindo pena de prisão poderia ter um conjunto de explicações. Primeiramente, seria possível imaginar que tenha havido um aumento dramático na eficiência do sistema de justiça criminal, dentro do paradigma da guerra às drogas, e que a maior parte dos traficantes brasileiros tenha sido processada e presa. Afinal, é difícil acreditar que em algum momento tenhamos chegado a ter mais do que um traficante de drogas para cada mil e duzentos cidadãos brasileiros. Sendo assim, o fenômeno do tráfico de drogas deveria ter praticamente desaparecido do país, o que não parece ser o caso. Uma segunda explicação possível seria a de que o número de usuários de drogas tenha aumentado significativamente, ampliando a demanda pelo serviço ilícito prestado por traficantes. Infelizmente, o Levantamento Nacional sobre Drogas de 2015 até hoje não foi publicado pela FIOCRUZ, razão pela qual não existem dados atualizados disponíveis sobre a taxa de prevalência de consumo de drogas no Brasil. Porém, também não existem quaisquer evidências empíricas de que tenha havido um aumento, o que dirá de tamanha magnitude, pelo menos até o ano de 2012 (INPAD, 2014). Uma terceira explicação plausível seria a de que a nova Lei de Drogas, com sua imprecisão, induziu a um aumento na condenação por tráfico de drogas de pessoas que anteriormente seriam tipificadas pelo sistema

de justiça criminal como usuários. Esta hipótese poderia ser empiricamente testada comparando-se o perfil dos réus, as circunstâncias da apreensão e as características dos processos criminais que resultaram na prisão de cidadãos por tráfico ou uso de drogas, de modo a determinar se há diferenças relevantes entre uns e outros, ou se prevalece um caráter meramente discricionário ou estigmatizador, baseado em estereótipos. O presente trabalho tem por objetivo testar esta terceira hipótese, no espaço da fronteira brasileira com o Uruguai. Como tal, insere-se no contexto mais amplo de uma pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa, sobre os delitos de drogas e conexos nessa região de fronteira, realizada pelo IPEA no segundo semestre de 2017, no quadro da segunda etapa do Plano de Monitoramento e Avaliação dos Efeitos da Nova Política Uruguaia de Regulação do Mercado de Cannabis sobre a Segurança na Zona de Fronteira, de que trata o Protocolo de Rivera, celebrado entre os governos brasileiro e uruguaio em 16 de dezembro de 2014 (CUNHA et al., 2017).

Palavras-chave: Políticas sobre drogas; política criminal; fronteira; Brasil; Uruguai.

O aumento do encarceramento feminino no Mato Grosso do Sul: impactos da crise econômica brasileira e do tráfico de drogas na fronteira

Luzia Bernardes da Silva
Camilo Pereira Carneiro Filho
Gustavo de Souza Preussler
Universidade Federal da Grande Dourados

O aumento do encarceramento feminino registrado no Mato Grosso do Sul entre 2015 e 2018 foi acompanhado por uma conjunção de fatores, dos quais fazem parte a crise econômica do Brasil (aumento de desemprego, do percentual de pobreza e o corte de investimentos em programas sociais), a presença de uma rede internacional de tráfico drogas com grande atuação na fronteira Brasil-Paraguai e a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho por parte das classes com baixa escolaridade. O presente trabalho tem como enfoque a atuação feminina no âmbito do tráfico internacional de drogas nas fronteiras sul-americanas, mais particularmente na fronteira Brasil-Paraguai. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, dentro do escopo das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Encarceramento feminino; tráfico internacional de drogas; fronteira sul-mato-grossense.

Redes de comércio ilegal na zona de fronteira brasileiro-paraguaia: extremo oeste do Paraná limítrofe aos departamentos de Canindeyú e Alto Paraná (PY)

Alan Diogo Schons

Aline Kammer

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

A região geográfica do extremo oeste do Estado do Paraná (BR) limítrofe aos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú (região oriental do Paraguai) se constitui num dos segmentos da zona de fronteira brasileiro-paraguaia. O limite internacional entre os dois países é ali estabelecido pelo Lago de Itaipu. Tal segmento fronteiriço há muito vem sendo apontado como um dos mais problemáticos da América do Sul, devido à intensificação do comércio ilegal de toda ordem. Dentre os produtos e mercadorias que mais circulam ilegalmente do Paraguai para o interior do Brasil destacam-se: armas de fogo, drogas, cigarros, fármacos, agrotóxicos, eletrônicos, dentre outros. Grande parte daqueles produtos e mercadorias são oriundos de outras escalas, internacionais e intercontinentais. Muitos produtos e mercadorias que chegam a Ciudad del Este e Salto del Guairá - cidades da zona de fronteira analisada - tem como destino final o Brasil, e sua inserção no território nacional se dá em grande parte de forma ilegal. Embora seja difícil indicar dados quantitativos fidedignos, mas observamos um crescimento acentuado das ilegalidades a partir da década de 1980. Não obstante, as redes técnicas facilitam a comunicação de atores fronteiriços brasileiro-paraguaios na organização de esquemas para burlar a fiscalização e as normas territoriais. O objetivo central deste trabalho é analisar como se estruturam as redes transfronteiriças de comércio ilegal e quais as escalas mobilizadas. Para consecução do objetivo proposto, a metodologia consistiu em levantamento teórico-bibliográfico e pesquisa de campo. O trabalho foi dividido em duas partes: analisamos como o conceito rede auxilia na compreensão do comércio ilegal transfronteiriço. Partimos da ideia que a noção de rede serve tanto como um instrumento teórico de pesquisa quanto como um método analítico para explicar atividades econômicas ilegais transfronteiriças. (DIAS (2005); MACHADO (1998); HAESBAERT (2016)); a segunda parte do trabalho analisa como se estruturam as redes transfronteiriças do comércio ilegal e quais suas escalas de atuação. Finalizamos o trabalho argumentando que o comércio ilícito não fere apenas as leis territoriais, penaliza sociedades, gera problemas de saúde pública, contribui para o aumento da violência urbana não apenas em cidades fronteiriças, mas igualmente em cidades de outras escalas territoriais.

Palavras-chave: Redes, comércio ilegal; Brasil/Paraguai.



Mesa IX

Mudanças nos modos de vida experimentadas pelos trabalhadores envolvidos no “contrabando” na Fronteira Brasil-Paraguai

Cíntia Fiorotti Lima

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Este estudo discute as mudanças nos modos de vida dos trabalhadores envolvidos no transporte e comércio legal/ilegal de mercadorias na fronteira Brasil-Paraguai, entre o Oeste do Paraná/BR e o Departamento de Canindeyú/PY, recuando do tempo presente à década de 1950. Entre os objetivos, buscamos compreender a partir das experiências de trabalhadores envolvidos no “contrabando”, tais como, “atravessadores”, “batedores”, “cigarreiros”, “cotistas”, entre outras ocupações trazidas por estes sujeitos, como eles vivenciam e interpretam o trabalho na fronteira, lidam com a construção de identidades e com a criminalização de suas práticas. Entre as fontes utilizadas neste estudo, estão as fontes orais, onde busquei valorizar a subjetividade trazida pelos entrevistados, entre eles, moradores de regiões portuárias, trabalhadores envolvidos no comércio legal e ilegal de mercadorias (desde produtos agrícolas a industrializados), empresários, fiscais da receita, policiais e militares da reserva. Para além destas fontes, são analisados auto criminais de contrabando, jornais locais e legislações sobre o trabalho e o trabalhador na fronteira Brasil-Paraguai.

Palavras-chave: Trabalhadores; ilegalismos; fronteira.

A Representação da mídia e o contrabando de Agrotóxicos na fronteira Brasil/Paraguai

Gabriel Antonio Camarão

Eric Gustavo Cardin

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-Paraná-Brasil

O presente trabalho pretende problematizar o papel dos meios de comunicação e o enfoque dado ao contrabando de agrotóxicos, prática social recorrente na região oeste do Estado do Paraná devido à proximidade com o Paraguai. Em grande medida, o contrabando visa diminuir custos de produção e, muitas vezes, garantir a própria viabilidade da manutenção da vida no campo. Contudo, o consumo de agrotóxicos envolve relações de poder específicas, envolvendo agentes favoráveis e contrários a utilização destes produtos e compondo um campo onde os veículos de comunicação possuem o papel de difusão das informações referentes ao assunto. Neste sentido, esse trabalho visa analisar as representações existentes sobre os agrotóxicos em um periódico publicado em uma região altamente dependente do produto. Para tanto, se fez necessário uma pesquisa documental com o objetivo de levantar dados sobre o tema na região da fronteira Brasil/Paraguai – que é a principal porta de entrada de agrotóxicos importados irregularmente no país – e também refletir sobre a influência dos interesses políticos e econômicos na construção das representações sobre o assunto, observando como o tema é abordado pela mídia local, especificamente no Jornal do Oeste.

Palavras-chave: Agrotóxico; contrabando; fronteira; Jornal do Oeste.

Crime, Estado e Capital: a circulação da terra no Jardim Panorama

Joaquim Bühner Campolim
FFLCH / Universidade do São Paulo (USP)

O assédio do mercado imobiliário sofrido pela população da favela do Jardim Panorama (Morumbi-Butantã/SP), junto com outras formas de constrangimento: planejamento urbano, opressão policial, crime organizado e etc, produzem uma situação em que o privado e o público, o legal e o ilegal, se confundem em uma trama que modifica as relações de identidade da população local com a cidade. Procuramos investigar os processos de formação da propriedade privada da terra nesse contexto, com ênfase no papel do crime organizado na facilitação/organização do território para incorporação nas dinâmicas imobiliárias, visto que o território da favela, localizado à margem oeste do Rio Pinheiros, ao lado do Complexo Cidade Jardim, se reafirma como território reserva. Espera-se, portanto, revelar novos conteúdos presentes na trama entre Crime Organizado, Estado e Capital.

Palavras-chave: Geografia urbana; mercado imobiliário; propriedade privada da terra; estado de exceção; crime organizado.



Resumos não apresentados no evento

Paques naturais em areas de fronteira: um estudo sobre o parque nacional do iguaçu - PNI

Willian Silva Rivaroli
Carolina Castro Kubaski
Maurício Pinto da Silva
Maurício Pinto da Silva

Curso de Gestão Ambiental/Universidade Federal de Pelotas

A concepção de fronteira está nitidamente associada às disputas, controle pelo Estado, perda da liberdade de ir e vir e também às guerras. Em decorrência das áreas fronteiriças serem muito valiosas por seus inúmeros recursos naturais, a conservação da biodiversidade se tornou um marco para a implantação de parques naturais em áreas contíguas ou próximas de fronteiras entre países. Há também, outras razões fortíssimas que justificam para a implementação desses parques, tais como a ampliação da proteção de ecossistemas naturais ecológicos e o aumento da área efetiva de abrigo às populações animais. Na América do Sul, a Argentina é o primeiro país a criar efetivamente os parques naturais, por meio de medidas rápidas, econômicas e em lugares remotos, assim garantindo soberania sobre um vasto território, transformando as zonas de tensão em zonas neutras e polos turísticos. Estas iniciativas contribuem significativamente para a economia nacional, pois os parques naturais desempenham um papel estratégico na definição de limites e a partir de razões geopolíticas e preservacionistas impulsiona diversas atividades socioeconômicas. Em alguns países, a implantação desses parques tem múltiplas soluções, dentre elas: o litígio na definição de limites e também aos conflitos armados, transformando-se em símbolos de paz e cooperação entre os países e assim uma união com oportunidades conjuntas. Esses símbolos têm por finalidade promover a reconciliação entre os países, que por muitas vezes guerrilharam em prol dessas áreas. Os parques são de fundamental importância para a proteção da diversidade biológica e os variados recursos naturais e culturais associados a essas áreas fronteiriças. O Brasil tem uma linha de fronteira de aproximadamente 15.719km, limitando-se com dez (10) países da América do Sul. Assim, o presente trabalho tem o objetivo apresentar e debater a temática dos parques naturais em áreas de fronteira, de forma específica as características do Parque Nacional do Iguaçu – PNI, localizado na fronteira entre Brasil e Argentina. Destaca-se que o interesse pela temática fronteira/parques naturais surgem dos estudos e visitas in loco realizadas pelo

projeto de pesquisa “Gestão Ambiental Transfronteiriça: desafios ao Mercosul” do curso de Gestão Ambiental do Centro de Integração do Mercosul da Universidade Federal de Pelotas.

Palavras-chave: Gestão ambiental; fronteira; parques naturais.

“Cidadania Social, Impasse Limites e Condicionantes na Fronteira de Foz do Iguaçu”

Maria Geusina da Silva
Vera Maria Ribeiro Nogueira
Juliana Domingues

Universidade Federal da Integração Latina Americana Unila

O texto apresentado trata sobre a fruição do direito à saúde para os não nacionais que residem na faixa de fronteira Arco Sul. Deriva de uma proposta de pesquisa que tem como foco apreender como se processa a ação dos sujeitos políticos públicos locais em relação a cooperação transfronteiriça, considerada como um dos elementos decisivos para garantir a cidadania social em relação à proteção integral a saúde e a assistência social da população residente na área da fronteira. Esta cooperação se concretiza na inclusão dos cidadãos transfronteiriços que demandam ações e serviços em municípios que não o de sua residência. Esta inclusão, prevista nos acordos assinados pelos países integrantes do MERCOSUL e internalizados na ordem jurídica dos Estados parte, não vem sendo obtida nas fronteiras do bloco, com reduzidas experiências que respeitam os pactos estabelecidos nos acordos internacionais. Desta afirmativa decorre a indagação inicial que motivou este estudo - se existe a garantia de acesso no plano legal/jurídico, porque tal não ocorre? Não se desconhece que a cooperação transfronteiriça sofre o impacto de vários fatores, tais como as distinções entre os países quanto à forma orgânica do aparato estatal subnacional, os níveis de complexidade diferenciados dos sistemas de proteção social e saúde, a relação do nível local com o nacional e o protagonismo dos gestores e profissionais. Entretanto, resultados de estudos anteriores apontam a relevância incontestável dos sujeitos políticos do nível local para o êxito ou fracasso das políticas públicas para inclusão dos não nacionais. Paradoxalmente há um completo desconhecimento sobre

a ação destes agentes públicos nos aspectos éticos, políticos, profissionais e também sobre quais as mediações, as ações realizadas e os determinantes éticos e políticos que os orientam no sentido de realizar ou não ações encaminhando a cooperação entre os sistemas de saúde e assistência social.

Palavras-chave: Cidadania social; saúde; assistência social; cooperação transfronteiriça.

Fronteras Culturales: ação local, pensamento global

Ricardo Almeida
Adriana Dorfman
Fronteras Culturales

As fronteiras costumam ser vistas como limites e como metáforas, mas também podem ser compreendidas como territórios de integração cultural. A partir das fronteiras nacionais, por exemplo, é possível refletir, experimentar e vivenciar as relações entre duas ou mais nacionalidades e entre várias culturas que se misturam e formam “espaços compartilhados”, com singularidades e diversidades culturais, caracterizados pela memória e gastronomia comuns, pelo bilinguismo, por literaturas híbridas, por atividades transfronteiriças etc. A cultura popular hegemônica ainda apresenta um perfil “regional-nacionalista” e exerce o papel de demarcação dos Estados-Nação, mas está se modificando em função de essas regiões estarem constituindo-se em verdadeiras rotas da integração econômica, política e cultural, com base em novos acordos políticos e comerciais transnacionais. Deste modo, as comunidades fronteiriças começaram a abandonar as suas posições históricas de “periferia” para se adequar a uma nova realidade “globalizada”. No entanto, essa nova “função” das fronteiras nacionais ainda não foi suficientemente reconhecida quando se trata de elaboração de políticas de integração cultural. Isso ocorre, por um lado, porque a cultura hegemônica ainda é influenciada pelos velhos nacionalismos e, por outro, porque as políticas são elaboradas sem a interlocução com as fronteiras. Neste processo vivo surgiu o movimento Fronteras Culturales na região transfronteiriça Brasil-Uruguai, em 2010, e que hoje já está presente em alguns territórios de integração cultural do Brasil com os demais países da América do Sul e em algumas capitais. Os objetivos desta oficina são: 1) reunir pesquisadores, agentes públicos, artistas, produtores, mestres e coletivos culturais, 2) refletir sobre conceitos, diretrizes e embasamentos legais que norteiam a ação do Fronteras Culturales, 3) compreender o papel

estratégico do Brasil no continente, 4) reconhecer as manifestações simbólicas de integração cultural, 5) elaborar políticas públicas de integração a partir das fronteiras estatais, 6) gerar emprego, trabalho e renda nas regiões transfronteiriças, 7) reconhecer a autonomia das organizações e buscar a máxima convergência possível entre os processos, projetos e eventos, 8) organizar um movimento livre, plural e democrático de participação e 9) desenhar uma estrutura organizacional EM REDE que seja capaz de comunicar os processos de integração cultural.

Palavras-chave: Movimento fronteira; frontera; cultura; América.



Tema VI

Interculturalidad y subjetividades transfronterizas



Mesa I

Por um olhar sistêmico: o aquecimento global como agente propulsor de novos paradigmas

Jaqueline Orgler Sordi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O presente trabalho tem como objetivo analisar as perspectivas de diferentes autores frente às consequências que a crise ambiental provoca na sociedade, tanto no âmbito político como científico, trazendo abordagens alternativas para o enfrentamento dos conflitos que produz. Uma análise de como se dá a cobertura jornalística sobre temáticas ambientais em regiões de fronteiras nacionais será o ponto de partida para a reflexão sobre a insuficiência das premissas do pensamento ocidental, manifestado pelos paradigmas da Ciência Moderna (em que a natureza é vista de forma fragmentada e objetificada) para dar conta dos fenômenos provocados pelas mudanças climáticas. Este será o ponto de partida para se pensar em formas alternativas de compreender os limites e potencialidades da ciência como conhecemos hoje. Enquanto os autores aqui abordados convergem na necessidade de uma nova abordagem epistemológica para enfrentar os conflitos ambientais, influenciados principalmente pelo fenômeno do aquecimento global, seguem caminhos alternativos na hora de propor as ferramentas para esse confronto. Além de considerar as alternativas apresentadas, pincelaremos a proposta de somar-se uma terceira via, a de conciliar visões antagônicas.

Palavras-chave: Aquecimento global; epistemologia; fronteira; comunicação.

Globalización y movilidad humana construcciones posibles de Abya Yala

Clara Palacios
José Eduardo Viera Paparamborda
Universidad de la República (Montevideo, Uruguay)

Pretendemos poner en cuestión la globalización, problematizando sus definiciones y alcances. Desde esa problematización del concepto - generalizado muchas veces a un sujeto y un mundo universal único - nos importa trabajar con la movilidad humana y el fenómeno de las migraciones. Fronteras que se vuelven confusas y, por otro lado, cerradas en extremo como defensa ante lo otro. Sujetos y subjetividades que se interconectan desde la integración y/o la estigmatización. Bauman (1999) planteará que la globalización divide de la misma manera que une, produce una transformación del espacio y el tiempo, en algunos sujetos provoca globalización y en otros localización fija e inmóvil. Sousa Santos (2002) hablará de globalizaciones y, desde su enfoque, trabajará hacia una concepción multicultural de los derechos humanos. Desde ambos enfoques registramos a la globalización y la movilidad con efectos culturales, sociales, políticos, económicos, que nos importa desglosar desde sus efectos en las subjetividades singulares y colectivas. Proponemos producir reflexiones a partir de la psicología política, en el ámbito de la vida cotidiana y sus transformaciones a partir de los fenómenos en estudio, como espacio potencial de emancipaciones pero también de conflictos no resueltos y fragmentación social y política. Introducimos para ello dos conceptos o nociones, para nosotros constituidos en herramientas posibles: El Derecho a la Ciudad (Lefebvre, 1967) y el Buen Vivir planteado por nuestras poblaciones indígenas, tanto tiempo desvalorizadas por una praxis colonial (Quijano, 2000) y que hoy se ensaya rescatar, incluso en proyectos políticos y constitucionales (Ecuador, Bolivia).

Palavras-chave: Subjetividad; globalización; movilidad humana; multiculturalismo.

Disyuntivas epistemológicas y experiencias transdisciplinarias de la gobernanza

Myriam A. Zapata Jiménez
Universidad de La Salle (Bogotá, Colombia)

Esta presentación tiene como objetivo analizar la diversidad de las aproximaciones teóricas desde la transdisciplina en la construcción de la gobernanza horizontal, a partir de las experiencias en y desde América Latina. Para lo cual indaga

sobre las disyuntivas epistemológicas que se presentan entre los enfoques teóricos y las experiencias transdisciplinarias de la gobernanza en América Latina.

Palabras-clave: diversidad, cultura, reoncimiento, respeto.

Região e Nação: O caso da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina

James Da Silva Desiderio
UNILA

O presente artigo busca apresentar o conceito de região debatidos pelos geógrafos, e o de nação aplicados pelos governos nos Estados-nação, e analisar os impactos deles sobre a região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Para isso, haverá uma revisão bibliográfica sobre a discussão a respeito dos conceitos de região e nação, e suas consequências, apresentada pelos autores Yann Richard (região) e Eric Hobsbawm (nação), e posteriormente, analisa-se os impactos gerados no entendimento do que seria a “região” da tríplice fronteira, e como os habitantes das cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguassu (Argentina) e Ciudad de Leste (Paraguai) se reconhecem culturalmente e socialmente. Quando há análise de conceitos ideológicos construídos socialmente, ou pelos governos para uma finalidade específica, como manter a solidariedade dos indivíduos que habitam seus territórios, identifica-se que não há bases consolidadas sobre eles, os tornando conceitos amplos, ambíguos e muito abrangentes, deixando margem para inúmeras interpretações de como aplicá-los nos estudos e trabalhos acadêmicos, e apresentando divergências entre vários pesquisadores, principalmente se são de áreas distintas, como economistas, internacionalistas, geógrafos, etc. Com base somente na análise dos conceitos apresentados por Richard e Hobsbawm observa-se que o local conhecido como “região” da tríplice fronteira pode não ser entendido como uma região, pois não apresenta solidariedade entre seus habitantes, e não há homogeneidade cultura.

Palavras-chave: Região; nação; tríplice fronteira.

Redefinir fronteiras é papel de intelectuais? Análise do discurso e do papel político do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf)

Roberto França da Silva Junior
UNILA

Consta no sítio oficial do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) que trata-se de uma “instituição sem fins lucrativos que objetiva a criação de mecanismos que promovam a igualdade e a integração entre as regiões de fronteira, o fortalecimento das relações políticas, sociais e econômicas e o combate aos problemas próprios destas regiões, por meio de estudos, ações e projetos, atuando através de parcerias públicas e privadas”. Sem entrar no mérito sobre as fontes financeiras, constam também, no bem elaborado sítio, o oferecimento de cursos em nível de pós-graduação “MBA Executivo” e “Masters Especializados”, livros publicados por editora própria, viagens internacionais de cooperação e participação em eventos políticos em vários lugares do país, Estados Unidos e Europa. O instituto possui ainda páginas no Facebook, Twitter e YouTube, que, juntamente com o próprio site, contribuem para uma abordagem entusiástica das ações do governo Bolsonaro na fronteira, focalizando as suas ações e propostas de gestão de fronteiras na área de segurança. Diante desse panorama geral pretendemos analisar a atuação do Idesf em Foz do Iguaçu e suas articulações políticas, buscando compreender o que o instituto quer dizer com (Re)definições das fronteiras que estampa as capas de seus livros. Para tal intento, analisaremos as publicações (Sítio, livros, jornais e revistas) e cursos do instituto, buscando compreender a real política do instituto e qual discurso está sendo construído, isto é, qual biopolítica (e não “estratégia”) está sendo construído para os habitantes de Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil.

Palavras-chave: IDESF; biopolítica; segurança pública.



Mesa II

Roubo do século: midiatização do CUT BRA-AR-PY na cobertura jornalística de língua portuguesa do assalto no Paraguai

Lucas Felipe da Silva
Universidade Federal de Santa Maria

Segundo Silveira (2012) a cobertura jornalística das fronteiras internacionais brasileiras as relaciona a um imaginário de situações recorrentes da ausência do estado, caos e violência, que persiste mesmo com o fim da Ideologia de Segurança Nacional da Guerra Fria. Nesse contexto, o Complexo Urbano Transfronteiriço (CUT) composto pelas cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina) é alvo nacional e internacional do fenômeno da ambivalência comunicacional. Carneiro Filho (2012) classifica que o pós 11 de Setembro foi marcado por uma série de informes sem fundamentos distribuídos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos à imprensa estadunidense e europeia, onde alegava que os árabes da Tríplice Fronteira colaboravam com redes terroristas. A partir destas notas infundadas grandes meios de comunicação criaram e distribuíram uma imagem do CUT BRA-AR-PY ligada ao terrorismo, violência e tráfico. Esse padrão pode ser observado em pesquisas anteriores relacionadas às notícias sobre o roubo milionário a uma empresa de transporte de valores em Ciudad del Este (SILVA, SILVEIRA 2018). Na língua espanhola a expressão “Robo Del Siglo” se mostrou banalizada, já existiram outros casos de caracterizados assim, enquanto na língua inglesa a referência de fronteira dos veículos internacionais, principalmente estadunidenses, reiterou a estigmatização e o noticiário viciado em torno de elementos recorrentes já citados. A partir disso, esta pesquisa se debruça na análise das notícias sobre o roubo no Paraguai de língua portuguesa, dando continuidade ao objetivo de entender a complexidade da cobertura desse caso de proporções mundiais. Buscamos entender a influência de agências de notícia ao ligar a região da tríplice fronteira ao ambiente de uma zona de guerra, os padrões que se repetem mesmo em idiomas distintos e considerações feitas majoritariamente por veículos brasileiros, muito embora notícias de origem portuguesa também estejam presentes na análise. Utilizando-se de uma atualização da cadeia documental (SILVA, SILVEIRA 2019) e da análise de discursos e de produção de sentido de Eliseo Verón (2004), refletimos sobre a utilização da linguagem nas notícias selecionadas como instrumento para criar uma identidade fronteira marginalizada que consequentemente influi nas políticas sociais que surgirão frente aos estereótipos estabelecidos.

Palavras-chave: Jornalismo internacional; midiatização; robbery of the century.

Imprensa local e debate de políticas públicas em fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia

Gesiel Rocha de Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Pesquisa de mestrado intitulada “A fronteira ignorada: Cooperação e conflito na imprensa fronteiriça on-line” (ARAÚJO, 2018) apontou que a integração dos países da América do Sul só é viável quando são considerados os processos locais de desenvolvimento econômico e social das regiões fronteiriças. Percebeu-se também que os moradores dessas localidades manifestam o sentimento de que as políticas públicas e iniciativas de integração quase sempre são impostas a partir dos centros de poder dos Estados envolvidos, como frutos da imaginação de agentes políticos que geralmente desconhecem as complexidades da realidade fronteiriça. Partiu-se da premissa de que os meios de comunicação locais oferecem um importante espaço simbólico no qual os habitantes de ambos os lados se manifestam e discutem publicamente os temas de interesse comum. No entanto, diversos estudos empíricos consultados apontaram que essa mesma mídia local reforça estigmas negativos e preconceitos propagados pela mídia nacional sobre as fronteiras como meros ambientes da ilegalidade e da contravenção, do crime e da tragédia humana. A pesquisa contemplou o monitoramento de mais de 19,5 mil matérias jornalísticas em quatro veículos on-line atuantes nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, ao longo de quatro meses, e a análise em profundidade de 77 textos por meio do método Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011). Os resultados permitiram concluir que, embora seja notável um intenso fluxo de informações de interesse local na imprensa fronteiriça, a atenção editorial dedicada pelos veículos investigados às questões político-institucionais da fronteira é reduzida, superficial, esporádica e incompleta. Considerando, portanto, que a imprensa local investigada desperdiça oportunidades de se posicionar como um relevante fórum do debate público acerca das questões conflituosas e ações integradoras em fronteiras do Brasil com seus vizinhos, algumas questões merecem permanentes reflexões. Por exemplo, uma discussão sobre como a imprensa fronteiriça pode contribuir mais decisivamente para a construção de fluxos informacionais que favoreçam a ampliação do debate público e, mais do que isso, facilitar a ação das redes sociais transfronteiriças que promovam a autonomia das comunidades na formulação de suas próprias políticas públicas e iniciativas de cooperação local.

Palavras-chave: Imprensa local; fronteiras Brasil-Paraguai-Bolívia; debate público; políticas públicas.

O cenário dos Estudos Fronteiriços no Brasil: caracterização dos periódicos

Vithor Amaral Prestes

Adriana Dorfman

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O trabalho investiga a relevância da área de Estudos Fronteiriços nos principais periódicos brasileiros (que foram previamente inferidos através de um questionário aplicado em 2018 pelo projeto Unbral Fronteiras), com os objetivos de caracterizá-los de acordo com sua contribuição para o cenário, assim como compreender a evolução e levantar questionamentos sobre a representatividade da multidisciplinaridade que a área possibilita. O projeto Unbral Fronteiras, sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, consiste em um portal digital de caráter aberto, que organiza e promove o acesso à produção acadêmica sobre Estudos Fronteiriços (<http://unbral.nuvem.ufrgs.br/site/>). No atual momento, o portal dispõe de uma coleção de teses, dissertações e monografias que datam desde 1990 até 2015, além de artigos científicos das revistas caracterizadas neste trabalho, datando de 2000 à 2018. Em 2018, o projeto encarregou-se de encontrar as principais revistas científicas de acesso aberto, tanto como fontes de pesquisa como veículos de publicação. 419 pesquisadores receberam um questionário online para identificar os mais relevantes periódicos de Estudos Fronteiriços. Dos respondentes (100), foi levantado um total de 316 periódicos citados, entre os quais se destacaram a Revista Geopantanal, Confins (Paris), Boletim Gaúcho de Geografia, Tempo da Ciência, Geographia (UFF), Territórios e Fronteiras (UFMT), entre outras. A maioria das revistas tem sua origem vinculada à programas de pós-graduação das principais Universidades Federais brasileiras, que promovem a produção acadêmica através de dossiers e eventos científicos, o que acaba por estabelecer uma forte integração científica entre os pesquisadores da área. O artigo retrata a relevância dos Estudos Fronteiriços para cada periódico, de forma individual, fazendo correlações com sua origem (dando espaço para a investigação das realidades regionais), além de expor dados quantitativos sobre a evolução cronológica da interdisciplinaridade presente nos periódicos em análise, apresentando as diferentes áreas de formação dos profissionais que fazem parte da comunidade científica de Estudos Fronteiriços e estatísticas revelando a participação efetiva de cada uma dessas áreas.

Palavras-chave: fronteira; interdisciplinaridade; periódicos; revistas; dossiers; multidisciplinaridade; cenário.

Representações de Interação e de Passagem: a Fronteira São Borja/BR-Santo Tomé/AR nas produções jornalísticas da cidade limítrofe brasileira

Tabita Strassburger
Karla Maria Müller
UFRGS

Partindo da pesquisa de doutorado “A Participação da Mídia na Construção de Representações sobre a Fronteira São Borja/BR-Santo Tomé/AR”, o texto apresenta reflexões resultantes da Análise de Conteúdo das produções jornalísticas informativas mapeadas no jornal Folha de São Borja e nos programas radiofônicos Gente é Notícia e Atualidades, das emissoras Cultura AM e Fronteira FM, respectivamente. Os três veículos pertencem ao mesmo grupo empresarial de comunicação da cidade limítrofe brasileira. São Borja e Santo Tomé são consideradas cidades-gêmeas da divisa entre o Brasil e a Argentina, configuram um contexto ativo, dinâmico e que possui distinções importantes frente a outros cenários fronteiriços. A construção empírica e analítica buscou uma confluência de perspectivas e estratégias metodológicas para compreender as representações sobre as fronteiras internacionais e as identidades, elaboradas pelo jornal impresso e pelos programas de rádio. As categorias encontradas nas unidades informativas remetem, prioritariamente, a representações de Interação e de Passagem ocorrendo no contexto investigado, e evidenciam eixos temáticos vinculados a Relações Comerciais, Institucionais, Culturais e Identitárias. O enfoque adotado pelos meios de comunicação investigados ora contemplava os assuntos de maneira direta, sendo a fronteira em si o fato principal, ora indiretamente, trazendo a realidade fronteiriça como assunto que perpassava a pauta prioritária. Observa-se, ainda, uma construção frequente de abordagens em torno das identidades argentinas, muitas vezes, sem diferenciar santo-tomenhos e turistas advindos de outros locais, e das identidades missioneiras, fazendo alusão ao passado comum dos povos vizinhos, pela experiência histórica enquanto região de Reduções Jesuítico-Guarani. O período escolhido para as análises inclui dezembro de 2016, janeiro e fevereiro de 2017, e foi definido por ser considerado de maior movimento na região, devido ao trânsito de pessoas pelas festas de final de ano, férias escolares e volta às aulas. Os principais conceitos acionados dizem respeito a jornalismo informativo, mídia local, fronteiras internacionais, culturas, identidades e representações sociais. A pesquisa teve a pretensão de contribuir com as discussões sobre fronteiras internacionais no Campo das Ciências da Comunicação, contemplando

uma realidade ainda pouco investigada na área, e pontuando aproximações e diferenciais desse cenário específico e particular, tendo em vista propostas desenvolvidas em publicações anteriores.

Palavras-chave: Mídias impressa e radiofônica; representações de interação; representações de passagem; fronteira São Borja/BR-Santo Tomé/AR.



Mesa III

Reconectando fronteiras a partir de histórias

Laura Janaina Dias Amato
UNILA

O presente trabalho apresentará resultados de uma ação de extensão intitulada “Fronteira Intercultural”, realizada na cidade de Foz do Iguaçu desde 2014, cujo objetivo é trabalhar aspectos da cultura latino-americana junto à crianças das escolas municipais da rede básica de ensino. As atividades são realizadas em língua espanhola e ao mesmo tempo em que aprendem sobre aspectos culturais, as crianças aprendem a língua. Não visando o ensino formal do idioma, mas sua sensibilização e percepção para outros espaços e outras fronteiras, percebemos que o conceito de fronteira é constantemente reestrutura e resignificado conforme seu local de fala e ponto de partida. Seguindo o conceito de multiterritorialidade de Haesbart (2003), podemos observar como as histórias escolares são apresentadas e redesenhadas ao entrar em contato com o contexto latino-americano. A fronteira então é vista multiterritorial a partir do contato com os Outros que se fazem sujeitos enquanto partícipes de uma comunidade escolar. Usando como metodologia de aplicação a contação de história e o desenvolvimento de atividades artísticas e da escrita criativa, pudemos verificar que a partir do encontro com culturas latino-americanas e a presença da língua espanhola no ambiente escolar, faz com que a comunidade escolar se enxergue enquanto sujeito que constrói seu espaço a partir de narrativas e de deslocamentos identitários e espaciais. Como resultado podemos observar que a presença da cultura latino-americana em espaços nos quais há a presença de estudantes não-brasileiros, isto representa para o eles e para a comunidade escolar uma realocação de fronteiras e limites, transpondo espaços e renegociando estratégias de vivência e de ser e estar na fronteira. A partir de pequenas entrevistas realizadas com o corpo docente e com os próprios estudantes, pode-se identificar como a contação de histórias sensibiliza e ao mesmo tempo qualifica a comunidade escolar para se reconhecer enquanto sujeitos de uma fronteira multiterritorial e multiespacial, cujos trânsitos fluídos trazem percepções híbridas (Canclini, 1997) sobre a própria identidade e espacialidade.

Palavras-chave: narrativas; educação.

A culinária na fronteira - Ponta Porã e Pedro Juan Caballero: elemento cultural e de identidade

Beatriz Dutra dos Santos

Dores Cristina Grechi

UEMS / Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

A história da alimentação humana vai além da história sobre os alimentos, de sua produção, distribuição, preparo e consumo, sob esses aspectos, a culinária pode ser considerada um elemento cultural e de construção da identidade local. A cultura alimentar presente nas Américas está fortemente relacionada com as populações colonizadoras, as quais trouxeram consigo seus hábitos alimentares, suas necessidades, a diversidade de alimentos consumidos, os temperos de suas preferências, suas receitas preferidas e suas crenças. Nesse sentido, é possível encontrar vários estudos em diversas regiões brasileira e no exterior, dentre as quais cita-se: o Vale dos Vinhedos/RS em Silva (2015), o Vale do Rio Pardo/RS em Simon (2014), Ulloa (Galiza) em Pereiro e Conde (2005), São Borja, Santo Ângelo e São Miguel das Missões/RS em (ROQUE, 2017), que buscam expressar seus hábitos, sua cultura e seu modo de vida através de sua culinária típica, proporcionando aos visitantes, sensações, sabores exclusivos e, aos visitados, o senso de pertencimento, de valorização. Assim sendo o presente artigo objetiva investigar qual a relação entre a culinária, a cultura e a identidade na fronteira entre Brasil e Paraguai (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero). Vários aspectos justificam a escolha da pesquisa, porém o estímulo inicial está vinculado ao entendimento da tradição de se fazer a comida na fronteira, a necessidade em preservar as práticas artesanais da culinária de fronteira que vem sendo esquecida, em alguns casos substituída pelo processo industrial. Para a consecução deste estudo optou-se pelos recursos técnicos de pesquisa baseado em revisão bibliográfica documental, e método analítico descritivo, com abordagem qualitativa, cuja coleta de informações foi realizada por meio de livros e periódicos impressos e digitais encontrados acerca do tema. Os resultados indicam que há relação, entre os elementos –culinária, cultura e identidade, que a culinária da região de fronteira entre as cidades é capaz de revelar a cultura local e representar os indivíduos atribuindo-lhes o senso de pertencimento/identidade.

Palavras-chave: Práticas culinárias; elemento cultural; marcas identitárias; fronteira.

Análises de uma feira na fronteira: feirantes, comidas e línguas

Paola Stefanutti

Valdir Gregory

Instituto Federal do Paraná / Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

A feira é um espaço de comida que envolve fatores sociais, culturais e econômicos. Em uma zona fronteiriça estes locais tomam outros significados e reforçares identitários, além de revelar negociações e disputas. Objetiva-se levantar questões fronteiriças na Feirinha da JK em Foz do Iguaçu que está localizada na fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Estes indícios giram em torno dos trabalhadores, dos alimentos e das línguas presentes neste caldeirão cultural. Os percursos desta pesquisa foram moldados através do método indiciário(Ginzburg) em práticas do cotidiano(Certeau). A pesquisa contou com observação participante, entrevistas com feirantes e com o coordenador do local. A feira em questão teve início em 1986 e desde então modificou de nome, de endereço e de proposta. Atualmente nesta feira há bancas de várias nacionalidades com imigrantes oriundos destes locais – chinesa, taiwanesa, japonesa, árabe – comercializando suas respectivas comidas com técnicas de preparo e temperos específicos. Porém, para a participar da feira, o comerciante deve ter residência no município, quesito que barra paraguaios e argentinos que moram dos outros lados das fronteiras. A procura destes para atuação na feira foi mencionada pelo coordenador do espaço. Outro indício da fronteira é a proibição do comércio de produtos de outros países, porém há diversas bancas que comercializam produtos argentinos como vinhos, doce de leite, molho chimichurri e azeite de oliva. Acrescenta-se ainda, que alguns feirantes afirmaram comprar produtos como temperos e tâmaras no Paraguai por uma questão econômica. A língua também foi algo registrado, e diferente da proibição legal de feirantes e produtos, a língua, é algo que não se veta. O português, portunhol, espanhol e outras línguas de imigrantes que vendem e que compram, fazem este espaço, um cenário de multilinguíssimos. A regulamentação da feira traz normas além do que as fronteiras podem conter. Se a residência no município é uma restrição, os produtos vêm e vão e demonstram que o fluxo de comidas vai além das barreiras físicas e legais estabelecidas na fronteira, assim como a língua que se escuta e lê entre bancas. Estes vestígios demonstram que na fronteira há negociações que atingem diversas práticas do cotidiano, inclusive as laborais, alimentares e linguísticas.

Palavras-chave: feira; fronteira; negociações; práticas cotidianas.

El Homenaje Ciudadano a los anónimos del Ejército de los Andes. Trasponiendo dimensiones locales, provinciales y nacionales

Juan Carlos Marinsalda
Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda (Mendoza, Argentina)

En las vísperas del Bicentenario de la campaña restauradora de la libertad de Chile realizada por el Ejército de los Andes en 1817, tanto desde los campos institucional e historiográfico no se proyectaban reconocimientos a los integrantes que habían participado en el ejército y en su preparación, quienes luego de dos siglos continuaban en el anonimato. Además, algunas de las rutas recorridas por el ejército ya eran objeto de reconocimiento y homenaje mediante cabalgatas desde años anteriores pero la información cartográfica e histórica presentaba contradicciones y en algunos casos falta de fundamento en fuentes primarias. Estas rutas eran también fragmentadas, representadas y recorridas respondiendo a intereses locales, provinciales o nacionales contradiciendo su histórico sentido trasandino y la propia dimensión continental de la campaña de 1817. En este contexto histórico se propuso realizar un reconocimiento a los integrantes desconocidos del Ejército, además de las mujeres, hombres y niños que contribuyeron a su equipamiento y que en muchos casos debieron reemplazarlos en sus labores. Este “Homenaje Ciudadano al Ejército de los Andes 2017” se diseñó como una convocatoria pública y abierta a la ciudadanía, buscando superar dimensiones provinciales y nacionales. La propuesta se desarrolla participativamente en la dimensión material mediante intervenciones artísticas en el paisaje sobre las rutas y en la dimensión virtual mediante la presentación de información histórica y cartográfica y su difusión en las redes. El trabajo busca interpelar acerca de la historia y la memoria, poniendo en tensión las categorizaciones taxativas del patrimonio al actuar en la dimensión inmaterial de las rutas y la dimensión material de los paisajes, los caminos, los sitios y las propias instalaciones. Los diversos grados de respuesta, participación y compromiso de la ciudadanía y las instituciones durante el desarrollo del proyecto y la apropiación de las comunidades locales y de los visitantes son algunos resultados parciales de este trabajo que aún está en desarrollo.

Palavras-chave: Fronteras; bicentenario; itinerarios; patrimonio.

Paróquia São João Batista de Foz do Iguaçu: Da Igreja Histórica à Igreja Simbólica

Mac Donald Fernandes Bernal
Unioeste

Ao analisar o percurso entre o surgimento da igreja Matriz São João Batista em Foz do Iguaçu até os dias atuais, é possível perceber uma metamorfose entre a igreja histórica e a simbólica. A igreja e seus antigos padres se tornaram símbolos. A igreja atual não é a mesma do passado, e sim uma reconstrução inspirada no prédio original. Os padres, por sua vez, deram nomes a escolas, hospitais e ruas da cidade, porém pouco se sabe sobre eles. A pequena parcela que se sabe é histórico, e o que se vê é simbólico. O poder simbólico configura-se como um parâmetro de sobrevivência, ao menos permanência, no ambiente cultural plural, onde o templo, por vezes, responde a objetivos que vão além do usual, atendendo exigências de um público que se apresenta cada vez mais heterogêneo, em um ambiente onde a fé se configura também como atrativo mercadológico. Porém, para ter eficácia comunicativa, o símbolo carece de significados. Mesmo pouco conhecidos, existem registros sobre a construção da igreja, suas festas e seus personagens. Episódios que foram importantes para o desenvolvimento da cidade e que, sem o devido esforço de preservação, estas memórias tendem ao esquecimento. A pesquisa envolve análise historiográfica por meio de uma abordagem de micro-história, esmiuçando fontes bibliográficas e documentais existentes sobre a Paróquia São João Batista. Os resultados são observados à luz de bases teóricas sobre o aspecto simbólico da igreja, possibilitando interpretações sobre sua significação como memória e referência cultural. Por fim, é examinada a forma como a nova igreja São João Batista se insere no cenário multicultural local frente à outros ícones religiosos presentes na região, sua promoção e manutenção, seu aspecto alegórico, projetado com vistas ao antigo layout. Espera-se que esta pesquisa possa apontar meios que proporcionem significação para a simbologia acerca da igreja Matriz de Foz do Iguaçu, desvelando histórias ordinárias, porém não menos importantes, e que de forma contínua, contribuam para a consolidação da memória e identidade vinculadas à ela.

Palavras-chave: Simbologia; história; igreja matriz São João Batista.



Mesa IV

O portunhol na fronteira entre Sant'Ana do Livramento/Brasil e Rivera/Uruguai: adaptação linguística e interação sociocultural

Maurício Lima Collaziol
Neópolis/ Gravataí/ Brasil

A origem do portunhol, como resultado do contato entre as línguas portuguesa e espanhola, remete à própria consolidação dos países ibéricos, em torno do século XVI. Devido à expansão ultramarina e à consequente colonização das Américas, o portunhol foi implantado - mormente - em regiões fronteiriças, local em que se desenvolvia um contato mais direto (e conflitivo) entre falantes lusófonos e falantes hispânicos. O portunhol converteu-se, na verdade, em uma linguagem-dialeto comum nas zonas transfronteiriças, o que permitiu alcançar um grau diferenciado de integração e harmonia em espaços geográficos alheios aos grandes centros de poder político e econômico regionais. Assim, a mescla entre o português e o espanhol tornou-se uma regra de sobrevivência mútua: a cidade fronteiriça do lado oposto da linha divisória que limita dois países distintos é o completar da existência da outra cidade fronteiriça. Isto porque a interdependência estabelecida entre cidades de fronteira é complexa e uma depende da outra (econômica, política e socialmente) para ter sentido como cidade de fronteira. E, considerando as diferenças sociolinguísticas existentes entre os falantes de português e os de espanhol, o portunhol seria - destarte - a síntese entre universos linguísticos distintos que se complementam à medida que a comunicação recíproca é estabelecida, mantida e a inteligibilidade da fala concretiza-se para ambos interlocutores. A função central da língua, a saber, a comunicação, é plenamente atingida, sendo respaldada pela inteligibilidade das falas que encontram ressonância no entendimento do outro, seu interlocutor. A expressão linguística do portunhol não é reconhecida nem pelos países lusófonos nem pelos países hispânicos, convertendo-se, desse modo, em uma linguagem marginal e - de certa maneira - estereotipada. A teoria mais aceita acerca do surgimento do portunhol refere-se à presença de espanhóis na corte portuguesa, na Península Ibérica, o que possibilitou a mistura de palavras em português no vocabulário espanhol e vice-versa. Contudo, a língua de prestígio era o espanhol. O portunhol pode se tornar patrimônio imaterial junto à UNESCO, pedido formalizado no ano de 2015. No entanto, sem regras gramaticais e na ausência de qualquer padronização aparente, pode o portunhol ser considerado uma língua ou estar-se-ia diante de um dialeto sui generis da fronteira?

Palavras-chave: Portunhol; fronteira brasil-uruguai; interação social; patrimônio imaterial.

Cultura, identidade e plurilinguismo na fronteira Brasil- Bolívia: reflexões sobre uma desconstrução monolinguística Stael Moura da Paixão Ferreira; Rosangela Villa da Silva UFMS

Stael Moura da Paixão Ferreira
Rosangela Villa da Silva

Buscando evidenciar a situação de plurilinguístico na Fronteira Brasil-Bolívia, delimitada pelas cidades de Corumbá e Ladário (BR) e Arroyo Concepción, Puerto Quijarro/Puerto Suarez (BO), este trabalho visa refletir, numa abordagem sociolinguística, a singularidade presente nos contatos revelados, enquanto fenômeno político, histórico, cultural, social e linguístico, entre bolivianos, brasileiros, árabes e outros grupos étnicos pertencentes a este ambiente social. A proposta é apresentar algumas contribuições que envolvem a interculturalidade, além de analisar a democrática, progressiva, natural e pacífica integração, que desconstrói a ideia de monolinguísmo no âmbito da sociedade globalizada contemporânea desta fronteira, mostrando que língua, cultura e sociedade são dimensões inseparáveis. Apresentamos uma miscigenação, que sugere regras de reconhecimento recíproco entre culturas e línguas distintas e processamento da construção de uma possível identidade fronteiriça, examinando as causas, características e consequências dos contatos, salientando a necessidade de se ampliar estudos referentes à possibilidade de se catalogar e mapear os grupos étnicos presentes nesta região de fronteira, originando, posteriormente, possíveis atlas linguísticos.

Palavras-chave: Interculturalidade; plurilinguístico; identidade fronteiriça.

Um olhar sobre as infâncias na Fronteira Brasil- Bolívia através da obra Literária “A Kantuta tricolor e outras histórias da Bolívia”

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos
Lucilene Machado Garcia Arf
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Este artigo relata uma experiência de intervenção literária que teve por objeto de estudo a infância e a literatura. A intenção foi trazer para o debate questões históricas, sociológicas e o conceito de infância enquanto construção social. Para contextualizar quem é essa criança dentro desse espaço fronteiro, adotaremos como corpus a obra literária “A Kantuta tricolor e outras histórias da Bolívia”, de Suzana Ventura, visando a aproximar a criança do texto ficcional mostrando um modo de ver as diferenças culturais que as desafiam e as fazem pensar. O campo de pesquisa foi uma turma de alunos do 4º ano de uma escola municipal de fronteira na cidade de Corumbá no Mato Grosso do Sul divisa com a Bolívia. A perspectiva metodológica foi a sócio histórica, baseada nos princípios de Vygotsky. A intervenção envolveu a aplicação de roteiros de leitura, elaborados com ênfase em sua dimensão lúdica, dialógica e interacionista, visando a promoção do letramento literário. Para a elaboração deste trabalho, utilizamos como embasamento teórico as orientações de autores como COSSON (2006), COLOMER (2017), SOARES (2004), ZILBERMAN (2003), PRIORI (2004), ARIÉS (2012), COSTA (2009), CANDIDO (1995), ALBUQUERQUE (2010) e MACHADO (1994), o que possibilitou dialogar com os conceitos relacionados à memória social, às fronteiras, às culturas de migração e às identidades étnicas e nacionais, aqui analisadas em perspectiva histórica. Só é possível falar de literatura infantil, se compreendermos a infância como uma faixa etária diferenciada, formada por indivíduos que ocupam lugares especiais na forma de organização familiar e social. Também é importante refletir, considerando a zona de fronteira, se essa literatura oportuniza perspectivas de reflexões sobre a identidade cultural, o que permite despertar o senso crítico dos que se apropriam dessas leituras, colaborando assim na reorganização das percepções de um mundo mais plural. A partir disso, pensa-se em uma aproximação das culturas de infâncias nestes espaços fronteiriços para a constituição de identidades.

Palavras-chave: Infância; fronteira; literatura.

Etnocultura Indígena. Aproximaciones epistemológicas al pensamiento etnocultural en la cosmovisión indígena de la Amazonia venezolana sobre la convivencia intercultural fronteriza

Roger Antonio Luces
Universidad de Carabobo (Venezuela)

El propósito de la presente investigación fue comprender los elementos socio cultural antropológico de la cosmovisión ancestral de la convivencia intercultural en comunidades indígenas fronterizas de la amazonía venezolana. Como camino metodológico se realizó un estudio etnográfico descriptivo fenomenológico bajo el paradigma interpretativo hermenéutico diatópico etnocultural, utilizando como instrumentos la entrevista en profundidad a actores sociales comunitarios seleccionados intencionalmente, la observación participante, el diálogo de saberes y la participación en consejos de ancianos. Los elementos socio culturales antropológicos de las poblaciones indígenas habitantes fronterizos, representan entes cosmogónicos importantes para la convivencia intercultural y mantienen la cultura ancestral en estas poblaciones indígenas. La vida es una construcción social comunitaria fundamentada en el bienestar común. El bienestar común se construye desde la formación de la comunidad y los conocimientos ancestrales siendo transmitidos a cada nuevo integrante de la comunidad por tradicional oral. En y con ello se fundamenta y fortalecen las relaciones interculturales de convivencia e interacciones interculturales en la gran franja fronteriza entre Colombia, Brasil y Guyana.

Palavras-chave: Etnocultura; cosmovisión; ancestralidad; interculturalidad; amazonía.

Reserva indígena na faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul: identidade Guarani-Kaiowá e desterritorialização de indígenas crianças

Jeovana Lima Gavilan
Valentin Ferreira Moraes
Universidade Federal da Grande Dourados

A Reserva Indígena de Dourados (RID) foi criada em 1917 por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que foi substituído posteriormente pela atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A Reserva é composta, desde sua origem, pelas etnias Guarani, Kaiowá e Terena, e está localizada na faixa de fronteira do Brasil, mais precisamente na porção meridional do estado do Mato Grosso do Sul. Nos últimos anos, o que tem se observado da realidade vivida pelos habitantes da reserva é a grave situação de marginalização social, a violação e falta de efetividade de direitos básicos, inclusive mediante a legitimação dos três poderes. A partir do levantamento de dados de processos judiciais, relatos de servidores(as) de órgãos públicos e dos próprios indígenas das etnias Guarani e Kaiowá, atesta-se a ocorrência de uma remoção compulsória efetuada pelo Poder Judicial face a indígenas crianças residentes na RID. Dessa forma, na atualidade verifica-se a continuidade do processo histórico de desterritorialização, que foi iniciado no período colonial. Os efeitos disso são refletidos na cultura e nas relações sociais das comunidades, uma vez que a remoção dos indígenas do tekoha os afasta do convívio com seu povo, bem como com o território com o qual estabelecem laços afetivos e culturais na constituição de identidades e representações simbólicas. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do referido processo de desterritorialização de indígenas crianças (menores de 18 anos) autorizado pelo Tribunal de Justiça do estado do Mato Grosso do Sul, bem como a interferência deste órgão na construção e perpetuação de elementos identitários das comunidades tradicionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, básica, multidisciplinar, sob a ótica do Direito, da Antropologia e da Sociologia. O recorte espaço-temporal do presente trabalho corresponde ao território da Reserva Indígena de Dourados, com enfoque no período correspondente aos anos de 2017 e 2018.

Palavras-chave: Cone Sul; desterritorialização; faixa de fronteira; Guarani-Kaiowá; identidade.



Mesa V

Ponte da Amizade e os discursos de integração

Milena Costa Mascarenhas
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

A presente comunicação visa apresentar algumas reflexões sobre os discursos de integração proferidos por Juscelino Kubitschek e Alfredo Stroessner, presidentes do Brasil e Paraguai respectivamente, em relação a construção da Ponte Internacional da Amizade, ligando as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad de Lest, na época denominada de Puerto Presidente Strossner. O Paraguai é um país mediterrâneo, ou seja, é cercado por terras, fazendo fronteira com a Bolívia, Argentina e Brasil, isso significa constantemente depender dos portos marítimos de seus vizinhos para estabelecer relações comerciais com outros países. Em 1956, Juscelino estabelece um convênio com o Paraguai, autorizando-o a manter um depósito franco no Porto de Paranaguá, no litoral paranaense, possibilitando importar e exportar seus produtos sem a incidência de tributos, pagando apenas uma taxa administrativa. No mesmo ano, os presidentes assinaram o acordo para a construção da ponte, viabilizando um caminho rodoviário ligando o Porto a Assunção e no dia 06 de outubro, em um ato simbólico, encontraram-se no lugar onde seria construída a ponte, cancelando o projeto que se tornou de importância fundamental para ambos os países, marcando a história das relações Brasil-Paraguai. No dia 27 de março de 1965 foi inaugurada a Ponte Internacional da Amizade pelos respectivos presidentes Castelo Branco e Alfredo Stroessner, ligando fisicamente os dois países mudando a estrutura urbana, principalmente das cidades limítrofes de Foz do Iguaçu, no Brasil, e de Ciudad Puerto Presidente Stroessner, no Paraguai, intensificando o tráfego, comércio e as migrações. A Ponte da Amizade protagonizou discursos de ambos os presidentes com o manifesto desejo de união, integração, amizade, convivência e eliminação de fronteiras, dando a esse projeto uma importância fundamental para a implantação do pan-americanismo, acrescidos acordos de natureza econômica e cultural, o que nas palavras de JK, chancelariam uma diplomacia pacífica baseada da cordialidade.

Palavras-chave: Discurso; Ponte Internacional da Amizade; JK; Stroeesner.

Turismo de Compras e Paisagem Fronteiriça em Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR)

Janaína Costa Teixeira
UFRGS

A presente pesquisa trata das transformações na paisagem: dinâmica, forma, função e estrutura e de como elas concretizam as dinâmicas das fronteiras. Para realizá-la, aprimoraremos nosso arcabouço teórico, elaboraremos o referencial metodológico teórico, e com base nestes, faremos as saídas de campo; e por meio de consultas ao acervo local e ao Portal Unbral Fronteiras, buscaremos analisar as imagens e as fotografias da área de estudos, com olhar atento aos elementos paisagísticos, oriundos dos processos sociais, tais como: traços arquitetônicos, inovações técnicas e urbanísticas. Com o auxílio desse levantamento de dados poderemos elencar evidências sobre as hipóteses apontadas nessa pesquisa. Nesse sentido, destacamos como local de estudo a região fronteiriça entre Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR), por trata-se de uma região de grande fluxo de pessoas e circulação de mercadorias e serviços, que sofreu muitas intervenções no traçado urbano e de projetos paisagísticos, com forte influência das políticas econômicas locais e extra-locais. Além disso, a pesquisa busca discutir a fronteira como processo explicitado na paisagem, apresentando complexidades históricas, políticas e culturais, contribuindo com um estudo sobre a paisagem de fronteira como lugar de profunda manifestação de pertencimento. A paisagem de fronteira ligada ao turismo de compras pode ser disputada por agentes que consideram que a linha de fronteira é estratégica e simbólica (devendo, portanto, expressar valores nacionais), entre aqueles que usam a fronteira como lugar de trânsito (em suas operações comerciais) e aqueles que a tem como lugar de permanência, seu lugar de origem. Portanto, ter um olhar para as características da paisagem de fronteira, observando o seu amadurecimento e evolução do lugar. Isso produz consequências e resultados positivos para a sua valorização em sentido amplo. A paisagem fronteiriça com suas variações e rugosidades, seus usos e distinções, se torna única; e assim ganha destaque a partir das próprias potencialidades no sentido de conquistar mais visibilidade para a questão fronteiriça, relevância para o aprofundamento das relações internacionais enquanto polo multicultural. Pensar a paisagem fronteiriça para além das contradições sociais, dos dissensos ideológicos os quais permeiam esse tema tão geograficamente humano.

Palavras-chave: Transfronteiridade; paisagem de fronteira; turismo de compras.

Intervenção Urbana no Espaço Fronteiriço Brasil/Paraguay – Um Novo Elemento Turístico Cultural Para o Município de Ponta Porã-MS

Tiago Machado Faria de Souza
Beatriz Dutra dos Santos
Carlos Otávio Zamberlan
UEMS

A pesquisa busca compreender como projetos de intervenção urbana podem ser utilizados na indução do turismo cultural, quando pautados nas potencialidades turísticas da região. Delimitou-se o estudo à cidade de Ponta Porã - BR, que juntamente com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero formam um dos mais importantes arranjos populacionais internacionais de fronteira da América do Sul. Quais são as áreas públicas urbanas desta faixa fronteiriça suscetíveis ao processo de intervenção urbana? Entrevistou-se três indivíduos de notável relevância para a região: professor de história, empresário do ramo hoteleiro e um arquiteto urbanista e, através da análise de conteúdo das respostas, foi possível quantificar os locais mais citados. Concluiu-se que o município apresenta diversas potencialidades para torna-se uma cidade criativa, seja por sua cultura, posição geográfica ou arcabouço histórico ao qual está inserido – dentre eles – três espaços foram mapeados e analisados junto ao referencial teórico: prédio castelinho, horto florestal e a rua Tiradentes. Desde que se evite os cenários padronizados pela globalização, a diversidade cultural deste espaço urbano conurbado possui capacidade para fomentar o turismo cultural.

Palavras-chave: Requalificação urbana; turismo cultural; cidades-gêmeas; cidades criativas.

Interações transfronteiriças em zona de fronteira Brasil-Paraguai, municípios de Pato Bragado e Nueva Esperanza

Aline Kammer
Maristela Ferrari

Este trabalho tem por objetivo analisar as interações transfronteiriças e quais as lógicas subjacentes num segmento da zona da fronteira brasileiro-paraguaia, formado pelos municípios de Pato Bragado (Paraná- BR) e Nueva Esperanza- (Dept. de Canindeyú - PY). No segmento fronteiriço aqui analisado, o limite internacional entre os dois países é antigo e foi traçado sobre o Rio Paraná, um limite considerado obstáculo para a travessia entre Brasil e Paraguai, entretanto, tal característica foi alterada, notadamente após a construção do Lago da Usina Hidrelétrica de da Itaipu (1982), assim, de obstáculo o limite tornou-se poroso, fato que parece ter contribuído para o estabelecimento de redes e fluxos transfronteiriços de naturezas diversas. Neste sentido, pode-se questionar: a mobilidade transfronteiriça entre os habitantes de Pato Bragado e Nueva Esperanza é recente? A mobilidade transfronteiriça é cotidiana ou esporádica? Quais os motivos da mobilidade transfronteiriça (compras, lazer, serviços especializados)? Existem assimetrias sócio-espaciais entre os dois lados do limite internacional? Como os Estados nacionais regulam ali os fluxos transfronteiriços? Essas questões estabelecem um guia para o desenvolvimento do presente trabalho. Para atingir o objetivo proposto o método de pesquisa aqui adotado foi o qualitativo, mais apropriado aos nossos propósitos. A metodologia consistiu em leituras teóricas sobre, zona de fronteira, redes e fluxos e pesquisa de campo com moradores de Pato Bragado e Nueva Esperanza. O trabalho foi organizado em duas partes: a primeira desenvolve uma reflexão sobre os conceitos de zona de fronteira, redes e fluxos e mostra como tais conceitos podem auxiliar na análise de uma problemática sobre práticas espaciais ou interações transfronteiriças e a segunda parte do trabalho analisa como se desenvolvem as redes de interação transfronteiriças, quais os motivos e as lógicas subjacentes. Finalizamos o trabalho argumentando que o motor dos fluxos transfronteiriços são as assimetrias sócio-espaciais.

Palavras-chave: Zona de fronteira; interações transfronteiriças; Pato Bragado; Nueva Esperanza.

Gestão capitalista do território e desenvolvimento local em Foz do Iguaçu: o Marco das Três Fronteiras

Júlio da Silveira Moreira
Pedro Louvain de Campos Oliveira
Universidade da Integração Latino Americana (UNILA)

Este trabalho analisa a construção sociopolítica do monumento Marco das Três Fronteiras, na cidade de Foz do Iguaçu, Brasil, como um lugar de visitação turística, depois de sua privatização em 2014/2015. No roteiro de visitação construído no local, a história por trás do erguimento do obelisco em 1903 foi desconsiderada pela narrativa. Apesar da relevância internacional da Questão de Palmas, que consistiu na disputa de território entre Brasil e Argentina de 1890 e 1895, optou-se por reproduzir no roteiro a história das Cataratas e sua relação com o primeiro europeu a visitá-las, omitindo o processo histórico que culminou na criação do próprio Marco das Três Fronteiras. Verifica-se uma desconsideração à capacidade intelectual do visitante, em prol de uma superficialidade sensorial, desvinculando cultura e território. Em 16 de maio de 2018, um projeto de extensão da Unila solicitou formalmente o tombamento do Obelisco do Marco das Três Fronteiras como Patrimônio Cultural Municipal, de acordo com a Lei nº 4470/2016, encontrando resistências políticas desarticuladas com o interesse público preconizado na lei. A transformação do monumento e da paisagem natural do encontro dos rios Iguaçu e Paraná em um parque de produtos turísticos de acesso privado é significativo de um modelo de gestão privada de um espaço público, aplicado no município de Foz do Iguaçu. Esse modelo é seguido pelos agentes públicos e privados com influência dominante no local, e se aplica de maneira mais ampla, configurando um modelo de gestão do turismo no município e uma dinâmica de gestão urbana, implicado em processos gestão da ocupação e uso do território, com dinâmicas de desvalorização e revalorização imobiliária, aplicada a toda a região das margens dos rios Iguaçu e Paraná relativa ao perímetro municipal, com o chamado projeto Beira Foz. Com a construção de um circuito fechado de lugares de visitação turística e grandes hotéis, oferecido aos turistas que chegam à cidade, se aplica uma dinâmica de gestão do turismo contrária ao desenvolvimento local, excluindo a maior parte dos moradores do município da participação nesse modelo de gestão e dos benefícios e da renda gerada nesse mercado. A gestão público/privada do Marco das Três Fronteiras demonstram, assim, o processo de acumulação capitalista na escala local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; museologia; acumulação capitalista.



Mesa VI

Acesso universal às creches públicas de Toledo – PR: Análise da negação vigente nas listas de espera

Gustavo Henrique Scariott de Almeida

José Alfonso Klein

Academia Brasileira de Direito Constitucional (Cascavel, Paraná, Brasil)

O presente artigo consiste em uma análise do acesso universal às creches públicas como uma das formas de manifestação do direito fundamental à educação de titularidade de crianças de zero a três anos de idade no Brasil. Segundo a Constituição da República, os municípios são responsáveis pela atuação prioritária na promoção de políticas públicas voltadas à educação infantil, que se subdividem em duas modalidades: creche e pré-escola. Apesar das evidentes e reiteradas previsões normativas que asseguram a obrigação do Estado em disponibilizar o acesso a vagas em creches, a realidade fática em todo o país não corresponde aos parâmetros legais vigentes. Portanto, o que se propõe é apontar as incongruências entre as normas e a postura da Administração Pública, a fim de demonstrar que muitas crianças, na condição de sujeitos de direito, têm sofrido com a violação de seu direito social fundamental à educação. Buscamos apontar o desenvolvimento histórico das instituições de ensino infantil no Brasil, vinculando tal processo às características do modo de produção capitalista. Além disso, analisamos a migração gradual do atendimento em creches do rol das políticas públicas de assistência social para a área da educação. Ainda, discutiremos pesquisa do direito à educação infantil nos mais diferentes instrumentos normativos brasileiros, tais como a atual Constituição da República e as leis que a sucederam. Por fim, analisamos caso concreto relativo a uma ação civil pública que objetiva garantir o acesso universal à educação infantil em creches do município de Toledo, no estado do Paraná, e superar a existência de listas de espera para a disponibilização de vagas. Desse modo, objetivamos demonstrar a relevância jurídica e social da temática, tendo em vista a condição do acesso às creches públicas como uma importante manifestação do direito fundamental à educação no Brasil.

Palavras-chave: Educação infantil; creches; acesso universal; direito fundamental.

Che ñe' - A Língua Guarani nas escolas de Foz do Iguaçu

Ivanilda da Silva Mongelos
Juliana Pirola da Conceição Balestra
Universidade da Integração Latino Americana (UNILA)

O trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre os desafios enfrentados pelos alunos falantes de Guarani nas escolas públicas da cidade de Foz do Iguaçu. O objetivo foi entender qual a história da região com a língua Guarani e identificar como escolas da cidade trabalham com as especificidades dos alunos falantes de Guarani. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica, entrevista e pesquisa de campo, com o acompanhamento do cotidiano escolar de uma escola pública municipal da cidade e análise de seu Projeto Político Pedagógico - PPP. Os referenciais teóricos mobilizados neste estudo estão relacionados à discussão sobre interculturalidade e bilinguismo no espaço da escola, na qual se destacam os apontamentos de Vera Maria Candau (2002, 2011, 2012) e Catherine Walsh (2009, 2012) sobre uma educação intercultural crítica para o reconhecimento e valorização de grupos culturais historicamente inferiorizados. Ao final, observa-se que os falantes de Guarani da cidade tendem a ocultar sua identidade junto com toda a sua cultura, tornando-se invisíveis no ambiente escolar. Não por não serem reconhecidos, mas por não despertarem empatia, inclusão e a valorização de suas práticas culturais e linguísticas no espaço da escola. Com isso, as diferenças são invisibilizadas, negadas e silenciadas, diante do caráter monocultural das escolas, que faz com que as diferenças sejam vistas como deficiência, baixo rendimento ou mesmo um déficit cultural.

Resignificación de prácticas escolares que favorecen la creación de capacidades humanas en comunidades escolares de frontera: Una apuesta por la Innovación Social Educativa

Yamile Duran Pineda
Universidad de Pamplona, Norte de Santander, Colombia

Se pretende socializar los resultados de un proceso investigativo desarrollado en el marco de la formación doctoral, el cual bajo un enfoque cualitativo apoyado en la Innovación Social Educativa (ISE), pretendió resignificar las prácticas escolares que favorecen la creación de capacidades humanas, en una comunidad escolar del sector de La Parada, municipio de Villa del Rosario, Departamento Norte de Santander, zona fronteriza Colombo-Venezolana, con el ánimo de contribuir desde el proceso mismo, al origen de nuevas formas de trabajo educativo que respondan a las expectativas y necesidades del contexto, viabilizando los agenciamientos educativos comunitarios, que permiten la configuración de una escuela localmente relevante. A partir del enfoque de las capacidades humanas se realiza un estudio de las prácticas escolares que predominan en la institución escolar, con el fin de asumir críticamente su revisión, para deconstruirlas y resignificarlas a la luz de las condiciones en las cuales se presta el servicio educativo, reconociendo que es posible la creación de nuevas formas de interacción académico-administrativa, para instaurar procesos autónomos de organización, participación y desarrollo educativo pertinentes. Teniendo en cuenta los anteriores aspectos, se aborda y desarrolla metodológicamente el problema investigativo, a través de la Innovación Social Educativa (ISE), la cual permitió caracterizar desde el enfoque de las capacidades, las condiciones del contexto en el cual presta el servicio educativo la institución educativa La Frontera; analizar las relaciones existentes entre los propósitos formativos de la comunidad escolar de la institución educativa y el enfoque de las capacidades humanas, para finalmente, construir colectivamente un modelo para la consolidación de prácticas escolares que favorezcan la creación de capacidades humanas en una comunidad escolar del sector de La Parada, en la frontera Colombo-Venezolana. De esta manera, los logros del trabajo, están dados en función de los objetivos y la pertinencia del proceso seguido, en la medida en que el mismo constituye un espacio para el aprendizaje, para la producción del conocimiento y para la transformación educativa, toda vez que facilitan cambios en la cultura escolar que marcan y dan identidad a nuevas formas de proyectar las prácticas escolares en esta zona fronteriza.

Palavras-chave: educación; desarrollo humano; enfoque de capacidades humanas; comunidad escolar; innovación social educativa (ISE).

Potencialidades laborales y económicas de integración amazónica transnacional, a partir de una didáctica de las matemáticas en clave socio-epistemológica

Sandra Janeth Santiago Castro
Margie Nohemy Jessup Cáceres
Universidad de la Salle (Bogotá, Colombia)

Una educación con perspectiva socio-epistemológica, pone en diálogo el conocimiento escolar y los contextos reales de las familias de los educandos, pues aquellos son su realidad. Al respecto, los estudios de Cantoral y Farfán (2013) resaltan la importancia de enseñar matemáticas desde su uso social, pues ello dota de sentido su estudio en contextos y problemáticas próximas a la realidad estudiantil. La Región Amazónica, donde Colombia comparte fronteras con Brasil, Ecuador, Perú y Venezuela, tiene importancia global estratégica. Está amenazada por actividades laborales que afectan los ecosistemas y la biodiversidad, tales como minería (explotación de petróleo, oro y coltán), ganadería extensiva, cultivos ilícitos, extensión agrícola, comercialización de madera, deforestación y cacería. Es necesario entonces aportar desde una educación de calidad y con sentido, a consolidar espacios laborales armónicos con las necesidades personales y planetarias. De esta Región cabe resaltar el Municipio de Calamar, Departamento del Guaviare, considerado en Colombia puerta de la Región Amazónica, cuyo mercado laboral y económico está permeado del contexto descrito; en él se desarrolla una propuesta de didáctica matemática contextual desde diferentes oficios de la región. Dado que niños y jóvenes de esos países comparten su formación escolar en la zona transfronteriza, sería posible contribuir a que los educandos logren los desarrollos matemáticos esperados en diferentes niveles de formación y adquieran una cultura de cuidado ambiental, a través de la enseñanza de las matemáticas en realidades sociolaborales con oficios que benefician la calidad de vida y el ambiente, (guardabosques, comercialización de productos, ecoturismo, cultivos agrícolas y ganadería moderados, y diferentes oficios de la localidad). A su vez, ello contribuiría a determinar potencialidades laborales y económicas transnacionales armónicas con la conservación ambiental, para organizar una educación interdisciplinaria alrededor de un eje de integración regional, y avanzar en varios de los objetivos de la agenda 2030, como indica la CEPAL.

1. Magister en Educación. Doctoranda programa de Doctorado en Educación y Sociedad, Universidad de la Salle. 2. Docente investigadora Fundación Universitaria Juan N. Corpas; Catedrática U de la Salle, Directora de tesis.

Palabras claves: Socio epistemología; propuesta didáctica matemática contextual; potencialidades laborales y económicas de la Amazonía transnacional.



Mesa VII

Redes de cooperação entre escolas privadas em região fronteiriça: o caso do Município de Ponta Porã MS

Marília Lorena Agüero Godoy

Rosele Marques Vieira

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

A educação é o processo que visa o desenvolvimento harmônico do ser humano nos seus aspectos intelectuais, moral e físicos, como também em sua inserção na sociedade. Enfatiza-se neste trabalho as escolas privadas, devido a suas características organizacionais, sendo elas definidas por Cotovio (2004, p. 22) como “estabelecimentos de ensino pertencentes a entidades do setor privado ou cooperativo”. Ressalta-se aqui que frente aos novos sistemas educativos que estão, por sua vez, cada vez mais liberalizados e globalizados (LAVAL et al, 2003) a regularização da educação privada pelo mercado conduz frequentemente a uma competição entre organizações escolares. (BARROSO, 2005). A necessidade de se investigar quais os caminhos utilizados pelas escolas privadas do município de Ponta Porã - MS para aumentar sua competitividade frente a dinâmica fronteiriça, decidiu-se como objetivo geral, verificar a percepção dos gestores das escolas privadas sobre as estratégias de redes de cooperação como indutora da competitividade organizacional escolar em região de fronteira. Esta pesquisa tem caráter qualitativo, por caracteriza-se como sendo um estudo multicasos onde se buscou identificar as estratégias usadas pelas escolas privadas a fim de desenvolverem abordagens inovadoras para a promoção de competitividade entre elas. Fizeram parte do estudo quatro das sete escolas privadas situadas no município de Ponta Porã- MS. Por questões éticas, as escolas entrevistadas serão denominadas como: escola 1, escola 2, escola 3 e escola 4. Ambas as escolas estão localizadas nos seguintes bairros: Centro, Granja e Santa Isabel. Conclui-se que as parcerias de cooperação são evitadas pelas escolas por prevalecer o princípio da “falta de ética” e a visão de que a concorrência por alunos, recursos financeiros e prestígio requer distanciamento do concorrente. Cada instituição escolar utiliza seus próprios meios para obter sucesso em suas estratégias. Desse modo, o diálogo deve ser restrito, pois a perspectiva é de que a outra instituição é um “inimigo” a ser vencido.

Palavras-chave: Região de fronteira; estratégias competitivas; redes privadas de ensino.

Educación en las Ciudades de Frontera

Néstor José Bohdan Perdigón
Indocha, Bella Unión, Uruguay

Se pretende demostrar que la educación tradicional no es suficiente para nuestros países y menos aún para las ciudades de frontera, e impulsar a las autoridades competentes a revisar y modificar las estructuras obsoletas aplicadas hasta el día de hoy. Definen sus fronteras en el siglo XIX después de la independencia colonial, heredando los conflictos coloniales que provocan disputas entre ellos. Es así que nacen en los límites las Poblaciones Espejo. Cada asentamiento de un lado crea otro similar destinado a la vigilancia, que comienzan como campamentos militares, por la desconfianza entre naciones rivales. Revisando los textos de estudio se comprueba que los límites políticos determinan la extensión de cada materia, dejando a los ciudadanos en la ignorancia de hechos compartidos, fomentando una rivalidad que mantiene la separación, la enemistad y el distanciamiento de pobladores que, cuando se hurga sobre sus ancestros se encuentra alguno del otro lado de la frontera. Se crea así un sentimiento colectivo donde han aprendido que aquellos que son considerados invasores y asesinos para unos, son considerados como héroes para los otros o que el territorio que hoy ocupan en el pasado perteneció a otra bandera. Se desconoce además que se comparte un mismo bioma, clima, cultura gastronómica, tradición gaucha, de los pueblos originarios y de los negros esclavizados.

Palavras-Chave: frontera; ciudades; educación.

Una narrativa del interior de Colombia hacia la frontera: los esfuerzos de la escuela pública por garantizar la educación en igualdad de derechos a los estudiantes con discapacidad y migrantes

Adriana Janeth Guzmán Olaya
Universidad de La Salle (Bogotá, Colombia)

En la actualidad se vive una problemática fronteriza entre Venezuela y Colombia, en el que sobresale un drama humanitario por parte de varios ciudadanos venezolanos y de algunos hermanos colombianos quienes habían migrado al vecino país y que son deportados por el Estado de excepción que se decreta en la zona fronteriza. Para lograr un proceso de interrelación cultural, resulta importante definir el proceso de integración social como un proceso de interconexión global a nivel económico, político, de identidad cultural, de reconocimiento y de vínculos sociales que permitan la interculturalidad y solidaridad entre seres humanos. Bahar, D., Dooley, M. y Huang, C. (2018), realizan un documento de investigación sobre la integración de los venezolanos en el mercado laboral colombiano lo ven como una oportunidad para un crecimiento económico y beneficio de las partes. Ante estos precedentes, es oportuno hablar desde el enfoque escolar, en el cual se observa que el reconocimiento de los derechos de los estudiantes forma parte de un Estado democrático, participativo, en el cual se asegura los elementos básicos para una convivencia, donde la igualdad y el respeto por las personas tienen prevalencia en nuestra Constitución Política Nacional. La postura epistemológica de la educación propone el conocimiento de calidad a todos los niños y niñas en edad escolar, sin embargo se observa que aún existen brechas entre las políticas públicas educativas y la ejecución en los contextos escolares debido a la ausencia de recursos humanos, técnicos y pedagógicos necesarios para garantizar la educación en igualdad de derechos a los estudiantes con discapacidad y aquellos migrantes que por diferentes razones tuvieron que vincularse a nuestro país. En el presente documento se realizará una narrativa del proceso de educación inclusiva y los esfuerzos de la escuela pública en garantizar los derechos de los niños y niñas con discapacidad y cómo se involucran en el interior de Colombia, exactamente en una Institución educativa oficial de Cajicá Cundinamarca a todos los estudiantes en igualdad de derechos incluidos a los niños y niñas migrantes de Venezuela. Desde la estrategia de gestión escolar, cómo se incluye el acceso, la permanencia, y aspectos

relacionados con el fortalecimiento de competencias de los distintos actores escolares y de la familia a través de sus historias.

Palabras-clave: Epistemología de la educación; cultura; igualdad de derechos; fronteras.

Dibujando la frontera: Tacna y Arica desde los niños y niñas

Víctor Eduardo Pacheco Garrido
Universidade de Brasília

La frontera chileno-peruana es una de las más transitadas de América, punto de tránsito obligatorio para la migración latinoamericana hacia Chile. Por sus características, es también importante en las relaciones de integración entre Chile y Perú. A pesar de una histórica tensión heredada desde la Guerra del Pacífico (1879-1883), las relaciones fronterizas entre los habitantes de Arica (Chile) y Tacna (Perú) son de vital importancia para estos Estados, no sólo por los aspectos económicos, sino también sociales. Muchas familias son transnacionales, además de la presencia del pueblo aymara en la zona, que ha ocupado históricamente estos territorios. En este sentido, la siguiente comunicación busca presentar la visión de los habitantes de Tacna y Arica con respecto a la definición de frontera, de un modo especial. Por medio de dibujos y relatos orales, buscamos entender la frontera desde el punto de vista de los niños y niñas sobre su vida en un lugar considerado “de paso”, pero que es vivenciado y cotidianizado por sus habitantes, a la vez que se busca una definición de frontera que integre la visión de los niños y niñas que son sujetos importantes a la hora de analizar los espacios territoriales, sociales y culturales. Este trabajo es resultado de la primera parte de la investigación de tesis de doctorado del programa de Estudios Comparados sobre las Américas de la Universidad de Brasília y busca analizar los estudios fronterizos desde los sujetos periféricos por medio de metodología de múltiples métodos combinados para la infancia.

Palavras-chave: Frontera Chile-Perú; Infancia; Etnografía Visual.



Mesa VIII

Análisis de oferta y demanda educativa de escolares migrantes de Venezuela en Norte de Santander – Arauca 2015 -2018

Eimer Alexis Barajas Roman

Jorge Matajira

Escuela Superior de Administración Pública, Cúcuta, Colombia

La presente ponencia presentará los resultados de investigación oferta y demanda de servicios educativos de la población escolar migrante de Venezuela, desde el 2015-2018, bien como deportados, repatriados, retornados o extranjeros legales o irregulares en los departamentos Norte de Santander y Arauca. La naturaleza de este estudio es de carácter descriptivo, el tipo de estudio es documental y de campo. El escenario fronterizo donde se llevará a cabo la investigación serán municipios limítrofes en Zona de Frontera reconocidos por la Ley 191 de 1995 así: Cúcuta y su área metropolitana, Bochalema Chinácota, Durania Ragonvalia, Herrán, Ocaña, Pamplona, Pamplonita Toledo, Tibú, Teorama, El Carmen y Convención. Y de Arauca: Los municipios de Arauca, Arauquita y Saravena. Los resultados que se esperan obtener permitirán varias cosas: primero contextualizar el fenómeno migratorio venezolano que se presenta en el corredor fronterizo Norte de Santander-Arauca; segundo, conocer de manera cuantitativa y cualitativa las condiciones socio-económicas en que se encuentran los niños, niñas y adolescentes migrantes tanto colombianos como venezolanos para el periodo 2015 – 2018; tercero: determinar las diferentes demandas presupuestales y de infraestructura del servicio educativo a las administraciones municipales fronterizas a partir del fenómeno migratorio y cuarto: proponer insumos de política pública educativa para la población migrante en las zonas de frontera fruto del estudio.

Palabras-clave: Frontera; migración; educación.

Espacios globales, paz y ruralidad: apuestas para la transfronterización de la educación

Myriam Alba Zapata Jimenez
Universidad de La Salle (Bogotá, Colombia)

La expansión del capital transnacional ha incrementado las desigualdades sociales de manera que problemas estructurales como la desigualdad en el acceso a bienes y servicios; salud, alimentación, vivienda digna, recreación y educación de calidad, entre otros, se profundizan y agravan. Junto a ellos, encontramos otros de mayor envergadura mundial como la guerra, la migración y desplazamiento forzado, la exclusión y la xenofobia. Las brechas históricas entre lo rural y lo urbano se hacen cada vez mayores en el escenario de Estados transnacionales en los que la educación como horizonte de desarrollo personal y social queda en el pasado. Además de los problemas de acceso por financiación, la complejidad de modalidades y el contexto global de las agencias de aseguramiento de la calidad y la acreditación son aspectos útiles de considerar en la medida en que son elementos básicos del Programa de modernización educativa impulsada por organismos internacionales como el Banco Mundial, BM, el BID y la OCDE. La oferta formativa se convierte en un espacio de reproducción del mundo capitalista guiado por la rentabilidad y competitividad del mercado global; las instituciones ya no otorgan becas, sino préstamos. En efecto, los desbalances entre la oferta educativa y la demanda laboral están llevando a que el acceso a la educación sea un privilegio y no un derecho por lo que la transnacionalización de la educación genera más desigualdades, pobreza extrema y delincuencia. El problema de la desfinanciación de la educación superior pública resulta más complejo cuando se realizan señalamientos sobre la poca efectividad de los programas o se desprestigia la identidad de profesores y estudiantes por el ejercicio de la protesta social, cuando se impide la libre expresión y el pensamiento crítico. De allí que el tema de la construcción de subjetividad pasa tanto por el reconocimiento desde afuera, como en la reconstrucción del sí mismo. Esta ponencia elabora una cartografía de los espacios globales transnacionales regionales y su incidencia en la educación, haciendo énfasis en las apuestas educativas rurales en perspectiva de construcción de paz como un apalancamiento que trasciende la transnacionalización, y pone la mirada en la transfronterización como las maneras como las comunidades y colectivos sean de fronteras o no, tienen formas de integración cultural, política, simbólica que les permite delinear las subjetividades desde las cuales se posicionan frente al mundo.

Educação Superior Binacional: a construção de um processo transfronteiriço de governança

Geovana Gabriela Bardesio
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Santana do Livramento, no Brasil e Rivera, no Uruguai formam a Fronteira da Paz. As cidades caracterizam-se como uma conturbação urbana binacional, que por suas características históricas, geográficas, sociais e culturais são simbólicas no que se refere a integração. Nesse contexto, as informalidades da convivência binacional foram adquirindo, ao longo do tempo, normatização e reconhecimento dos Estados-nacionais do que diz respeito as peculiaridades do modo de vida que se desenvolve na região. Recentemente vem se construindo uma governança transfronteiriça, no âmbito da educação superior, através de um processo democrático e local. Em 2006 CETP –UTU/ Universidad del Trabajo del Uruguay, e, IFSUL / Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Sul-riograndense iniciam o processo de aproximação através de reunião mediada pelos respectivos Ministérios de Relações Exteriores e suas Agencias de Cooperação Internacional, e a partir daí iniciou-se um processo de diálogo e trabalho conjunto, que se desdobrou na Ata de Entendimento entre IFSul e CETP-UTU e o lançamento de cursos técnicos binacionais, em 2007. Este processo tem evoluído, e na atualidade outros atores o integram, tais como UNIPAMPA/Universidade Federal do Pampa, Udelar/ Universidad de la República, Intendencia Departamental de Rivera, através da criação da Secretaria Binacional de Educação Superior; a partir disso, dá-se formalidade a integração e ao mesmo tempo se cria a necessidade de gerenciar uma complexa tarefa educativa e de impactos no desenvolvimento regional. Em razão da emergência deste processo e das complexidades que o envolvem, este trabalho se propõe a analisar o processo de construção da governança educativa transfronteiriça que se desenvolve na Fronteira da Paz. A partir de uma perspectiva histórica deste processo, e do posicionamento dos atores envolvidos, pretende-se apresentar os resultados alcançados, bem como os principais entraves e desafios deste percurso. E, os desdobramentos futuros. Para isso, recorre-se a análise documental, e ao recolhimento da percepção dos atores envolvidos localmente neste processo, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas.

Palavras-chave: Educação binacional; integração; governança.



Mesa IX

O IFPR na fronteira: a sala de aula enquanto espaço de contato/conflito linguístico e cultural - Reflexões a partir das experiências em uma sala de aula de Ensino Médio Técnico

Marcia P. Pessini
IFPR, Brasil

O IFPR na fronteira: a sala de aula enquanto espaço de contato/conflito linguístico e cultural - Reflexões a partir das experiências em uma sala de aula de Ensino Médio Técnico. Marcia P. Pessini IFPR – campus Foz do Iguaçu O presente artigo tem como tema o contato/conflito linguístico e cultural entre alunos brasileiros e paraguaios em sala de aula de Ensino Médio Técnico no Brasil. Buscar-se-á chamar a atenção para a complexa pluralidade linguística, cultural e social e para os modos como essa pluralidade emerge no contexto educacional do IFPR e a partir disso promover reflexão acerca dos modos como a atuação dos professores podem contribuir para formar alunos mais cientes da diversidade e mais respeitosos para com ela. A partir das afirmações de teóricos que estudam as questões relacionadas a linguagem e identidade, como Marilda Cavalcanti e outros serão discutidas questões que indicam que as práticas discursivas em sala de aula frequentemente levam os alunos a forjarem identidades mais, ou menos, positivas – não apenas para si próprios mas também para os inúmeros “outros” que os circundam. Acredita-se que esse estudo é fundamental no sentido de que os professores precisam estar preparados para trabalhar com as diferenças culturais, reconhecer valores e compreender a importância da interação entre culturas no processo de construção de conhecimento para cumprir com seu papel de educador. Sendo assim, o artigo buscará indicar que os professores a partir de um olhar intercultural podem colaborar para romper com o mito de uma cultura homogênea assim como todo preconceito e discriminação no contexto escolar e na comunidade. Diante da realidade vivenciada na fronteira, sempre que oportuno, as questões referentes à língua, cultura e identidade dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem devem ser evidenciadas a fim de contribuir para a formação de uma consciência multilíngue que tenha como objetivo o respeito pelas diversidades aqui encontradas.

Palavras-chave: contato/conflito de línguas; sala de aula; interculturalidade.

Identities in perspective: appointments about a university transfrontier

Maria Aparecida Webber
UNIOESTE/UNILA

As fronteiras são espaços privilegiados de estudo uma vez que possibilitam uma percepção ampliada das tessituras das relações sociais. As questões identitárias, por exemplo, estão em constante revisão e intimamente conectadas aos espaços e às subjetividades dos sujeitos fronteiriços. O presente trabalho parte de uma pesquisa etnográfica iniciada durante meu período de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal do Paraná (PPGA/UFPR), tendo sua continuidade agora por meio de abordagem interdisciplinar no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e, neste recorte, compartilha reflexões sobre os aspectos identitários de sujeitos inseridos em um fluxo transfronteiriço universitário na região da Tríplice Fronteira, precisamente entre Brasil e Paraguai. Trata-se de um fenômeno composto por milhares de brasileiras e brasileiros que chegam às cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY) para acessar cursos de graduação em Medicina oferecidos por instituições de ensino privadas no Paraguai. Para além dos fluxos fronteiriços habitualmente observados nos estudos da região, vinculados principalmente à temática do comércio e do contrabando, com foco nas relações de caráter econômico, ou ainda às temáticas ligadas à multiplicidade dos aspectos linguísticos locais, a presença de brasileiras e brasileiros de todas as regiões do país para o estudo da Medicina no país vizinho se mostra quantitativa e qualitativamente relevante para analisarmos contemporaneamente as relações bi-laterais travadas tanto pelas nações como por seus sujeitos. A experiência da fronteira e o cotidiano universitário em outro país desenha um novo processo de apreensão dessas alteridades compulsórias, ressaltando diferentes dimensões de sua conformação identitária. A condição regional, nacional e de estudante desses sujeitos foram temas suscitados e compartilhados durante o trabalho de campo realizado naquele espaço (no ano de 2017), e nos convidam a problematizar as dimensões simbólicas envolvidas nesse fluxo universitário, que cresce exponencialmente desde 2014 e redesenha tanto configurações econômicas como sociais dessa fronteira.

Palavras-chave: fronteira; fluxo universitário; identidade; transfronteiriço.

O perfil institucional e as necessidades das Instituições de Ensino Superior em áreas de fronteira no Brasil

Danielle Sales Teixeira
Cristiane Dutra Struckes
Deise Baumgratz
Karine Bandeira
Livia Brito Barbosa

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Este trabalho tem o objetivo de trazer o resultado de um estudo desenvolvido por um grupo de pesquisadoras da Universidade Federal da Integração Latino Americana, que teve como finalidade realizar uma pesquisa para avaliar o perfil institucional e as necessidades das instituições de ensino superior localizadas em áreas de fronteira no Brasil. A pesquisa surgiu devido a necessidade de responder aos desafios que apresentam-se no cotidiano da Universidade, relacionados às especificidades inerentes à uma instituição pública localizada em área de fronteira entre países. Dentre alguns deles, temas como trânsito transfronteiriço e a realização de pesquisa e extensão universitária destacam-se pelo volume, amplitude e impacto causados no entorno. A Unila busca formas para lidar com essas barreiras, assim como outras instituições de ensino localizadas nos municípios de fronteira do Brasil e, neste sentido, considera-se fundamental compartilhar experiências e desenvolver meios para criar força política a fim de pleitear, junto a organismos governamentais, ações que respondam de forma efetiva aos desafios inerentes à fronteira. Nesta pesquisa as atividades desenvolvidas foram, inicialmente, o mapeamento de todas as IES brasileiras localizadas em regiões fronteiriças, considerando a lei federal que entende região fronteira enquanto “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres” (CF/88, Art. 20, II. BRASIL, 1988). A etapa do mapeamento foi realizada identificando 88 IES localizadas em 64 cidades, nesse sentido, pode-se observar que as IES identificadas fazem fronteira com Argentina, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Peru, Guiana, Colômbia, Venezuela e Guiana Francesa. Posteriormente, entramos em contato com estas instituições e enviamos-lhes um questionário em que possuíam diversas perguntas para que pudessemos realizar o levantamento. Após a devolutiva das instituições com o questionário respondido, pudemos concluir que as dificuldades encontradas na Unila são muito semelhantes às que existem nas outras instituições de perfil similar, no que

tange a mobilidade da comunidade universitária, dificuldades na realização de projetos transnacionais e até mesmo de internacionalizar a universidade.

Palavras-chave: Universidades; fronteira; integração.

Formación de Profesores de Lenguas Extranjeras en Argentina y Brasil

Florencia Paez

Laura Márcia Luiza Ferreira

Universidade Federal da Integracao Latinoamericana (UNILA)

El presente trabajo tiene como objetivo analizar el contexto político-educativo existente específicamente en Argentina y Brasil, en lo que se refiere a la formación de profesores de español y portugués como lenguas adicionales. Enfocándonos en las carreras de Profesorado de Portugués en la Universidad Nacional de Misiones (UNaM), Argentina y Letras Español y Portugués como Lenguas Extranjeras en la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA), en Brasil. Ambas universidades ubicadas en zona de frontera, con una alta necesidad de enseñanza y aprendizaje de las lenguas en cuestión. Realizamos un recorrido histórico sobre cómo fueron creándose estas políticas, algunos tratados sobre educación, el surgimiento de la UNILA, la implementación de un profesorado de portugués en la UNaM y el análisis de estas carreras, basándonos en documentos oficiales, como lo son los planes de estudio, en la búsqueda de similitudes y diferencias entre ambas. Los resultados de este trabajo podrían subsidiar y orientar propuestas de programas de cooperación educativa, sobre proficiencia lingüística y la formación de profesores de portugués, y también posibles reformulaciones de planes de estudio de carreras universitarias estén orientadas a la formación de profesores de español y/o portugués como lenguas adicionales en América Latina.

Palavras-chave: Formación de profesores; lenguas extranjeras; UNILA; UNAM.



Resumos não apresentados no evento

Análisis oferta y demanda educativa escolares migrantes de Venezuela en Norte de Santander – Arauca 2015 -2018

Eimer Alexis Barajas Román
Jorge Milton Matajira Vera
Escuela Superior de Administración Pública

La presente ponencia presentará los resultados de investigación oferta y demanda de servicios educativos de la población escolar migrante de Venezuela, desde el 2015-2018, bien como deportados, repatriados, retornados o extranjeros legales o irregulares en los departamentos Norte de Santander y Arauca.

La naturaleza de este estudio es de carácter descriptivo, el tipo de estudio es documental y de campo. El escenario fronterizo donde se llevará a cabo la investigación serán municipios limítrofes en Zona de Frontera reconocidos por la Ley 191 de 1995 así: Cúcuta y su área metropolitana, Bochalema Chinácota, Durania Ragonvalia, Herrán, Ocaña, Pamplona, Pamplonita Toledo, Tibú, Teorama, El Carmen y Convención. Y de Arauca: Los municipios de Arauca, Arauquita y Saravena. Los resultados que se esperan obtener permitirán varias cosas: primero contextualizar el fenómeno migratorio venezolano que se presenta en el corredor fronterizo Norte de Santander-Arauca; segundo, conocer de manera cuantitativa y cualitativa las condiciones socio-económicas en que se encuentran los niños, niñas y adolescentes migrantes tanto colombianos como venezolanos para el periodo 2015 – 2018; tercero: determinar las diferentes demandas presupuestales y de infraestructura del servicio educativo a las administraciones municipales fronterizas a partir del fenómeno migratorio y cuarto: proponer insumos de política pública educativa para la población migrante en las zonas de frontera fruto del estudio.

Palavras-chave: Frontera; migración; educación.

RETOS DE LA EDUCACION SUPERIOR BINACIONAL: UNA APROXIMACIÓN AL MARCO NORMATIVO DE LA INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR ENTRE COLOMBIA Y ECUADOR

Adriana Patricia Lopez Velasquez
UNIVERSIDAD DE LA SALLE

En varias investigaciones recientes sobre el estado del arte de la internacionalización de la educación superior, el Ministerio de Educación Nacional de Colombia ha reconocido la falta de políticas educativas en esta materia como uno de los principales problemas para avanzar en el mejoramiento de la situación de la educación superior en la zona de integración fronteriza de Colombia y Ecuador. Esto es de relevancia por varias razones, de un lado, porque Colombia ha suscrito el Plan Binacional de Integración Fronteriza Ecuador – Colombia 2014-2022, dentro del cual la educación superior es un tema importante para el desarrollo de la zona fronteriza. Además, Colombia se ha fijado un compromiso de largo plazo para el logro de la prosperidad de las Fronteras, cuyos lineamientos de carácter prospectivo se consignan en el CONPES 3805 de 2014, dentro de los cuales la educación superior juega un papel relevante para el desarrollo de las fronteras. Además, los indicadores sobre la situación de la educación superior en esta la zona reflejan la dramática situación de acceso, permanencia y pertinencia de la oferta educativa. De igual manera, se puede observar que la dinámica de la educación superior presenta grandes rezagos con respecto al comportamiento nacional y que la información sobre calidad de la educación superior se limita a indicar el número de programas de pregrado, posgrado e instituciones de educación superior que se encuentran acreditadas, pero no se encuentran documentos de análisis que presenten reflexiones sobre los principales retos que tiene la educación superior en cuanto a la internacionalización de la educación superior en las zonas de frontera del país. Por lo anterior, resulta interesante realizar un análisis normativo de la internacionalización de la educación superior entre Colombia y Ecuador para identificar los avances y retos de la educación superior en esta ZIF.

Palavras-chave: Educacion superior; internacionalizacion; acuerdo binacional; frontera; desarrollo fronterizo.

O portunhol na fronteira entre Sant'Ana do Livramento/Brasil e Rivera/Uruguai: adaptação linguística e interação sociocultural

Maurício Lima Collaziol

A origem do portunhol, como resultado do contato entre as línguas portuguesa e espanhola, remete à própria consolidação dos países ibéricos, em torno do século XVI. Devido à expansão ultramarina e à consequente colonização das Américas, o portunhol foi implantado - mormente - em regiões fronteiriças, local em que se desenvolvia um contato mais direto (e conflitivo) entre falantes lusófonos e falantes hispânicos. O portunhol converteu-se, na verdade, em uma linguagem-dialeto comum nas zonas transfronteiriças, o que permitiu alcançar um grau diferenciado de integração e harmonia em espaços geográficos alheios aos grandes centros de poder político e econômico regionais. Assim, a mescla entre o português e o espanhol tornou-se uma regra de sobrevivência mútua: a cidade fronteira do lado oposto da linha divisória que limita dois países distintos é o completar da existência da outra cidade fronteira. Isto porque a interdependência estabelecida entre cidades de fronteira é complexa e uma depende da outra (econômica, política e socialmente) para ter sentido como cidade de fronteira. E, considerando as diferenças sociolinguísticas existentes entre os falantes de português e os de espanhol, o portunhol seria - destarte - a síntese entre universos linguísticos distintos que se complementam à medida que a comunicação recíproca é estabelecida, mantida e a inteligibilidade da fala concretiza-se para ambos interlocutores. A função central da língua, a saber, a comunicação, é plenamente atingida, sendo respaldada pela inteligibilidade das falas que encontram ressonância no entendimento do outro, seu interlocutor. A expressão linguística do portunhol não é reconhecida nem pelos países lusófonos nem pelos países hispânicos, convertendo-se, desse modo, em uma linguagem marginal e - de certa maneira - estereotipada. A teoria mais aceita acerca do surgimento do portunhol refere-se à presença de espanhóis na corte portuguesa, na Península Ibérica, o que possibilitou a mistura de palavras em português no vocabulário espanhol e vice-versa. Contudo, a língua de prestígio era o espanhol. O portunhol pode se tornar patrimônio imaterial junto à UNESCO, pedido formalizado no ano de 2015. No entanto, sem regras gramaticais e na ausência de qualquer padronização aparente, pode o portunhol ser considerado uma língua ou estar-se-ia diante de um dialeto *sui generis* da fronteira?

Palavras-chaves: Portunhol; fronteira Brasil-Uruguai; Interação social; patrimônio imaterial.

(Re)definir fronteiras é papel de intelectuais? Análise do discurso e do papel político do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf)

Roberto França
Unila

Consta no sítio oficial do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) que trata-se de uma “instituição sem fins lucrativos que objetiva a criação de mecanismos que promovam a igualdade e a integração entre as regiões de fronteira, o fortalecimento das relações políticas, sociais e econômicas e o combate aos problemas próprios destas regiões, por meio de estudos, ações e projetos, atuando através de parcerias públicas e privadas”. Sem entrar no mérito sobre as fontes financeiras, constam também, no bem elaborado sítio, o oferecimento de cursos em nível de pós-graduação “MBA Executivo” e “Masters Especializados”, livros publicados por editora própria, viagens internacionais de cooperação e participação em eventos políticos em vários lugares do país, Estados Unidos e Europa. O instituto possui ainda páginas no Facebook, Twitter e YouTube, que, juntamente com o próprio site, contribuem para uma abordagem entusiástica das ações do governo Bolsonaro na fronteira, focalizando as suas ações e propostas de gestão de fronteiras na área de segurança. Diante desse panorama geral pretendemos analisar a atuação do Idesf em Foz do Iguaçu e suas articulações políticas, buscando compreender o que o instituto quer dizer com (Re)definições das fronteiras que estampa as capas de seus livros. Para tal intento, analisaremos as publicações (Sítio, livros, jornais e revistas) e cursos do instituto, buscando compreender a real política do instituto e qual discurso está sendo construído, isto é, qual biopolítica (e não “estratégia”) está sendo construído para os habitantes de Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil.

Palavras-chave: IDESF; biopolítica; segurança pública.

Resignificación de prácticas escolares que favorecen la creación de capacidades humanas en comunidades escolares de frontera: Una apuesta por la Innovación Social Educativa

Yamile Duran Pineda
Universidad de Pamplona

Se pretende socializar los resultados de un proceso investigativo desarrollado en el marco de la formación doctoral, el cual bajo un enfoque cualitativo apoyado en la Innovación Social Educativa (ISE), pretendió resignificar las prácticas escolares que favorecen la creación de capacidades humanas, en una comunidad escolar del sector de La Parada, municipio de Villa del Rosario, Departamento Norte de Santander, zona fronteriza Colombo-Venezolana, con el ánimo de contribuir desde el proceso mismo, al origen de nuevas formas de trabajo educativo que respondan a las expectativas y necesidades del contexto, viabilizando los agenciamientos educativos comunitarios, que permiten la configuración de una escuela localmente relevante. A partir del enfoque de las capacidades humanas se realiza un estudio de las prácticas escolares que predominan en la institución escolar, con el fin de asumir críticamente su revisión, para deconstruirlas y resignificarlas a la luz de las condiciones en las cuales se presta el servicio educativo, reconociendo que es posible la creación de nuevas formas de interacción académico-administrativa, para instaurar procesos autónomos de organización, participación y desarrollo educativo pertinentes. Teniendo en cuenta los anteriores aspectos, se aborda y desarrolla metodológicamente el problema investigativo, a través de la Innovación Social Educativa (ISE), la cual permitió caracterizar desde el enfoque de las capacidades, las condiciones del contexto en el cual presta el servicio educativo la institución educativa La Frontera; analizar las relaciones existentes entre los propósitos formativos de la comunidad escolar de la institución educativa y el enfoque de las capacidades humanas, para finalmente, construir colectivamente un modelo para la consolidación de prácticas escolares que favorezcan la creación de capacidades humanas en una comunidad escolar del sector de La Parada, en la frontera Colombo-Venezolana. De esta manera, los logros del trabajo, están dados en función de los objetivos y la pertinencia del proceso seguido, en la medida en que el mismo constituye un espacio para el

aprendizaje, para la producción del conocimiento y para la transformación educativa, toda vez que facilitan cambios en la cultura escolar que marcan y dan identidad a nuevas formas de proyectar las practicas escolares en esta zona fronteriza.

Palavras-chave: Educación; desarrollo humano; enfoque de capacidades humanas; comunidad escolar; innovación social educativa (ISE).

Turismo de Compras e Paisagem Fronteiriça em Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR)

Janaína Costa Teixeira
UFRGS

A presente pesquisa trata das transformações na paisagem: dinâmica, forma, função e estrutura e de como elas concretizam as dinâmicas das fronteiras. Para realizá-la, aprimoraremos nosso arcabouço teórico, elaboraremos o referencial metodológico teórico, e com base nestes, faremos as saídas de campo; e por meio de consultas ao acervo local e ao Portal Unbral Fronteiras, buscaremos analisar as imagens e as fotografias da área de estudos, com olhar atento aos elementos paisagísticos, oriundos dos processos sociais, tais como: traços arquitetônicos, inovações técnicas e urbanísticas. Com o auxílio desse levantamento de dados poderemos elencar evidências sobre as hipóteses apontadas nessa pesquisa. Nesse sentido, destacamos como local de estudo a região fronteiriça entre Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR), por trata-se de uma região de grande fluxo de pessoas e circulação de mercadorias e serviços, que sofreu muitas intervenções no traçado urbano e de projetos paisagísticos, com forte influência das políticas econômicas locais e extra-locais. Além disso, a pesquisa busca discutir a fronteira como processo explicitado na paisagem, apresentando complexidades históricas, políticas e culturais, contribuindo com um estudo sobre a paisagem de fronteira como lugar de profunda manifestação de pertencimento. A paisagem de fronteira ligada ao turismo de compras pode ser disputada por agentes que consideram que a linha de fronteira é estratégica e simbólica (devendo, portanto, expressar valores nacionais), entre aqueles que usam a fronteira como lugar de trânsito (em suas operações comerciais) e aqueles que a tem como lugar de permanência, seu lugar de origem. Portanto, ter um olhar para as características da paisagem de

fronteira, observando o seu amadurecimento e evolução do lugar. Isso produz consequências e resultados positivos para a sua valorização em sentido amplo. A paisagem fronteira com suas variações e rugosidades, seus usos e distinções, se torna única; e assim ganha destaque a partir das próprias potencialidades no sentido de conquistar mais visibilidade para a questão fronteira, relevância para o aprofundamento das relações internacionais enquanto polo multicultural. Pensar a paisagem fronteira para além das contradições sociais, dos dissensos ideológicos os quais permeiam esse tema tão geograficamente humano.

Palavras-chave: Transfronteiridade; paisagem de fronteira; turismo de compras.



Autores

Cristiano de Vargas Oliva	27
Rosalda Fros Ubal	28
Armando Javier Garcia Gutierrez	29
Tayanná Santos de Jesus Sbrana	30
Alexandra López Martínez.....	32
Adriana dos Santos Corrêa	33
Camilo Pereira Carneiro	33
Lucas Kerr de Oliveira	34
Ana Karolina Morais Silva	34
Jéssica Maria Grassi	34
Laura Beatriz Duarte	34
Ingrid Ortega Purmann.....	34
Carla Paulino da Costa Feres.....	34
Patrícia de Freitas.....	34
Leandro Bruno Santos	37
Pedro Lucas Gil Silva	38
José Javier Orosa González	39
Rubén Lado Sestayo	39
James Da Silva Desiderio	40
Carmen Otilia Bocanegra Gastelum	41
Miguel A. Vázquez Ruiz	41
Juliel de Oliveira Batista	43
Selma Lúcia de Moura Gonzales	44
Silmara Cosme Cravo.....	45
Jandré Corrêa Batista	46
Karla Maria Müller	46
Sylvio Luiz Andreozzi	47
Geraldo Henrique Romualdo de Miranda	47
Cristiano Cícero Santana Da Silva	50

Samarone Carvalho Marinho	51
Igor de Oliveira Ramos Campos	52
Raquel Alvarez	53
Luz Dary Rivera	53
Jorge Mario Aponte Motta	54
Miguel Angel Vázquez Ruiz	57
Carmen Bocanegra Gastelum	57
Marcela de Lourdes Orozco Contreras	58
Juan Manuel Sandoval Palacios.....	60
Alejandro Fabián Schweitzer	63
Roni M. Lomba	64
Brenda Ponzi	64
Sabrina Picone	64
Alejandro Schweitzer.....	64
David Herrera Santana.....	67
Diego Alejandro Toledo Bugarini	68
Roni Mayer Lomba	69
Alejandro Fabian Schweitzer	69
Jadson Luís Rebelo Porto	69
Brenda Sofía Ponzi.....	70
Sabrina Elizabeth Picone	71
Helene Roux.....	74
Glêidson Rônei dos Santos	75
Astrid Yanet Aguilera Cazalbón	76
Lucas kerr de Oliveira.....	76
Camilo Pereira Carneiro Filho	77
Leandro Corrêa Barbosa	77
Bruno dos Santos Dias.....	77
Astrid Yanet Aguilera Cazalbón	78

Roberto França da Silva Junior	78
Silvia Valiente	81
Jodival Mauricio da Costa	82
Edilene Lira.....	82
Silvia Valiente	83
Jorgelina Berteza	83
Beatriz Ensabella	83
Clara Emilia Aibar.....	84
Belen Bosio	84
Franco Lipari	84
Guadalupe Iturriza	84
Carolina Marchetti	84
Ana Vargas	84
Tádzio Peters Coelho.....	87
Bárbara Paz Jerez Henríquez	87
Glaucia de Oliveira Claudio	89
Julia Pessanha Siqueira	89
Leandro Bruno Santos	89
John Freddy Caraballo González	90
Edgar Castro García.....	93
Raúl Netzahualcoyotzi Luna	94
Aurora Furlong y Zacula	94
Paulo Cesar dos Santos Martins	95
Pablo Daniel Canobra.....	96
Monique Helen Cravo Soares Farias.....	97
Christian Nunes da Silva	97
Regiane Elvira Riquena Barbosa da Paz	100
Verônica Maria Bezerra Guimarães.....	100
Ítalo Allan Maia Gouvêa	101

Tainá Akemy Chiaveri Iwata	102
Gabriel Mendes Araujo.....	102
Beatriz Soares Bidarra	103
Danielle Sales Teixeira.....	104
Aida Mohamed Ghadie.....	107
Nathália Alves de Oliveira.....	108
Ricardo Bruno Boff	109
Jorge Cartagena	110
Juliana Tomasello	110
Flavia Maria Gomes	111
Roberto França.....	111
Nahuel Inti Millahueique Pezoa	114
Leticia Diniz Nogueira.....	115
Luiza Bárbara Vieira Cidrack	115
Quenia Maria Pino Suarez de Sulbaran.....	115
Carlos Alfredo da Silva.....	119
Agamenom de Oliveira Leandro.....	120
Leonardo Daniel Jorge	122
Tatiana dos Santos Djassi	122
Manolita Correia Lima	122
Ivor Prolo	122
Manuel Felipe Martinez y Cinthia de Souza	123
Leonardo Segura Moraes.....	124
José Alfonso Klein	125
Bruna Gimenes Ferreira Arroyo Poggere	125
Alexandra López Martínez.....	128
Silmara Cosme Cravo.....	129
Daniéli Uliana, Eduardo Schiavone Cardoso.....	130
Barria Angelica Maria	131

Edson dos Santos Dias	134
Maria José Castelano.....	134
Delmo Mattos da Silva	135
Márcio Antônio Pinto de Almeida Filho.....	135
Guilherme Oliveira Silva	136
Liana Amin Lima da Silva	136
Gabriela C. Pastor	137
Laura Torres	137
Franco Marchionni	137
Emilia Agneni.....	137
Aurora Furlong	140
Raúl Netzahualcoyotzi	140
Edwin Hernández Herrera.....	140
Ronyere Sarges Rêgo	141
Ana Lourdes da Silva Ribeiro	142
Clara Fernanda da Silva Costa	142
José Matheus Mariano do S Silva	143
Aurora Furlong y Zacula	144
Raúl Netzahualcoyotzi	144
Irasema Ramírez.....	144
Regia Cristina Alves dos Santos	147
Sávio José Dias Rodrigues	148
Cíndia Brustolin	149
Leon Enrique Avila Romero.....	150
Nadine Pollvogt	150
Eliana Acosta Márquez.....	151
Gisela Aquino Pires do Rio.....	153
Guillermo de Martinelli.....	154
Maria Célia Nunes Coelho	155

Gisela Aquino Pires do Rio	155
Luiz Wanderley Jardim	155
Tiago Machado Faria de Souza	158
Bruno Rogério Silva Cavalcante	159
Cibele Lessa Alves	159
Sambite Santos Cabi.....	159
Gustavo Biasoli Alves	160
Isabela Cristina Rhoden	160
Issam Rabih Menem	161
Alyson Bergold Serafim	161
Natalia Bogado Balbuena.....	162
Aline Robles Brito	162
Vinicius Vasconcelos Braga.....	162
Eliana Lamberti	162
Andrea Fernanda Lyvio Vilardo	164
Karla Maria Müller	164
Thaís Leobeth dos Santos	165
Karla Maria Müller	165
Inés del Valle Asis.....	166
Silvana Andrea Sattler.....	166
Moisés Centenaro	166
Dardo Alberto Solari.....	167
Oscar Albeto Perez.....	167
Cíntia Fiorotti Lima	168
Eric Gustavo Cardin	168
Sandra Cristiana Kleinschmitt	168
Edgar Castro García.....	171
Laura Raquel Amaya Botello	174
Gustavo Andrés Landfried.....	174

Marina Zoppas de Albuquerque	175
Luis Felipe Silva Dos Santos	176
Ligian Cristiano Gomes	177
Eduardo Schiavone Cardoso	177
Myriam Alba Zapata Jiménez	179
Stephany Dayana Pereira Mencato	181
Eduarda Matoso Silva	181
Letícia Espadim Martins	181
Luis Guillermo Vergara Arango	182
Vanda Maria Leite Pantoja	183
Francisca Regilma de Santana Santos	183
Mariana Rocha Malheiros	184
Mateus Tainor Batista Everton	187
Jefferson Yuri da Silva Lima	188
Larissa Cristina Bontempo Coelho	189
Maria Ecy Lopes de Castro	189
Régia Cristina Alves dos Santos	189
Maria Ecy Lopes de Castro	190
Clara Fernanda da Silva Costa	191
Leandro Araújo da Silva	194
Vanda Pantoja	194
Clovis Antonio Brighenti	195
Osmarina de Oliveira	195
Kelly Aparecida Costa	196
Carla Cristina Barros Pinheiro	197
Néstor José Bohdan Perdigón	198
Rompiendo Paradigmas	199
Lisete Barbosa	201
Alan Dutra Cardoso	202

Ana Regina Ferreira da Silva	203
Aldomar Arnaldo Rückert	203
Leticia Espadim Martins	204
Javier Rodríguez Sánchez	204
Michele Vanessa Werner	207
Pamella Regina da Cruz Canton	207
Alejandro Pimienta Betancur	208
Vladimir Montoya Arango	209
Marianna de Oliveira Rodrigues	211
Beatriz Mendes Garcia Ferreira	212
Vinícius Melo Gonçalves	213
Tonatiuh Vladimir Romano Ramírez	214
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior	215
Roni Mayer Lomba	218
Alejandro Fabian Schweitzer	218
Jadson Luís Rebelo Porto	218
Isaías Albertin de Moraes	219
Leandro Pereira Moraes	219
Bárbara Jerez	219
Roni Lomba	220
Sabrina Picone	220
Brenda Ponzi	220
Alejandro Schweitzer	220
Bárbara Jerez	221
Vladimir Montoya Arango	222
Ana Cristina de Paula Maués Soares	223
Max André de Araújo Ferreira	227
Eric Gustavo Cardin	227
Lucilene Cury	228

Marina de Campos Pinheiro da Silveira	228	César Augusto Silva da Silva	247
Maria Medeiros Palazzo Rolim	228	José Alexsandro de Araújo Nascimento	249
Norma Fernanda Rivera Guerra	229	Mirian Caroline Pereira	249
Elenice Carine Holand	230	Sara Caldart Lupatini	249
Manoela Marli Jaqueira	232	Thaís Gimenes	250
Pedro Henrique Rodrigues Rauber	233	Manoela Marli Jaqueira	250
Renata Peixoto de Oliveira	234	Vanessa Vieira Kunitaki	251
Stephany Escobar	234	Stephanie Guadalupe Cabello Cano	252
Edilma de Jesus Desidério	235	Julia Toniolo	254
Paola Bernardon Bello	237	Rodrigo Trapp	254
Maria Elena Pires Santos	237	Nina Reckziegel	255
Marco Aurélio Machado de Oliveira	238	Julia TonioloClarissa Trentini	255
Caroline Mendes Leandro Farias	238	Bruna de Figueiredo Ferreira	256
Alisson Vinicius Silva Ferreira	239	Thais Da Silva Alpires	257
Mariá Boeira Lodetti	239	Cláudia Araújo de Lima	257
Lucienne Martins Borges	239	Wilson Herney Mellizo Rojas	258
Letícia Müller Haas	240	Manolita Correia Lima	260
Rodrigo Trapp	240	Ivor Prolo	260
Nina de Freitas	240	María Esperanza Cuevas Bolanos	260
Xavier Reckziegel	240	Ana Paula Rabelo e Silva	260
Max André de Araújo Ferreira	242	Solange Rodrigues Bonomo Assumpção	260
Elói Martins Senhoras	242	Lucas Nogueira	261
Guisselle Alvarado Martínez	243	Fernanda Morais	261
Alex Dávila Romero	243	Aline Baima Rebouças	262
John Harold Estrada Montoya	244	Alexey Chekmarev	264
Ivonne Maritza Callejas-Basto	244	Kelvin Venturin	265
Francielle Vascotto Folle	245	Júlia de Freitas Motta	266
César Augusto Silva da Silva	245	Yuliet Bedoya Rangel	268
João Lucas Zanoni da Silva	247	María Gabriela Rho	269

Angélica Paola Alvites Baiadera.....	270
Carina Inés Trabalón.....	271
Alba Lucía Cruz Castillo	272
Roberto Rodolfo Georg Uebel.....	274
Geraldo Henrique Romualdo de Miranda.....	278
Sylvio Luiz Andreozzi	278
André Vieira Freitas	278
Adrián Botello Mares	280
Mariano Pauluk.....	281
Ian Bochard Tasistro	282
Jackson Jose Sales Miranda Junior	282
Luciana Mello Ribeiro	282
Maurício Lima Collaziol	285
Felipe Pereira Matoso.....	286
Willian Rocha de Matos.....	286
Robson de Araújo Filho	287
Camilo Pereira Carneiro Filho	287
Tito Carlos Machado de Oliveira	287
Itamara Martins de Souza	288
Carmen Regina Dorneles Nogueira	288
Maria Geusina da Silva	289
Vera Maria Ribeiro Nogueira	289
Juliana Domingues	289
Miguel Ángel Ayala Mondragón.....	291
Vivian Letícia Aguero Godoy	292
Eliana Lamberti	292
Vivian Costa Brito.....	293
Ivo Marcos Theis	293
Gilberto Friedenreich dos Santos	293

Fernando Cesar Mendes Barbosa	294
Lucas Gonçalves de Oliveira Ferreira.....	295
Maurício Pinto da Silva	297
Esmeralda Canhada de Goz Faria	297
Marina Aires da Silva	297
Guilherme Sinott Silveira	297
Aline Robles Brito	298
Fabrizio José Missio	298
Taila Lorena de Souza.....	299
Alice Poche Gabriel	300
Franciele da Silva	300
Eliane Maria Foletto.....	300
Luiza dos Santos Camejo.....	301
Willian Silva Rivaroli	301
Carolina Castro Kubaski.....	301
Maurício Pinto da Silva.....	301
Michele Vanessa Werner	304
Adrielle Saldanha Cive	305
Tamyris Cristiny Souza Rocha.....	306
Tomaz Espósito Neto.....	306
Tiago de Lima Marinho.....	307
Isadora Golim	307
Juliana Domingues	308
Maria Geusina da Silva	308
Vera Maria Nogueira.....	308
Eliane Superti	311
Jadson Porto Rebelo	311
Flávia Carolina de Resende Fagundes	311
Silvana do Valle Leone	313

Elisa Pinheiro de Freitas.....	313	Maurício Pinto da Silva.....	331
Adriel Seródio de Oliveira.....	314	Maurício Pinto da Silva.....	331
Gustavo de Souza Preussler.....	314	Maria Geusina da Silva	332
Juliana de Oliveira Teixeira	315	Vera Maria Ribeiro Nogueira	332
Gustavo de Souza Preussler.....	315	Juliana Domingues	332
Génesis Saraí Hernández Escobar	317	Ricardo Almeida	333
Roberto França.....	317	Adriana Dorfman	333
Ingrid Lorena Ortega Purmann	318	Jaqueline Orgler Sordi.....	337
Bruna Azevedo	319	Clara Palacios.....	337
Daphne Castilhos Prigol.....	319	José Eduardo Viera Paparamborda.....	337
Gabriela Sitta Cappellaro	319	Myriam A. Zapata Jiménez.....	338
Leticia Marcarini Costa.....	319	James Da Silva Desiderio	339
Roberta Dalan	319	Roberto França da Silva Junior	340
Ana Leopoldina da Silva	320	Lucas Felipe da Silva.....	342
Silvia Maria Tossi.....	320	Gesiel Rocha de Araújo.....	343
Cristiano de Vargas Oliva	321	Vithor Amaral Prestes.....	344
Alexandre dos Santos Cunha.....	323	Adriana Dorfman	344
Olívia Alves Gomes Pessoa	323	Tabita Strassburger	345
Luzia Bernardes da Silva.....	325	Karla Maria Müller	345
Camilo Pereira Carneiro Filho	325	Laura Janaina Dias Amato	348
Gustavo de Souza Preussler.....	325	Beatriz Dutra dos Santos.....	349
Alan Diogo Schons.....	326	Dores Cristina Grechi	349
Aline Kammer	326	Paola Stefanutti	350
Cíntia Fiorotti Lima	328	Valdir Gregory	350
Gabriel Antonio Camarão	328	Juan Carlos Marinsalda.....	351
Eric Gustavo Cardin	328	Mac Donald Fernandes Bernal.....	352
Joaquim Bühner Campolim	329	Maurício Lima Collaziol	354
Willian Silva Rivaroli	331	Stael Moura da Paixão Ferreira.....	355
Carolina Castro Kubaski.....	331	Tarissa Marques Rodrigues dos Santos.....	356

Lucilene Machado Garcia Arf	356	Geovana Gabriela Bardesio	378
Roger Antonio Luces	357	Marcia P. Pessini	380
Jeovana Lima Gavilan	358	Maria Aparecida Webber	381
Valentin Ferreira Moraes	358	Danielle Sales Teixeira.....	382
Milena Costa Mascarenhas	360	Cristiane Dutra Struckes.....	382
Janaína Costa Teixeira	361	Deise Baumgratz	382
Tiago Machado Faria de Souza	362	Karine Bandeira.....	382
Beatriz Dutra dos Santos.....	362	Livia Brito Barbosa	382
Carlos Otávio Zamberlan.....	362	Florencia Paez.....	383
Aline Kammer	362	Laura Márcia Luiza Ferreira.....	383
Maristela Ferrari	362	Eimer Alexis Barajas Román	385
Alan Diogo Schons	363	Jorge Milton Matajira Vera	385
Júlio da Silveira Moreira	364	Adriana Patricia Lopez Velasquez	386
Pedro Louvain de Campos Oliveira	364	Maurício Lima Collaziol	387
Gustavo Henrique Scariott de Almeida	366	Roberto França.....	388
José Alfonso Klein	366	Yamile Duran Pineda	389
Ivanilda da Silva Mongelos	367	Janaína Costa Teixeira	390
Juliana Pirola da Conceição Balestra.....	367		
Yamile Duran Pineda	367		
Sandra Janeth Santiago Castro	369		
Margie Nohemy Jessup Cáceres	369		
Marília Lorena Aguero Godoy	371		
Rosele Marques Vieira	371		
Néstor José Bohdan Perdigón.....	372		
Adriana Janeth Guzmán Olaya.....	373		
Víctor Eduardo Pacheco Garrido.....	374		
Eimer Alexis Barajas Roman	376		
Jorge Matajira.....	376		
Myriam Alba Zapata Jimenez	377		

► Apoio



Projeto Gráfico custeado com recursos do programa Agenda Tríplice da UNILA



17^o IRFG

Congresso Internacional sobre Integração Regional,
Fronteiras e Globalização no Continente Americano

29 outubro a 02 novembro 2019